

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



A Livraria do Convento
de Nossa Senhora da Serra da Arrábida
1542-1834

Aurelia Ionel

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação

2019

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



A Livraria do Convento
de Nossa Senhora da Serra da Arrábida
1542-1834

Aurelia Ionel

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Documentação e Informação

2019

Sumário

Sumário.....	I
Agradecimentos	III
Resumo	V
Palavras-chave	V
<i>Abstract</i>	VI
<i>Keywords</i>	VI
Índice de figuras	VII
Índice de tabelas	VIII
Índice de gráficos	IX
Introdução	1
Metodologia	5
1. As bibliotecas conventuais no Antigo Regime: revisão de literatura.....	11
1.1. Constituição das <i>livrarias</i> conventuais	15
1.2. Constituição dos fundos bibliográficos: práticas de aquisição.....	17
1.3. Organização dos documentos.....	20
1.4. Áreas de conhecimento.....	22
1.5. Práticas de leitura.....	25
2. Convento de Nossa Senhora da Arrábida: apontamentos da fundação e da construção	
2.1. Contextos da fundação do Convento da Arrábida.....	31
2.1.1. Contexto histórico-lendário.....	32
2.1.2. Contexto geográfico-sacral.....	33
2.1.3. Contexto religioso-espiritual	35
2.2. Construção das instalações do Convento de Nossa Senhora da Arrábida.....	37
2.2.1. Convento Velho.....	37
2.2.1. Convento Novo.....	39
2.3. Comunidade do Convento de Nossa Senhora da Arrábida em 1539-1834	44
2.3.1. Quem eram os frades arrábidos?	44
2.3.2. Primeira comunidade do Convento de Nossa Senhora da Arrábida: frades e noviços.....	47
2.3.3. Evolução da comunidade.....	49

3. A <i>Livraria</i> do Convento da Arrábida - em busca da identidade	
3.1. <i>Livraria</i> no contexto conventual da Serra da Arrábida.....	59
3.1.1. <i>Livraria Velha</i>	59
3.1.2. <i>Livraria Nova</i>	62
4. Fundo bibliográfico da <i>Livraria</i> do Convento da Arrábida	
4.1. Acervo documental em catálogos e inventários.....	72
4.1.1. Catálogo de 1769-1770	72
4.1.2. Inventário de extinção de 1834.....	77
4.2. Fundo bibliográfico em análise: Catálogo de 1769-1770.....	82
4.2.1. <i>Livraria</i> do Convento da Arrábida em números: títulos e volumes.....	82
4.2.2. Anos de publicação.....	85
4.2.3. Lugares de impressão.....	95
4.2.4. Formato dos documentos.....	102
4.2.5. Idiomas dos documentos.....	105
4.2.6. Áreas de conhecimento.....	106
4.3. Fundo bibliográfico em análise: Inventário de extinção de 1834.....	129
4.3.1. Número de obras.....	130
4.3.2. Formato dos documentos.....	130
4.3.3. Valor monetário.....	130
4.3.4. Áreas de conhecimento.....	131
4.4. Aspetos de constituição do acervo bibliográfico da <i>Livraria</i> do Convento da Arrábida.....	132
Considerações finais.....	142
Referências bibliográficas.....	147
Anexos.....	155
Anexo 1. Transcrição do Catálogo de 1769-1770.....	157
Anexo 2. Transcrição do Inventário de extinção de 1834.....	197

Agradecimentos

A concretização de qualquer projeto é um percurso com subidas e descidas particulares, que nos deixa ora muito entusiasmados, ora muito desanimados. É um caminho solitário, mas também ele solidário quando se tem o apoio e compreensão por parte daqueles que caminham ao nosso lado, ou que de uma forma ou outra, contribuem para a sua realização.

Um sincero agradecimento ao meu orientador, Professor Carlos Guardado da Silva, pela disponibilidade sempre que necessária, pela aprendizagem que me proporcionou e pela motivação que me transmitiu ao longo deste percurso.

À Fundação Oriente pela amabilidade em facultar informações e a oportunidade para recolher os dados pretendidos sobre o espaço da Livraria do Convento da Arrábida.

Um obrigado especial às minhas amigas especiais Cristina, Maria José e Svetlana pelo apoio, preocupação, carinho e incentivo.

Agradeço ainda às colegas e técnicas da Faculdade de Ciências e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, do Arquivo Nacional da Torre de Tombo e da Biblioteca Municipal de Sesimbra.

Exprimo toda a minha gratidão à minha família pelo seu apoio incondicional.

Resumo

As bibliotecas eclesiásticas foram, durante séculos, as únicas instituições que produziram e preservaram os saberes e o conhecimento humano. Apesar de começarem com a finalidade de transmitir a palavra de Deus, a verdade é que acabaram por se transformar em verdadeiros santuários de conhecimento e património bibliográfico. Com este ponto de partida, qualquer estudo de uma biblioteca eclesiástica representa um campo transversal e/ou transdisciplinar, que reflete tanto elementos de história cultural, em geral, como aspetos da Ciência da Informação, em especial. Neste âmbito, com o presente projeto, pretende-se estudar a *Livraria* do Convento da Nossa Senhora da Serra da Arrábida durante o Antigo Regime. Situada no complexo conventual, no meio da Serra da Arrábida, é uma das poucas *livrarias* conventuais de Portugal que preservou tanto o espaço físico, como o núcleo bibliográfico, ainda que o mesmo se encontre atualmente integrado no Centro de Documentação da Fundação Oriente.

O pleno conhecimento de como a *Livraria* do Convento de Nossa Senhora da Serra da Arrábida evoluiu ao longo do período da existência do Convento da Arrábida (1539-1834) poderá vir a ser possível, explorando e abordando todos os aspetos que define qualquer biblioteca enquanto espaço físico e de conhecimento ou memória. Os mesmos compreendem entre outras, as dimensões cronológicas e espaciais da livraria, como os aspetos inerentes à constituição, à organização do acervo bibliográfico e à identificação deste último através da análise documental.

Sendo um estudo de natureza qualitativa, e fazendo uso do método investigação documental, permite conhecer a constituição do acervo bibliográfico, a composição temática, a distribuição dos livros por idiomas e séculos, a organização da coleção, constatando-se que a evolução da *Livraria* do Convento da Arrábida no Antigo Regime tem traços comuns com as livrarias conventuais no contexto nacional. Em suma, que esta é uma *Livraria* de estudo e formação.

Palavras-chave: Biblioteconomia, Biblioteca monástica, Livraria do Convento da Arrábida (Ordem de São Francisco)

Abstract

Ecclesiastical libraries were, for many centuries, the only institutions that were able to generate and preserve lore and knowledge. Although their initial purpose was to deliver “the word of God”, they ended up being true sanctuaries of knowledge and bibliographical patrimony. Therefore, the study of any ecclesiastical library represents a transversal and transdisciplinary approach that encompasses not only elements of the cultural history but, above all, characteristics of the Information Science. With this project we pretend to study the *Library of the Arrábida Convent* during the *Ancien Régime*. Located on the monastic complex in *Serra da Arrábida*, it’s one of the few monastic libraries in Portugal that preserved its physical space and its bibliographical collection, even though it is now part of the Documentation Center of *Fundação Oriente*.

A comprehensive knowledge of how the *Library of the Arrábida Convent* changed during its existence (1539-1834) can be achieved by examining and approaching every aspect that defines any library as a place of knowledge and memory. These involve the chronological and spatial dimensions of the library, the intrinsic features of the composition and organization of the bibliographical collection, and its identification through documentary analysis.

Being a qualitative study using the documentary research method, it was possible to depict the themes, language, date and organization of the collection. We were able to conclude that the *Library of the Arrábida Convent* in the *Ancien Régime* has common traits with other monastic libraries in the national panorama, making it a meaningful library for study and formation.

Keywords: *Library science, Monastic library, Library of the Arrábida Convent (Franciscan Order)*

Índice de figuras

Figura 1 - Suposta localização da <i>Livraria Velha</i>	62
Figura 2 - Localização da <i>Livraria Velha</i> e <i>Livraria Nova</i>	64
Figura 3 - Entrada para a <i>Livraria Nova</i>	65
Figura 4 - <i>Livraria Nova</i>	66
Figura 5 - Numeração das estantes.....	67
Figura 6 - Numeração das prateleiras.....	69
Figura 7 - Página de rosto do Catálogo da <i>Livraria</i> do Convento da Arrábida.....	74
Figura 8 - Elementos bibliográficos do <i>folio verso</i>	75
Figura 9 - Elementos bibliográficos do <i>folio recto</i>	75
Figura 10 - Página de rosto do Inventário de extinção de 1834.....	78
Figura 11 - <i>Folio 12 verso</i> , descrição dos livros.....	80

Índice de tabelas

Tabela 1 - Prateleiras da <i>Livraria</i> Nova.....	68
Tabela 2 - Número de títulos e volumes da <i>Livraria</i> do Convento da Arrábida (1769 - 1770).....	83
Tabela 3 - Distribuição dos títulos editados por séculos.....	87
Tabela 4 - Distribuição de títulos por décadas dentro de cada século.....	88
Tabela 5 - Distribuição de títulos por décadas no século XV.....	88
Tabela 6 - Distribuição de títulos por décadas no século XVI.....	90
Tabela 7 - Número de obras impressas até 1542	91
Tabela 8 - Distribuição de títulos por décadas no século XVII.....	91
Tabela 9- Distribuição de títulos por décadas no século XVIII.....	92
Tabela 10 - Número de obras impressas por país e século.....	93
Tabela 11 - Livros sem lugar de impressão.....	95
Tabela 12 - Número de títulos impressos por país.....	97
Tabela 13 - Distribuição de cidades por país.....	98
Tabela 14 - Distribuição de cidades de impressão em Portugal.....	98
Tabela 15 - Distribuição de cidades de impressão em Espanha.....	99
Tabela 16 - Distribuição de cidades de impressão em Itália.....	100
Tabela 17 - Distribuição de cidades de impressão na Alemanha.....	100
Tabela 18 - Distribuição de cidades de impressão em França.....	101
Tabela 19 - Distribuição de cidades de impressão na Bélgica.....	101
Tabela 20 - Número de títulos por formato.....	102
Tabela 21 - Número de títulos por idioma.....	104
Tabela 22 - Distribuição de idiomas por séculos.....	105
Tabela 23 - Áreas de conhecimento.....	108
Tabela 24 - Temas da classe História.....	120
Tabela 25 - Conteúdo temático e localização nas estantes.....	131
Tabela 26 - Constituição (relativa) da coleção entre 1542-1769, segundo Catálogo de 1769-1770.....	139
Tabela 25 - Constituição (relativa) da coleção entre 1542-1834, segundo Catálogo de I. Rocha.....	140

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição de títulos por séculos.....	87
Gráfico 2 - Número obras impressas por país e século.....	94
Gráfico 3 - Distribuição do número de títulos impressos por país.....	97
Gráfico 4 - Distribuição de títulos por formato.....	103
Gráfico 5 - Apresentação de idiomas em percentagem.....	104
Gráfico 6 - Distribuição cronológica de obras por idioma.....	106
Gráfico 7 - Áreas de conhecimento.....	108
Gráfico 8 - Temas da classe História.....	120
Gráfico 10 - Evolução relativa da coleção entre 1542-1769.....	137
Gráfico 11 - Evolução relativa da coleção entre 1542-1834.....	138

Introdução

O objeto de estudo do presente projeto incide sobre a *Livraria* do Convento de Nossa Senhora da Serra da Arrábida, e tem como objetivo geral conhecer melhor as fases de existência desta *livraria*, através da análise do fundo documental, que no contexto das *livrarias* conventuais portuguesas, em alguns aspetos, inscreve-se como atípica. O pleno conhecimento de como a *Livraria* do Convento de Nossa Senhora da Serra da Arrábida evoluiu ao longo do tempo poderá vir a ser possível, explorando e abordando todos os aspetos que define qualquer biblioteca enquanto espaço físico e de memória. Os mesmos são: contexto histórico e geográfico da *livraria*, organização da *livraria*, constituição de fundos com as práticas de aquisição associadas, áreas de conhecimento, tipologias de documentos, práticas de leitura, circulação do livro, contribuição da *livraria* na formação da comunidade. A partir destes elementos, delineamos os objetivos específicos:

- procurar definir a identidade da *livraria* enquanto espaço físico e de cultura no contexto do Convento da Arrábida;
- conhecer melhor a dinâmica e evolução da *livraria* através das coleções que integra. A propósito da justificação do tema surge a pergunta: porquê o estudo de uma **biblioteca eclesiástica** do Antigo Regime no contexto atual, em que as tendências de investigação em Ciências da Documentação e Informação situam-se em torno da tríade *informação-tecnologia-gestão*, centradas no estudo dos aspetos e intervenientes de gestão da informação em ambientes não tradicionais derivadas dos imperativos atuais das organizações e instituições? E para exemplificar, no seu estudo *Perspectivas de investigação em Ciências da Informação*, em que analisa as tendências de investigação no âmbito de Ciências da Documentação e Informação, entre 1999 e 2012, Silva (2013) refere entre as áreas mais estudadas aquelas que estão relacionadas com a gestão da informação nas organizações. Plenamente justificável num contexto em que a complexidade de processos em torno da informação em ambiente tecnológico, em que o *perpetuum mobile* do binómio informação-tecnologia, cada vez mais presente e mais ativo em todas as áreas da atividade humana, requerem estudos, análises, avaliações contínuos, para soluções atuais ou futuras, que todas elas em conjunto constroem um discurso paradigmático e tendencial no campo das Ciências da Informação e Documentação, deixando pouco espaço para outras áreas de investigação. Todavia, nenhum presente, nenhum futuro foram construídos, nem serão sem os saberes e os

conhecimentos das heranças e memórias do passado. Neste quadro de memórias do passado, que de facto são muito mais do que isso, inscrevem-se as bibliotecas eclesiásticas.

No entanto, segundo Vaz “As bibliotecas conventuais não têm merecido da parte da historiografia uma atenção devida” (2013, p. 133). A mesma ideia é partilhada por Raimundo (2008, p. 201), afirmando que as *livrarias* conventuais são menos contempladas nos estudos da bibliografia nacional, comparativamente a outros tipos de bibliotecas, como bibliotecas pessoais, universitárias ou públicas, “os temas mais abordados na história das bibliotecas portuguesas” (RAIMUNDO, 2008, p. 201). Uma consulta rápida nos Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal confirmou, de igual modo, o número reduzido de estudos neste campo. Neste caso é evidente a pertinência do tema para o melhor conhecimento da “história” biblioteconómica no campo das Ciências da Documentação e Informação por um lado e da história cultural e científica portuguesa, em geral, por outro lado.

Porquê a *Livraria* do Convento da Arrábida? Já a escolha da *Livraria* do Convento da Arrábida, apresenta-se de natureza mais pessoal. Ao viver relativamente perto da Serra, sabendo da existência de uma biblioteca no meio daquele espaço ermo e misterioso, ao mesmo tempo longe de qualquer agitação humana, desperta curiosidades, perguntas. Por outro lado, no contexto das *livrarias* conventuais portuguesas, extintas em 1834, a *Livraria* do Convento da Arrábida apresenta-se como uma *livraria* atípica. Devido ao incêndio que deflagrou, no final de setembro de 1834, na Serra da Arrábida, a *Livraria* foi evacuada no Calhariz de Azeitão, onde permaneceu de 1834 até 1990, o que permitiu manter o acervo na íntegra, ao contrário das outras coleções que foram dispersas por várias entidades, originando outras bibliotecas ou que, no pior dos casos, simplesmente perderam-se. O facto de se manter conservada através de séculos, incluindo obras ainda do acervo primitivo¹, oferece oportunidades de estudo diferentes face às *livrarias* de porte médio ou pequeno, cujos núcleos foram dispersos ou, nalguns casos perdidos, dificultando ou até impossibilitando desta forma o conhecimento das coleções o mais próximo possível da realidade destas no tempo e no espaço. Apesar de existir um estudo relativamente recente, que é o Catálogo da *Livraria* da Arrábida (1994) de Ilídio Rocha, imprescindível para a análise do acervo e muito valioso pelas

¹ As notas adicionadas por I. Rocha aos registos do *Catálogo da Livraria do Convento da Arrábida* (1994), revelam que o acervo conserva, entre outros, três obras que, segundo a marca da posse, pertenceram ao D. João de Lencastre (1501-1571).

notas adicionadas aos registos, não deixam de haver outros aspetos sobre a *Livraria* passíveis de investigação.

Relativamente à estrutura do projeto, na sua primeira parte, que será a Revisão de Literatura, iremos efetuar uma incursão retrospectiva sobre *As bibliotecas conventuais no Antigo Regime*, com o intuito de encontrar pontos de referência que irão orientar o nosso estudo, nomeadamente no que concerne à organização e ao funcionamento da *Livraria* conventual em análise. Para este fim, realizámos uma pesquisa bibliográfica nos recursos eletrónicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que proporcionou fontes de consulta como monografias e artigos, ainda que insuficientes. A pesquisa bibliográfica revelou que a bibliografia nacional que conseguisse transmitir uma imagem global ou que traçasse uma identidade esclarecedora a nível nacional sobre a vida interior das bibliotecas religiosas, sobre a relação das comunidades religiosas com os livros no Antigo Regime, apresenta-se escassa. Tirando os contributos pontuais, quer no âmbito das teses de mestrado ou doutoramento, quer em formato de artigo sobre as *livrarias* conventuais mais marcantes, entre as quais podemos mencionar a Biblioteca de São Martinho de Tibães no século XVIII, a *Livraria* do Convento de Mafra, A *Livraria* do Convento de Santo António do Varatojo, são poucos os estudos na sua totalidade, se comparados com o número de conventos na data da extinção, que variam entre 400-500 segundo Barata (2003) e Giurgevich e Leitão (2016). Por outro lado, Giurgevich e Leitão (2016) afirmam que “compreender a história do livro, da leitura e das bibliotecas em Portugal implica, antes de mais nada, reconstituir esta realidade.” Estas observações, mais uma vez, vêm ao encontro da pertinência do tema no âmbito de estudo das *livrarias* conventuais portuguesas.

Em seguida, no capítulo II, com o título *Convento de Nossa Senhora da Arrábida: apontamentos da fundação e construção*, iremos expor o percurso histórico do Convento da Arrábida, com destaque para os aspetos que visam a fundação do convento; o posicionamento geográfico; a estrutura do convento (espaços físicos, incluindo o da *livraria*). Não é menos importante saber ainda o modo de organização da comunidade dos Arrábidos à volta do convento e os interesses dos membros desta comunidade.

O III capítulo será dedicado à *Livraria* do convento, *A Livraria do Convento da Arrábida – em busca da identidade*. Partindo do princípio que cada *livraria* tinha um *espaço bem definido*, tentaremos estabelecer de que modo a *Livraria* se enquadrava no espaço estrutural do convento, qual era o lugar desta dentro do convento. Um outro

ponto deste capítulo tenciona desenvolver, à medida que as fontes assim o permitirão, todos os aspetos organizacionais e práticas existentes neste espaço físico e período cronológico/temporal, procurando pôr em evidência as regras e normas pelas quais se geriam as suas atividades. De que forma a *Livraria* se interrelacionava com a comunidade conventual? Qual era a importância da *Livraria* a vários níveis, nomeadamente, intelectual, espiritual, patrimonial? São algumas das questões às quais procuraremos dar respostas, entre outras.

Por último, no IV capítulo, iremos abordar o ***Fundo bibliográfico da Livraria do Convento da Arrábida***, que vai ao encontro de um dos objetivos específicos, e que nos vai permitir abrir portas a uma melhor compreensão daquilo que a *livraria* do convento representava outrora, e como foi a perpetuação desta ao longo dos séculos, tendo como objeto de estudo o fundo documental da *Livraria*.

O conteúdo documental da *Livraria* será analisado sob o prisma da evolução histórica. A *Livraria* do Convento de Nossa Senhora da Serra da Arrábida conheceu etapas cronológicas distintas, relacionadas com as instituições a que pertenceu ao longo dos séculos. Neste contexto distinguimos três etapas cronológico-institucionais:

- 1539-1834 – Convento de Arrábida, Ordem dos Frades Menores;
- 1834-1990 – Casa de Palmela;
- Desde 1990 - Fundação Oriente.

A análise da *Livraria*, em termos cronológicos incidirá sobre o período compreendido desde a fundação até à extinção do convento, ou seja, de 1542 a 1834. O ponto central deste capítulo será a análise dos registos bibliográficos contidos em fontes já referidas: o *Catalogo Alfabético dos Livros, que se açhão assim na Livraria como nas Cellas dos Religios.-os deste Convento*, redigido em 1769-1770 para ser remetido à Real Mesa Censória e o inventário de extinção *Inventário dos Bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Arrábida*, elaborado em 26 de agosto de 1834, ambos criados durante a existência eclesiástica da *livraria*.

Com esta análise, pretendemos saber as características que um fundo documental de uma biblioteca conventual, específica, comporta: tipologia de livros, áreas temáticas, línguas, autores, anos de edição, formatos dos documentos e outras informações pertinentes, que possam surgir das fontes utilizadas, como por exemplo, marca de posse ou proveniência no caso das doações.

As ***Considerações finais***, bem como os anexos e/ou quadros derivados deste projeto, irão concluir o presente projeto.

Metodologia

O que se pretende estudar e conhecer sobre um determinado tema, marca os caminhos a seguir para procurar respostas ou soluções às perguntas e objetivos estabelecidos. A observação de Aires (2011), “Quando se estuda a informação, é fácil perder a orientação”, é válida para qualquer campo de investigação que opera com qualquer tipo de informação/dado. Desta afirmação resulta a importância da metodologia, ou seja, da escolha dos métodos de trabalho no processo de investigação. Qualquer atividade de estudo e investigação passa por processos de pesquisa da informação, de seleção da informação, de interpretação e análise da informação selecionada, seja para confirmar ou para contestar um facto, um dado, etc., e que, em suma, se traduz na produção de outra/nova informação. Um círculo que tem como ponto central a *informação*, no senso *lato*, da qual partem as mais diversas variáveis/valores semânticos e formais, passando por processos de análise e interpretações, que abrem outras ramificações e rumos ou que voltam ao ponto de onde partiram, mas sempre, seja num caso, seja no outro, com um novo sentido epistemológico.

Para que este processo em torno da *informação*, com todos os envolventes inerentes ao comportamento desta, decorra de forma coerente e coesa, foram desenvolvidos métodos e técnicas de pesquisa e de investigação. Cada área de conhecimento, incluindo as Ciências da Documentação e Informação, tem os seus campos de investigação próprios, que projetam métodos e técnicas de investigação distintas a partir do objetivo de pesquisa de um determinado estudo. Aires, ao fundamentar as técnicas de investigação, neste caso de investigação qualitativa, afirmando que “[...] qualquer atividade científica se enquadra num conjunto de coordenadas espaço-temporais e sócio - históricas que condicionam e justifica as suas opções metodológicas” (AIRES, 2015, p. 4), denota o quadro complexo de métodos e procedimentos de investigação.

Quais são os elementos que condicionam as opções metodológicas num campo de estudo? O enunciado ou tema da pergunta de partida, que, segundo Quivy e Campenhoudt (2005) é a primeira etapa na definição de um projeto, é igualmente um dos componentes chave que traçará o rumo do desenvolvimento da investigação, “servirá de primeiro fio condutor da investigação” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005, p. 44).

No nosso caso, o tema que sobressai da pergunta de partida do nosso projeto *Como se estruturava e organizava, nas suas dimensões espaciais e documentais, a Livraria do*

Convento da Arrábida nos séculos XVI-XIX, irá delinear as orientações metodológicas de elaboração do projeto. A pergunta de partida leva a definir, ainda, o objetivo principal deste estudo que é: definir a identidade da *Livraria* enquanto espaço físico e de informação/memória entre 1542-1834. Neste propósito temos dois pontos que se evidenciam, ou por outras palavras, dois polos dos quais partem os objetivos específicos. O primeiro tem a ver com o próprio espaço físico, sobre o qual pretendemos saber: quando foi constituído, onde se encontrava no contexto conventual, o que representava ou, se ainda existe, o que representa no momento atual. O segundo visa analisar o acervo documental a partir de várias perspetivas, no espaço cronológico de 1542-1834.

Tratando-se de uma *livraria* eclesiástica do século XVI-XIX, temos de ter em consideração ainda variáveis laterais, mas indispensáveis ao entendimento do contexto histórico-social tanto do Convento da Arrábida e da sua comunidade, como da sua *Livraria*, que compreende uma caracterização a nível geral para conhecer e enquadrar o particular – a *Livraria* do Convento da Arrábida. Portanto, partindo do princípio de que já se conhecem os elementos que se tencionam estudar, ou seja “o quê?”, segue-se definir o “como?” investigar e abordar os aspetos acima enunciados.

Com base no exposto, a opção metodológica a aplicar neste trabalho, para concretizar os objetivos estabelecidos, centra-se na análise documental, nas técnicas de metodologia qualitativa e quantitativa e quando oportuno, no método comparativo. Relativamente aos métodos de investigação qualitativa e quantitativa, de forma sucinta, segundo Fidel (2008), metodologia qualitativa compreende métodos que produzem textos, enquanto metodologia quantitativa produz números. Mais explicitamente, a partir da definição de Heting Chu (2017), sabemos que: “*Statistical or quantitative techniques (e.g., central tendency measures, significance tests) will be applied to analyze numeric or quantitative data. By contrast, qualitative techniques (e.g., qualitative coding, content analysis) are employed to analyze textual (e.g., words, phrases, passages, discourses) or qualitative data.*” No entanto, durante os processos de estudo para análise ou desenvolvimento do mesmo tópico, pode utilizar-se mais do que um método, de modo sequencial ou interrelacionar. Neste caso, Heting Chu (2017) defende a utilização de métodos designados mistos, dado que [...] *some methods can be used alone, whereas other [...] have to be employed in conjunction with another method*” (CHU, 2017), observação que se aplica ao nosso trabalho.

Definidos os métodos, a seguir iremos descrever as etapas de elaboração do trabalho conjuntamente com os métodos utilizados.

Depois da formulação da pergunta de partida, o passo seguinte consistiu em pesquisa documental também designado de método da análise documental. Neste contexto, relativamente à análise documental, Richardson, et al. (1999, p. 230, citado por GARCIA JUNIOR, 2017, p. 141) diz que “ela consiste em uma série de operações que visam estudar documentos no intuito de compreender circunstâncias sociais e económicas”. É um momento importante no processo de investigação, dado que da quantidade e qualidade da informação encontrada sobre o objeto de estudo depende o desenvolvimento deste.

Aplicando ao nosso projeto, a análise documental foi efetuada na perspetiva de localizar e identificar documentos que proporcionem um leque informativo sobre aspetos das *livrarias* conventuais portuguesas em geral, e sobre a *Livraria* do Convento em análise, em particular. Temos que referir que a identificação da bibliografia necessária para a análise dos momentos referidos efetuou-se através da pesquisa nos recursos institucionais disponíveis *on-line*, isto é, bases de dados das universidades, da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A pesquisa foi conduzida sob duas perspetivas. A primeira visava encontrar e analisar documentos que definissem o estado de arte das *livrarias* conventuais no Antigo Regime com todos os aspetos envolventes. Ainda neste contexto, mas através da análise do conteúdo documental, procurou-se encontrar pontos de referência ou aspetos característicos que permitissem conhecer melhor as respetivas instituições considerando vários aspetos: constituição de *livrarias*, práticas de aquisição de livros, práticas de leitura, áreas de conhecimento integrados, modos de localização e/ou organização dos livros na *Livraria* ou no espaço conventual. A partir da análise do conteúdo foi construída uma reflexão sobre os aspetos em questão que, englobada no âmbito da Revisão de literatura, faz objeto do I capítulo da tese.

A segunda orientação da pesquisa documental foi dirigida para identificar documentos que contemplassem a *Livraria* do convento, mas também que incidissem sobre a constituição do complexo conventual e a identificação da comunidade que o integrava. Conhecer o contexto histórico do Convento da Arrábida, as conjunturas sociais e religiosas da comunidade arrábida que permitissem situar a *Livraria* do Convento no contexto temporal real, explorar o “todo” para conhecer e compreender *o uno*, foi o nosso objetivo nesta fase, que fizeram objeto de análise documental e do conteúdo do II

capítulo da presente tese. Um processo que se enquadra no âmbito de investigação qualitativa, a qual se aplica de modo tão ajustado a definição de Ary [et al.] (2010, p. 29): “*Qualitative researchers seek to understand a phenomenon by focusing on the total picture rather than breaking it down into variables. The goal is a holistic picture and depth of understanding rather than a numeric analysis of data.*”

Por outro lado na construção deste capítulo, que visa a constituição do convento e da comunidade que o integrava, utilizamos também fontes primárias que permitem a reconstituição da comunidade arrábida, sendo estas os dois volumes *Espelho de penitentes e Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida* (1728-1737) de frei António de Piedade e de frei José de Jesus Maria, bem como um manuscrito anónimo - *Freires da Arrábida*² (1840? a 1897?) -, entre outras.

A análise documental revelou ainda que os estudos sobre a *Livraria* do Convento da Arrábida enquanto espaço físico, assunto abordado no III capítulo, são escassos, se não inexistentes. Nem as fontes primárias, nem os estudos mais recentes, (PERESTRELO, 1952; PEREIRA, 2006; PACHECO, 2012; QUINTELA, 1996), que são de carácter mais histórico ou arquitetural, conseguiram oferecer uma imagem suficientemente completa sobre a *Livraria* enquanto espaço físico e organizacional. É uma constatação que nos levou a recorrer a uma pesquisa no terreno. Para o efeito, foi visitada a *Livraria* do Convento, durante a qual foram recolhidos dados sob forma de imagens ou medidas, sendo estas necessárias para caracterização do espaço da *Livraria*.

Resumindo, relativamente à aplicação da metodologia na elaboração dos capítulos II e III, esta incidiu preponderantemente sobre o método qualitativo, uma vez que resultou na construção de textos através de observação, descrição e interpretação dos factos e “fenómenos tal como se apresentam” (FORTIN, 2003).

Todavia, temos de referir que o processo de análise documental ou de exploração das leituras permite definir a problemática, que segundo Quivy (2005), assenta em dois momentos: “fazer o balanço das diversas abordagens do problema e de elucidar as suas características de base essenciais” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005, p. 96), enquanto “O segundo momento consiste na atribuição de uma problemática. Esta fase da investigação é crucial” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005, p. 100).

Outra condição *sine qua non* na formulação da problemática, segundo os mesmos autores (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005, p. 104), consiste na interação entre a

² Título atribuído

pergunta de partida e os objetivos delineados, ou seja a problemática identificada pode interferir na reformulação da pergunta da partida, por exemplo. Com base no exposto refere-se que, no nosso caso, a problemática visa a Identificação da *Livraria* como espaço organizacional e físico no contexto do Convento da Arrábida e a Análise do acervo com base no Catálogo de 1769-1770 e Inventário de extinção de 1834.

Em relação ao segundo objetivo do presente trabalho, que consiste na análise do acervo documental, constituído entre 1542-1834, baseou-se em fontes primárias como: o *Catalogo Alfabético dos Livros, que se açhão assim na Livraria como nas Cellas dos Religiosos deste Convento*, redigido em 1769-1770 para ser remetido à Real Mesa Censória, e o inventário de extinção que dá pelo nome completo de *Inventário dos Bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Arrábida, Villa Nogueira de Azeitão*, elaborado em 26 de agosto de 1834. A transcrição destas fontes primárias, efetuada na biblioteca do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi a primeira etapa que precedeu a análise do acervo a partir das mesmas. Ainda no que diz respeito à análise do acervo, deve ser frisado que o estudo mais completo que existe sobre a *Livraria* é o *Catálogo da Livraria do Convento da Arrábida* de Ilídio Rocha. Apesar de o levantamento documental ter sido efetuado em 1994, ou seja num contexto temporal diferente daquele em que a *livraria* foi constituída e esteve ativa, entre 1542-1834, não anula a pertinência do estudo para o conhecimento do que representava a *Livraria* ancorada no período referido.

No entanto, “[...] as bibliotecas vivem das coleções que estão sempre associadas a um tempo histórico e, portanto, os documentos (livros e outros) transmitem o entendimento desse instante [...]” (BRITO, 2013, citado por CABRAL, 2013, p. 6). A interpretação que se pode fazer é que ao longo dos cinco séculos de existência, a coleção que se encontra atualmente na Fundação Oriente, conheceu fluxos e refluxos que decididamente deixou marcos indetetáveis, difíceis de revelar sem os pilares de suporte edificados naquela dimensão temporal. No nosso entendimento, os respetivos suportes compreendem os catálogos e/ou inventários ancorados nos séculos XVI-XVIII, que permitirão situar o acervo no período real em que foi construído, sendo estas as variações que procuraremos identificar para acrescentar ao estudo já existente sobre a *Livraria* do Convento.

Deste modo, no que diz respeito à análise do acervo, os valores e os indicadores desta incidirão sobre elementos como o número de livros ou variáveis reportados aos mesmos, a saber: áreas temáticas, línguas, anos de edição, autores, entre outros. Para

facilitar o processo de análise, mas também para assegurar a fiabilidade dos resultados, os dados foram recolhidos e processados em folhas do *Microsoft Office Excel*.

Ainda nesta fase de análise, para a identificação ou confirmação das obras, dos autores ou dos outros elementos, e quando necessário, recorremos às obras de referência *Biblioteca Lusitana* (1741-1759 reprod.1965-1967) de Diogo Barbosa Machado e *Diccionario bibliographico portuguez* (1858 reprod.1973) de Inocêncio Francisco da Silva, ao já referido *Catálogo da Livraria do Convento da Arrábida* (1994) elaborado por Ilídio Rocha e utilizámos ainda as bases de dados como *Worldcat* ou *Iberian books*.

O método de estudo deste capítulo situa-se preponderantemente no campo metodológico quantitativo. No entanto, além dos dados quantificados com fundamento numa realidade particular e não generalizada, que *per se* permitem também uma avaliação qualitativa, foram igualmente processadas informações de carácter não quantitativo. Portanto poderíamos afirmar que o método abordado nesta parte do trabalho foi misto, mas com preponderância do método de carácter quantitativo.

1. As bibliotecas conventuais no Antigo Regime: revisão de literatura

A presente revisão de literatura, que se enquadra no âmbito do estudo da *Livraria* do Convento de Nossa Senhora da Arrábida, pretende abordar elementos que definiram a existência (constituição, organização e funcionamento) das *livrarias* conventuais em Portugal no Antigo Regime. Qualquer tentativa de conhecer melhor as *livrarias* conventuais procura investigar aspetos inerentes à atividade destas bibliotecas no período referido, tais como: o modo de organização das bibliotecas, a constituição dos fundos, as áreas de conhecimento que integram, o modo de utilização do livro, as práticas de leitura, a relação com a comunidade, o papel da *livraria* na formação da comunidade, entre outros. Trata-se de uma tarefa nem sempre fácil de realizar devido aos contextos não muito favoráveis, ao “silêncio” que ainda permanece à volta destas *livrarias*, aos caminhos e descaminhos próprios que as *livrarias* conventuais portuguesas percorreram.

Durante o Antigo Regime, foram dois os marcos que tiveram um impacto determinante sobre as *livrarias* conventuais: a criação da Real Mesa Censória por Alvará de 5 de Abril de 1768, durante o período pombalino, com o objetivo de fiscalizar e exercer o controlo dos livros em circulação, e a extinção das Ordens Religiosas através do Decreto de 28 de Maio de 1834. O primeiro visou a destruição ou proibição dos livros considerados perigosos ou inconvenientes ao espectro de interesses do Estado, o que condicionou o desenvolvimento das coleções das bibliotecas em geral e das *livrarias* conventuais em particular. O segundo não destruiu livros, mas extinguiu as *livrarias* pertencentes às instituições religiosas, dispersando e encaminhando os núcleos bibliográficos conventuais para diversas bibliotecas da forma como as políticas liberais bem o entenderam na altura, alterando efetivamente o paradigma das *livrarias* conventuais para *livrarias* públicas.

Paradoxalmente, as ações que levaram à desconstrução ou destruição destas *livrarias* foram acompanhadas de medidas que contribuíram para a elaboração de documentos de inventariação de livros – catálogos e inventários - sendo estes, hoje em dia, não só incontestáveis testemunhos daquilo que as *livrarias* conventuais eram outrora, mas também eles, servem de valiosos instrumentos de investigação na perspetiva de reconstituição destes verdadeiros santuários espirituais e de saberes. Mais especificamente, referimos o Edital da Real Mesa Censória, de 10 de Julho de 1769, que solicitava relações das bibliotecas particulares, incluindo religiosas, conforme um

esquema de classificação predefinido, o que resultou, à escala nacional, em criação de catálogos e inventários de livros que as respetivas bibliotecas integravam.

Na mesma ordem de ideias, mais tarde, após cerca de seis decénios, o Ofício do Tesouro Público aos prefeitos das diferentes Províncias do Reino, nas “*Instruções para cumprimento do decreto de 30 de Maio de 1834*”, que extingue os conventos e incorpora os seus bens nos Próprios Nacionais, menciona no ponto 3 a realização de inventários dos objetos, referindo-se na alínea 4 especificamente às *livrarias* e aos manuscritos (BARATA, 2003, p. 26). Portanto, a inventariação dos bens das instituições religiosas incluía também os livros.

A elaboração pontual de catálogos e inventários em 1769 e 1834, e o estudo dos mesmos, permitiriam avaliar, ainda que não na sua dimensão total, os fundos documentais das *livrarias* conventuais antes da extinção. No entanto, para compreender melhor a dinâmica das *livrarias* conventuais, seria necessário tentar encontrar uma identidade que as defina, tendo em conta o contexto histórico, cultural e político do Antigo Regime.

A pesquisa bibliográfica realizada para este fim revelou que as *livrarias* conventuais são menos contempladas nos estudos da bibliografia nacional, comparativamente a outros tipos de bibliotecas, como bibliotecas pessoais, universitárias ou públicas, “os temas mais abordados na história das bibliotecas portuguesas” (RAIMUNDO, 2008, p. 201).

Por um lado, esta constatação condicionou a seleção da bibliografia em termos cronológicos. No entanto, consideramos que o discurso histórico que o próprio tópico comporta permite-nos um alargamento cronológico até à década dos anos 80 do século passado. Por outro lado, o mesmo facto serve de justificação e pertinência ao estudo atual, que pretende derramar alguma luz sobre as bibliotecas que viveram e sobreviveram em tempos e lugares nem sempre de fácil acesso, nem de fácil conhecimento, considerando os contextos históricos e políticos de outrora.

À procura de pontos orientadores para este estudo, foram selecionadas as obras e os artigos mais representativos que, de uma forma ou outra, abordam aspetos sobre a constituição, organização e funcionamento das *livrarias* conventuais no contexto português, nomeadamente no Antigo Regime.

Uma obra imprescindível na introdução ao mundo das *livrarias* conventuais portuguesas na sua dimensão global é *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*, de Paulo Barata, publicada em 2003. O trabalho de Barata está centrado na atividade do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos de 1834 a

1841. A mesma consistia na arrecadação dos livros dos conventos extintos e distribuição para bibliotecas de utilidade pedagógica e pública, tais como universitárias, liceais, públicas, em conformidade com a temática e valor patrimonial. O próprio processo de armazenamento e repartição dos livros interessa menos para o estudo atual. A relevância deste trabalho expressa-se no facto de que permite compreender a dimensão através dos quadros “mais completos que conhecemos relativamente à realidade dos conventos em Portugal no século XIX” (BARATA, 2003, p. 239-240), das *livrarias* conventuais antes da extinção, ainda que incompleta, devido a:

A ausência de números gerais representativos e fiáveis relativamente às livrarias arrecadadas no todo nacional faz com que apenas apresentemos em anexo os quadros com os números existentes, sem que deles façamos grandes extrapolações. Anote-se, por exemplo, que nos mais de 560 conventos referenciados, muitos deles são hospícios, enfermarias e hospitais, outros são femininos, incluindo os recolhimentos, que não foram extintos, outros, embora estando referenciados, já não existiam à época, outros ainda não possuíam biblioteca digna desse nome mas apenas um conjunto de livros, ou nem sequer isso. Menos de 250 possuem livrarias referenciadas e destas só se conhece o número de livros existentes relativo a menos de 70, facto que só por si condicionam qualquer leitura global rigorosa (BARATA, 2003, p. 240).

Numa tentativa de colmatar a “*ausência de números gerais*” e de outras informações, que permitiriam construir uma identidade das *livrarias* conventuais, a *Clavis Bibliothecarum* de Luana Giurgevich e Henrique Leitão (2016) mostra-se de grande utilidade. Não é propriamente um estudo, é, de facto, uma “chave”, como o próprio título enuncia, é um instrumento de investigação que reúne, na primeira parte, uma lista de 901 catálogos, índices, inventários e outras listas provenientes de cerca 400 instituições religiosas. Na segunda parte, inclui a transcrição de documentos sobre a vida interna das bibliotecas “essenciais para o conhecimento da história destas [...]” (GIURGEVICH e LEITÃO, 2016. p. L), que não deixam de ser realmente enriquecedoras, dado a escassez deste tipo de informações na bibliografia nacional. Uma síntese introdutória, baseada na análise dos estatutos e regulamentos das instituições religiosas, expressa informações elucidativas acerca da constituição das bibliotecas, nomeadamente sobre as políticas de aquisição praticadas por estas, que serão abordadas mais à frente.

Para se achar facilmente o que se busca: biblioteca, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII), de Fernanda Campos, publicada em 2015, é uma obra baseada na tese de doutoramento com o título “*Bibliotecas de História: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*”, que pretende caracterizar a biblioteca religiosa do século XVIII. Os respetivos estudos têm como fonte de análise os catálogos entregues à Real Mesa Censória, que se encontram na Torre do Tombo, e os “catálogos feitos para ajudar a registar as existências nas bibliotecas e para servir de auxiliar de busca aos respetivos leitores, elaborados na segunda metade do século XVIII e início do XIX que nos desvendaram as modalidades organizativas daquelas instituições” (CAMPOS, 2015, p. 24), mas também os próprios livros que foram integrados na Biblioteca Nacional em consequência da extinção das Ordens Religiosas. Apesar do foco deste trabalho ser o livro de História nas bibliotecas religiosas de Lisboa no século XVIII, encontramos também questões, relacionadas com práticas de leitura ou modalidades organizativas nas bibliotecas, que apresentam interesse para o nosso projeto.

Numa outra ordem de ideias, a publicação de Fernanda Campos, assim como a de Giurgevich e Leitão, sendo mais recentes e de carácter mais global no que diz respeito às *livrarias* conventuais, apresentam-se como fontes ricas em referências bibliográficas que podem servir-nos de apoio neste sentido.

No intuito de traçar uma identidade das *livrarias* conventuais no Antigo Regime, mas também para ter uma perspetiva comparativa a nível europeu, nomeadamente no que diz respeito aos aspetos relacionados com a constituição dos acervos, apresenta interesse o estudo de Claude Jolly, *Unité et diversité des collections religieuses* (1988). O mesmo expõe os critérios de modelos dominantes e particularidades que caracterizavam as *livrarias* conventuais. Assinala-se que o percurso das *livrarias* conventuais portuguesas tem afinidades com o das *livrarias* conventuais francesas.

Os artigos consultados incidem sobre práticas de leitura, mas também sobre análise das áreas de conhecimento e organização das *livrarias*. Referimos: *Do recomendado ao lido: direcção espiritual e prática de leitura entre franciscanas e clarissas em Portugal no século XVII* de José Adriano de Freitas Carvalho (1997); “*Nobres leteras... Fermosos volumes...*”, *inventários de bibliotecas de franciscanas observantes em Portugal no século XV* de José Adriano de Freitas Carvalho (1995); *As bibliotecas nos mosteiros da antiga congregação beneditina portuguesa* de José Amadeu Coelho Dias (2011); *Bibliotecas antigas. Um elemento para a História da Ciência* de Luana

Giurgevich (2013); *O paradigma organizativo das bibliotecas monásticas e conventuais* de Fernanda Campos (2013); *As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses apos a sua extinção* de Paulo Barata (2011); *O sagrado e o profano nas leituras torrienses na segunda metade do século XVIII* de Ricardo Raimundo (2008).

A bibliografia consultada possibilitou delinear os subtemas pertinentes para a construção do tema em análise, que visam traçar uma imagem global das *livrarias* conventuais no Antigo Regime, mas também que irão nortear, em alguns aspetos, o estudo da *Livraria* do Convento da Nossa Senhora de Arrábida. Os mesmos são: constituição das bibliotecas conventuais, práticas de aquisição de livros, áreas de conhecimento, organização dos fundos documentais, práticas de leitura.

Para uma melhor perceção, optámos por estruturar esta revisão de acordo com os tópicos acima mencionados.

1.1. Constituição das *livrarias* conventuais

As bibliotecas das ordens religiosas foram, ao longo dos séculos, presenças de evidente importância não meramente no âmbito das instituições religiosas, mas também elas deixaram marcantes reflexos sociais e culturais em toda a Europa, no geral, e em Portugal, em particular.

Campos (2013) e Giurgevich e Leitão (2016) afirmam que a existência de uma *livraria* nas instituições de vida consagrada era uma realidade que as próprias regras e estatutos que presidiam à organização dessas instituições impunham, ou seja, “o funcionamento regular destas livrarias era impulsionado por regulamentos e outros instrumentos normativos” (GIURGEVICH e LEITÃO, 2016).

A instituição de regras e normas de funcionamento das *livrarias* religiosas não surgiram por acaso. Segundo Dias (2011), ainda S. Bento da Núrcia (480-547), fundador da ordem mais antiga da Igreja Católica, dizia que “*o que o pão é para o corpo é a leitura para o espírito*” (DIAS, 2011, p. 138), consagrando desta forma como regra da ordem que “*à mesa dos monges nunca faltasse a leitura*”. Portanto, é desta forma explicada, e igualmente compreensível, a importância que as instituições atribuíam aos livros e implicitamente aos espaços destinados às práticas de leitura.

Uma *livraria*, dentro de uma instituição, tinha um espaço próprio bem definido, de acesso mais ou menos restrito. As *livrarias* conventuais eram constituídas com a

finalidade de serem úteis aos religiosos para cumprirem as missões impostas pela ordem. Todavia, a atividade destas ia além de serem apenas espaços de retiro espiritual, tal como Giurgevich e Leitão descrevem:

As bibliotecas das congregações serviam de fins muito diversos. Foram centros de espiritualidade e de vida religiosa, mas também centros de acumulação e preservação de saber antigo e grandes repositórios de conhecimento de cada época; foram polos de vastos movimentos pedagógicos, locais de estudo e reflexão; foram centros de irradiação de saber, foram durante séculos, testemunhos proeminentes do papel da Igreja Católica como a mais importante força cultural da Europa (2016, p. XV).

Assim, para Giurgevich e Leitão (2016) as bibliotecas conventuais apresentam-se como sendo uma instituição bastante valiosa e rica, não somente em termos de acervos guardados e preservados, mas também em termos de dinâmica de atividades e práticas direcionadas para a evolução espiritual e desenvolvimento intelectual da comunidade interna ou externa à instituição religiosa.

Numa abordagem mais específica, os “fins diversos” serviam de objetivos para a constituição de coleções, definiam a estrutura, a qualidade e quantidade das coleções. Neste sentido, para compreender melhor a natureza e a vida das bibliotecas no Antigo Regime, Jolly (1988, p. 16) refere modelos de *livrarias* baseados em princípios de acordo com a localização geográfica da *livraria* (periférica ou central), com a sua finalidade e com a sua orientação ideológica.

Em relação ao primeiro aspeto, as diferenças entre bibliotecas provinciais e urbanas derivavam da estrutura demográfica e das necessidades intelectuais, determinando assim o carácter das coleções. As *livrarias* religiosas situadas numa zona urbana, apresentavam-se melhores em qualidade e quantidade, e também mais abertas às produções impressas. Estas coleções eram destinadas, em primeiro lugar, à “*elite du pouvoir et savoir*”.

No caso das *livrarias* provinciais, estas albergavam coleções mais antigas, mais pobres, nomeadamente no que diz respeito às temáticas, que por vezes eram apenas de índole religiosa. A finalidade da ordem, *que vai desde acções de caridade a contemplação, passando por predicação*, é igualmente um fator de influência no processo de constituição das coleções, determinando tanto a temática quanto a dimensão das *livrarias*. Para estabelecer uma relação ordem-finalidade, os beneditinos e jesuítas

construíam as *livrarias* de acordo com as suas orientações para o ensino e estudo, enquanto as *livrarias* dos dominicanos serviam mais para a procura teológica e predicação. Já no caso dos lazaristas e franciscanos, nomeadamente, dentro destes últimos, dos capuchos e/ou arrábidos, que seguiam o caminho da austeridade e dedicavam-se principalmente a ações de caridade, a constituição das suas *livrarias* era extremamente limitada por essa mesma austeridade.

O aspeto ideológico é outro critério que tem o seu papel definatório na composição dos conteúdos dos fundos conventuais. As guerras religiosas do Antigo Regime, por exemplo entre jesuítas e jansenistas, “*se retrouvent naturellement dans les bibliothèques, les **libri prohibiti** des uns pouvant constituer les ouvrages de base des autres et vice versa*” (JOLLY, 1988, p. 19).

Estes aspetos referem-se à diversidade das *livrarias* religiosas entre si, com as particularidades distintas que as diferenciam umas das outras. No entanto, o mesmo autor traça ainda características para a maior parte das *livrarias* religiosas do Antigo Regime, que permaneceram e se afirmaram durante séculos. Trata-se da capacidade de durar, austeridade, peso da tradição e, de uma forma relativa, peso da interdição (JOLLY, 1988, p. 11).

1.2. Constituição dos fundos bibliográficos: práticas de aquisição

Para Campos (2015, p. 124), a prática de aquisição dos livros é o “*primeiro elemento organizativo*” numa biblioteca, é “*a marca da biblioteca, o testemunho indelével da sua pertença*”. No entanto, que modalidades de constituição e enriquecimento do fundo bibliográfico praticavam as *livrarias* conventuais para desenvolver as suas coleções? Existiam políticas de aquisição de documentos? Se sim, como eram definidas e aplicadas numa época em que a produção dos livros era escassa e bastante cara, quando o próprio livro servia um público restrito, pois, poucos eram aqueles que sabiam ler e escrever?

Respostas mais completas a estas perguntas pertinentes, que possibilitem desenhar uma visão global acerca do desenvolvimento de coleções das *livrarias* conventuais portuguesas no Antigo Regime, encontramos nas obras já referidas de Campos (2015) e Giurgevich e Leitão (2016), que não se limitam apenas em referir as práticas utilizadas,

mas ilustram através de exemplos ricos e concretos as modalidades de aquisição de livros. Na análise das práticas de aquisição, nomeadamente no que diz respeito às doações, Campos (2015) parte das inscrições registadas nos próprios livros, integrados na Biblioteca Nacional em consequência da extinção das ordens religiosas. Por outro lado, Giurgevich e Leitão (2016) baseiam-se em fontes das próprias instituições religiosas, como, por exemplo, inventários e catálogos.

No início do Antigo Regime, a produção manuscrita de livros próprios no *Scriptorium* da instituição religiosa (os que dispunham deste tipo de laboratório de escrita), como forma de enriquecimento das coleções da mesma, que caracterizava o período antes do surgimento e difusão da imprensa, ainda se mantinha.

No entanto, além desta forma de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas religiosas, Campos (2015, p. 124) refere como práticas comuns de constituição de fundos bibliográficos as doações e legados de livros ou de coleções privadas, a aquisição por compra, a oferta “pontual” e a “passagem de mão” entre instituições. O que para Campos constituem *práticas comuns*, para Giurgevich e Leitão (2016, p. XXVII) são um conjunto de práticas, que podem ser qualificadas de verdadeiras *políticas de aquisição*.

Chegaram até ao momento presente várias fontes que definiram e registaram as vias de utilização para as aquisições de livros, onde notamos uma evidente preocupação das instituições religiosas em completar as suas *livrarias* com livros bons e necessários às suas atividades. Os livros de contas de instituições religiosas, a correspondência, os inventários das bibliotecas confirmam esta realidade.

Nos inventários, por exemplo, encontramos referências sobre a modalidade de aquisição dos livros através da oferta, os que “ficaram para a comunidade, por morte de alguns dos seus membros” (CAMPOS, 2015, p. 125). Muitas vezes as doações eram assinaladas no próprio livro, através da inscrição manuscrita, que continha o nome do doador. Para ilustrar: “*Do Bispo de S. Paulo p.^a a Livraria de S. Francisco da cidade de Lx.^a [Lisboa]*” (CAMPOS, 2015, p. 135).

Em relação à incorporação de *livrarias* particulares após a morte de um dos seus membros, cada congregação tinha regras específicas sobre a incorporação de livros por morte de um religioso. Testemunhos desta forma de completar as coleções servem tanto as inscrições manuscritas no próprio livro ilustrado por Campos (2015, p. 133):

“Pertence a Livraria da Penha por morte do [Irmão] Fr. António de Passos, como os inventários post mortem.

Não são menos importantes as doações de *livrarias* particulares pertencentes à comunidade exterior, que procuravam alcançar a segurança da sua utilização no seio de uma *livraria* conventual. “Com a sua infra-estrutura, a sua estabilidade e o seu cuidado com os fundos bibliográficos, as instituições religiosas eram uma garantia de preservação de colecções que de outra forma andariam perdidas” (GIURGEVICH e LEITÃO, 2016, p. XXXI).

A compra de livros nas *livrarias* religiosas era bastante utilizada e alcançou uma certa evolução com o aparecimento da imprensa. Este sucedimento determinou formas organizadas de aquisição, tal como a elaboração de catálogos de venda, consultados periodicamente pelo bibliotecário, que, entre outras tarefas atribuídas em virtude da sua função, devia acompanhar as novidades livrescas e em correlação com as necessidades da comunidade religiosa, proceder à encomenda e compra com a autorização dos superiores.

Outras formas de compra praticadas realizavam-se entre instituições religiosas e da mesma forma recorria-se à aquisição de livros pertencentes a particulares (CAMPOS, 2015, p. 127). Giurgevich e Leitão (2016, p. XXVII) afirmam que para este efeito, as *livrarias* recebiam rendas anuais fixas, destinadas exclusivamente à aquisição de livros, mas também beneficiavam de verbas ocasionais e temporárias, que por vezes podiam ser muito elevadas. Como outras fontes de verbas, o autor refere os lucros obtidos da venda dos espólios dos defuntos, o lucro proveniente da impressão de livros da autoria dos religiosos, como ainda da venda de livros duplicados, em mau estado, inúteis e supérfluos. Todas estas são práticas que denotam espírito de uma boa gestão, orientada para utilizar todos os meios e mecanismos possíveis para alcançar os livros necessários. Apesar de se registarem diferenças significativas entre as diferentes ordens, a existência e a manutenção de diversos mecanismos de aquisição de obras, a incorporação de novos fundos e garantia de financiamento, permitiram às bibliotecas eclesiásticas uma grande estabilidade e que muitas delas aumentassem paulatinamente as suas existências ao longo dos séculos.

1.3. Organização dos documentos

Um outro aspeto importante na organização e funcionamento das *livrarias* é a arrumação dos livros e a classificação dos conteúdos destes. Quando falamos da ordem ou do modo de arrumação do livro numa instituição religiosa em geral, segundo Giurgevich (2013), temos que ter em conta a estrutura organizacional do espaço físico do estabelecimento e as atividades dos religiosos. Neste contexto, o ato de leitura ou a utilização do livro não ocorrem exclusivamente na *livraria*. Jolly descreve esta realidade como característica para a maior parte das instituições religiosas europeias: “[...], sous l’Ancien Régime, dans les églises et maisons religieuses [...], les livres sont partout: dans les cellules des religieux, dans l’appartement de l’abbé ou du supérieur, rangés ici ou là dans la maison, et d’abord, bien entendu, dans la bibliothèque commune” (JOLLY, 1988, p. 11).

Na mesma onda de ideias, Giurgevich (2013, p. 176-177) relata que: “Os livros encontravam-se dispersos pela totalidade das casas religiosas: das celas dos religiosos à sacristia, do coro à sala do capítulo, do refeitório à capela ou ainda da botica, até às ermidas das cercas dos conventos – numa multiplicação de armários, arcas, estantes.” Ora bem, a dispersão espacial dos livros por *todo lado*, por várias dependências do estabelecimento, a arrumação destes “numa multiplicação de armários, arcas, estantes”, leva-nos a questionar até que ponto tinham um “sistema predefinido” de arrumação, de que modo conseguiam saber onde e o que se encontrava, ou seja, que técnicas de localização e/ou de acesso aos livros utilizavam?

Não se conhecem relatos sobre a ordem propriamente dita dos livros nestas pequenas extensões, mas chegaram informações acerca do que se encontrava nestas pequenas “livrarias”. Relevante neste contexto é o exemplo dos colégios jesuítas, mencionado por Campos (2015, p. 242), que na elaboração dos catálogos tiveram a preocupação de mencionar a localização das coleções: “*Da livraria do Pregador*”, “*Do cobicolo da Rouparia*”, “*Livros do Refeitório*”, etc. De facto, estas menções são frequentes em inventários de sequestro das *livrarias* da Companhia de Jesus, que incluem os inventários das *livrarias* particulares existentes dentro do convento ou mosteiro. Este tipo de situação é referido também, por Giurgevich (2013, p. 177): “Os inventários apontam para uma realidade multifacetada. Existem catálogos e inventários organizados topograficamente que ajudam a perceber a distribuição espacial dos livros.” Não fornecem informações sobre o modo de arrumação dos livros dentro destes pequenos

espaços, mas oferecem indicações sobre livros afetos a estes e as pessoas que os utilizavam.

Numa perspetiva mais esclarecedora, alguns estudos pontuais sobre as *livrarias* religiosas apontam para “o modelo de estantes grandes usado nos repositórios de corte e monásticos, nos quais se dá importância à estética e à funcionalidade na arrumação dos livros: assim os in-fólio encontram em baixo, os de formato in-doze e in-dezasseis em cima” (Cardoso, 2013, p. 365). Este tipo de organização dos documentos evidencia uma ordem por tamanho/formato, sem oferecer indicações relativamente à ordem temática ou alfabética dentro do formato, enquadrando-se num sistema de arrumação, que, segundo Campos (2013, p. 92), é “adequação das estantes aos formatos”. Um outro exemplo recolhemos do catálogo topográfico da *Livraria* do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (Leiria) de 1684, que relata que as obras da *livraria*, cerca de 3300, são arrumadas em 187 *capsellae*, ou seja, cápsulas ou pequenas caixas (GIURGEVICH e LEITÃO, 2016, p. 33). Por sua vez, Dias (2011, p. 147) menciona sobre a arrumação da *Livraria* do Mosteiro de Pombeiro, que a biblioteca ocupava “30 gavetas de pergaminhos, prazos e igrejas”.

Todas estas tipologias de arrumação, no primeiro exemplo por formato, no segundo e terceiro por outros elementos, mobiliários ou não, como gavetas e caixas, que não proporcionam uma noção do tamanho, nem fornecem outras indicações remetem-nos para um tipo de arrumação funcional. Todos estes exemplos não nos ajudam a entender se se utilizava algum tipo de classificação para servir de arrumação.

Todavia, Campos (2013, p. 81) menciona que a “ordem dos livros na biblioteca é fundamental”. Na procura de princípios organizacionais, refere que as *livrarias* de grandes dimensões precisavam de proporcionar a organização e o respetivo acesso aos conteúdos, o que levou à elaboração de catálogos e inventários temáticos e topográficos. Alguns catálogos de bibliotecas religiosas, que estão organizados por ordem alfabética dos autores e títulos de obras anónimas e que não mencionam o esquema de organização física dos livros, são acompanhados de indicações da colocação dos documentos nas estantes. Outros possuem às vezes índices que apresentam uma “classificação muito detalhada sem sistematização das matérias em classes mais elencadas” (CAMPOS, 2013, p. 88). A autora refere como exemplos as *livrarias* do Convento de S. Bento de Xabregas em Lisboa e do Convento de Santo António de Varatojo, cujos catálogos apresentam uma tabela por assuntos, que remete para uma disposição dos documentos nas prateleiras por critérios temáticos.

No entanto, em relação à disposição temática, nem a tabela de assunto “que constitui a própria organização do catálogo” (CAMPOS, 2013, p. 85), nem os índices de matéria, no caso dos catálogos alfabéticos por autor, têm por base um esquema de classificação predefinido a nível nacional ou internacional.

No contexto português, o esquema de classificação por classes torna-se paradigmático, segundo Campos (2013), aquando do Edital da Real Mesa Censória de 10 de Julho de 1769, que exigia que o conteúdo dos documentos fosse classificado em 7 classes: *Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História e Belas Artes*. “Esta era a formalização “institucionalizada” para se fazerem catálogos mas será que [...] era o mais utilizado nas bibliotecas religiosas portuguesas?”, questiona-se Campos (2013, p. 85).

Voltando às tabelas por assuntos e índices de matéria, numa perspetiva geral, segundo a autora, estes instrumentos, aplicados em várias *livrarias* religiosas, seguiam as grandes classes temáticas que nos séculos XVII-XVIII circulavam, mas com hierarquias próprias e subdivisões de assunto, que cada *livraria* considerava por necessário desenvolver, tendo em conta o conteúdo dos documentos, bem como a relação estante-formato.

Portanto, até este momento teríamos nas *livrarias* conventuais uma arrumação por espaço, por formato, por ordem alfabética e por ordem temática, nomeadamente nas grandes *livrarias*.

1.4. Áreas de conhecimento

Como conhecer melhor as áreas de interesse nas *livrarias* das comunidades conventuais, que já há muito que não existem?

Uma fonte significativa acerca dos conteúdos bibliográficos, bem como dos outros aspetos de funcionamento das *livrarias* conventuais durante o Antigo Regime, são os inventários e catálogos elaborados ao longo do tempo. Neste contexto, merece ser mencionada a tipologia dos inventários e catálogos, exposta por Giurgevich e Leitão (2016, p. XXVI), que os divide em dois grupos, a saber “Vida interna” - elaborados pelas *livrarias* na iniciativa das congregações internas, e “Reorganização externa” – realizados pelas *livrarias* na imposição do Estado.

Segundo os mesmos autores (GIURGEVICH e LEITÃO, 2016, p. XXVI), os do primeiro grupo referem: Catálogos de livreria, Inventários gerais dos bens móveis ou específicos da livreria, Inventários *post-mortem* e dos espólios dos religiosos, Inventários de doação, Livros de despesas e listas de livros encomendados/desejados e Livros de empréstimos das obras da livreria. Os do segundo grupo são: Inventários mandados fazer pela Real Mesa Censória, Inventários resultantes do inquérito da Junta do Exame sobre o Estado Actual das Ordens Religiosas e Inventários de sequestro e de extinção (GIURGEVICH e LEITÃO, 2016, p. XXVI)

Obviamente, em termos de descrição das coleções por assuntos, que pudessem oferecer uma imagem clara acerca dos conteúdos bibliográficos conventuais, nem todos os documentos acima mencionados são significativos. Os mais relevantes neste aspeto são os catálogos elaborados para serem remetidos à Real Mesa Censória. O Edital de 10 de julho de 1769 exigia que todos os livros e manuscritos fossem agrupados por temas divididos em sete classes: Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História e Belas Artes. Esta classificação que posteriormente se consolidou como paradigmática no contexto português (CAMPOS, 2013, p. 84), remete-nos para os conteúdos que as coleções das *livrarias*, inclusivamente as religiosas, albergavam.

Sem uma análise prévia, e visto que se tratava de *livreria* conventual cujo objetivo residia em ir ao encontro das necessidades dos religiosos, e tendo em conta o contexto sociocultural no qual a Igreja Católica tinha uma influência decisiva na vida de todos, consideremos como uma variável óbvia que a temática dos livros era preponderantemente religiosa. Admitindo que esta suposição seja verídica, resta saber, neste caso, além de livros de âmbito teológico, quais eram as preocupações espirituais e intelectuais dos religiosos. À procura de esclarecimento neste sentido, tomemos como ponto de partida a análise efetuada por Campos (2015, p. 88) sobre os temas contemplados nos catálogos de 61 bibliotecas religiosas, realizados em 1769 ao pedido da Real Mesa Censória, e onde é apresentado o seguinte quadro temático com as respetivas percentagens: Teologia - 55%, Jurisprudência - 9%, Filosofia - 3%, Medicina - 2%, Matemática - 1%, História - 17%, Belas Letras - 11%.

Numa perspetiva comparativa com os interesses temáticos dos particulares, consideremos um estudo sobre as *livrarias* particulares de Torres Vedras, baseado também em estudo de catálogos que foram submetidos à Real Mesa Censória. Ainda que desigual, pois trata-se de uma abordagem de carácter regional e socioprofissional, a análise em causa, elaborada por Ricardo Raimundo (2008, p. 207), mostra um quadro

temático quantificado, com preferências de leitura ou estudo, não muito diferente dos interesses livrescos dos religiosos: Teologia – 52%, Jurisprudência – 15 %, Belas Letras - 11%, História – 9%, Medicina – 7%, Filosofia - 5%, Matemática -1%. Destes quadros podemos deduzir que as preferências temáticas dos particulares, além da obrigatoriedade de cada um possuir um livro religioso, derivavam das necessidades profissionais. No caso dos religiosos, o facto de integrarem nas suas coleções cerca de 45% de livros de outras áreas de conhecimento, que não de carácter teológico, denota não apenas preocupações de ordem espiritual, mas também um vivo interesse pelo conhecimento e pelo saber em geral.

Numa outra ordem de ideias, o que atesta o horizonte de interesses dos religiosos, podemos destacar um leque de conteúdos mais específicos das coleções religiosas, a partir dos catálogos ou inventários elaborados por *livrarias* conventuais para utilização interna. Meramente a título de exemplo, no Catálogo da *Livraria* dos Conventos dos Congregados de Braga, de 1823, encontramos temas mais alargados, fora do domínio teológico: “*Juristas*”, “*Filozofos e Mathematicos*”, “*Medicos e Cirurgicos*”, “*Chronologos, e Historiadores*”, “*Poética, e Poetas*”, “*Geographos*” (GIURGEVICH e LEITÃO, 2016, p. 364), onde a designação de *Juristas*, *Médicos*, *etc.*, indicam autores de livros de direito, de medicina, sendo estas designações associadas aos temas.

Os inventários de extinção de 1834 não são tão elucidativos em termos de apresentação das áreas de conhecimento das coleções religiosas, devido à estrutura sumária de descrição dos documentos. Estes inventários contêm na sua maioria poucos elementos de identificação dos livros, uns têm carácter mais topográfico, descrevendo os documentos por ordem alfabética do autor ou título com a indicação da disposição dos livros nas estantes.

Neste contexto, é bem-vinda a análise sobre as *livrarias* conventuais femininas, efetuada por Barata (2011, p. 138), que em relação ao conteúdo bibliográfico destas bibliotecas incluía livros litúrgicos, livros de teologia, livros de moral, as hagiografias, as biografias de religiosos, os exercícios espirituais, os livros de cantochão, os martirológicos, as vidas de Jesus, as regras, as histórias e as crónicas das ordens religiosas e dos conventos. Observamos que a temática é preponderantemente de carácter religioso, e segundo o autor, “são raras as obras de temática profana – obras de carácter práctico e cariz funcional como: farmacopeia geral e farmacopeia lusitana, livros de botânica, gramáticas, dicionários, vocabulários, obras para aprendizagem da leitura e da

escrita” (BARATA, 2011, p. 138). Por outro lado, segundo estudos pontuais sobre as *livrarias* de grandes dimensões, a temática apresentava-se bastante extensa e variada, e ia desde a temática religiosa, inclusivamente livros de antigos eruditos, até livros proibidos tais como a “*Encyclopédie*” de Voltaire e Diderot, no caso da Biblioteca do Mosteiro de Tibães, por exemplo (DIAS, 2011; GIURGEVICH e LEITÃO, 2016).

Destes exemplos deduzimos que o conteúdo das coleções varia de *livraria* para *livraria*. A temática, apesar de preponderantemente religiosa, não exclui textos de antigos eruditos ou até livros proibidos, destinados tanto ao apoio às práticas religiosas, bem como ao estudo e ao desenvolvimento pessoal.

Temos de mencionar que o surgimento da imprensa, tal como o envolvimento das instituições religiosas no processo de ensino, contribuíram na dinamização e no enriquecimento das coleções com novos e diversos textos, não apenas de âmbito religioso, mas também de outras áreas.

Estas observações são longe de ser uma análise completa referente ao conteúdo temático das *livrarias* religiosas, tanto na sua dimensão cronológica, como na sua variável institucional. Para conseguir um panorama mais completo seria necessário investigar os catálogos, inventários ou índices elaborados antes ou depois de 1770. Mesmo assim, seria impossível conseguir um delineamento paradigmático, pois nem todas as instituições religiosas tiveram a preocupação de seguir os princípios organizativos na gestão das coleções.

1.5. Práticas de leitura

O conhecimento do que se lia e como se lia nos conventos e mosteiros portugueses no Antigo Regime constituem ainda hoje objetos de estudo em aberto.

À procura de respostas, foram consultados e selecionados, entre outros, os artigos que apresentam maior relevância: “*As bibliotecas nos mosteiros da Antiga congregação beneditina portuguesa*” de José Amadeu Coelho Dias, “*Nobres leteras...Fermosos volumes*”: *inventários de bibliotecas de franciscanos observantes em Portugal no século XV*” e “*Do recomendado ao lido: direcção espiritual e prática de leitura entre franciscanas e clarissas em Portugal no século XVII*” de José Adriano de Freitas Carvalho.

No seu artigo, Dias (2011) evidencia a importância dos mosteiros beneditinos na perpetuação da cultura ao longo da história, considerando as *livrarias* destes “*uma fonte de materiais de memória.*” Esta *realidade* deve-se ao valor indescritível que atribuíam ao livro e ao papel deste na vida dos religiosos. Segundo o autor referido, desde os *primórdios da criação* da primeira ordem religiosa, a de S. Bento, a leitura era muito importante nas instituições religiosas para a evolução espiritual e intelectual dos monges. Os religiosos “sabiam bem que os livros da cultura são tão necessários à vida das instituições religiosas como o alimento para o corpo humano” (DIAS, 2011, p. 139), de modo que nas suas ocupações estabeleceram horas para ler. Desta forma, as atividades dos beneditinos iam além de “*Ora & Labora*”. Tinham um horário rigoroso e distinto não só para orar e trabalhar, mas também para ler, obrigatoriamente, duas horas por dia, e quatro na Quaresma, “havendo quem vá pelas celas verificar se os irmãos estão ou não a ler” (DIAS, 2011, p. 140).

Portanto, o ato de ler no ambiente monástico era sujeito a um conjunto de regras definidas, que diziam respeito à distribuição do tempo e das atividades dos religiosos. Relativamente ao que se lia, numa perspectiva abrangente podemos deduzir o conteúdo das leituras a partir dos inventários e catálogos. Para ilustrar, consideramos relevante o exemplo que Dias traz sobre o conteúdo da *Livraria* do Mosteiro de Carvoeiro, cujo inventário de extinção de 1834 continha secções de Bíblia, Exegese, Patrística, Clássicos gregos e latinos, História monástica, História Pátria, Espiritualidade, Hagiologia, Literatura, Dicionários de línguas (espanhol, francês, toscano, latim), Moral, Medicina, Sermões, Retórica, Gazetas e Folhetos. A presença dos Clássicos gregos e latinos e dos dicionários de línguas mostra um largo espectro de preocupações intelectuais. A que se deve este interesse que não se resume apenas à leitura de textos religiosos ou de espiritualidade, mas procura explorar também outras áreas de cultura e conhecimento?

Acerca das bibliotecas beneditinas portuguesas dos séculos XVI-XIX, Dias (2011, p. 143-144) relata:

Apenas reformada e estabelecida, a Congregação dos Monges Negros de S. Bento do Reino de Portugal (1566-67), logo no Capítulo Geral, reunido no Mosteiro de Tibães (1570), procurou-se dar relevo à formação intelectual dos monges, levando-os, inclusive a frequentar a Universidade de Coimbra. Ai [...], bastantes deles foram mesmo professores, muitos foram pregadores, alguns dedicar-se à história e genealogia, e bastantes

foram cronistas dos mosteiros, diaristas e cronistas da Congregação, professores da Universidade de Coimbra...”

Assim, em virtude da variedade de preocupações referidas e do interesse por várias áreas de conhecimento, a leitura não se limitava apenas a ser um instrumento ou forma de retiro e enriquecimento espiritual. Nestas circunstâncias, o ato de leitura auferia novas dimensões, podendo ser caracterizada como leitura crítica, leitura meditativa, leitura construtiva que podia ter lugar só com base em textos científicos ou literários eruditos e complexos. Trata-se de uma realidade que, transposta no contexto atual, ganha conotações de evidentes atividades de criação de novos conhecimentos, de novos saberes.

Uma realidade diferente da anterior é ilustrada por Carvalho (1995, 1997) nos seus artigos sobre as leituras religiosas, desta vez, das freiras e frades dos conventos franciscanos no século XVII, que faziam parte das ordens mendicantes.

A forma organizacional dos estabelecimentos das ordens mendicantes, que privava os conventos de autonomia no seu funcionamento, tinha uma influência determinante nas práticas de leitura. Desta forma, as leituras eram recomendadas e orientadas na comunidade religiosa através da seleção de textos feita por confessores, diretores espirituais e mestras de noviças.

É notável, neste contexto, o exemplo do frei António das Chagas, que nas suas *Cartas Espirituais* dirigidas às freiras “não se cansará de recomendar a leitura de vidas dos santos” (CARVALHO, 1997, p. 11) aconselhando às religiosas ler todos os dias uma hora por dia. No que concerne à pergunta “como liam?”, Carvalho (1997, p. 15) refere “que nem todos leriam ou poderiam ler as mesmas obras, [...] do mesmo modo”, comentando que as obras recomendadas pelo frei. António das Chagas apontariam para um modo de “*leitura pessoal*”.

Ler e praticar os *Exercícios Divinos de las três vias* de N. Esquio, meditar no Tratado do Amor de Deus de São Francisco de Sales, no Combate Espiritual de Lorenzo Scupoli ou nas *Meditaciones sobre los Principales Misterios de Nuestra Fe* de Luís de La Puente, não só nos remete para títulos concretos destinados a aproximar o espírito e as almas das freiras à luz e paz do divino, como também, oferece sugestões claras de como ler. Meditar uma leitura, certamente não é uma leitura em voz alta ou em grupo, algo bastante comum em ambientes conventuais. Meditar, neste sentido, pressupõe uma

interiorização e uma reflexão da palavra lida, implica uma leitura pessoal, que vai além dos atos de rezar ou orar.

Contudo, o autor manifesta-se pessimista quando afirma que não se sabe se os livros recomendados foram realmente lidos, “as recomendações são tratadas como se de reais leituras se tratasse” (CARVALHO, 1995). Por outro lado, as informações contidas em crónicas das instituições, por exemplo, raramente mencionam que as religiosas tivessem seguido as orientações de leitura dos confessores. Uma explicação para este cenário seria a de que tratando-se de leitura de meditação, esta é de difícil acesso à compreensão, ou a de não conseguirem entrar na posse do livro. A austeridade que derivava dos princípios de organização e funcionamento das instituições mendicantes, determinava escassez de livros nas *livrarias* das mesmas, e neste caso as leituras dos franciscanos dependiam da disponibilidade dos textos (CARVALHO, 1995, p. 11).

No caso da leitura dos frades franciscanos a leitura individual tem evidências de ser a mais praticada. Esta ocorria de acordo com o estatuto e funções que o leitor desempenhava dentro da instituição religiosa. Assim, aos mestres de noviços, confessores e pregadores exigiam-se leituras de estudo para reger, orientar ou aconselhar os membros da comunidade que se encontravam na sua subordinação (CARVALHO, 1995, p. 22).

Além da leitura individual, Carvalho (1995, p. 14), refere outro tipo de leitura que é a “leitura em comum lida por um e ouvida por todos, teremos de considerar a do coro e a da mesa”... Além de lugares, são modos e momentos também consagrados à leitura...”. Não podemos deixar de constatar que é muito interessante e completa esta última observação acerca da “*leitura em comum*”, associada a um *lugar* – coro ou mesa, a um *modo* de ler – em voz alta, a um *momento* – que mais do que uma dimensão temporal, é uma dimensão espiritual pela qual muitos anseiam.

Portanto, em comparação com os beneditinos para quem a leitura não era apenas uma fonte de alimentar a alma, mas também de desenvolvimento intelectual, os franciscanos seguiam leituras de espiritualidade, ou seja, eram direccionados para “a *sapientia* e não para a *curiositas*” (CARVALHO, 1995, p. 10).

Sobre o que se lia, e numa perspetiva mais abrangente, pois refere-se às *livrarias* conventuais femininas no geral, podemos deduzi-lo do artigo de Barata (2011), onde refere que o conteúdo bibliográfico destas bibliotecas incluía livros litúrgicos, livros de teologia, livros de moral, as hagiografias, as biografias de religiosos, os exercícios

espirituais, os livros de cantochão, os martirológios, as vidas de Jesus, as regras, as histórias e as crónicas das ordens religiosas e dos conventos.

Todavia, Campos (2015), à semelhança de Carvalho (1997), afirma que o facto de existirem livros numa biblioteca ou de os religiosos possuírem livros, não significa que tenham sido lidos. Neste seguimento, Carvalho (1997) refere a dificuldade de abordar e fazer uma análise objetiva acerca das leituras das freiras que viviam num círculo fechado: “[...] esse complexo e complicado mundo da leitura nos conventos e mosteiros, onde se lia por obrigação, por devoção, por obediência, por recreio e tantas vezes, [...] por “dever profissional”, já que a leitura vem sempre encarada como uma forma de *ars orandi*... que era a razão de ser da vida religiosa” (CARVALHO, 1997, p. 53).

A título de conclusão sobre a função da leitura, esta sempre foi associada ao meio de índole espiritual, independentemente da natureza da instituição religiosa.

As modalidades de leitura, que compreendem igualmente os lugares de leitura, os tempos de leitura, praticados nos espaços religiosos, eram estabelecidas nas regras e de acordo com os estatutos de cada ordem.

A partir dos artigos consultados, verifica-se que não é simples analisar o fenómeno da leitura em instituições de memória que já há muito que se desvaneceram, sem deixar vestígios de memórias claras neste sentido. No entanto, não foi difícil de observar que a tipologia religiosa da instituição influenciava as leituras, proporcionando atividades mais ricas ou mais modestas, ou seja, as *livrarias* pertencentes às Ordens beneditinas, no nosso caso, harmonizavam práticas de leitura mais variadas do que as *livrarias* pertencentes à Ordem dos mendicantes. Outra diferença é que os frades liam para estudar, pregar, instruir, enquanto as freiras limitavam-se às leituras espirituais.

Várias observações podem ser feitas finda a revisão de literatura. A primeira concerne o facto de que as *livrarias* conventuais portuguesas no Antigo Regime terem traços comuns com as *livrarias* conventuais dos outros países europeus, no nosso caso com as de França. A capacidade de perdurar, a austeridade dos princípios tradicionais, permitiram às *livrarias* conventuais resistir e afirmarem-se como veículos de saberes e de guardiões de património, independentemente do seu espaço geográfico. No entanto, esta perpetuação foi interrompida aquando da extinção das ordens religiosas e, com estas, das *livrarias*. Assim, Barata (2003, p. 65) relata que “Para formar as *livrarias* conventuais, foram certamente necessários séculos, décadas ou anos de dedicação e

tenacidade, para dispersa-los e fragmenta-los irremediavelmente bastou uma lei e uma arrecadação deficiente.” A extinção das *livrarias* religiosas e a dispersão dos conteúdos bibliográficos destas por várias bibliotecas, por vezes sem indicações que permitam estabelecer uma relação entre a origem e o destino, levam a uma certa dificuldade nas tentativas de investigação dos respetivos núcleos e *livrarias*.

Noutra ordem de ideias, esta revisão de literatura revelou que a perpetuação destas *livrarias* foi possível devido aos instrumentos normativos, às regras e estatutos que estabeleciam práticas concretas de aquisição de livros, de uso de espaços de leitura ou de livros, independentemente da natureza da instituição religiosa.

Por outro lado, as diferenças das instituições religiosas determinaram as atividades e os interesses da comunidade, que por sua vez tiveram influência direta na dimensão da *livraria* (grande ou pequena) ou no caráter do conteúdo (temáticas restritas ou variadas). Em termos de organização física dos documentos, as *livrarias* utilizavam sobretudo o princípio funcional, por tamanho, por exemplo. O critério temático era menos aplicado, utilizava-se com preponderância em bibliotecas de grandes dimensões.

2. Convento de Nossa Senhora da Arrábida: apontamentos de fundação e da construção

2.1. Contextos de fundação do Convento da Arrábida

A edificação do Convento da Arrábida foi um processo secular que se desenvolveu entre os anos 1539-1834. Originou ao longo dos anos um complexo conventual com uma estrutura arquitetónica pouco linear, facto que lhe confere um carácter verdadeiramente original, o que faz com que este convento seja, segundo Perestrelo (1952, p. 29), “único em Portugal, e talvez até no mundo...”.

Não abordaremos de modo pormenorizado os aspetos da evolução construtiva do Convento da Arrábida. Iremos, apenas, relatar os momentos mais marcantes da edificação deste recinto, perspetivando os elementos que se apresentam relevantes para o nosso projeto. Neste sentido, serão considerados os contextos histórico, geográfico, religioso e espiritual, que irão permitir, se possível, o enquadramento da *Livraria* no tempo e no espaço da comunidade religiosa em que se insere.

No que concerne à bibliografia de suporte para este capítulo, pudemos observar que os documentos e estudos existentes abordam razoavelmente os aspetos referidos. Como fontes de partida, mencionamos os *Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida da mais perfeyta Observância de nosso Seraphico Padre S. Francisco*, ... elaborados por frei Martinho com apoio de São Pedro de Alcântara e frei João de Águila, considerados os mais completos em informações sobre a construção de novos conventos, em relação com os Estatutos das outras Províncias Capuchas ou da Estrita Observância como as províncias da Piedade, de Santo António, da Soledade e da Conceição. Os Estatutos da Província da Arrábida circularam inicialmente em manuscrito, tendo sido impressos em 1698, e pensa-se que com um conteúdo mais suave acerca de como deviam ser as habitações e vida dos frades arrábidos nestas.

Outra fonte de referência é a Crónica da província, em dois volumes. O primeiro volume é da autoria de frei António de Piedade, *Espelho de Penitentes e Chronica da Província de Santa Maria da Arrábida, da Regular e mais Estreita Observância da Ordem do Seraphico Patriarca no Instituto Capucho*, impresso em 1728 e, o segundo volume foi continuado pelo frei José de Jesus Maria, com o título ligeiramente diferente - *Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida, da mais estreita e observância da ordem do Seráfico S. Francisco*, impresso em 1737.

Não podemos também deixar de mencionar os livros mais completos escritos sobre o Convento da Arrábida: *A Serra da Arrábida e o seu convento* (1952), de Dulce Perestrelo e o *Convento da Arrábida: a porta do céu* (2006), de Paulo Pereira. Do seminário realizado em 1994 no Convento da Arrábida, sobre o franciscanismo em geral e o convento arrábido em particular, resultou a publicação de um volume com o título *O Franciscanismo em Portugal* (1996). Este documento mostrou-se, igualmente relevante para a elaboração do nosso projeto.

Apesar de as fontes citadas apresentarem uma descrição ampla sobre a Serra ou o lugar onde foi construído o convento, sobre o próprio processo de construção ou aspetos arquiteturais, bem como aspetos da vida dos frades nestas instalações, não se verifica a mesma dimensão descritiva em relação ao lugar da *livraria* no espaço conventual. Em busca de informações mais completas acerca da fundação e evolução da *livraria* enquanto espaço físico dentro do complexo conventual, e complementado a elaboração desta parte de trabalho ainda com recurso a artigos, atestamos a mesma escassez de informações.

2.1.1.Contexto histórico-lendário

E sobre a serra altaneira
uma luz branca raiou
Arronches Junqueiro

Para ir às origens do Convento da Arrábida, que vão além da instalação dos franciscanos neste lugar, no século XVI, partiremos de um acontecimento do século XIII, que se tornou lendário.

Uma luz que brilhou outrora na encosta da Serra da Arrábida, numa noite de tempestade, salvou a vida de um mercador inglês e dos seus marinheiros, enquanto andavam à deriva nas águas da serra (PEREIRA, 2006, p. 17). Este acontecimento “luminoso” determinou-o a ficar neste lugar e a dedicar-se ao culto da Nossa Senhora da Arrábida que, mais tarde, serviu de lugar de origem ao Convento da Arrábida. Em termos mais expressos, a lenda contada, através das palavras de Pimentel, regista:

[...] que, por volta de 1215 um mercador inglês Hildebrant, deixara a Pátria à procura de lucros... Reduziu os seus bens a dinheiro e partiu para Portugal. Trazia a bordo, numa câmara especial, uma imagem de pedra de Nossa Senhora, de quem era muito devoto... Próximo de Lisboa,

durante a noite, uma tempestade imprevista, atirou-o para além do cabo Espichel, e em frente da praia Alportuche, viu-se perdido no rigor da tormenta. Implorou então a protecção de Nossa Senhora e, nesse momento, uma luz vivíssima rasgou o negrume da noite ao mesmo tempo que o temporal amainava. Hildebrant procurou agradecer a protecção recebida, mas verificou que a imagem não se encontrava no navio. Entretanto amanheceu. Os marinheiros desembarcaram e foram procurar o sítio de onde, na serra, brilhara a luz salvadora, tendo encontrado a imagem que na véspera desaparecera do navio.

Hildebrant resolveu construir uma ermida e uma casa que lhe servisse de habitação nesse local e prometeu dedicar os seus dias a amar e servir Nossa Senhora na montanha onde a sua protecção não fora invocada em vão (PIMENTEL, 1992, p. 14).

Qualquer lenda se constrói à volta de acontecimentos anuviados em mistério, cujos pormenores reais se perdem na escuridão dos tempos há muito já idos. Por isso, não sabemos até que ponto a lenda comporta elementos verídicos deste *evento luminoso* (PEREIRA, 2006, p. 46), mas sabe-se certamente, segundo a Crónica de frei António da Piedade, que em 1539, quando o frei Martinho veio para se instalar neste lugar e iniciar uma nova reforma da Ordem Franciscana, já existia uma Ermida da Memória dedicada ao culto da Nossa Senhora. É precisamente neste lugar, no meio da Serra da Arrábida, onde se encontra a Ermida da Memória, que foram erguidas as primeiras instalações do Convento da Nossa Senhora da Arrábida e, certamente, segundo Pereira (2006, p. 17), “[...] este lugar como o encontramos hoje, nasceu porque no cimo da serra apareceu uma luz.”

2.1.2. Contexto geográfico-sacral

O Convento da Arrábida foi construído no meio da Serra da Arrábida, a uma distância de cerca 6 km de Azeitão e a 3 km da praia (PACHECO, 2012). Encontra-se num território geográfico que se estende de Palmela até ao Cabo Espichel. É um espaço geográfico com um relevo físico variado que, segundo Orlando (2004) compreende principalmente um terreno desnivelado, inóspito e de difícil acesso devido às cristas da serra, aos grandes penedos e bosques impenetráveis.

Neste contexto, no processo de edificação de um santuário no seio da Serra, dedicado à Nossa Senhora, pergunta-se Pereira (2006, p. 14): “Porque é que, num dia quaisquer,

uns frades excêntricos, escolheram aquele local e *não qualquer outro* semelhante, parecido, igualzinho, um pouco mais adiante ou um pouco mais atrás?”

Na procura de uma resposta, podemos atribuir esta escolha ao feliz acaso do encontro entre o frei Martinho e o D. João de Lencastre, 1º Duque de Aveiro, que teve lugar no final do ano de 1538 ou início do ano de 1539, no Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, em Espanha (GONÇALVES, 1996, p. 302), e principalmente à generosidade deste último de entregar a Ermida, escondida nas suas terras, ao frei Martinho, que procurava “fugir às ambições da Terra” (PERESTRELO, 1952, p. 64).

Não obstante, parece que para a escolha deste lugar da serra foram decisivas as condições naturais e físicas por este proporcionado - por um lado, uma beleza indescritível, tendo do alto da serra, na linha do horizonte, o encontro do mar com o céu, e por outro lado, uma aspereza e rudeza derivadas do ermo do sítio, que prometiam “duras penitências da vida eremítica” (PIRES, 2000).

Ainda relativamente à beleza arrábida, a edénica paisagem que se avista do verde da serra sobre o azul do mar não deixa ninguém imune. Nem ao frei Martinho deixou. Segundo a Crónica de Piedade, quando o frade chegou à Arrábida e conheceu o lugar onde iria ficar, sentiu-se vivamente entusiasmado e igualmente impressionado, tanto pela beleza, como pela solidão e paz que aí reinavam. Era exatamente o que procurava. “*Panorama tão belo, ... Outro, Señor, non sé si podrá pintar, cuanto más hallarse*”, respondeu frei Martinho ao Duque quando este lhe sugeriu procurar um sítio mais agradável, menos rude (PERESTRELO, 2006, p. 27). Além do *panorama tão belo*, segundo Pires (2000), aspereza e solidão são os elementos mais representativos do lugar escolhido por frei Martinho de Santa Maria. É um sítio que se mostra “como um lugar de penitência pela sua aspereza, e como um lugar de contemplação e meditação, pelo seu isolamento e silêncio” (PEREIRA, 2006, p. 32). Ao acrescentar a estes ambientes ainda os altos da serra, que “convocam a proximidade com o Céu ou com astros” (PEREIRA, 2006, p. 32), possibilitando a comunicação com Deus, temos um conjunto de elementos indispensáveis ao espírito da nova reforma franciscana, que frei Martinho veio a iniciar no meio da serra arrábida. Todos estes elementos fazem da Serra da Arrábida um lugar único de recolhimento, um lugar especial de oração e evocação religiosa.

O ambiente por excelência de refúgio, que aqui reina, remete para a religiosidade e a sacralidade da serra, advoga o despertar do sentimento religioso nos seres humanos (CALADO, 1994, p. 96). Sebastião da Gama, que viveu plenamente o espírito da serra,

louvando-a nos seus poemas, dizia num artigo em 1949 que “O mais difícil não é ir à Arrábida, [...]. Difícil, difícil, é entendê-la: porque boa praia, boa sombra e boas vistas há-as em toda a parte [...]; o que não há em toda a parte é a religiosidade que dá à Serra da Arrábida elevação e sentido” (GAMA, 2007, p. 52). Desta afirmação convergem evidências, confirmadas ao longo da vida espiritual dos que por aqui passaram, que situam o Convento e a Serra da Arrábida num espaço sagrado (SILVA, 2013) ou “num dos lugares luminosos da geografia sagrada portuguesa” (PEREIRA, 2006, p. 15). A sacralidade do lugar foi vivida com intensidade pelos franciscanos capuchos, e foi ainda evocada nos poemas de frei Agostinho da Silva e de Sebastião de Gama (PEREIRA, 2006, p. 50).

Deste modo, podemos considerar que a beleza natural, em contraste com a aspereza e adversidade do ermo, conjugadas com a força espiritual e sacral da serra, contribuíram, decididamente, para a escolha do lugar e, consequentemente, para a *origem do cenóbio arrábido*.

2.1.3. Contexto religioso-espiritual

A fundação e a construção das instalações do convento assentaram em fórmulas implacáveis de privações, que se refletiram em todos os aspetos da vida espiritual e habitacional dos cenóbios, dando origem a um espaço claustral “quase sem nada”, pouco acessível ao entendimento do homem comum. Para melhor compreender as particularidades de uma vida repleta de privações a todos os níveis, que os frades arrábidos impuseram neste espaço da Serra da Arrábida durante os séculos XVI-XVIII, e, mais tarde, em outros lugares que integraram a Província da Arrábida, impõe-se o enquadramento religioso-espiritual da construção do convento.

Neste sentido, temos um processo de edificação com ponto de partida na mensagem espiritual, concebida por São Francisco no século XIII, que abandonou o mundo para viver em austera mortificação, penitência e pobreza. Na Segunda Regra, que é efetivamente a Regra Franciscana, objeto de bula do Papa Honório III em 1223, São Francisco referia: “*Os irmãos nada tenham seu, nem casa, nem lugar, nem coisa alguma*” (FRANCISCO DE ASSIS, 2001, [p. 177]). Deste modo, a pobreza era discursada como lema dos franciscanos.

No entanto, e abrindo um parêntesis, com o passar dos anos, esta prática espiritual instituída por *Poverello*, começou a manifestar-se com intenção e devoção oscilantes, ganhando outras expressões. A Regra Franciscana, nomeadamente no que toca ao *compromisso radical de uma vida pobre*, era aplicada segundo o modo de interpretação da referida regra.

Esta tendência de desvio ao ideal puro estabelecido pelos fundadores religiosos observou-se, de forma geral, no seio de vários grupos religiosos, fenómeno que, nos séculos XIV-XV, deu origem a nível europeu à chamada crise da Cristandade. Nestas circunstâncias, nasceram novos movimentos religiosos que procuravam o “[...] retorno à simplicidade da Igreja primitiva [...] e a uma vida de austeridade e pobreza” (FONTES, 2000, p. 307). Assistimos, deste modo, aos inícios de novas vivências religiosas, de novos movimentos eremíticos, que originaram novas reformas, como manifestação do desejo pela busca de perfeição através do regresso às origens espirituais. Era neste espírito que frei Martinho desejava reacender os mandamentos franciscanos, os quais, com o passar dos anos, perderam intensidade e fidelidade à Regra.

Foi neste contexto de reforma, na procura do caminho de regresso às origens da regra franciscana, que, na Serra da Arrábida, os arrábidos abraçaram fundamentalmente uma pobreza levada até aos extremos. É uma particular constante que, geralmente, caracteriza a vida das primeiras comunidades da Província Arrábida (PIRES, 2000).

Entre os grupos religiosos que defendiam “uma vivência mais rigorosa da pobreza”, desprovida de qualquer atributo que pudesse suavizar a vida dos mesmos, foi a comunidade da Serra da Arrábida que mais insistiu “em nada ter, a não ser uns espacinhos” (PEREIRA, 2006).

Foi neste espírito de pobreza que o fundador do convento e os seus companheiros iniciaram, em 1539, a edificação do Convento de Nossa Senhora da Arrábida.

2.2. Construção das instalações do Convento de Nossa Senhora da Arrábida

2.2.2. Convento Velho

O Convento da Arrábida, enquanto instalação, é constituído por duas partes conhecidas como Convento Velho e Convento Novo.

O Convento Velho, que data de 1539, tem este nome para se distinguir do Convento Novo, cuja construção começou em 1542. As poucas e rudimentares instalações do antigo convento foram *construídas* – o verbo acarreta mais do que realmente foi feito – no sítio onde existia a Ermida da Memória, erguida por Hildebrando por volta de 1250 (PIEDADE, 1728, p. 40). O Convento encontra-se na parte mais alta da serra e é constituído por celas, igreja, refeitório e um grupo de ermidas e guaritas, tudo cercado por um muro. No seu conjunto, o Convento Velho, tem uma estrutura aparentemente desarticulada (PEREIRA, 2006, p. 77), sendo os seus elementos dispersos pelos bosques e penedos.

Devido à sua arquitetura, ou mais depressa à falta desta, pois observa-se a ausência de componentes arquiteturais, de acordo com o Pereira (2006, p. 77), esta parte do convento é conhecida como a componente “rupestre” do Convento da Arrábida, enquanto Gonçalves (1996, p. 303) se refere ao Conventinho primitivo. As referidas designações remetem para o carácter tosco, primitivo e exíguo das *instalações*, como no caso das celas, que simplesmente foram abertas na rocha e não passavam de “pequenas grutas, pequenas cavidades que os religiosos rompiam na rocha” (GONÇALVES, 1996, p. 303). Foram os próprios frades que “*fizeram por suas mãos humas pobres celas, em que se recolhiam*” (PIEDADE, 1728, p. 28.), o que atende à “necessidade de trabalhar com as próprias mãos” (VAUCHES, 1996, p. 257), no cumprimento do que está definido no Testamento franciscano.

As outras instalações do convento, como a igreja, o refeitório e as ermidas, seguiam o mesmo conceito de “construção” – simples e pobre, - “Tudo tão primitivo e rude!” - exclama Perestrelo (1952, p. 71). Na caracterização do refeitório, por exemplo, Gonçalves (1996, p. 303-304) relata que “era construído em terra batida, coberto pela ramagem frondosa e tinha apenas de comprimento dez palmos e cinco de largura. A volta, um banco talhado na rocha, onde os frades se sentavam para comer o pão de caridade e as ervas amargas e mal temperadas.”

Segundo Pereira (2006, p. 77), das instalações do convento de 1539, são poucos os elementos iniciais que chegaram até nós. Atualmente ainda existe uma cela que, provavelmente, pertenceu inicialmente ao frei Martinho, tendo depois servido de morada ao frei Pedro de Alcântara. Trata-se da já referida Ermida da Memória, erguida e habitada ainda no século XIII, por Hildebrando.

Na intenção de conservar a Ermida e pela iniciativa de D. Raimundo, 4.º Duque de Aveiro, a mesma foi restaurada em 1640, tendo sido forrada com azulejos e ainda colocada uma imagem de S. Pedro de Alcântara (PIMENTEL, 1992, p. 53).

Em 1720, frei José da Esperança, o Guardião do Convento na altura, restaurou as outras celas: “[...] fez sete cellinas, em memória dos primitivos habitantes, colocando no interior destas umas estátuas de barro que representavam aspetos das atividades cotidianas dos frades” (PIEDADE, 1728, p. 66).

A discretíssima gruta seminatural, que outrora serviu de refeitório, situada não muito longe da Ermida da Memória, escapou ao anonimato devido às intervenções a que foi submetida em 1715. Foi o guardião do Convento, frei José de Jesus Maria, que:

[...] mandou-lhe fazer uma abóbada [...] e nos dois penedos de fora colocou três imagens, uma do nosso Seráfico Patriarca e outra do Venerável Fundador com a de S. Pedro de Alcântara, recebendo-lhe a bênção de joelhos. Nos assentos de dentro também estão as imagens dos outros companheiros e do primeiro noviço, todas representando a refeição de pão e água que eles tomavam (PEREIRA, 2006, p. 82).

Perto deste refeitório, encontra-se a cela onde viveu frei Agostinho da Cruz, cuja lápide colocada por vontade da Duquesa de Palmela, em 1940, não deixa dúvidas quanto ao habitante desta morada: “Nesta cela viveu/ Frei Agostinho da Cruz, O poeta místico da Arrábida.// D. Álvaro, 3.º Duque de Aveiro, a mandou/ edificar no ano de 1605 e foi reconstruída/ em 1940 por ordem da 4.ª Duquesa de/ Palmela, D. Helena Maria” (PEREIRA, 2006, p. 83). E como memória da vivência do poeta entre 1605-1619, neste sacro lugar, a Duquesa de Palmela mandou ainda erguer um cruzeiro, em frente do refeitório, para assinalar quatro centenários do nascimento do místico poeta.

Destas tentativas de preservação dos registos da vida dos primitivos arrábidos e dos atributos originais do arcaico convento “pouco resta de absolutamente original a não ser o lugar que os incidentes arquitetónicos – porque de incidentes se trata – ocupam” (PEREIRA, 2006, p. 77), uma vez que, ao longo dos tempos mais longínquos ou mais recentes, foram alvo de várias interferências destrutivas.

Esta breve descrição do chamado Convento Velho permite-nos destacar a privação em todos os aspetos da vida dos primeiros cenóbios arrábidos. A pobreza, o tosco das instalações e o rude remetem-nos para um ambiente desolador. Quase não nos deixa espaço algum, nem esperança para vislumbrar algumas práticas que tivessem como objeto a leitura e os livros. Colocar perguntas como - quais os hábitos de leitura dos primeiros Arrábidos, existia neste conventinho um espaço dedicado a leitura? - parece inapropriado. A incompatibilidade de práticas livrescas com a vida religiosa, dedicada exclusivamente à meditação e oração, é fortalecida por Pacheco (2012), segundo a qual São Pedro de Alcântara, enquanto provincial da Província de São Gabriel (Espanha), apesar de permitir aos frades ter alguns livros, proibiu as bibliotecas nestes conventos. Neste caso a autora menciona que “É provável que o mesmo se tivesse passado no Convento da Arrábida, no seu tempo...” (PACHECO, 2012).

No entanto, a dimensão da pobreza e da rudeza em todos os aspetos materiais é inversamente proporcional à dimensão do elemento espiritual, presente não apenas nas virtudes religiosas praticadas, mas, segundo cremos, também em algumas aspirações intelectuais dos primeiros cenóbios arrábidos. Pois, nos primórdios da fundação deste convento, temos figuras marcantes como, um fundador – frei Martinho da Santa Maria, um santo – São Pedro da Alcântara, um poeta – frei Agostinho da Cruz, todos eles provenientes de famílias nobres, que beneficiaram de educação relevante.

Seria válido presumir, tendo em conta a dimensão das personalidades referidas, algumas tendo escolhido como morada as ásperas instalações do Convento Velho, mesmo quando já existiam as do Convento Novo, que houvesse alguma atividade de leitura que compreendia mais do que livros e breviários destinados exclusivamente à celebração dos rituais religiosos e/ou às orações.

2.2.3. Convento Novo

A uma distância de 18 degraus para sul do portão do muro da cerca do Convento Velho começa o Convento Novo: Descendo da Ermida da Memória, [...] *para a parte do meyo dia, em lugar concavo ao modo de meya Lua, onde a serra se mostra mais fecunda na produção das arvores silvestres, se fundou a Igreja* [...] (PIEIDADE, 1728, p. 58). A construção das instalações desta parte do Convento começou em 1542, quando foi concedida a autorização para se fundar o Convento naquele sítio (PIEIDADE, 1728, p.

52). Este início edificador está relacionado com a visita do Geral da Ordem Franciscana, frei João Calvo, que teve lugar em maio de 1542. Ao visitar a Ermida da Memória da Serra da Arrábida e ao ver a devoção dos frades arrábidos, decidiu constituir a Custódia de Santa Maria da Arrábida, incorporando-a na Ordem Franciscana (CALADO, 1993, p. 99-100). Como superior da Custódia foi nomeado o fundador frei Martinho da Santa Maria, que recebeu também a permissão de instruir noviços no novo convento.

Nestas circunstâncias, com o novo estatuto do Convento, as mudanças que surgiram no seio da pequena comunidade de frades arrábidos estão relacionadas não apenas com a passagem para novos espaços físicos que, de algum modo, se queriam mais “confortáveis”, pelo menos a intenção do padroeiro, o 1.º Duque de Aveiro, era essa, mas também com o início de uma nova forma da vivência neste ambiente. Trata-se da transformação da vida eremítica, praticada até então por frades, para uma existência conventual, mas com o igual entendimento da regra franciscana.

Mais tarde, em 1560, a Custódia da Arrábida que, após a fundação do Convento da Arrábida, integrou outros conventos fundados com base nos mesmos princípios e regras de vida religiosa, foi elevada a Província dos Capuchos da Arrábida (CALADO, 1993, p. 103).

Em relação às instalações propriamente ditas, e voltando ao ano da fundação do Convento, 1542, foram construídas uma igreja mais ampla e um conjunto de pequenas celas e dependências como cozinha, refeitório, *livraria* e portaria (PIMENTEL, 1992, p. 54). Todas elas foram construídas de acordo com os Estatutos elaborados por frei Martinho em colaboração com São Pedro de Alcântara, no mesmo espírito de penúria e austeridade contemplado na Regra Franciscana. No capítulo 40 dos Estatutos impressos em 1698, intitulado “Dos edifícios”, indicava-se como deveriam ser edificadas os espaços indispensáveis à vivência dos religiosos arrábidos:

Morando nós em Casa do Rey Celestial, que por nos se fez pobre em este mundo, em pobres, & humildes Casas convem que moremos; pelo que Nosso Seraphico Padre São Francisco nos admoesta, & manda, que as Igrejas, & Casas, que para nós se edificarem, em nenhuma maneyra se recebão, se não forem conforme a pobreza, que professamos [...].(ESTATUTOS..., 1698, p. 77)

No que diz respeito aos materiais empregados na construção os Estatutos definiam: “[...] serão os materiais das Casas, que edificarmos, os mais pobres & de menos culto, que

puder ser” (ESTATUTOS, 1698, p. 78). Para cumprir o disposto nos mesmos, os frades utilizavam os recursos disponíveis, incluindo o proveito do relevo do terreno físico. Para exemplificar, as próprias rochas foram utilizadas de forma a servirem de estrutura para as habitações e outras dependências. Numa projeção arquitetónica, estudos de especialidade sobre as características dos edifícios dos conventos franciscanos, como é o caso do Convento da Arrábida ou do Convento de Sintra, apontam para o aproveitamento geográfico (PACHECO, [2012]), ou “aproveitamento da topografia do lugar” (ABREU, 2013).

Noutra ordem de ideias, Pereira (2006, p. 191-192) refere-se à *arquitetura vernacular* e estilo pobre, em que predomina o elemento pragmático e unilateral e em que “[...] nada era supérfluo, tudo era necessário e suficiente. Sobretudo, suficiente.” (Pereira, 2006, p. 191-192). Continua o mesmo autor, de uma forma bem expressa e pontual: “Pois é precisamente essa elementaridade arquitetónica que se surpreende no Convento da Arrábida. *Paredes, portas e telhado*. O Conventículo começa até por *não ter nada disto*, no Convento Velho, onde primavam as celas rupestres, o que é deveras singular [...]. Para depois se resumir a *apenas isso*, na versão do Convento Novo” (PEREIRA, 2006, p. 191).

No caso dos arrábidos, e como exemplo deste tipo de vida, ou seja, de “aproximação à natureza no seu mais elevado grau” (ABREU, 2013), mesmo na esfera do quotidiano, podemos referir a utilização da cortiça não apenas para forrar as portas das instalações, mas também como cama estendida diretamente no chão, sendo que “as próprias conchas da praia lhes serviam de prato” (PERESTRELO, 1952, p. 76). Esta prática de organização de espaço e do modo de viver, segundo os autores referidos, reflete uma tendência antropológica que lança uma ponte não apenas para as origens franciscanas, mas para as raízes da Humanidade em geral, quando o homem vivia simplesmente em harmonia com a Natureza e de acordo com o que a Natureza proporcionava.

Ao seguir o itinerário cronológico da construção do convento da Arrábida, iremos acompanhar este processo, atribuindo protagonismo às contribuições e intervenções dos padroeiros que tiveram um papel significativo.

As construções iniciadas em 1542, com apoio do 1.º Duque de Aveiro, D. João, foram continuadas pelo seu filho, 2.º Duque de Aveiro, D. Jorge, que assumiu o Ducado em 1571: [...] *o qual atendendo ao grande descómodo dos Religiosos, ordenou se lhes fizesse huma cerca, por não estarem expostos à gente, que vinha de Romagem à Senhora [...]. Mandou também ajuntar as cellas, ficando em distância mais breve, e*

menos molesta. (PIEIDADE, 1728, p. 58-59). Começou outras obras e pediu o acabamento destas através de recomendações expressas no seu testamento, manifestando, assim, *estimação, muita devoção e amor* que tinha pela sua Serra da Arrábida, mas também preocupação com os que a habitavam.

Foi D. Álvaro, 3.º Duque de Aveiro, que concretizou mais obras desde o ano em que assumiu o Ducado, em 1588, até falecer em 1626, e “que proporcionou a grande transformação que levou à construção do conjunto a que hoje chamamos Convento Novo” (PEREIRA, 2006, p. 71).

As principais obras do Convento da Arrábida, apoiadas e acompanhadas por D. Álvaro, incidiram, no âmbito da igreja, sobre a finalização da sacristia, tendo sido acrescentada a antessacristia e construído o coro. Neste processo de construção inscreve-se também o antecoro, o altar e a escada que comunica com a sacristia (CALADO, 1993, p. 103). O interior da igreja, sem elementos artísticos elaborados, apenas umas peças indispensáveis de mobiliário e umas imagens de diferentes épocas (PEREIRA, 2006, p. 106), alberga sepulturas de D. Pedro de Lencastre, 5.º Duque de Aveiro, D. Álvaro de Lencastre e sua esposa, D. Júlia de Lencastre, e um dos seus filhos, D. Raimundo, do Duque de Torres Novas e da neta Ana Luísa bem como dos seguintes frades: frei Francisco dos Reis, frei Diogo dos Anjos, irmão do poeta frei Agostinho da Cruz e Pedro Mesquita Carneiro. No seu conjunto, a igreja apresenta-se de uma desarmante singeleza em contraste com a grande estátua de mármore, à sua frente, que representa o fundador frei Martinho de Santa Maria, “uma originalíssima imagem de um frade arrábido, de teor alegórico, para a qual não encontramos paralelismo português, nem estrangeiro” (PEREIRA, 2006, p. 103).

Alguma variação de materiais e cores encontram-se no corredor e nos tetos da portaria, que apresentam decorações em azulejo com as figuras de santos da ordem: “S. Jácome de Marca, S. Bernardino de Sena, S. Luís Bispo, S. Boaventura, S. Pedro de Alcântara, Santo António de Lisboa e S. Francisco de Assis, S. João Capistrano, S. Pascal Bailão, S. Diogo de Alcalá” (CALADO, 1993, p. 103). De igual modo, são presentes neste espaço três religiosos, os mais representativos dos frades arrábidos que mais resplandeceram no exercício das virtudes. Trata-se do frei Francisco dos Reis - guardião do convento, do frei Diogo dos Anjos e do poeta frei Agostinho da Cruz.

Não podemos deixar de referir uma inscrição encriptada no teto da entrada do corredor da portaria que, de alguma forma, apresenta o carácter alusivo acerca da predestinação do convento, que não é, no seu conjunto, mais do que um caminho doloroso de

penitência para o transcendente: “*Quam Terribilis Est/ Locus Iste, Vere Non/ Est Hic Aliud Nise/ Domus Dei & Porta Coeli*” (PERESTRELO, 1952, p. 102). Como lugar de penitência, mas também como lugar de esperança, este original convento, no entender de Perestrelo (1952, p. 102), deveria ter sido a *Casa de Deus e porta dos Céus*.

D. Álvaro construiu ainda a cela de frei Agostinho da Cruz, que veio para Arrábida em 1605, onde permaneceu 14 anos, até falecer. A sua cela foi transformada, em 1720, pelo guardião frei José da Esperança, em ermida dedicada ao Santo António, e restaurada, posteriormente, em 1940, aquando do IV Centenário do nascimento do poeta, pela 4.^a Duquesa de Palmela (CALADO, 1993, p. 106).

No exterior da cerca, mas dentro da propriedade do Convento Novo (PEREIRA, 2006, p. 158), D. Álvaro construiu ainda instalações de uso próprio. É a chamada Casa da Romagem, que servia de alojamento para o duque e a sua família, quando ia à Serra para se recolher ou para participar nas caçadas.

No âmbito de reparações, para preservar a memória dos predecessores arrábidos, no lugar da cela de Frei Martinho, D. Álvaro mandou construir uma ermida de São João do Deserto, atualmente em ruínas (PIMENTEL, 1992, p. 58).

Assim como observa Pereira (2006, p. 74), em traços gerais, a estrutura do Convento Novo, tal como é conhecida atualmente, remonta aos anos que abrange o período entre 1590-1630, equivalente às obras de D. Álvaro.

Posteriormente, em 1632, D. Ana Maria Manrique Lara, *uma das grandes protetoras do Convento da Arrábida* (CALADO, 1993, p. 107), mudou-se para Arrábida com os seus filhos, onde viveu oito anos, até ao ano de partida para Espanha, em 1640, devido às instabilidades políticas em Portugal. Foi ela que mandou acrescentar à Casa da Romagem mais anexos, utilizados mais tarde pelos guardas do convento. Mandou também terminar a construção de três ermidas, iniciadas por D. Álvaro, e construir mais três, mas sem concretizar o acabamento destas, motivo pelo qual foram designadas de ermidas imperfeitas (PIMENTEL, 1992, p. 58). Ainda em relação às ermidas que fazem parte do complexo conventual, Piedade relata no capítulo XV da Crónica, que “*no recinto deste convento estão desafiando à contemplação das Celestiais moradas treze Ermidas, cinco ainda sem ornato, e as mais com a sua especial dedicação. Admirão-se, situadas em circunferência fora dos muros da Cerca*” (PIEADADE, 1728, p. 66).

Para completar o panorama construtivo deste Convento, devemos referir também as construções conhecidas como Mesquitas. As referidas instalações foram acrescentadas por Pedro de Mesquita Carneiro, secretário e administrador-geral da casa ducal de D.

Álvaro e D. Juliana. O mesmo pediu, em 1632, autorização para viver em retiro e permaneceu neste espaço junto do convento, longe do mundo efémero, até à sua morte que sucedeu em 1649.

A comunidade do Convento da Arrábida continuou as suas atividades, quer nas oficinas, quer na oração e penitência, até à extinção das ordens religiosas, em 1834.

Em 1863, o convento e o seu terreno foram adquiridos pelo 1.º Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein. Permaneceu na posse da Casa Ducal de Palmela durante mais de um século, sendo que, no âmbito de projetos de preservação, foram efetuadas várias intervenções de restauro, as mais importantes realizadas nos anos 50 do século passado. Em 1990 o convento, bem como o terreno envolvente, foram adquiridos pela Fundação Oriente. O novo proprietário tem o mérito de, depois das intervenções de conservação adequadas, integrar o espaço conventual, nomeadamente as instalações situadas fora da cerca do convento, no circuito cultural, através de eventos e atividades culturais. É uma forma de reconhecimento e de expressão da importância espiritual que este espaço teve e sempre terá no contexto cultural português.

2.3. A Comunidade do Convento de Nossa Senhora da Arrábida em 1539-1834

2.3.1. Quem eram os frades arrábidos?

Como já foi referido, os frades, que vieram a integrar a comunidade do Convento da Arrábida nos séculos XVI-XIX, eram religiosos reformadores que pertenciam à Estrita Observância ou mais exatamente à “mais estreita e regular Observância”. Trata-se de uma ramificação da Ordem Franciscana que, junto com tantas outras, durante a evolução e reorganização da respetiva ordem, formaram uma vasta e complexa estrutura.

Abordando resumidamente do ponto de vista histórico, o aparecimento e a disseminação dos franciscanos no espaço europeu, ao lado dos dominicanos, agostinianos e carmelitas, conhecidas como ordens mendicantes, marcou o século XIII religioso. Independentemente das diferenças que caracterizavam as referidas ordens, todas elas tinham um traço em comum - viver em pobreza e humildade.

Neste contexto de movimentos religiosos ativos, a Ordem Franciscana, conhecida também como Ordem dos Frades Menores, teve origem no século XIII em Itália, com

base em ensinamentos e prática espiritual de São Francisco de Assis (1182-1226). O fundador era um jovem proveniente de uma família rica de Itália. Para atender ao chamamento divino *pax et bonum*, pelo qual se sentiu inexplicavelmente atraído, abandonou tudo o que tinha: família, bens e a vida despreocupada. Assumiu, desta forma, o destino de *Poverello*, que só podia ser cumprido trilhando descalço os caminhos espinhosos de *pobreza, obediência e castidade*, sendo estes caminhos nem mais, nem menos, do que os três votos instituídos e integrados pelo fundador na Regra Franciscana.

Com este ponto de partida da regra franciscana, a Ordem foi aprovada em 1209 pelo Papa Inocêncio III (MOREIRA, 2000, p. 274). O crescimento da popularidade da ordem e a vontade de várias categorias sociais de fazerem parte desta levaram à criação e à organização de três grandes ramificações descendentes desta congregação. Trata-se da Ordem de São Francisco conhecida como Ordem dos Frades Menores ou simplesmente Franciscanos, da Ordem de Santa Clara, também ela Ordem das Irmãs Clarissas, de clausura ou Clarissas, e, por fim, da Ordem Terceira que é a mesma que a Ordem das Irmãs e Irmãos da Penitência ou Ordem Franciscana Secular (PEREIRA, 2006, p. 54).

Em Portugal, onde a ordem conheceu um largo crescimento, os franciscanos estabeleceram-se relativamente cedo, em 1217, devido à rápida disseminação. No século XIV, a Ordem Franciscana em Portugal, tal como no resto da Europa, dividiu-se em duas correntes, conhecidas como Conventualismo e Observância.

As comunidades que integravam o Conventualismo procuravam assentar em zonas urbanas, normalmente em conventos de grandes dimensões, onde viviam segundo a disciplina regular da vida comum de estilo monástico. A atividade destas comunidades centrava-se, essencialmente, no ensino nas escolas públicas por elas mantidas, para além das práticas religiosas inerentes à vida dos religiosos (MOREIRA, 2000, p. 274).

As comunidades que seguiam a Observância, iniciada em 1392, procuraram uma via no extremo oposto. Fiéis a uma vida austera, desprovida de quaisquer bens, preferiam os lugares ermos ou rurais, onde viviam em simples e modestos edifícios, tendo com atividades principais a oração mental e pregação popular (MOREIRA, 2000, p. 274).

Devido aos constantes desentendimentos entre estas duas correntes dentro da ordem, em 1517, o Papa Leão X decretou a divisão da ordem em duas fações distintas: a Ordem dos Frades Menores da Regular Observância ou simplesmente Frades Menores e a Ordem dos Frades Menores Conventuais.

Por sua vez, a Ordem dos Frades Menores da Regular Observância, nos séculos XVI-XVII, originou dois grupos: Regular Observância e Estrita Observância ou da “mais estreita e regular Observância” (MOREIRA, 2000, p. 275).

Aos frades de Portugal, obedientes à Estrita Observância, foi-lhes atribuído o nome de Capuchos ou membros do Instituto Capucho, devido ao feitio pontiagudo do capelo. Tratava-se de um grupo bastante importante e numeroso. *Importante* porque, apesar de subordinado ao ministro geral do tronco principal da observância, usufruía de grande autonomia na organização das suas práticas, conseguindo a aprovação de constituições próprias em 1642, como também um procurador – geral privativo em Roma em 1703 (MOREIRA, 2000, p. 276). No que diz respeito ao *numeroso*, o grupo da Estrita Observância teve cinco províncias, constituídas da forma apresentada a seguir: a Província da Piedade - em 1517, a Província da Arrábida – em 1560, a Província de Santo António – em 1568, a Província da Soledade – em 1673 e a Província da Conceição – em 1705.

A Província da Arrábida tinha, até à extinção das ordens religiosas em 1834, 22 conventos e 9 enfermarias e hospícios (MOREIRA, 2000, p. 276).

No universo dos estabelecimentos da Província da Arrábida, o Convento da Arrábida inscreve-se numa posição distinta. Foi o primeiro convento dos 22 conventos que vieram a integrar a Província da Arrábida, e que iniciou a reforma arrábida. O que explica que, dentre as comunidades franciscanas arrábidas, a comunidade que se instalou e cresceu no Convento da Arrábida foi uma das mais rigorosas na prática da penitência dos três votos inicialmente enunciados: *pobreza, obediência e castidade*.

Viviam em celas estreitas e baixas, a cama feita de cortiça era estendida diretamente no chão. Andavam descalços, vestiam um hábito encurtado, de modo a dar-lhe o mínimo de agasalho: “cingi-o com uma corda de esparto e cobriu-se com um capuz piramidal que se tornou característico dos frades arrábidos” (PIMENTEL, 1992, p. 52). As refeições eram constituídas apenas por pão, legumes ou ervas cozidas, não podendo comer carne nem peixe, assim como lhes estava vedado o consumo de vinho.

Era uma prática religiosa e espiritual marcada pelos excessos de penitência e pelo culto extremo da pobreza que circunscreve um determinado modo de vida e, por consequência, molda uma comunidade religiosa com particularidades distintas. Era um espaço onde reinava a punição, o que levou Piedade (1728, p. 187) a afirmar que era *uma oficina dos santos*, porque só uns santos podiam carregar semelhante vivência.

2.3.2. Primeira comunidade do Convento de Nossa Senhora da Arrábida : frades e noviços

Apesar das condições inóspitas existentes na serra e dos excessos de penitência impostos pela reforma iniciada por frei Martinho de Santa Maria, o convento era procurado pelo ermo e isolamento, de modo que “[...] *de toda a parte acodião muitos sojeitos, assim religiosos, como Seculares, aqueles para se incorporaram, e estes a pedir o Habito da aprovação*” (PIEDADE, 1728, p. 109). Dos que andaram pelos caminhos da Serra, uns vinham porque se sentiam atraídos pela vida consagrada e queriam segui-la da forma mais autêntica, a do espírito franciscano, outros queriam um refúgio, porque se sentiam traídos pelas “miragens” da vida real. Como testemunho das vivências tidas neste espaço, alguns frades ficaram registados para sempre na memória do convento através das imagens lavradas nas paredes do edifício ou dos nomes esculpidos em cima das pedras sepulcrais. Também estas figuras de frades, como muitas outras que atestam um passado de vida penitente memorável, ficaram ainda gravadas nos anais das crónicas da época.

Deste modo, os frades que habitaram o Convento de Arrábida foram dignos de vários registos. Dentre estes documentos, a já referida *Crónica da Província da Arrábida* em dois volumes, iniciada pelo frei de António da Piedade e concluída pelo frei José de Jesus Maria, é a fonte mais abrangente que descreve a vida das comunidades conventuais desta província durante dois séculos, mais exatamente desde a fundação dos respetivos conventos até 1731. Em relação ao Convento da Arrábida, o primeiro volume abarca o período 1539-1623, enquanto o segundo volume refere os acontecimentos entre 1623-1731, relatando, entre outros, um total de cerca 60 biografias de frades que percorreram os trilhos da Serra da Arrábida.

No princípio, eram apenas dois frades de origem castelhana que se instalaram na Serra da Arrábida. Trata-se do fundador deste convento, frei Martinho de Benavides, filho de nobres, que tomou o nome religioso de Santa Maria. Frei Martinho de Santa Maria veio acompanhado por frei Martinho Navarra, mas este não aguentou a vida dura e a solidão na serra e voltou para Espanha (CALADO, 1993, p. 98). Ao pedido do Duque de Aveiro, foi substituído pelo português frei Diogo de Lisboa. No final do ano de 1541, vieram ainda frei Pedro de Alcântara, frei João de Águila e, mais tarde, frei Francisco Pedraita - todos originários da Província Religiosa de São Gabriel de Castela.

Frei Pedro de Alcântara, canonizado pelo papa Gregório XV em 1622, estudou humanidades, filosofia e direito canónico em Salamanca. Ingressou na Ordem de S. Francisco com apenas 16 anos, tornou-se sacerdote em 1524 (ALBINO, 1939, p. 34), compôs o *Tratado de oração e contemplação*. Em conjunto com frei João de Aguiar auxiliou frei Martinho de Santa Maria na elaboração dos Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida.

Portanto, em 1542, vivia nas instalações rudimentares do Convento Velho o grupo dos cinco frades referidos, representando este grupo o núcleo da primeira comunidade do Convento da Arrábida.

Mais tarde, em 1546, segundo Perestrelo (1952, p. 81), moravam no Convento da Arrábida 12 elementos – um superior, que era o guardião, e 11 frades. Era este o número de frades que inicialmente, segundo os estatutos, podia habitar o convento.

Em 1542, com a elevação do Convento a Custódia, ao fundador frei Martinho foi dada a autorização de receber noviços para serem instruídos no espírito da nova reforma e nos rigores da penitência. Nesta fase inicial de educação de noviços, Piedade menciona na sua crónica a formação de oito noviços.

O primeiro noviço foi **frei Pedro Lagarto**, natural de Setúbal, de uma família modesta que veio para Arrábida muito novo, com 18 anos. Perfeito na ortografia, segundo PIEDADE (1728, p. 689) foi enviado para a Universidade de Salamanca para estudar teologia. Foi o primeiro pregador da ordem e eleito 4.º Ministro Provincial, em 1576.

Todo o tempo que lhe restava do púlpito, Confessionário e Coro empregava no estudo das Sagradas Letras e dos seus Espositores, de que resultou compor o livro, a que dava o título de Proveitosa Summa das cousas mais notáveis, que se continhão na Postila de Hugo Cardeal, sobre hum e outro Testamento. Era composto no idioma latino e com estilo elegante, a pobreza o privou da gloria da estampa, e o descuido dos antigos em o guardar, fez com que este se consumisse. (PIEADADE, 1728, p. 689).

Sobre os noviços que vieram a seguir a Pedro Lagarto, **frei António Fernandes e frei Arcângelo**, as informações são escassas. Sabemos apenas que o primeiro era castelhano e morreu muito novo, *sendo ainda corista* (PIEADADE, 1728, p. 253), e o segundo era *de sangue ilustre*, fidalgo espanhol, que veio para a Arrábida com frei João Calvo, Ministro Geral da Ordem, que instituiu a Custódia da Província da Arrábida.

O 4.º noviço foi **frei António de Coimbra**, era da nobre família Sá de Condeixa, discípulo de frei Pedro de Alcântara, foi sacerdote e confessor (PIEIDADE, 1728, p. 532).

Frei Damião de Torre, graduado em mestre da mística, estudou filosofia e teologia na Província de Castela, foi 2.º e 3.º Ministro Provincial e um fervoroso lutador pela conservação da reforma arrábida (PIEIDADE, 1728, p. 556).

O 6.º noviço de frei Martinho da Santa Maria foi **Frei Baltazar das Chagas**, que se afirmou como corista, foi nomeado varias vezes guardião dos conventos de Salvaterra e eleito 5.º Ministro Provincial.

Frei Salvador da Cruz, de origem nobre, estudou filosofia e teologia numa universidade das províncias de Castela, tendo morrido no campo de batalha de Alcácer-Quibir. (PIEIDADE, 1728, p. 556).

O último noviço dos oito de Frei Martinho foi igualmente notável. **Frei Jácome Peregrino (m. 1564)**, de origem nobre, os pais *o aplicação aos exercícios das letras e artes liberais*, e mais tarde estudou teologia com frei Pedro Lagarto na Universidade de Salamanca (PIEIDADE, 1728, p. 269). Teve o mérito de ser o primeiro Ministro Provincial na reforma arrábida, em 1560 (PERESTRELO, 1992, p. 141).

2.3.3. Evolução da comunidade

A comunidade foi crescendo, atraindo religiosos notáveis de vários cantos do país ou de províncias de Espanha. Apresentamos, de seguida, uma perspetiva global do quadro dos religiosos que habitaram o convento entre 1539-1731, de acordo com a exposição de frei António da Piedade no I volume da *Crónica da Província da Arrábida*, e consequentemente de frei José de Jesus Maria, no II volume da mesma *Crónica*. As listas que exporemos foram elaboradas a partir dos índices contidos nos volumes da *Crónica*. Para uma melhor perceção, nomeadamente em termos cronológicos, as listas respeitam a estrutura dos dois volumes, ou seja, indicaremos no primeiro grupo os elementos da comunidade identificados no I volume, e no segundo grupo os elementos do II volume. Quando possível, iremos mencionar a ocupação ou função enquanto

morador do convento, bem como os anos de vida, sendo que neste caso as informações existentes favorecem mais o ano da morte dos frades.

Frades do Convento da Arrábida: 1539-1623 (Vol. 1)

Irmão Afonso da Piedade, m. 1663 – anacoreta, viveu perto da ermida Bom Jesus
40 anos

Frei Agostinho da Cruz (1540-1619) – venerável, poeta

Frei Ângelo da Madre de Deus, m. 1618 – leigo

Frei António Fernandes – faleceu ainda noviço

Frei António de Coimbra, m. 1574 – discípulo de S. Pedro de Alcântara

Frei António Malhorquin - guardião

Frei Arsénio da Cruz, m. 1620 – leigo

Frei Baltazar das Chagas – noviço, Ministro Provincial

Frei Damião da Torre, m. 1578 – noviço, Ministro Provincial

Frei Diogo dos Inocentes, m. 1618 – anacoreta, sacerdote

Frei Fernando de Santa Maria – sacerdote, Ministro Provincial

Frei Francisco da Porciúncula, m. 1579 – leigo

Frei Francisco Pedraita – companheiro e confessor do fundador

Frei Francisco da Piedade – leigo

Frei Hilario dos Anjos – sacerdote

Frei João de Águila, m. 1580

Frei Jácome Peregrino, m. 1564 – 1.º Ministro Provincial

Frei Leão, m. 1550 – faleceu ainda noviço

Frei Luiz Delna – muito douto, confessor, pregador

Padre Manuel da Madre de Deus – anacoreta, síndico do convento

Frei Manuel da Arrábida, m. 1569 – sacerdote

Frei Manuel da Santa Maria, m. 1602 – sacerdote

Frei Martinho de Santa Maria, m. 1545 ou 1546 – fundador

Frei Miguel Falcão – guardião

Padre Pedro de Mesquita – viveu fora do convento, nas casas construídas para ele, chamadas mesquitas

Frei Pedro de Antoria – sacerdote, venerável

Frei Pedro Lagarto, m. 1590 – 1.º noviço

Frei Rodrigo de Deus, m. 1622 – sacerdote, Ministro Provincial

Frei Salvador da Cruz – venerável

Frei Sebastião da Conceição, m. 1589 – mestre de noviços

Tomé João da Terceira Ordem – muito pobre, esmoleiro

Frades do Convento da Arrábida: 1623-1731 (Vol. 2)

Frei Aleixo de S. Francisco, m.1679 – mestre de noviços
Frei Amaro de Mártires, m. 1694 – leigo
Frei André da Natividade, m. 1684 – leigo
Frei Crisóstomo de Santo António, m. 1704 – padre, guardião
Frei Diogo dos Anjos, m. 1643 – sacerdote
Frei Diogo da Piedade, m. 1635 – leigo
Frei Domingos de S. João Bautista, m. 1659 – esmoleiro, 24 anos no convento
Frei Domingos da Ressurreição, m.1675 – pregador, guardião
Frei Francisco de Santa Maria, m.1699 – leigo
Frei Francisco da Assumpção, m. 1702 – sacerdote
Frei Francisco dos Reis, m. 1645 – padre
Frei Francisco da Cruz (chamado Francisquinho da Arrábida), m.1667 – esmoleiro
Frei Francisco das Chagas, 1675 – pregador, guardião
Frei Francisco da Cruz, m. 1681 – douto
Frei Gonçalo do Rosário, m.1731 – leigo, viveu 43 anos no convento
Frei Jácome Peregrino, m.1648 (sobrinho) – Ministro Provincial, pregador 45 anos
Frei Ignacio da Conceição, m. 1730 – pregador, guardião
Frei Inocêncio de Santa Maria, m. 1702 – confessor
Frei José da Conceição (o Raposo), m. 1711 – guardião, reformador
Frei Lourenço de Jesus, m. 1629 – guardião, Ministro Provincial
Frei Manuel das Chagas, m. 1637 – guardião
Frei Manuel da Madre de Deus – confessor
Frei Manuel de S. Francisco, m. 1672 – leigo
Frei Manuel de Jesus Maria, m. 1689 – sacerdote
Frei Manuel da Magdalena, m. 1715 – mestre de noviços, guardião
Frei Mathias da Madre de Deus, (1560-1643) – sacerdote
Frei Paulino da Estrela, m. 1683 – confessor da rainha D. Catarina em Londres
Frei Simão dos Reis, m. 1691 – leigo
Frei Veríssimo do Nascimento, m. 1710 – pregador, mestre de noviços, guardião, acompanhou a rainha Catarina em Londres

A partir do ano de 1731, a evolução da comunidade do convento pode ser reconstituída com base em fontes como o manuscrito *Freires de Arrábida*³ que se encontra no Arquivo Distrital de Setúbal. Escrito entre 1840 e 1890, numa extensão de 72 *folios*, descreve um conjunto de 32 figuras notáveis. O critério de inclusão no manuscrito consiste em apresentar os frades que mais se destacaram quando viveram no espaço conventual de Arrábida e, neste caso, em termos de temporalidade, temos as balizas

³ ADSTB/PSS/APAC/A/0048/ Freires de Arrábida_1840/1897

cronológicas mais alargadas, quase desde a fundação do convento até à extinção do mesmo.

Frades do Convento da Arrábida: 1731-1834

Frei Damião da Torre

Frei Fernando de Santa Maria – solitário da Arrábida, companheiro de Fr. Agostinho da Cruz

Frei Pedro Lagarto

Frei Salvador da Cruz

Frei Diogo dos Inocentes

Frei Ângelo de Madre de Deus – leigo

Frei Manuel de São Francisco

Frei António da Madre de Deus, m.1770 – porteiro, homem de letras, escreveu algumas obras místicas

Frei Afonso da Piedade – arquiteto e escultor, fez a planta da capela de Bom Jesus, viveu como ermitério perto da Ermida mais de 40 anos

Frei Rodrigo de Deus – guardião do convento, prosador, escreveu o Tratado dos Passos, cultivou a poesia

Frei José de Santa Helena – erudito, instruído, escreveu sobre a Arrábida

Frei António da Piedade, m. 1732 – o cronista da Província da Arrábida

Frei André da Natividade, m. 1684

Frei António da Costa Cordovil, m.1679

S. Pedro de Alcântara

Frei Jácome Peregrino, tio

Frei Jácome Peregrino, sobrinho

Frei Francisco de Santa Maria – guardião na Arrábida, viveu muito tempo

Frei José – leigo do convento, depois da extinção viveu muito tempo solitário

Frei Fernão Rodrigues Lobo Soropita – inteligente, licenciado, poeta, companheiro de Frei Agostinho da Cruz

Ayres Teles de Meneses – teve educação literária, era um homem de letras, poeta e bom trabalhador, em linguagem da sua época, superior a maioria dos seus contemporâneos

D. João de Mello – buscou o ermo da Arrábida, aqui viveu depois de 1654, não se sabe até quando, foi Bispo de Évora, Viseu e de Coimbra

D. Luís de Portugal – fugiu de casa para o convento

Caetano Alberto de Borgia – apoiou o general Gomes Freire de Andrade e depois da conspiração de 1817, refugiou-se na Arrábida onde permaneceu até 1820

José Policarpo de Azevedo – viveu por muito tempo escondido entre os matos da serra

Frei Manuel de Madre de Deus – anacoreta

Francisco da Cruz (Frei Manuel de Madre de Deus) – viveu perto da Lapa da Santa Margarida

Frei António Mello Correia – padre, amigo de Agostinho da Cruz

Frei Diogo Bernardes (irmão do Frei Agostinho da Cruz)

Frei Manuel das Chagas, m. 1799 – leigo

Caetano Alberto de Borgia – apoiou o general Gomes Freire de Andrade e depois da conspiração de 1817, refugiou-se na Serra da Arrábida onde permaneceu até 1820

O capitão ajudante Amaro – depois da conspiração de 1817 permaneceu na serra até 1820

Como observámos, o manuscrito não contempla apenas religiosos, mas também seculares que procuraram fugir às autoridades, nomeadamente durante a conspiração do General Gomes Freire de Andrade, de 1817. O referido manuscrito inclui ainda uma lista de 14 *padres mais leigos* que se encontravam no convento em 1819. Reproduzindo o folio 43 do manuscrito, sabemos que, *em 12 de abril de 1819 activão em comunidade no Convento de Santa Maria da Arrábida os seguintes padres:*

Frei Joaquim de Santa Ana Lagarteiro – pregador e guardião

Frei Jerónimo de Rosário – pregador

Frei Luís da Nossa senhora do Loreto – ex-leitor de teologia

Frei José do Sacramento – pregador

Frei José de Santa Ana – pregador

Frei Faustino de Jesus Maria José – presidente

Frei José de Santa Maria da Arrábida – pregador

Frei Pantaleão de Jesus Maria José – pregador

Frei Manuel do Coração de Jesus

Frei António de Soledade

Frei Francisco do Paraíso

Frei Francisco de Santa Ana

Frei Manuel de Santo Agostinho

Frei José dos Dolores

Os últimos frades que se encontravam no convento quando se ordenou a extinção das ordens religiosas, em 1834, têm registado os seus nomes enquanto testemunhas no processo de inventário⁴ que, entre outros, inclui o inventário da *Livraria*:

Frei José do Sacramento, guardião

Frei Joaquim de Santa Ana

Frei Luís de Nossa Senhora do Loreto

Frei Jerónimo de Rosário

Frei António de Jesus Maria

Frei João da Rainha dos Anjos

Frei Daniel de Senáculo

⁴ ANTT/Ministério das Finanças. Cx. 2251, processo n.º 366, fls. 23v -24.

Frei José da Arrábida
Frei António da Assunção – todos sacerdotes de missa
Frei António da Conceição
Frei António de Jesus Maria - coristas
Frei Ricardo do Espírito Santo
Frei Francisco de Assis
Frei António da Arrábida
Frei Manuel de Santo Agostinho
Frei José das Fores
Frei Bernardino das Chagas
Frei José da Arrábida
Frei Manuel de Jesus Maria - leigos
Frei António do Espírito Santo, da casa da Boa Morte de Lisboa, incorporado nesta comunidade por ordem do governo.

Para conhecer melhor o quadro dos frades que integraram a comunidade do convento, é igualmente relevante o artigo de Rema, cujo critério de apresentação incide sobre frades sepultados no Convento da Arrábida e frades sepultados fora do Convento. Os frades que foram sepultados no convento são um verdadeiro exemplo de devoção, “almas de eleição”, segundo Rema (1996), que marcaram para sempre este monte sacro:

Frei Agostinho da Cruz
Padre Fr. Diogo dos Anjos
Frei Francisco dos Reis
Frei José da Conceição, chamado *Raposo* - guardião da Arrábida
Frei Francisco de Santa Maria, m. 1699 - leigo
Frei Francisco da Assunção, m. 1702 – confessor, sacerdote
Frei Francisco da Ascensão, m. 1707
Frei António da Conceição, m. 1746 – sacerdote, 42 anos no convento
Frei Guilherme da Conceição, m. 1746 – sacerdote, 42 anos no convento
Frei Sebastião da Conceição m. 1758 – leigo, 54 anos no convento

No entanto, não são menos virtuosos os frades sepultados fora do Convento:

Padre Frei Manuel da Arrábida, m. 1569
Frei Francisco de Porciúncula, m. 1579 – 22 anos no convento
Frei Pedro Lagarto, m. 1590 – pregador, Ministro Provincial
Frei Arsénio da Cruz, m. 1620 – irmão leigo, corista, definidor e guardião
Frei Simão dos Reis, chamado *Pia Carneira*, m. 1691 – leigo, cozinheiro, esmoleiro, viveu no convento 30 anos
Frei Amaro de São José, m. 1694 – leigo, pedreiro, esmoleiro na Arrábida

Frei Veríssimo do Nascimento, m. 1710 – ao serviço da rainha D. Catarina em Londres, viveu pouco na Arrábida
Frei Inocêncio de Santa Maria da Arrábida, m. 1702 – confessor
Frei Manuel da Cruz, de Tavira, m. 1731 – leigo, viveu no convento 28 anos
Frei Gonçalo do Rosário, m. 1731 – leigo, viveu 43 anos no convento
Frei Manuel da Madre de Deus, o *Coimbra* – tomou hábito 1721, nomeado confessor, não se sabe a data de falecimento
Frei António de Santa Maria da Arrábida, o *Descalço*, (1684-1754) – leigo, divertia-se com a leitura de livros devotos
Frei Manuel Convertido, (1715 – 1754) - confessor
Frei Maurício da Cruz – leigo, autor de uma data de Elogios dedicados aos frades que habitaram no Convento da Arrábida

Desta panóplia de frades arrábidos citados, no seu conjunto mais de 120, que habitaram o convento ao longo dos seus 295 anos de existência, uns alcançaram notoriedade através de ações espirituais ou virtuosas. Neste quadro inscrevem-se: um fundador – frei Martinho da Santa Maria, um santo – S. Pedro de Alcântara, um poeta – frei Agostinho da Cruz. Outros afirmaram-se pelos longos anos consagrados a uma vivência penitente em contínua oração e contemplação, uma vida mais “para heróis da santidade do que para imitar pelo comum dos mortais” (REMA, 1996). Neste campo, podemos citar frei Afonso da Piedade, frei Gonçalo do Rosário, frei António da Conceição, frei Guilherme da Conceição, frei Sebastião da Conceição, todos moradores do convento durante mais de 40 anos.

Todavia, na perspetiva de traçar um perfil dos elementos da comunidade, para o nosso estudo são relevantes as observações a referir sobre a origem, instrução e ocupação dos frades enquanto moradores do convento. Em relação à origem, é bem conhecido o facto de que os descendentes de famílias nobres, por inerência a esse estatuto, herdavam os privilégios e as condições de uma educação e formação seletas. São indícios que remetem para práticas de uso do livro, porque, independentemente da área de formação - Gramáticas ou Letras, Artes liberais ou Literaturas, Direito Canónico ou Teologia, Filosofia ou Moral – qualquer processo de estudo envolve práticas de leitura. Neste contexto, numa análise sumária do quadro dos frades da comunidade, verificámos que a maioria provinha de famílias nobres e ricas e que já tinha uma instrução antes de tomar o hábito e de ingressar no convento. A título de exemplo, referimos frei Arsénio da Cruz que sabia latim, frei Damião da Torre que era considerado muito douto, frei Fernando de Santa Maria que foi Ministro Provincial e instituiu o primeiro estudo de Artes em

Portugal, frei Luiz Delna, também muito douto e conhecedor de várias línguas, que se mostrava um “Sábio do Mundo” e afirmava que “não resolvia as propostas de alguma suposição, sem preceder o estudo dos livros” (PIEDADE, 1728, p. 520), frei Jácome Peregrino que estudou latim e Sagrados Cânones na Universidade de Coimbra, frei Manuel das Chagas que estudou letras, e a lista poderia ser mais extensa. Evidentemente há circunstâncias que contrariam esta regra, com o exemplo de estudiosos provenientes de famílias modestas. Para os elementos deste grupo é característico revelarem capacidades e chamamento para a aprendizagem, sendo enviados para estudar, de início, no estrangeiro e, mais tarde, em território nacional. É o caso do primeiro noviço, frei Pedro Lagarto, já mencionado, que foi enviado para a Universidade de Salamanca para estudar Teologia, e mais tarde, em 1576, foi nomeado 4.º Ministro Provincial. Como outro exemplo, podemos referir o frei Inocêncio de Santa Maria da Arrábida que estudou latim, filosofia e moral, sendo nomeado confessor depois dos estudos. É também, no mínimo curioso, o caso de frei António de Santa Maria da Arrábida, proveniente de uma família pobre, que passava muito tempo à portaria do convento e divertia-se com a leitura de livros devotos. Foi admitido no convento e, mais tarde, foi feito frade leigo. Piedade (1728, p. 63) refere que frei Fernando de Santa Maria, apesar de não ter cursado as Aulas, “*supria a vivacidade do engenho para a inteligência dos livros, por onde estudava*”.

Em relação às funções ou ocupações enquanto membros da comunidade, os confessores, os pregadores e os sacerdotes, para oficiarem os ritos religiosos, para professarem as suas missões ou para atenderem às inquietudes das almas da comunidade, tinham necessidade de se preparar devidamente, sendo este um ato que passava pela leitura ou estudo. Neste campo afirmaram-se: frei Francisco da Cruz, guardião, confessor, incansável estudioso; frei Paulino da Estrela, padre espiritual e confessor, que acompanhou para Londres a rainha D. Catarina de Bragança; frei Veríssimo do Nascimento, também ele ao serviço da rainha; frei Francisco dos Reis, um bom diretor espiritual de D. Ana Maria Manrique de Lara e das suas aias, de D. Pedro de Lancastre e do Padre Pedro de Mesquita.

Não podemos deixar de referir os frades que, em virtude do chamamento do espírito e da inspiração, criaram obras religiosas ou literárias, trazendo desta forma o valioso contributo para o enriquecimento do fundo bibliográfico conventual, mesmo quando as respetivas obras não chegariam a ser impressas devido à pobreza existente e praticada deliberadamente. O mais conhecido, neste contexto, é o poeta **frei Agostinho da Cruz**,

que realmente chegou ao firmamento das letras escritas neste espaço conventual. No entanto, a Serra conheceu outros frades vocacionados em *engenhos das letras*, a saber:

Frei Luiz Delna, mestre nas letras divinas e humanas, compôs um *Sermonário para todos os Domingos do ano*, que deixou manuscrito para dar ao prelo;

Frei Rodrigo de Déus, prosador, escreveu o *Tratado dos Passos*, mas também cultivou a poesia;

Frei André da Natividade compôs um livro - *Cerimonial ou Ritual para uso dos frades da sua província*, impresso em Lisboa por Henrique Valente de Oliveira, em 1659, ainda autor de *vários livros devotos*, que não foram impressos devido à pobreza;

Frei Francisco dos Reis, possuidor de *bello talho de letra, apreciada pelo duque de Aveiro D. Pedro de Lancastre* (REMA, 1996), escreveu na Arrábida *Breve Tratado das excelências da Oração*, que não chegou a ser impresso;

Frei Paulino da Estrela escreveu e publicou em Londres, em 1667, *Flores del desierto cogidas en el jardin de clausura minorista de Londres*;

Frei Maurício da Cruz, autor de uma data de *Elogios* dedicados aos frades que habitaram o Convento da Arrábida;

Frei António da Madre de Deus, homem de letras, escreveu algumas obras místicas; e frei José de Santa Helena, erudito e instruído, de quem as fontes mencionam que escreveu sobre a Arrábida;

Frei Fernão Rodrigues Lobo Soropita, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, era caracterizado pelos seus contemporâneos como um estudante muito inteligente. Em Lisboa, conheceu o poeta Luís de Camões e foi o editor das poesias líricas deste. Afirmou-se como poeta. O seu primeiro volume de poesias inéditas foi impresso *post-mortem* em 1868, no Porto, com o título *Poesias e provas inéditas de Fernão Rodrigues Lobo Soropita, com prefácio e notas de Camilo Castelo Branco* (TORRES, 1904-1915). Refugiou-se no Convento da Arrábida em 1606, onde teve como companheiro e amigo frei Agostinho da Cruz;

Frei Ayres Teles de Meneses, que *“teve educação literária, era um homem de letras, poeta e bom travador, em linguagem da sua época, superior a maioria dos seus contemporâneos”*⁵.

⁵ ADSTB/PSS/APAC/A/0048. Freires de Arrábida_1840/1897, f. 51.

3. A livraria do Convento da Arrábida – em busca da identidade

3.1. A Livraria no contexto conventual da Serra da Arrábida

No presente capítulo, iremos contextualizar a *Livraria* do Convento da Arrábida enquanto espaço físico e temporal. Para a concretização deste propósito procuraremos encontrar respostas a perguntas como:

- quando foi construída a *Livraria* do convento?
- onde se situava fisicamente no conjunto de valências espalhadas na área conventual da Serra da Arrábida?
- como se apresenta e quais são as dimensões do espaço interior da respetiva *Livraria*?

A bibliografia consultada atesta que, ao longo da sua existência, o Convento da Arrábida conheceu dois espaços destinados à guarda de livros e, eventualmente, ao espaço de leitura e estudo, designados de *Livraria Velha* e *Livraria Nova*.

3.1.1. Livraria Velha

A informação escassa não nos permite configurar com clareza elementos temporais ou espaciais que permitam situar em termos concretos a fundação e a evolução das instalações da *Livraria*. Não obstante, a falta de registos não diminui a importância que os religiosos atribuíam ao espaço que deveria albergar os livros apesar das restrições da regra franciscana. A necessidade de ter um espaço próprio para os livros necessários, seja para a evolução espiritual de cada um, seja para práticas religiosas, determinou-os a contemplar nos estatutos as normas de construção de um tal espaço.

Os Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida, no capítulo 40, intitulado Dos edificios, estabelece que “Havera em cada um dos nossos conventos duas casas lançadas fora da quadra do dormitório, huma para livraria, outra para hospedaria [...]” (ESTATUTOS, 1698, p. 79).

Começando com o aspeto cronológico, relativamente à data da edificação da *Livraria Velha* seria apropriado apontar para duas possíveis datas, 1542 ou 1546.

A primeira data - o ano 1542 - representa a fase inicial da construção do chamado Convento Novo e compreende a edificação do conjunto das seguintes dependências: igreja, cozinha, refeitório, fonte e umas celas; enquanto o ano de 1546 situa-se na fase

de acrescentos efetuados por D. Jorge, que incluem a finalização da igreja, a construção do coro e antecoro, da sacristia e antessacristia (QUINTELA... [et al.], 1996, p. 351).

Os autores da crónica *Espelho de penitentes...*, frei António da Piedade e frei José de Jesus Maria, ao relatar as fases da construção de várias instalações do convento, não mencionam o mesmo processo em relação à *Livraria*.

Por outro lado, ainda relativamente à fase inicial de construção, conta o mesmo autor, que frei Martinho opôs-se à extensão da construção do convento para não ofender o espírito franciscano seguido pelos arrábidos: “*Não fez o Duque D. João de Lancastre mais obras, pela repugnância do Venerável Fr. Martinho...*” (PIEIDADE, 1728, p. 58).

Neste contexto, será que foram seguidas as diretivas dos Estatutos e construíram uma *livraria* também em conjunto com outras dependências ainda em 1542, ou dada a relutância do frei Martinho em construir mais dependências, este espaço foi edificado mais tarde? E se for este o caso, em que altura se pode situar a construção da *Livraria Velha*: a partir do ano 1546, na fase de finalização das construções de dirigidas por D. João, ou ainda mais tarde? Uma vez que não existe nenhuma indicação acerca deste espaço nos anos já referidos, é difícil de conjecturar a data da fundação da *Livraria Velha*.

Relativamente à localização da *Livraria Velha* no contexto conventual tomamos como ponto de partida a mesma fonte, e a mais antiga que se conhece sobre o convento, ou seja a Crónica de frei António de Piedade. O citado autor, referindo-se a este espaço, descreve apenas numa frase onde estará situada a *Livraria*, sem entrar em detalhes:

Junto a este terreiro [Santiago], sobindo vinte dous degraus, faz a Serra huma abertura, da qual se continúa outra rua coberta de parreiras, de sessenta passos de comprido, e de sete palmos de largo, e nella la se vêem a Livraria, e mais duas cellas. Não tem mais ruas (PIEIDADE, 1768, p. 65).

Ao identificar o respetivo espaço *in loco*, tomamos como ponto de referência ainda as descrições de Perestrelo (1952, p. 122): “Ao deixarmos o Terreiro de Santiago, trepamos doze íngremes degraus e achamo-nos no “segundo dormitório [...]. À esquerda, celas, a Livraria Velha e o “Relógio” em recanto ladrilhado com bancos de ambos os lados. Não tem mais ruas”. Dado que para este tipo de identificação cada elemento referido é muito importante, não nos deixa sem ponto de interrogação a discrepância que observamos nas duas afirmações citadas no que diz respeito ao número de degraus. Deste modo, ao subir do Terreiro de Santiago, são vinte e dois degraus,

segundo a afirmação de Piedade, enquanto de acordo com Perestrelo são doze. Não se sabe a que se deve esta diferença no número de degraus. Tirando este aspeto discrepante, as descrições feitas na Crónica apontam para o mesmo espaço que hoje se pensa que outrora era a antiga *Livraria*.

Para atestar a ideia acima exposta reproduzimos a descrição do cronista sobre a localização do Terreiro de Santiago, que antecede o acesso para a *Livraria Velha*:

Mais adiante se vê um pequeno, mas alegre terreiro, de comprimento de doze passos e seis de largo, que chamão de Santiago,... . Logo se encontra com a cella dos Prelados, junto a huma escada coberta, que desce para o Coro. Em eminente lugar, subindo huma escada tosca de dezasseis degraus, se admira a cella do Venerável Frei Diogo dos Anjos, singular Anacoreta deste Ermo (PIEDADE, 1728, p. 69).

É precisamente a partir deste terreiro que 12 degraus levam para a rua sem outras ruas, onde se encontram as duas celas e a *Livraria Velha*. Neste enquadramento, ao subir os respetivos degraus, a primeira porta à esquerda, atualmente identificada com o número 18, pertence à *Livraria Velha*. Numa perspetiva mais global, está situada no corpo do segundo dormitório. Segundo a descrição de Piedade, identificamos a localização da *Livraria Velha* no espaço representado na Figura 1, que neste caso seria a terceira porta a direita, ou seja, é a cela que tem o telhado próprio e mais alto do que a das primeiras duas celas.



Figura 1 – Suposta localização da *Livraria Velha* (terceira porta a direita)
(Foto da autora, 27.05.2018)

Sobre a área da *Livraria*, os Estatutos indicavam: “*terão as tais casas vinte palmos de comprimento, será a largura a da quadra, para que fiquem mais perfeytas*” (ESTATUTOS..., 1768, p. 79). As medidas tiradas no local mostram que o comprimento do espaço é de 3,2 m, a largura é de 2,6 m, que se traduzem numa área de cerca 8,3 m². Comparando com a área prevista pelos Estatutos, e considerando que um palmo tem cerca de 22 cm, verificamos que a área total é inferior relativamente às medidas estipuladas.

3.1.2. *Livraria Nova*

Desconhece-se o motivo que levou os religiosos a mudar de espaço. Provavelmente, quando o espaço da *Livraria Velha* já não era suficiente para albergar todos os livros, o que indica o crescimento que houve do acervo, esta passou para um local mais amplo, que recebeu o nome de *Livraria Nova*.

Ao abordar os pontos cronológicos desta *Livraria*, de igual modo não se sabe quando teve lugar a transferência do conteúdo bibliográfico da *Livraria Velha* para o espaço

referido. O cronista referia que em 1728 a *Livraria* se encontrava ainda no espaço antigo. Em 1769, foi elaborado o catálogo da *Livraria* que compreendia mais de 1.000 volumes. Partindo deste ponto de referência de ordem quantitativa, surge então a pergunta: até quando espaço da *Livraria Velha* tinha suficiente capacidade para albergar este número de volumes? Com a devida margem de erro, a transferência do acervo para a *Livraria Nova* deve ter ocorrido na segunda metade do século XVIII.

Quanto à localização da *Livraria*, ao subir do terreiro da Cozinha para o socalco do primeiro dormitório, no final deste corredor existe uma arca que marca a passagem para um pequeno terreiro: Passa-se do primeiro dormitório para o Terreiro de Santiago por estreito portal em arco, com uma cruz no topo. Um nicho continha a imagem do Apostolo; do outro lado, abre-se a porta de dois batentes da *Livraria Nova* [...]. Ao fundo do terreiro, em sombrio canto, acha-se a Cela dos Prelados, tão modesta como as mais (PERESTRELO, 1952, p. 122).

Ainda para uma caracterização mais clara da localização da *Livraria*, temos o prisma estrutural apresentado por Pereira (2006). Segundo este autor, o Convento Novo tem quatro grupos de instalações: entrada e átrios, o templo, a clausura e o exterior da cerca. Neste complexo estrutural, a *Livraria* encontra-se no espaço da clausura.

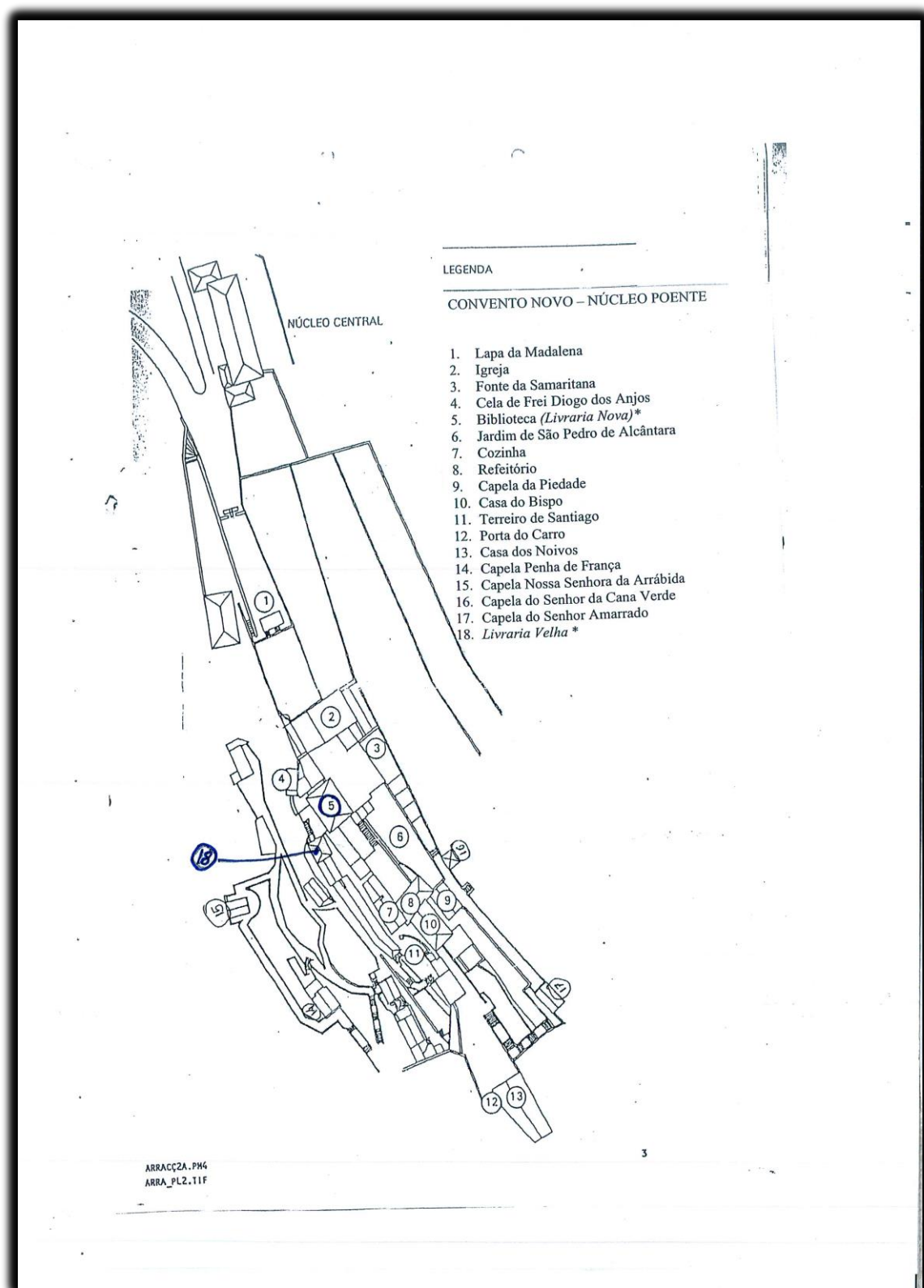


Figura 2 – Localização da *Livraria Velha* e *Livraria Nova*
 Planta disponibilizada pela cortesia da Fundação Oriente
 *(Assinalação nossa com a autorização da Fundação Oriente)

Ao descrever o enquadramento espacial da *Livraria Nova*, Pereira (2006) fornece a seguinte apresentação de índole mais arquitetural, é verdade:

Abre para este Terreiro uma outra dependência de maior porte, a Livraria Nova, com porta rectângular ladeada por duas janelas. Dois painéis de azulejos com cenas eremíticas, reaproveitados de outro lugar, decoram a parede. A Livraria, embora não conserve o acervo documental nem os móveis que o suportavam, demonstra ter sido uma dependência com um estatuto destacado: de planta rectângular, é coberta por um telhado de quatro águas alongado, e possui um tecto de madeira, conferindo-lhe uma nota de espaço mais nobre, dedicado ao estudo. Não poderia ser de outra forma (PEREIRA, 2006, p. 152).



Figura 3- Entrada para a Livraria Nova
(Foto da autora, 27.05.2018)

Neste mesmo terreiro, além da *Livraria* existe apenas uma cela, a cela dos prelados. Uma escada coberta, que separa a cela dos prelados do edifício da *Livraria*, desce para o coro da igreja. Assim, constatamos que o edifício da *Livraria* (Fig. 2) tem uma posição estratégica. Situa-se num terreiro que tem ligações com os dois dormitórios do convento por um lado, e por outro lado o acesso era assegurado a partir do coro da igreja, tendo ainda na sua proximidade a cela dos prelados. Elementos como o coro da igreja e a casa dos prelados conferem à *Livraria* uma nota de distinção que faz com que esta seja um espaço privilegiado, sendo ao mesmo tempo um ponto central que tem à sua volta as dependências importantes do convento, proporcionando, desta forma, um melhor acesso à comunidade. Atualmente é identificada com o número 15, inscrito na porta. Na construção deste edifício, tal como nos outros, foram utilizados materiais simples e

disponíveis como “cantaria e alvenaria de pedra calcária, rebocada e caiada”⁶. Tal como descrito por Pereira (2006, p. 152), a parede exterior está decorada com dois painéis de azulejos com a combinação de cores azul e branco, situados ao lado da porta, como representado na Figura 3.

Ao caracterizar o espaço interior da *Livraria*, Perestrelo menciona que esta é “espaçosa com duas janelas que na perspetiva geral do convento se avista sobre telhado da igreja, nelas se enquadra o azul magnífico do mar, cenário apropriado à meditação e ao estudo” (PERESTRELO, 1952, p. 122). Segundo as medidas efetuadas no local, constatámos que a largura é de 4,20 m e o comprimento de 7,45 m, o que perfaz uma área de cerca 31 m², um espaço razoável, tal como afirma Perestrelo, para uma *livraria* conventual franciscana de restrita observância em geral, que se quer austera em tudo o que faz parte da vida desta comunidade arrábida em particular.



Figura 4 - *Livraria Nova*
(Foto da autora, 27.05.2018)

O interior da *Livraria* está todo revestido em madeira: as paredes, o chão e o teto. Se o teto e o chão foram restaurados recentemente, as paredes e as prateleiras conservam ainda a materialidade que, se não totalmente original, pelo menos comporta sinais bastantes antigos. “Possui um tecto de maceira, conferindo-lhe uma nota de espaço mais nobre, dedicado ao estudo. Não poderia ser de outra forma” (PEREIRA, 2006, p. 152). O elemento mais distinto deste espaço, o teto, com a sua forma piramidal, configurado

⁶ Fonte: <http://www.monumentos.gov.pt>

de acordo com o telhado em quatro águas, tem realmente uma expressão elegante e distinta que contrasta com os outros elementos - paredes, estantes, janelas – que, devido às marcas antigas, transportam para os tempos passados. Predominam duas cores: azul, é a cor com que as paredes estão pintadas, e o castanho, em tons mais escuros e mais claros reveste o teto, o chão, a sanca, as margens das estantes e, respetivamente, as prateleiras. Entre a última prateleira e o teto perfilha-se a sanca de madeira pintada de castanho-escuro. É precisamente no meio desta sanca, por cima da cada estante, que se vê a identificação de cada, escrita em números árabes com uma cor mais clara.



Figura 5 - Numeração das estantes
(Foto da autora, 27.05.2018)

A *Livraria* tem 14 estantes a cobrirem completamente as paredes (Fig. 4). A numeração começa com a estante situada por cima da porta da entrada, sendo esta a estante N.º 1 e tem apenas 2 prateleiras. A numeração continua, no sentido dos ponteiros do relógio, com as estantes N.º 2 e N.º 3, que se encontram do lado esquerdo da porta. Seguem-se outras duas estantes, N.º 4 e N.º 5 na parede lateral deste mesmo lado da porta. Cada uma das estantes, do N.º 2 ao N.º 5, tem sete prateleiras. A parede situada em frente da porta tem 5 estantes, numeradas de 6 a 10. Deste conjunto de estantes, as estantes com N.º 6, N.º 8 e N.º 10 têm sete prateleiras, enquanto as outras duas estantes, N.º 7 e N.º 9, apenas têm duas prateleiras cada. Estas são as estantes situadas por cima das janelas, de modo a aproveitar o espaço até ao teto, tal como é o caso das prateleiras em cima da porta. Para continuar a disposição das estantes, a parede lateral do lado direito da porta integra mais duas estantes, a N.º 11 e a N.º 12, com sete prateleiras cada. As últimas

duas estantes, N.º 13 e 14 completam a parede situada igualmente do lado direito da porta da entrada, também elas com sete prateleiras.

No total, as 14 estantes somam 83 prateleiras. Em relação ao comprimento, de acordo com as medidas tiradas no local, verificámos que estas têm comprimentos diferentes, como expostos na Tabela 1.

Tabela 1 – Prateleiras da *Livraria Nova*

Estantes	Número de prateleiras em cada estante	Cumprimento da prateleira	Cumprimento total das prateleiras de uma estante
N.º 1	2	1,25m	2,50m
N.º 2	7	1,32m	9,24m
N.º 3	7	1,32m	9,24m
N.º 4	7	1,78m	12,46m
N.º 5	7	1,78m	12,46m
N.º 6	7	1,33m	7,98m
N.º 7	2	1,27m	2,5m
N.º 8	7	1,58m	11,06m
N.º 9	2	1,27m	2,54m
N.º 10	7	1,33m	7,98m
N.º 11	7	1,78m	12,46m
N.º 12	7	1,78m	12,46m
N.º 13	7	1,32m	9,24m
N.º 14	7	1,32m	9,24 m
Total			110,34m

(Elaboração da autora)

A soma do comprimento das prateleiras perfaz um total de 110, 43 metros lineares. Para além da indicação do número das estantes, as prateleiras também se encontram identificadas. Neste caso, o número da prateleira está inscrito diretamente na margem lateral de cada estante com números árabes por ordem ascendente de cima para baixo, assim como se observa na imagem que se segue (Fig. 6).



Figura 6 - Numeração das prateleiras
(Foto da autora, 27.05.2018)

A profundidade de cada prateleira é de 25 cm, enquanto a altura entre as prateleiras varia de uma para outra. Deste modo, ao medir do topo da estante para baixo, verificaram-se as seguintes alturas:

- Prateleira 1 – contando da margem inferior da sanca, tem 19 cm;
- Prateleira 2 – 22 cm;
- Prateleira 3 – 30 cm;
- Prateleira 4 – 32 cm;
- Prateleira 5 – 37 cm;
- Prateleira 6 – 39 cm;
- Prateleira 7 – 43 cm.

As diferentes alturas entre as prateleiras sugerem o cuidado em aproveitar o espaço da melhor forma possível, arrumando os documentos de acordo com os seus tamanhos. Neste caso, é simples verificar a modalidade de arrumação que seria respetivamente, de cima para baixo, do formato mais pequeno para o formato maior.

Ainda sobre arrumação e organização do fundo bibliográfico, mas no sentido classificativo ou temático, importa referir que guardam-se até agora, algumas indicações da localização dos temas nas prateleiras. Deste modo, segundo as marcas de *sinalética*

existentes, a estante N.º1 indica a História bíblica, estante N.º2 – Bíblia, estante N.º3 – Dogmática e apologética, estante N.º4 – Moral e pastoral, estante N.º5 – Espiritualidade, estante N.º12 – Biografia, estante N.º13 – Diversos. As estantes não referidas não continham indicações acerca dos assuntos dos volumes que poderiam integrar. Desconhece-se se os volumes do acervo estiveram organizados nas prateleiras conforme os temas acima citados. O que se pode afirmar é que os indícios que existiam apontam para o modo de organização funcional e temática.

Analogamente, até certo ponto, encontramos critérios semelhantes de organização na Biblioteca de Maфра. “[...], a organização das estantes por matérias, colocando por cima de cada estante uma inscrição que indica o tema que lhe corresponde”, enquanto “a arrumação é feita tendo em atenção a dimensão das prateleiras, sendo que as do piso inferior são maiores que as do piso superior, [...]” (AMARAL, 2013, p. 157), indicam claramente pontos comuns nestes termos, apesar de serem duas *livrarias* muito distintas em vários aspetos.

Relativamente ao mobiliário, tirando as estantes, a única peça existente atualmente na *Livraria* é uma mesa de dimensão razoavelmente grande (Fig. 4). Localizada no meio da *Livraria*, desconhece-se a origem e quando foi instalada neste espaço. Não se pode afirmar se veio antes da extinção do Convento ou depois. Igualmente é difícil saber se teve outras peças de mobiliário e quais.

No final desta parte, a partir do exposto anteriormente, podemos retirar os momentos relevantes que caracterizam a *Livraria* do Convento da Arrábida. Neste seguimento de ideias, no contexto físico conventual, a *Livraria* situava-se num lugar nobre, que privilegiava o acesso a partir dos espaços mais importantes do convento: igreja e cela dos prelados.

A forma de organização das estantes, de distribuição da altura das prateleiras dentro destas, bem como a existência de alguns marcadores temáticos, sugerem uma possível organização funcional e temática do fundo bibliográfico.

Em termos de materiais utilizados e móveis existentes, o espaço apresenta-se modesto, de acordo com o todo complexo arquitetónico conventual. Mas, em contrapartida, a *Livraria* dispõe de uma área razoável grande, para albergar volumes numa extensão de cerca 100 metros lineares de prateleiras. Por outro lado, as duas janelas, viradas para o mar, deixam entrar o fluxo de luz necessário às atividades letivas, oferecendo, ao mesmo tempo, uma vista inigualável para o mar que, no horizonte, se funde com o céu,

tudo conjugando-se numa harmonia perfeita para leitura e meditação, contemplação e elevação espiritual.

4. Fundo bibliográfico da *Livraria* do Convento da Arrábida

4.1. Acervo documental em catálogos e inventários

Nesta parte de trabalho, iremos descrever as fontes manuscritas da *Livraria* do Convento da Arrábida que contemplam o acervo bibliográfico, constituídas durante o Antigo Regime. A importância dos catálogos e dos inventários é incontestável para o estudo e a análise das bibliotecas eclesiásticas existentes no Antigo Regime. Neste período, a *Livraria* do Convento da Arrábida foi objeto de descrição em registos bibliográficos, ainda que na imposição das diretrizes de Estado, designadamente no Catálogo do Convento da Nossa Senhora da Arrábida elaborado em 1769-1770, e no Inventário de extinção de 1834. Serão abordados os contextos em que foram produzidos, os aspetos estruturais que os caracterizam e os conteúdos bibliográficos que integram.

4.1.1. Catálogo de 1769-1770

Ao longo dos séculos, durante a existência das bibliotecas eclesiásticas, para registar os livros que possuíam, foram produzidos várias tipologias de inventários. Como foi referido no capítulo inicial deste projeto, Giurgevich e Leitão (2016, p. XXVI) dividem toda a gama de instrumentos bibliográficos em dois grupos, que correspondem, designadamente, à gestão da vida interna das *livrarias* e à reorganização externa destas. Segundo os mesmos autores, a gestão da vida interna das *livrarias* conventuais inclui documentos elaborados normalmente pelas próprias instituições religiosas, enquanto a reorganização externa provem das diretivas do Estado que deram origem, entre outros, aos *Inventários mandados fazer pela Real Mesa Censória e aos Inventários de sequestro e de extinção* (GIURGEVICH e LEITÃO, 2016, p. XXVI). É certamente neste grupo de inventários que se inscrevem o Catálogo e Inventário elaborados no Convento da Arrábida, ou seja, nesta perspetiva, estes documentos resultaram de fatores externos e não da necessidade de organização interna da *Livraria*.

O Catálogo da *Livraria* do Convento da Arrábida elaborado como imposição de responder às medidas de controlo da circulação de livros definidas pela Real Mesa

Censória, no edital de 10 de julho de 1769, encontra-se atualmente depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A nível nacional, o Catálogo do Convento foi um dos 61 catálogos remetidos à Real Mesa Censória, enquanto no âmbito das instituições vinculadas à Ordem dos Frades Menores é um dos 16 catálogos elaborados para este fim (Campos, 2015, p. 73-75).

Dos 22 conventos e dois hospícios existentes na Província da Arrábida no século XVIII, segundo os dados disponíveis (CAMPOS, 2015; LEITÃO e GIURGEVICH, 2016), o Convento da Arrábida foi o único que elaborou um catálogo para ser remetido à Real Mesa Censória. Mas não era o único convento cujo acervo era catalogado. É conhecido o facto de que, no período em análise, a imponente Biblioteca do Convento de Mafra também tinha um Catálogo de Livraria (1755-1758), só que o respetivo catálogo, apesar de conter as intervenções da Real Mesa Censória (LEITÃO e GIURGEVICH, 2016, p. 182), foi elaborado em outras circunstâncias. Este surgiu da necessidade de organização da biblioteca, fator que o diferencia do contexto de produção do Catálogo da *Livraria* do Convento da Arrábida.

Relativamente à estrutura do Catálogo em análise, menciona-se que é constituído por 43 *folios* não numerados. Na página de rosto (Fig. 7) consta o nome do Convento e o título do catálogo: *Catálogo Alfabético dos Livros, que se açhão assim na Livraria como nas cellas dos Religiosos deste Convento*. Como se pode verificar, o conteúdo do título fornece informações relevantes acerca de dois aspetos: um tem a ver com uma das formas de organização do Catálogo – alfabética, e outro realça um detalhe importante relacionado com a localização dos livros no espaço do Convento – as celas. Para abrir um parêntesis, o facto de os livros se encontrarem em outros espaços, neste caso nas celas dos religiosos, é um indício que remete não só para a localização mas deixa, também, entrever modalidades de utilização, de leitura ou de posse do livro dentro da comunidade do Convento da Arrábida.

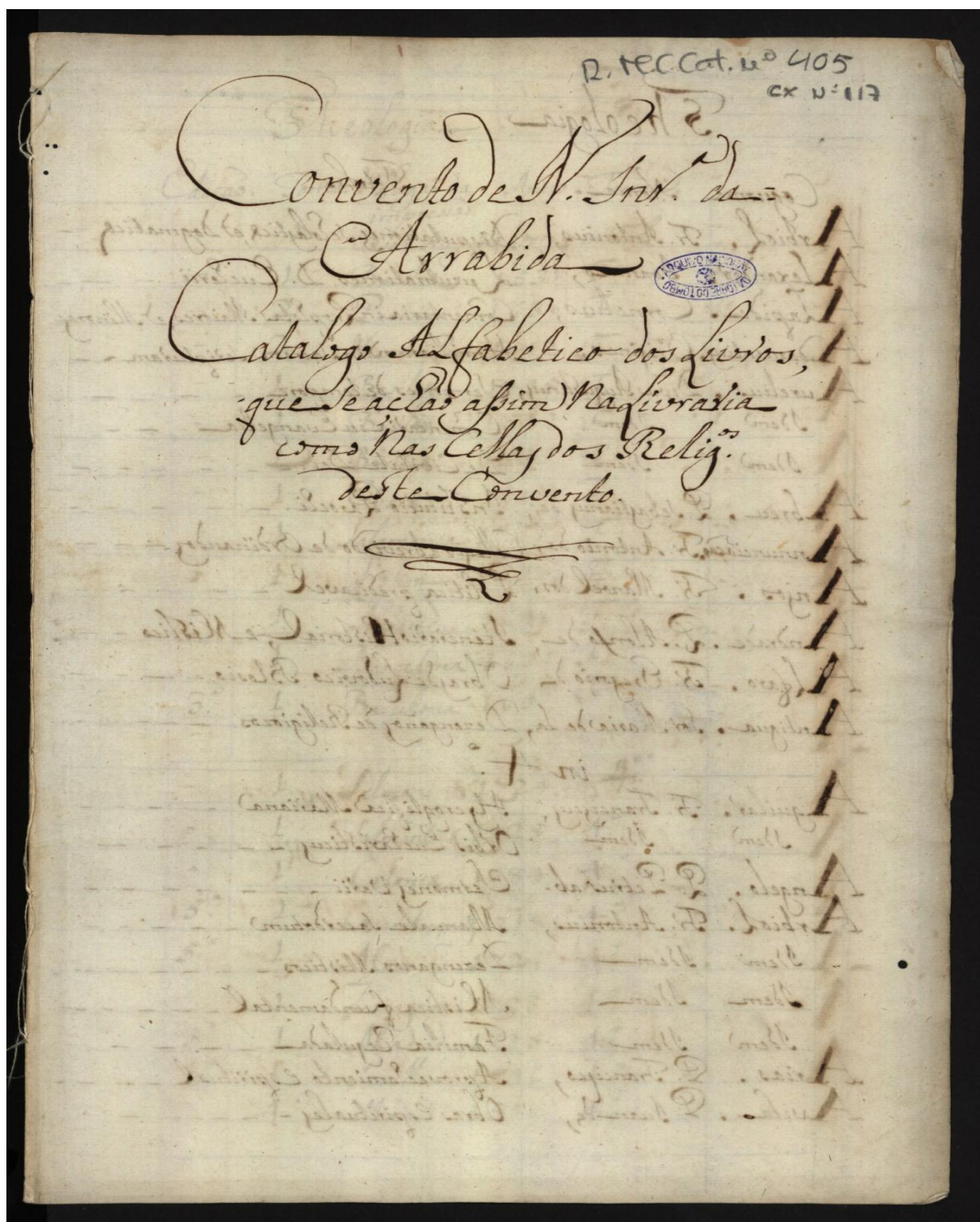


Figura 7 – Página de rosto do Catálogo da *Livraria* do Convento da Arrábida (1769-1770)

Os *folios verso e recto* estão estruturados de forma a integrarem os elementos de descrição bibliográfica de cada documento. Para este efeito, o espaço de cada *folio* encontra-se dividido por colunas e linhas. O primeiro elemento de cada *folio verso e recto* é o nome da classe. A seguir, o início de cada *folio verso* reproduz, ainda, uma linha de cabeçalho com três colunas, nas quais constam os elementos que correspondem respetivamente ao apelido do autor (*cognome*), ao nome do autor e ao título da obra (Fig. 8).



Figura 8 – Elementos bibliográficos do folio verso

O folio recto é dividido em cinco colunas, e contém na linha de cabeçalho os elementos acerca da edição, do número de volumes, do lugar de edição, do ano de edição e do formato, designados no catálogo como: *Edição*, *Tomos*, *Lugar de impressão*, *Anno*, *Forma* (Fig. 9).



Figura 9 – Elementos bibliográficos do folio recto

As linhas não são numeradas e cada espaço entre duas linhas recolhe a referência bibliográfica de uma obra.

Os documentos são agrupados por áreas de conhecimento, designadas por classes de acordo com o edital: *Teologia*, *Jurisprudência*, *Filosofia*, *Matemática*, *Medicina*, *História e Belas letras*.

Dentro de cada classe, os registos são estruturados por formato e ordem alfabética, assim como o título do Catálogo refere. Os tamanhos dos documentos são agrupados por ordem decrescente: *in folio*, *in quarto*, *in oitavo*.

Os livros definidos como anónimos seguem no final de cada classe, respeitando apenas a classificação do formato sem considerar a ordenação alfabética.

Relativamente ao conteúdo dos elementos bibliográficos, verifica-se que integra os dados mais relevantes para identificação de obras incluídas, como o autor, o título, a edição, o número de volumes, o lugar de edição, o ano de edição e o formato. Não são registados o nome do impressor e o idioma do documento.

No que diz respeito aos autores, assim como se verificou posteriormente, as observações a referir apontam para situações em que são referidos de igual modo os compiladores, os tradutores ou os responsáveis pela edição. Outro aspeto a destacar, tem a ver com a descrição dos títulos que em várias situações são apresentados de forma sumária e incompleta, o que às vezes condiciona a identificação exata da obra a partir do Catálogo. Já os elementos bibliográficos, como o número de volumes e o formato, o lugar e o ano de impressão são rigorosamente indicados.

Em suma, o conteúdo do Catálogo de 1769-1770 permite saber que livros tinham os religiosos do respetivo convento, as áreas de conhecimento que estes integravam, onde e quando foram impressos os respetivos títulos. De outra perspetiva, as informações contidas permitem traçar práticas de leitura, interesses e preocupações intelectuais da comunidade arrábida.

As limitações de análise a partir do Catálogo têm a ver com o facto de não apresentarem os nomes dos impressores e o idioma em que foram impressos. Em relação aos impressores, dado que existem obras com múltiplas edições, é arriscado atribuir uma marca de impressão a um determinado livro. Como bem observa Wilkinson (2010, p. XXV), *Qualquer elenco convencional creado a partir de inventários resulta insuficiente [...]. Sólo a través de un examen físico puede ser identificado el verdadero origen de una obra.*

Não é menos importante o facto de que o Catálogo, apesar da organização deste por assuntos, autores e formato, não apresenta indícios acerca dos critérios de arrumação dos livros na *Livraria*. Igualmente, não especifica quais os livros que se encontravam nas celas dos religiosos, tal como referido no título do Catálogo. Todavia, independentemente das limitações referidas, o Catálogo não deixa de ser uma fonte

valiosa no campo de estudo da *Livraria* do Convento da Arrábida em particular, e das bibliotecas eclesiásticas do Antigo Regime, em geral.

4.1.2. Inventário de extinção de 1834

Nas mesmas imposições externas, mas num contexto diferente e com propósito diferente do Catálogo de 1769-1770, em 1834, passado menos de um século desde 1770, foi elaborado o Inventário de bens do Convento da Arrábida. As conjunturas políticas e religiosas que surgiram nos países europeus e na Península Ibérica, inclusivamente, iniciaram mudanças que se refletiram nos vários domínios de atividade das instituições e sociedades. Uma viragem significativa para as Ordens religiosas no geral, e para as *livrarias* eclesiásticas, em particular, foi o Decreto de extinção das Ordens Religiosas, de 28 de maio de 1834. Num plano global, o diploma revelou-se decisivo na desconstrução de um universo de *livrarias* e livros, todo ele construído durante séculos (BARATA, 2003, p. 65).

No seguimento da publicação do respetivo diploma, no mês de agosto de 1834, reuniram-se os elementos atribuídos para realizar o *Inventário dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Arrábida*. É neste contexto que, entre os outros bens existentes no espaço conventual, foram inventariados, de igual modo, os livros que integravam a *Livraria*. Do auto do Inventário sabemos que o escrivão foi Cláudio Filipe da Silva e na qualidade de inventariante foi nomeado o frei José do Sacramento. No mesmo auto, nos *folios* 1v-2v menciona-se que o processo de inventário foi testemunhado pelos religiosos que assistiram:

Frei José do Sacramento – guardião; Frei Joaquim de Santa Anna, Frei Luís de Nossa Senhora do Loreto, Frei Jerónimo de Rosário, Frei António de Jesus Maria, Frei João da Rainha dos Anjos, Frei Daniel de Senáculo, Frei José da Arrábida, Frei António da Assunção – todos sacerdotes de missa; Frei António da Conceição, Frei António de Jesus Maria - coristas; Frei Ricardo do Espírito Santo, Frei Francisco de Assis, Frei António da Arrábida, Frei Manuel de Santo Agostinho, Frei José das Dores, Frei Bernardino das Chagas, Frei José da Arrábida, Frei Manuel de Jesus Maria - leigos. Frei António do Espírito Santo, da caza da Boa Morte de Lisboa, incorporado nesta comunidade por ordem do governo.

Nos *folios* 23v e 24 do Inventário consta o *Auto de avaliação da Livraria N.º 35*.

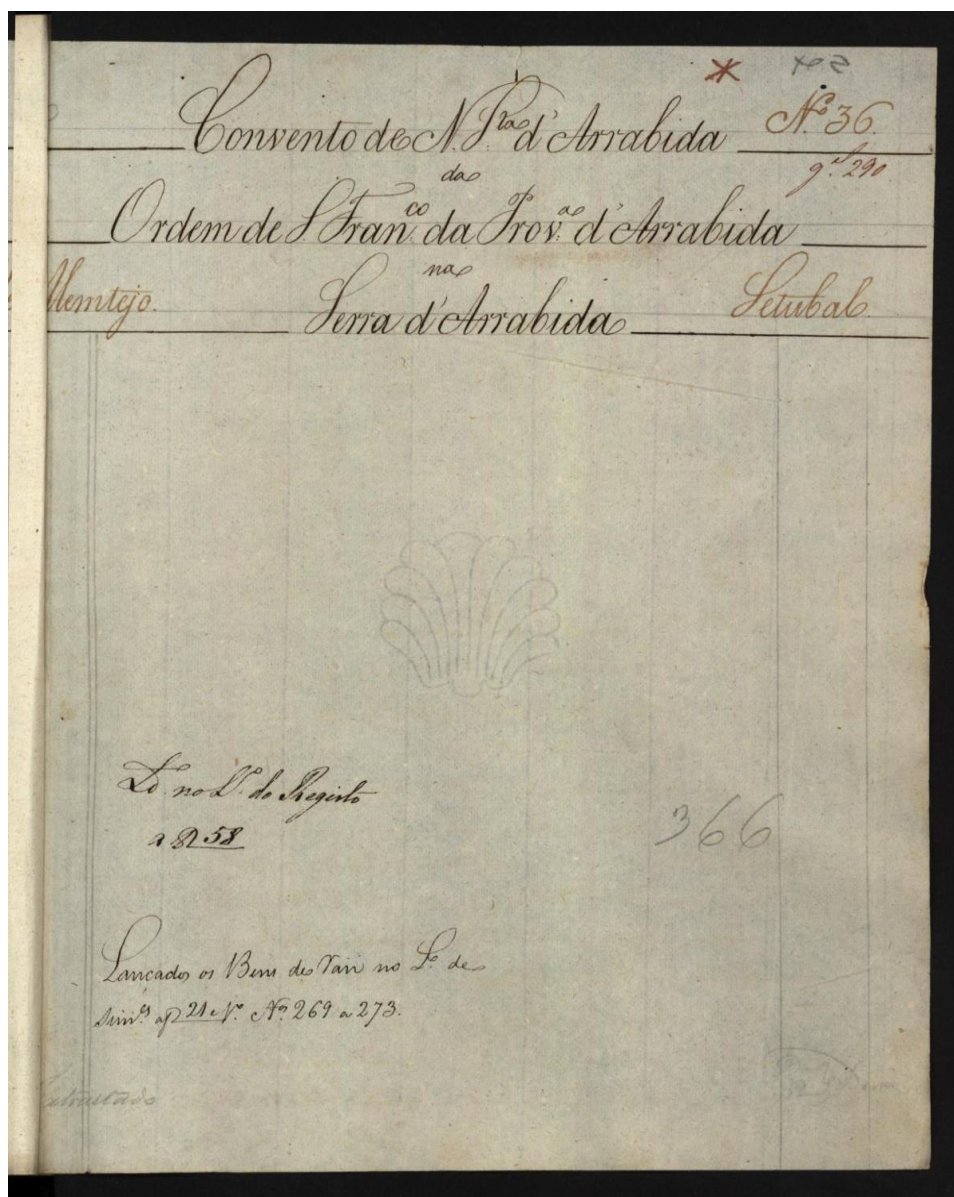


Figura 10 – Página de rosto do Inventário de extinção de 1834

No que diz respeito à estrutura do Inventário, os volumes do acervo da *Livraria*, integrados no Inventário dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Arrábida, abrangem os *folios* 12v – 17r de um livro com um total de 24 *folios*. A descrição dos volumes apresenta-se sob a forma de texto seguido (Fig. 11), sem contar com um critério que seguisse uma classificação temática ou uma ordem alfabética, ao contrário do Catálogo de 1769-1770 que tem uma estrutura definida. O que se constata,

em termos de organização associada ao Inventário, é a descrição dos itens segundo a localização física destes nas estantes. Neste contexto, a enumeração segue da estante N.º 1 à N.º 14 e, em algumas situações, com referência às prateleiras. A título de exemplo, sabemos que na estante N.º 1 figuravam *alguns livros e folhetos truncados, no valor de cento e vinte reis [...]*, enquanto na estante N.º 4 existiam *quarenta e cinco volumes de diferentes tamanhos que contem diversas obras truncadas*. A partir dos exemplos apresentados, pode afirmar-se que estes são indícios claros da organização dos volumes no espaço da *Livraria*.

O registo de cada item é acompanhado, ainda, pelo preço do(s) volume(s), que está escrito na margem lateral exterior de cada *folio*, como se pode verificar na Figura 11.

Menciona-se, ainda, que os folios do Inventário contêm marcas de água distintas. No *folio* do rosto (Fig. 10) a marca de água representa uma *Concha*, que no contexto de categorização faz parte da classe E: *Peixes, Repteis, Insetos, Moluscos* (SANTOS, 2015, p. 44). Os *folios* 12 e 14 têm encriptada uma imagem com um motivo de representação mais complexo, (Figura 11), sem identificação, por enquanto. Já nos *folios* 13, 15 e 17 a leitura que conseguimos distinguir refere nomes, respetivamente *Almasso, Vigo e Giuseppe*.

Os elementos bibliográficos que constam do Inventário referem o número de volumes ou folhetos e o valor monetário, que na época expressava-se em réis. As outras informações como autor, título, idioma e formato não são referenciadas de forma completa. Para ilustrar, para um número de itens relativamente grande de 1879 volumes, são mencionados apenas 24 autores e 47 títulos. Não se verificam referências à edição, ou seja, não são registados nem o ano, nem o lugar de impressão. Em alguns casos, menciona-se o estado de conservação dos volumes. Por exemplo, na estante N.º 12, prateleira 2, surgem: *quarenta e quatro obras, em 8º, em máo estado, truncadas, em outocentos reis*.⁷ Relativamente às áreas de conhecimento, apesar de não serem definidas, podem ser identificadas, em alguns casos, a partir da forma de descrição dos itens no inventário: *Dezouto volumes em folio, contendo as chronicas de varias Provincias Religiozas, em mil e duzentos reis*.⁸

Numa projeção conclusiva, a descrição sintética do acervo documental condiciona uma perspetiva construtiva da análise deste, que fornece dados completos apenas sobre o número de volumes e o valor destes.

⁷ ANTT/Ministério das Finanças. Cx.2251, n.º366, f.16v

⁸ *Ibidem*, f.13

Estante N.º 2.

Vinte e quatro folhetos, vida de Frei
Antonio da Madre de Deus, em cento
e vinte reis.

Dezasseis volumes, exercicios de Cudade
para todos os dias do anno, Autor Ge.
nessio, em duzentos e quarenta reis.

Dez e tres volumes, de diferentes o-
bras, e lammaulas, contendo vida de
santos, Novenas, e exercicios espiritu-
aes, em mil e darentos reis.

Estante N.º 3.

Trinta e seis volumes em octavo,
Regra de S. Fran.º, em sete centos
e vinte reis.

Dezanove volumes em 4.º, Regra de
S. Fran.º, em quatro centos e oitenta
e tres reis.

Quatro volumes, Historie delas
variaciones de las escholas protestan-
tes, em quatro centos reis.

Seis volumes, em 8.º, Semana San-
ta Illustrada, em cem reis.

Dois volumes em folio, Meducao Chron-
ologica e analitica, Autor, Jose de Sa.
bra et.º, em nove centos e dezentos.

Quinze volumes, Historia Ecclesiasti-
ca em Frances, Autor, Racine, em mil
e darentos reis.

Dois volumes em Frances, Historia

Figura 11 – folio 12v, descrição dos livros.

Em relação à forma como deviam ser redigidos os Inventários, Barata (2003, p. 63) refere que durante o processo de arrecadação das *livrarias*, uma portaria de 23 de outubro de 1835 solicitava que na descrição dos elementos bibliográficos fossem considerados: o assunto, o autor, a data de edição, o formato e o número de volumes. Todavia, observa o mesmo autor que, “apesar da existência destas instruções, constata-se que a qualidade dos inventários estava essencialmente dependente da maior ou menor preparação e dos conhecimentos de quem os realizava” (BARATA, 2003, p. 63).

Retirando a escassez que o caracteriza, em contrapartida, verificou-se que o Inventário apresenta uma particularidade que o distingue de outros inventários do período da extinção das canónicas. Para uma abordagem comparativa no espaço religioso da Província da Arrábida, existem inventários de extinção que contemplam os autores e obras de uma forma mais reduzida ou mais detalhada. Só a título de exemplo, o Convento de Nossa Senhora da Piedade de Salvaterra de Magos (Santarém), entre outros, elaborou um inventário abreviado de autores e obras, com referência ao número de volumes (GIURGEVICH e LEITÃO, 2016, p. 178-179), o Convento de Santo António de Leiria criou um inventário com a descrição detalhada dos itens e com referência à edição e ao número de volumes (GIURGEVICH e LEITÃO, 2016, p. 207), enquanto o inventário da *Livraria* do Convento da Arrábida segue a disposição de livros nas estantes, neste caso da estante N.º 1 à N.º 14.

A título de conclusão ainda, o respetivo Inventário, à semelhança do Catálogo de 1769, foi elaborado por ordem das diretrizes externas. No entanto, em termos estruturais e de conteúdos que integra, apresenta-se mais sumário e escasso em comparação com o Catálogo de 1760, que era bem mais estruturado e completo. As conjunturas em que foram elaborados e os objetivos que seguiam permitem explicar as particularidades que diferenciam os respetivos instrumentos, ou seja o Catálogo destinava-se a identificação de cada documento para fins de fiscalização do conteúdo dos livros, enquanto o Inventário destinava-se a avaliação do valor material dos bens que o Convento possuía. Assinala-se, neste contexto, que a designação dos livros como *bem material* indica que os mesmos, no entendimento da época, não eram desprovidos de valor. A atribuição de valor material aos livros é uma expressão implícita de reconhecimento da importância e

do valor cultural e intelectual que os livros comportam, valores que entre os séculos XVI e XIX acompanharam as atividades da comunidade do Convento da Arrábida.

4.2. Fundo bibliográfico em análise: Catálogo de 1769-1770

No presente subcapítulo será analisado o fundo bibliográfico da *Livraria* do Convento a partir do conteúdo do Catálogo de 1769. Os dados obtidos incidirão sobre os elementos bibliográficos registados no Catálogo, a saber: os números de títulos/volumes, os anos de edição, os lugares de edição, os formatos e áreas de conhecimento. Serão ainda identificados os idiomas dos livros, apesar de não estarem contemplados no Catálogo.

4.2.1. *Livraria* do Convento da Arrábida em números: títulos e volumes

Antes de proceder à exposição dos dados recolhidos relacionados com o tema deste subcapítulo, importa mencionar que o aspeto quantitativo da qualquer biblioteca eclesiástica é importante para conhecer melhor a constituição e a dimensão destas no Antigo Regime. Por outro lado, o seu quantitativo remete também para a existência ou não de um espaço físico destinado a guarda de livros e leitura/estudo.

Em relação à quantidade de obras que a *Livraria* integrava no momento de elaboração do Catálogo, a partir deste foi possível saber que, ao longo dos séculos XVI-XVIII, a *Livraria* do Convento da Arrábida reuniu um total de 732 títulos.

Todavia, para uma estimativa aproximada do real tamanho de qualquer biblioteca, é importante referir não somente as unidades relativas a cada título, mas também o número de volumes reportados aos títulos respetivos. O modo de medir a dimensão de um acervo bibliográfico em volumes permite definir e apreciar o *tamanho* deste. Neste sentido, Campos (2015, p. 92) ao referir-se ao binómio títulos/volumes, menciona:

[...] vale a pena fazer referência aos números que foram apontados em 1822 por Adriano Balbi que tem servido de autoridade para a avaliação da dimensão de certas bibliotecas religiosas (que este autor mede em volumes como era tradicional) e que nos permite estabelecer uma proporção entre os títulos e os volumes que se situa entre 1 para 2 e 1 para 3.

Os autores do Catálogo tiveram o cuidado de registar o número de volumes de cada documento na rubrica intitulada *Tomos*, permitindo saber que as 732 obras da *Livraria* contêm 1030 volumes.

Do número total de 732 títulos, apenas 143 títulos apresentam mais do que um volume, o que reúne um conjunto de 441 títulos. Neste contexto, aplicando ao presente estudo a proporção referida sobre avaliação dos fundos bibliográficos, constata-se que seria uma paridade de 1 para 3, ou seja o número de volumes é três vezes maior do que o de títulos que os integram. De outra perspetiva, os 441 volumes representam quase metade do total de 1030 volumes.

De seguida, apresenta-se de forma pormenorizada a relação entre os títulos e os volumes. Do total de 732, identificámos 589 obras estruturadas em um volume e os restantes 143 títulos, como já foi referido, integram vários volumes como se apresenta na Tabela 2:

Tabela 2 - Número de títulos e volumes da *Livraria* do Convento da Arrábida (1769-1770)

N.º de volumes por título	Total títulos	Total volumes
1 vol.	589	589
2 vol.	74	148
3 vol.	25	76
4 vol.	28	112
5 vol.	7	35
6 vol.	4	24
7 vol.	0	0
8 vol.	1	8
9 vol.	3	27
10 vol.	0	0
11 vol.	0	0
12 vol.	1	12
	589 títulos em 1 vol.	589
	143 títulos em vários vol.	441
Total	732	1030

(Elaboração da autora)

Deste modo, a leitura da tabela supra permite saber que os livros em 2 volumes são os que integram mais títulos, em número de 74, que se traduzem num total de 148 volumes. Com 3 e 4 volumes existiam mais de 20 títulos para cada conjunto de títulos, que no seu total perfazem 76 e, respetivamente, 112 volumes. O Catálogo refere, ainda, 7 títulos em 5 volumes, 4 títulos em seis volumes e 3 títulos em 9 volumes. Para os documentos em 8 e 12 volumes, reporta-se apenas 1 título para cada grupo de volumes. Menciona-se que não há registo de obras em 7, 10 e 11 volumes.

Quais são os critérios quantitativos que definem se uma biblioteca é grande ou é pequena? Por outro lado, para construir uma imagem global do acervo bibliográfico em análise, tendo em conta os elementos que se conhecem, importa não apenas definir mas também situar a dimensão da *Livraria* no Antigo Regime. Neste contexto, relativamente à dimensão das bibliotecas eclesiásticas, Giurgevich e Leitão (2016, p. XX) sugerem uma classificação das respetivas bibliotecas, com base no número de volumes que são agrupados da seguinte forma:

Bibliotecas de muito grande porte: com mais de 20.000 volumes;

Bibliotecas de grande porte: entre 5.000 e 20.000 volumes;

Bibliotecas de grandeza média: entre 2.000 e 5.000 volumes;

Bibliotecas pequenas: com menos de 2.000 volumes.

Nesta classificação, a *Livraria* do Convento da Arrábida com 732 obras, ainda que em 1030 volumes, situa-se no campo de Bibliotecas pequenas, em que os mesmos autores identificam neste grupo cerca de 300 bibliotecas. Temos de referir que, em termos cronológicos, as instituições visadas por Giurgevich e Leitão (2016) compreendem o leque de catálogos e inventários elaborados ao longo dos séculos XVIII e XIX. É um amplo quadro cronológico, que não proporciona os mesmos termos de comparação. Para explicar, em termos quantitativos uma *livraria* do século XVIII poderá apresentar um volume de obras diferente de uma *livraria* do século XIX.

Nestes termos, compreende-se que uma melhor avaliação da dimensão do acervo seria possível, situando a *Livraria* no espaço cronológico a que pertence, ou seja, no ano 1769, através de uma abordagem comparativa com outras instituições daquele tempo.

Um estudo de 61 catálogos do ano 1769, de *livrarias* eclesiásticas pertencentes a várias instituições e ordens religiosas, realizado por Campos (2015, p. 73-75), permite deduzir que, neste contexto, a dimensão da livraria do convento não se apresenta tão pequena. No universo destes 61 catálogos, a *Livraria* do Convento da Arrábida situa-se na 20.^a posição. Pode afirmar-se que é uma posição relevante, se considerar que há registo de *livrarias*, nomeadamente pertencentes aos conventos masculinos, com menos de 100 obras.

Em outro contexto, no da Ordem Franciscana a que pertencia a Província da Arrábida, foram elaborados e enviados à Real Mesa Censória 16 catálogos. Neste conjunto de catálogos, em termos de números, a *Livraria* do Convento da Arrábida situa-se na terceira posição, a seguir às *Livrarias* do Convento da Consolação de Estremoz com

1002 obras e a do Convento de Santo António de Varatojo, com 907 obras (Campos, 2015, p. 73), tendo este a particularidade de ter sido seminário.

Uma abordagem comparativa da variável quantitativa, restringida ao universo das *livrarias* conventuais da própria Província da Arrábida, não é possível dado que, em termos de representação das bibliotecas eclesiásticas, Campos (2015, p. 82) constata que da Província da Arrábida houve apenas um estabelecimento que remeteu o testemunho do seu acervo, em 1769, para responder ao edital da Real Mesa Censoria.

A este respeito, observa-se o mesmo fenómeno verificado a nível nacional, sobre o qual Marques (1963, p. 60) relatava que “o número total de listas é muito reduzido em proporção à população de Portugal”. No entanto, a inexistência do mesmo tipo de catálogo das *livrarias* da Província da Arrábida, em 1769, permite contextualizar a dimensão do acervo documental. A abordagem comparativa no âmbito da ordem ou nacional revela que a *Livraria* do Convento da Arrábida, no final do século XVIII, apresenta um fundo documental distinto em termos numéricos.

4.2.2. Anos de publicação

No seu conjunto, os itens registados no Catálogo da *Livraria* do Convento foram impressos ao longo de quatro séculos, desde a última década do século XV até a data da elaboração do mesmo. O intervalo de tempo entre o livro mais antigo e o livro com a última data de impressão está abrangido entre os anos 1493-1766.

Para apresentação dos dados obtidos em relação aos anos de impressão das obras, foram elaborados quadros que compreendem o número de títulos editados dentro de cada século, bem como quadros que incluem o número de títulos distribuídos por décadas de cada século. Para uma melhor compreensão do conteúdo quantitativo da análise em causa, alguns quadros são acompanhados por gráficos.

Antes de apresentar os resultados desta variável, temos de referir que, no Catálogo, surgem dois títulos com registos de ano de impressão, considerados inapropriados para o contexto temporal do processo de impressão e em que o Catálogo foi elaborado. Trata-se de um documento situado no ano 1440, e outro no ano 1789.

Relativamente ao livro de 1440, *De militia spirituali*, da autoria de *Fidelis Ludovicus Nervi*, levanta questões por várias razões. Em primeiro lugar, a história do livro, como

bem se sabe, atesta o início de impressão do primeiro livro em 1455. Esta razão por si só exclui a possibilidade de considerar o ano de impressão 1440. Além disso, o autor do livro, que viveu aproximadamente entre os anos 1493?-1555, não podia ter escrito uma obra antes de 1500. Para tentar localizar o ano de impressão do respetivo documento, as pesquisas efetuadas mostraram que uma primeira edição desta obra data de 1540, o que leva a supor que se trata de um mero erro de inscrição de ano, isto é, em vez de 1540, foi erradamente inscrito 1440.

O segundo documento desta mesma categoria, registado com ano 1789, é *Colloquios e Cartas de D. Brites* [?]. Dado que o Catálogo foi elaborado em 1769, evidentemente, elimina a possibilidade de que o registo presente no Catálogo possa ter sido uma publicação de 1789. O outro aspeto que vem confirmar o enunciado acima referido é que o impressor, Domingos Carneiro, floresceu aproximadamente entre os anos 1640-1670. É um fator que permite admitir a probabilidade de se tratar, novamente, de o mesmo simples lapso de escrita. Em relação ao ano de impressão, as pesquisas efetuadas atestam o ano 1689. O mesmo ano é mencionado na descrição da Mendes (2016): “Valerá a pena evocar o caso de uma D. Brites Catarina de Abreu (- 1687), cuja “Vida”, escrita por seu tio, D. Fernando da Cruz e editada com o título *Thezouro escondido: D. Brites Catherina de Abreu, seus colloquios amorosos com Deos; breve noticia de suas virtudes* (1689), [...]”.

Deste modo, para efeitos da análise relativamente aos anos de impressão dos documentos citados, iremos considerar os anos 1540 para o primeiro documento e 1689 para o segundo.

Com base nestes factos, provavelmente haverá mais um ou outro livro na mesma situação, mas tratando-se de livros com múltiplas edições, dentro dos limites cronológicos em análise, dificilmente podem ser detetados.

Distribuição dos títulos editados por séculos

A análise do Catálogo mostrou que, do número total de 732 títulos existentes na *Livraria*, três títulos foram impressos ainda no século XV. Em sequência progressiva, 175 títulos provêm do século XVI, 277 títulos são do século XVII, e, por fim, do século XVIII registaram-se 275 títulos.

Como se pode verificar no quadro *Distribuição dos títulos editados por séculos*, existem ainda dois títulos cujos anos de impressão não estão mencionados no catálogo.

Tabela 3 - Distribuição dos títulos editados por séculos

Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Sem registo de ano	Total
3	175	277	275	2	732

(Elaboração da autora)

Nesta tabela facilmente se pode observar as variáveis quantitativas do acervo da *Livraria* dentro de cada século, com uma tendência crescente, se tivermos em conta que os dados relativos à centúria de setecentos terminam em 1766. Uma representação gráfica destes elementos evidencia que do volume total de livros existentes na *Livraria* até o ano 1766, 38% pertence a edições do século XVIII, o século XVII contém igualmente 38%, seguidos pelo século XVI com 23% e pelo século XV, compreensivelmente, com apenas 1%.

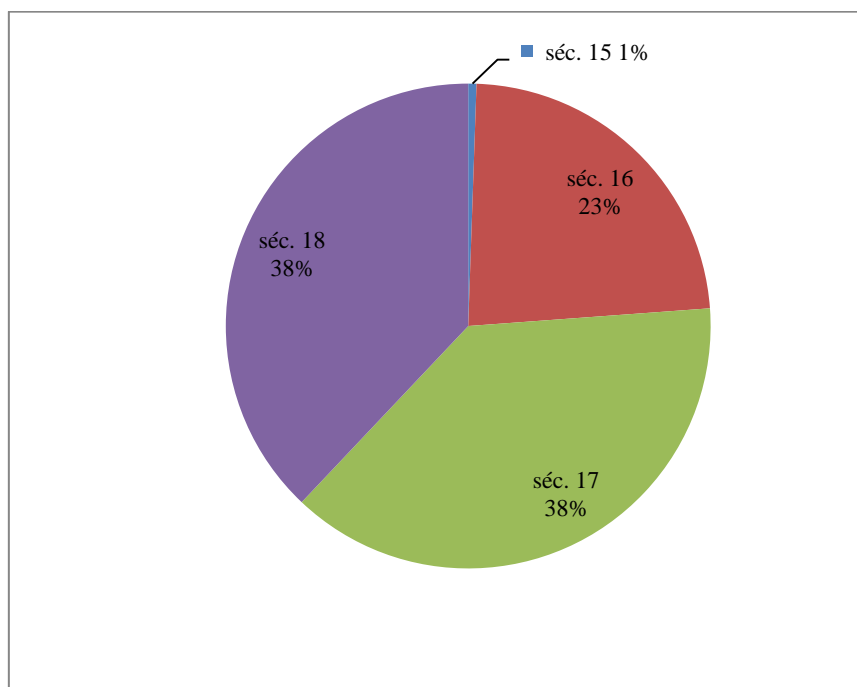


Gráfico 1 - Distribuição de títulos por séculos

(Elaboração da autora)

Os dados da Tabela 4 revelam que as balizas cronológicas de impressão dos livros, como já foi referido, se situam entre os anos 1493 e 1766. Menciona-se que de 1767 a 1769 não há registo de livros impressos.

Tabela 4 - Distribuição de títulos por décadas dentro de cada século

Séc. XV	N.º de títulos	Séc. XVI	N.º de títulos	Séc. XVII	N.º de títulos	Séc. XVIII	N.º de títulos
-	-	1501-1510	-	1601-1610	38	1701-1710	31
-	-	1511-1520	8	1611-1620	38	1711-1720	22
-	-	1521-1530	7	1621-1630	36	1721-1730	51
-	-	1531-1540	21	1631-1640	15	1731-1740	55
-	-	1541-1550	34	1641-1650	20	1741-1750	68
-	-	1551-1560	37	1651-1660	23	1751-1760	33
-	-	1561-1570	17	1661-1670	30	1761-1766	15
-	-	1571-1580	18	1671-1680	20	-	-
-	-	1581-1590	16	1681-1690	34	-	-
1491-1500	3	1591-1600	17	1691-1700	23	-	-
Total	3	Total	175	Total	277	Total	275

(Elaboração da autora)

Com base nestes dados, apresenta-se de seguida uma breve análise de anos de impressão por cada século.

Século XV

Entre 1461 e 1500, o livro mais antigo impresso é de 1493, seguido de volumes com anos de impressão 1494 e 1495. São incunábulo editados em latim evidentemente, de tamanho grande, *in folio*, provenientes de lugares representativos no que diz respeito ao processo de impressão da época, como Veneza, Basileia e Parma.

Tabela 5 - Distribuição de títulos por décadas no século XV

1461-1470	1471-1480	1481-1490	1491-1500	Total
-----	-----	-----	3	3

(Elaboração da autora)

A obra mais antiga, impressa em Veneza em 1493, é *Rationale Divinorum officiorum*, uma reedição da autoria do bispo francês *Guilhermus Durandus* (1230-1296), que viveu no século XIII. Escrito por volta do ano 1286, foi um dos primeiros livros a ser impresso, ainda em 1459, em Mogúncia, ou seja nos primórdios da imprensa. É um documento valioso para o mundo religioso, amplamente divulgado e publicado, dado

que conheceu ao longo dos séculos até à atualidade, segundo o catálogo agregador em linha *Worldcat*, mais de 450 edições.

O segundo incunábulo, de 1494, identificado no Catálogo com título *De natura anima*, cuja título completo é *De coelesti vita: In quo infrascripta continentur. In primis. De natura Anime rationalis. De immortalitate Anime. De inferno et cruciato Anime. De paradyso et felicitate Anime*, foi escrito pelo Johannes Ferrariensis (?–1462). Impresso em Veneza, é considerado igualmente um livro valioso, apesar de não conhecer tantas edições desde então como é o caso do documento anterior.

O último incunábulo existente na *Livraria* em 1769, impresso em Basileia em 1495, é *Sermones de tempore*, do notável filósofo e teólogo cristão Santo Agostinho (354-430), cuja obra continua a marcar presença significativa no universo espiritual e filosófico atual.

Traçar uma ponte entre o Catálogo de 1769 e o Inventário de 1834, com intuito de saber se os incunábulos referidos ainda estavam na *Livraria* no momento da extinção do convento, apresenta-se uma tentativa pouco reveladora. Isto porque a descrição incompleta dos livros no Inventário de 1834 não permite, neste caso particular, verificar se os incunábulos mencionados ainda existiam no acervo.

Uma pesquisa no Inventário por autores, quando mencionados, mostrou que nenhum dos autores de incunábulos referidos se encontra referenciado no Inventário.

Efetuando a procura por sermões de Santo Agostinho, o Inventário de extinção refere a presença destes, sem especificar autores, sendo designados apenas como *sermoens de diferentes autores*. Se admitir a probabilidade de que os sermões do conhecido autor se encontravam no grupo de “*diferentes autores*”, estes deveriam estar arrumados nas prateleiras das estantes N.º 10 e N.º 11 onde, segundo os autores do Inventário, estavam arrumados os *sermoens de diferentes autores*. No entanto, a indicação do formato dos volumes em 8.º e 4.º não deixam vislumbrar esta possibilidade, dado que o documento registado no Catálogo de 1769 é *in folio*.

Confrontámos ainda os incunábulos mencionados com registos do Catálogo da *Livraria* da Arrábida (1994), de Ilídio Rocha, e verificou-se que nenhum dos impressos do século XV se encontra atualmente no acervo da antiga *Livraria*. Pois o mais antigo livro mencionado neste catálogo é de 1507.

Século XVI

Os 175 de livros impressos no século XVI, como se pode observar na Tabela 6, são distribuídos por décadas do seguinte modo: as primeiras três décadas apresentam-se em números modestos, não chegando a dez títulos cada. As seguintes três décadas são marcadas por um crescimento visível de número de títulos por década de 21 a 37, para as restantes décadas conhecerem uma diminuição quanto ao seu número, que se mantém entre 16 e 18 títulos.

Tabela 6 - Distribuição de títulos por décadas no século XVI

1501- 1510	1511- 1520	1521- 1530	1531- 1540	1541- 1550	1551- 1560	1561- 1570	1571- 1580	1581- 1590	1591- 1600	Total
----	8	7	21	34	37	17	18	16	17	175

(Elaboração da autora)

Seria oportuno mencionar que os livros impressos nos séculos XV-XVI, distribuídos por décadas nos quadros respectivos, poderiam indicar, no mínimo, as fases de constituição do acervo. No momento da fundação do convento entre 1539-1542, da tabela 6, verificamos que já existiam impressos 46 títulos.

O momento intrigante, reportado a fase de constituição do Convento, seria saber se o conjunto de livros referidos já integrava o acervo? Conhecendo o modo de vida dos fundadores do convento – viviam literalmente em grutas, sabendo o número reduzido de religiosos que integravam o convento nos seus primórdios - apenas dois, em 1539, chegando a seis, em 1542, conhecendo ainda os princípios das regras da mais estrita observância, que entre outros, repudiavam qualquer tipo de posse, imaginar a presença do conjunto de 46 títulos neste ambiente seria pretensiosamente fora de contexto.

Por outro lado, qualquer um desses volumes poderia ter ingressado na comunidade posteriormente, uma vez que a data da sua publicação indica apenas a sua impressão, não a sua integração. Neste sentido, não seria ilegítimo questionar, que tipos de livros do conjunto impresso até 1542 tinham os primeiros religiosos? Ainda que legítima a pergunta, a falta de evidências impossibilita uma resposta concreta. No mínimo, permite esboçar probabilidades do que poderiam ter, antes de 1542, dos 35 títulos de Teologia, dos 2 de Jurisprudência, dos 6 de História, dos 2 de Belas Letras, juntando a estes o único exemplar de filosofia, como se afigura na Tabela 7.

Tabela 7 – Número de obras impressas até 1542

Teologia	Jurisprudência	Filosofia	História	Belas letras
35	2	1	6	2

(Elaboração da autora)

Das 35 obras de Teologia, 17 são preponderantemente do âmbito de comentários da autoria de Santos Padres da Igreja e outros eruditos dos quais referimos São João Crisóstomo, São Cipriano de Cartagena, São Agostinho, São Gregório de Nazianzo, Orígenes de Alexandria. Inclui igualmente obras de referência para cristãos, de São Boaventura, de Mercúrio Trismegisto e de *Petrus Lombardus*. Em outras áreas atestamos, entre outras, obras de Aristóteles, Platão, Plínio “o Jovem” e Paulo Orósio. É um conjunto de obras editadas em latim, importantes para estudo e a formação religiosa, obras valorosas que, na opinião de Rocha (1994, p. 523), definem uma *livraria*. No entanto, desconhecemos quais destes exemplares eram objeto de leitura e estudo por parte dos primeiros religiosos do Convento.

Século XVII

O século XVII integra um total de 277 de títulos. Segundo os resultados da Tabela 8, que expõe a distribuição de títulos por décadas, constata-se que as primeiras duas décadas – 1601-1610 e 1611-1620 – contêm 38 títulos cada, seguidas da década de 1621-1630, com 36 títulos. A década 1631-1640 é a que menos títulos apresenta, apenas 15. As restantes décadas incluem um número de títulos compreendidos entre 20 e 34, como se pode observar na Tabela 8.

Tabela 8 - Distribuição de títulos por décadas no século XVII

1601-1610	1611-1620	1621-1630	1631-1640	1641-1650	1651-1660	1661-1670	1671-1680	1681-1690	1691-1700	Total
38	38	36	15	20	23	30	20	34	23	277

(Elaboração da autora)

Numa perspetiva global, o século XVII apresenta-se bem mais prolífico em termos de presença de volumes impressos nesta época. O número de volumes da centúria de seiscentos atestados na *Livraria* indica, evidentemente, a intensa evolução da imprensa neste espaço de tempo. No entanto, a respetiva variável quantitativa reflete também

outros momentos importantes que contribuíram para a constituição do acervo da *Livraria*. Neste contexto, podemos invocar o crescimento da comunidade religiosa do Convento, bem como o crescimento do interesse da respetiva comunidade pelos livros e as necessidades de estudo e leitura por parte da mesma.

Século XVIII

Os 275 títulos do século XVIII abrangem, evidentemente, apenas as primeiras seis décadas.

Tabela 9- Distribuição de títulos por décadas no século XVIII

1701- 1710	1711- 1720	1721- 1730	1731- 1740	1741- 1750	1751- 1760	1761- 1770	1771- 1780	1781- 1790	1791- 1800	Total
31	22	51	55	68	33	15	-----	-----	-----	275

(Elaboração da autora)

Na tabela supra observamos um crescimento notável de livros editados nas décadas 1721-1730, 1731-1740 e 1741-1750, com números acima de 50 títulos por década, para diminuir nas décadas seguintes, registando nos anos 60 deste século apenas 15 títulos.

Relação do lugar de impressão com ano de impressão

O ano de impressão de um determinado documento está relacionado com o desenvolvimento da imprensa em várias cidades, que conheceu uma rápida disseminação em todo o espaço geográfico europeu. Quais são os lugares de impressão num determinado período de tempo? Qual o papel da imprensa portuguesa na constituição de acervos das livrarias religiosas em geral, e franciscanas, em particular, incluindo arrábidas? São perguntas que determinaram a elaboração de um quadro, que interseta a dimensão espacial e temporal no campo em análise, mostrando distintamente quais os lugares de impressão num determinado período de tempo.

Tabela 10 – Número de obras impressas por país e século

País/Século	Século XV	Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Sem data	Total
Portugal		11	143	222		376
Espanha		23	83	38		144
Itália ⁹	2	12	13	10		37
Alemanha ¹⁰		25	12			37
França		52	12	3		67
Bélgica ¹¹		32	13			45
Suíça ¹²	1	18	1			20
Subtotal	3	173	277	273		726
Sem lugar de impressão		3	1		2	6
Total		176	278		2	732

(Elaboração da autora)

Deste modo, os três incunábulo vieram da Itália e Suíça. Os livros editados no século XVI vieram, por ordem decrescente, de França – 46 títulos, Bélgica – 35, Alemanha – 25, Espanha – 20, Suíça – 18 e Itália – 11. Neste século, Portugal é representado por apenas 11 títulos.

Já no século XVII, o país com maior número de títulos editados é Portugal, com 145, seguido pelo Espanha, com 85 títulos, o que se poderá explicar pela proximidade. Os “países” mais representados no século XVI diminuem para menos de 20 títulos cada, como observamos na tabela supra – Itália tem 14 títulos, Bélgica e França – 13 cada, Alemanha – 9, e Suíça – apenas 1 título.

No século XVIII, Portugal continua a dominar o panorama impresso dos livros da *Livraria* com 220 títulos, de um total de 273, enquanto a Espanha tem apenas 36 e outros países apresentam menos de 10 títulos cada.

Uma representação gráfica da evolução ou involução quantitativa de títulos presentes na *Livraria*, reportadas no tempo e espaço, possibilita uma imagem mais clara deste processo.

⁹ As cidades do atual território da Itália integravam, nos séculos XV-XVIII, os territórios da Península Itálica. Optamos por utilizar o nome moderno, assim como para os territórios antigos de Alemanha, Bélgica e Suíça.

¹⁰ Germania no período em análise

¹¹ Países Baixos no período em análise

¹² Confederação Helvética no período em análise

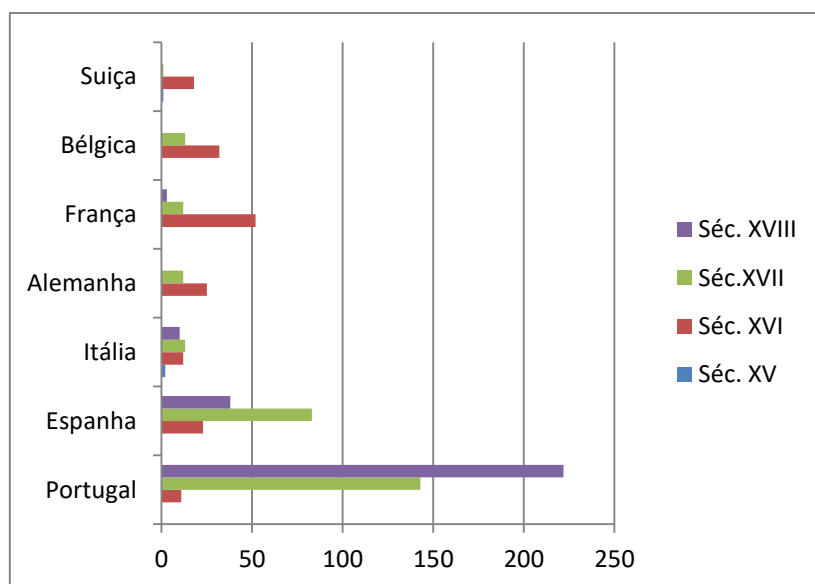


Gráfico 2 – Número de obras impressas por país e século
(Elaboração da autora)

Para concluir, os lugares de edição dos volumes existentes na *Livraria* refletem o panorama editorial a nível europeu e nacional, bem como a circulação e a utilização do livro. Nos séculos XV e XVI, do total de 176 títulos, 165 provêm de “países europeus”, nomeadamente de França e, dentro deste destaca-se a cidade de Paris, e apenas 11 têm a marca portuguesa de impressão. Este fenómeno é claramente expressão da evolução da imprensa no espaço europeu, mas também da tendência de utilização de textos preponderantemente em latim, que ainda era “a língua da Igreja Ocidental para todos os fins e rituais” (ANSELMO, 2008). A rápida disseminação da imprensa e a crescente necessidade de estudo permitiram o desenvolvimento daquela, tendo facilitado o acesso aos livros em Portugal. Os séculos XVII e XVIII conhecem uma situação oposta à dos séculos anteriores em termos de registo de lugar de edição. No período referido, do número total de 550 de títulos, 365 foram editados em Portugal. Deste modo, o crescimento de livros editados em Portugal neste intervalo de tempo poderá ter contribuído para a constituição do acervo documental da *Livraria* do Convento da Arrábida.

4.2.3. Lugares de impressão

Do número total de 732 títulos que o acervo bibliográfico da *Livraria* do Convento integrava, segundo o Catálogo de 1769, foi possível identificar o lugar de impressão de 726 títulos. Seis títulos não têm referências na rubrica *Lugar de impressão*, seja porque não existia a indicação deste elemento, seja porque simplesmente não foi possível ler a respetiva informação, sendo esta registada como *non sabe* ou *non lê*, como podemos verificar na Tabela 11 que, para melhor visualização, reproduz a estrutura do Catálogo.

Tabela 11 - Livros sem lugar de impressão

Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar da impressão	Ano	Forma
<i>Clavasis</i>	<i>Angelus de,</i>	<i>Suma Angelica</i>		1	-----	1541	<i>In 8.º</i>
<i>Merlo Horstii</i>	<i>Jacobus</i>	<i>Paradisus animae</i>		1	<i>“n lê</i>	<i>“n l</i>	<i>In 8.º</i>
<i>Molina</i>	D. Antonio de,	<i>Exercicios espirituales</i>		1	non lê	1642	<i>In 4.º</i>
<i>Lira</i>	<i>Nicolaus de,</i>	<i>In lib. Machaborum et in Evangelia</i>		1	non sabe	<i>non lê</i>	<i>In Fol.</i>
		<i>Concordantia</i>		1	<i>“n lê</i>	1555	<i>In Fol.</i>
		<i>Ley de amor, e 4.ª p.te del Abcedario espiritual</i>		1	non lê	1542	<i>In 8.º</i>

(Elaboração da autora)

São livros dos séculos XVI e XVII que conheceram muitas edições em vários países da Europa, o que torna arriscado a identificação da localidade onde foram impressos. Deste conjunto de títulos, encontrámos dois no Catálogo da *Livraria* do Convento da Arrábida elaborado por Ilídio Rocha, sem se saber se são as mesmas edições ou se foram integrados posteriormente à data de elaboração do Catálogo de 1769-1770. O primeiro livro é *Exercicios espirituales de las excellencias provecho y necesidad de la oracion mental...*, de frei António de Molina (- 1619?), editado em 1642. No Catálogo de Rocha, o registo deste livro está acompanhado, entre outras, de uma valiosa informação que o autor do Catálogo adicionou a tantos outros registos e que, neste caso concreto, menciona: “Rosto restaurado, com falta da parte inferior” (ROCHA, 1994, p. 197). Portanto, temos um documento com a parte inferior da página do rosto deteriorada que mesmo, depois de restaurado (não sabemos qual a data do restauro), não terá sido possível recuperar a informação em falta, ou seja não permite ler o lugar de impressão. Ao confrontar as informações existentes nos catálogos sobre o lugar de edição do documento referido surge a pergunta: será que o livro referenciado por Rocha, que

atualmente integra o acervo documental da *Livraria*, é o mesmo que está incluído no Catálogo de 1769?

Já no caso do outro título - *Paradisus animae christianae, lectissimis...*, da autoria de Jacob Merlo Horstius (1597-1644) - que no Catálogo em análise não tem referido o lugar de edição e o ano, confrontando com o registo do Catálogo de Rocha, verificamos como lugar de impressão a cidade *Colonia Agripinae* (na atual Alemanha) e o ano de edição 1644. Dado que existem outras edições deste livro (Worldcat), seria difícil afirmar que o livro referido no Catálogo de 1769 é o mesmo que hoje se encontra no Centro de Documentação da Fundação Oriente.

Os recursos disponíveis consultados não permitiram estabelecer, ainda, a informação pretendida das seguintes três edições: *Summa angelica de casibus conscientiae* (1541), de Angelus Carletus de Clavasio (1411-1495), *Biblia Sacra* de Nicolaus de Lyra (1270-1349), que conheceu várias edições, e *Ley de amor [y quarta parte del abecedario espiritual: donde se tratan muy de rayz los misterios y pregu[n]tas y ejercicios del amor y la theologia ...* (1542), de Francisco de Ossuna (1492-1540).

Antes de prosseguir com a análise dos títulos relativamente ao seu lugar de impressão, temos de fazer uma observação em relação a um grupo de títulos que tem registado em vez do lugar de impressão o nome do editor. Neste caso, identificámos quatro títulos que têm, em vez do lugar de impressão, o nome do editor – *Ascensii*. Trata-se de Josse Bade (1462-1535), um erudito editor flamengo muito conhecido e apreciado entre os impressores humanistas, que iniciou a atividade de editor no início do século XVI, em Paris (FEBVRE, 2000, p. 202). A partir destas informações, os documentos em apreço foram incluídos, em termos de localização, no grupo de títulos impressos em Paris.

Em relação à análise global acerca dos lugares de impressão dos documentos, para uma melhor ilustração da relação entre os elementos analisados e os dados obtidos, elaborámos tabelas com os gráficos correspondentes.

Deste modo, na Tabela 12 observamos que os livros integrados na *Livraria* foram impressos em 7 países.

Tabela 12 – Número de títulos impressos por país

País	Número de títulos
Alemanha	37
Bélgica	45
Espanha	144
França	68
Itália	37
Portugal	376
Suíça	20
Total	726

(Elaboração da autora)

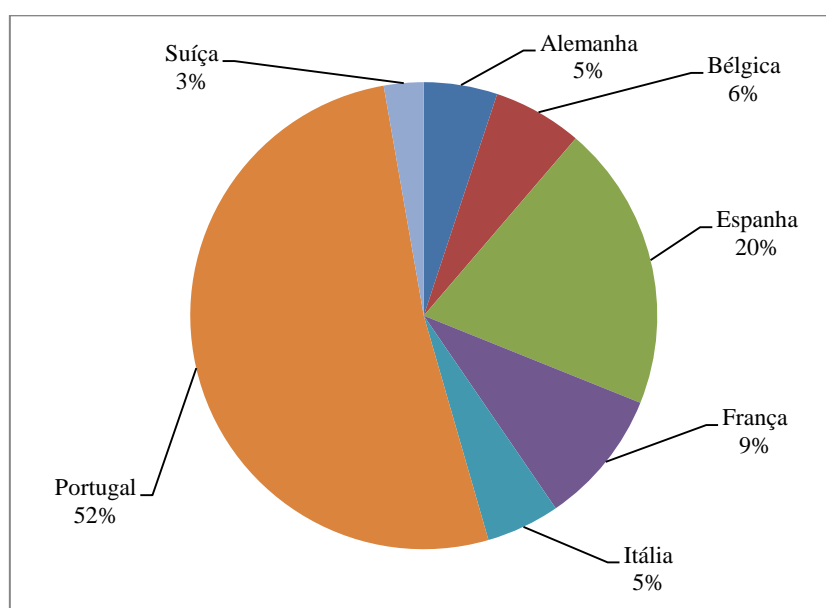


Gráfico 3 - Distribuição do número de títulos impressos por país

(Elaboração da autora)

Segundo a tabela e gráfico correspondente, que refletem o número de obras publicadas por “país”, o mais representativo é Portugal com 376 títulos, o que perfaz 52% do total de obras. Segue Espanha com 144 obras, a que correspondem 20%. Dos restantes 5 países, cada país figura no catálogo com menos de 100 obras, que por ordem decrescente são: França, de onde vieram 68 obras, ou seja 9%; da Bélgica chegaram 45 obras, que correspondem a 6% do total; Itália e Alemanha marcam presença de impressão em 37 obras cada, constituindo, igualmente, 5% cada; por fim, a Suíça com 20 obras, que representam cerca de 3%.

Ao determinar quais foram as localidades de impressão dentro de cada país, discriminámos os dados por cidade, o que permitiu saber quantas e quais são as cidades de cada, informações que foram inseridas no quadro *Distribuição de cidades por país*.

Tabela 13 - Distribuição de cidades por país

País	N.º de cidades
Alemanha	7
Bélgica	3
França	3
Itália	10
Portugal	4
Espanha	17
Suíça	1
Total	45

(Elaboração da autora)

Deste modo, sabemos que os volumes constantes do acervo da *Livraria* vieram de 7 cidades da Alemanha, de 3 cidades da Bélgica, de 3 cidades da França, de 10 cidades da Itália, de 4 cidades de Portugal, de 17 cidades de Espanha e de uma cidade da Suíça.

Portugal

Começando por Portugal, as quatro cidades referidas como lugar de impressão nos séculos XVI-XVIII são Lisboa, Coimbra, Braga e Évora.

Tabela 14 – Distribuição de cidades de impressão em Portugal

Lugares de impressão de Portugal	Número de títulos
Braga	1
Coimbra	34
Évora	4
Lisboa	337
Total	376

(Elaboração da autora)

Destes quatro lugares de impressão destaca-se claramente Lisboa, com 336 obras de um total de 376 obras editadas em Portugal, ou seja 90%. Seguem Coimbra com 35 documentos, Évora com 4 títulos e Braga com apenas um título.

Espanha

Em relação aos documentos editados nas cidades de outros países, Espanha apresenta o quadro mais numeroso neste sentido, sendo representado por 17 cidades. Assim, como se afigura na Tabela 15, Madrid surge com 64 títulos, Barcelona com 18, Salamanca com 15 e Sevilha com 10. As restantes 13 localidades têm menos de 10 títulos cada, a saber, por ordem decrescente, Valencia – 9 títulos, Saragoça - 6 títulos, Valladolid – 5 títulos, Toledo e Medina del Campo – 3 títulos cada, Alcalá e Lérida – 2 títulos cada, e, por fim, as restantes seis localidades - Burgos, Cádiz, Granada, Pamplona, Santiago e Toro - têm registado como lugar de impressão apenas um título.

Tabela 15 – Distribuição de cidades de impressão em Espanha

Lugares de impressão de Espanha	Número de títulos
Alcala	2
Barcelona	18
Burgos	1
Cádiz	1
Granada	1
Lérida	2
Medina del Campo	3
Madrid	64
Pamplona	1
Salamanca	15
Santiago	1
Saragoça	7
Sevilha	10
Toledo	3
Toro	1
Valencia	9
Valladolid	5
Total	144

(Elaboração da autora)

Itália

Os 37 livros de Itália foram impressos em 10 cidades, a saber: em Veneza registaram-se 19 títulos, Roma – 8 títulos, Florença e Bolonha – 2 títulos cada, e nas restantes 6 cidades, que são Benavente, Génova, Milão, Nápoles, Parma e Pádua, foram identificados apenas 1 título em cada cidade.

Tabela 16 – Distribuição de cidades de impressão em Itália

Lugares de impressão de Itália	Número de títulos
Benavente	1
Bolonha	2
Florença	2
Génova	1
Milão	1
Nápoles	1
Parma	1
Pádua	1
Roma	8
Veneza	19
Total	37

(Elaboração da autora)

Alemanha

Em relação à Alemanha, identificámos no catálogo 7 cidades como lugares de impressão, com um total de 37 títulos, dos quais 31 vêm de Colónia. As outras seis cidades são Frankfurt, Mogúncia, Munique, Nuremberga, Sulzbach e Tubinga com um título cada.

Tabela 17 – Distribuição de cidades de impressão na Alemanha

Lugares de impressão de Alemanha	Número de títulos
Colónia	31
Frankfurt	1
Mogúncia	1
Munique	1
Nuremberga	1
Sulzbach	1
Tubinga	1
Total	37

(Elaboração da autora)

França

As três cidades de França são a antiga *Lugduni*, atual Lyon, com 32 títulos, Paris com 35, e Barchare com um título.

Tabela 18 – Distribuição de cidades de impressão em França

Lugares de impressão de França	Número de títulos
<i>Lugduni</i> (Lyon)	32
Paris	35
Barchare	1
Total	68

(Elaboração da autora)

Bélgica

O território da Bélgica é representado por três cidades: Antuérpia com 37 títulos, Bruxelas com 3 títulos e Lovaina com 6 títulos, somando 46 títulos.

Tabela 19 – Distribuição de cidades de impressão na Bélgica

Lugares de impressão de Bélgica	Número de títulos
Antuérpia	37
Lovaina	6
Brucelas	3
Total	46

(Elaboração da autora)

Suíça

Por fim, mas não em último lugar em termos de números, temos uma das cidades mais notáveis em termos de impressão, a Basileia (Suíça) com 20 títulos.

No final dos dados relatados acerca dos lugares de impressão, a primeira observação que se impõe é que o universo dos livros da *Livraria* do Convento foi impresso em 41 cidades da Europa. Os lugares de impressão mais representativos são Veneza com 19 títulos, Colónia - 31, Antuérpia - 37, Lyon - 32, Paris- 35, Madrid - 64, Barcelona – 18, Lisboa – 337. A articulação de números de exemplares e os lugares onde foram impressos reflete o desenvolvimento editorial nas cidades da Europa, entre os séculos XV e XIX. No seu estudo, Febvre (2000, p. 259) relata que os grandes centros editoriais na Europa católica são os grandes centros do Renascimento religioso, particularmente, na Alemanha – Colónia, nos países Baixos – Antuérpia, e em França – Paris e Lyon. Assim se explica que países como a Alemanha, França e Bélgica, que se manifestaram

como centros importantes de impressão nos séculos XV e XVI, prevalecem sobre outros países neste mesmo período, como se pode verificar na Tabela 10. Já dos séculos XVII-XVIII, no acervo da *Livraria* predominam livros editados em Portugal e Espanha. E neste sentido, ao verificar-se “uma crescente subida do número de títulos desde os finais do século XVII até meados do século XVIII” (ANSELMO, 1997, p. 89), o acesso aos livros impressos é facilitado preponderantemente por oficinas portuguesas que, entretanto, se desenvolveram no espaço lusitano, nomeadamente nas décadas a seguir à União Ibérica (ANSELMO, 1997, p. 89).

4.2.4. Formato dos documentos

Na elaboração do Catálogo da *Livraria* do Convento da Arrábida os autores seguiram as indicações impostas pela Real Mesa Censória que, entre outros, exigiam o registo de formatos dos documentos existentes na *Livraria*. *Em cada classe se assentarão por ordem Alfabética, primeiramente os Livros de Fólio, seguindo-se logo os de quarto, a estes os de oitavo*, como impunha a lei publicada, a 10 de julho de 1769 (TRIGOSO, 1679-71, citado por MARQUES, 1963, p. 58). Neste contexto, a sequência do formato do maior para o menor, conjugada com a sequência alfabética, apresenta-se como um dos elementos-chave na construção da estrutura do respetivo Catálogo.

Deste modo, devido às indicações normativas estabelecidas na elaboração dos catálogos a serem remetidos à Real Mesa Censória, bem como ao empenho dos autores do Catálogo, foi possível conhecer os dados relativos aos formatos.

Portanto, segundo o Catálogo, no que diz respeito ao formato, a *Livraria* tinha volumes nos três formatos mais utilizados nos séculos em análise, ou seja, *in folio*, *in quarto* e *in oitavo*. A análise da distribuição dos títulos por formato mostrou que, do número total de 732 de títulos, *in folio* existiam 209 títulos, *in quarto* - 249 títulos e *in oitavo* - 274 títulos, assim como se apresentam na tabela seguinte:

Tabela 20 - Número de títulos por formato

<i>In folio</i>	<i>In 4.º</i>	<i>In 8.º</i>	Total
209	249	274	732

(Elaboração da autora)

Verifica-se que o número dos livros *in oitavo* é ligeiramente maior do que o número dos livros *in folio* e *in quarto*. Em outros termos, os documentos *in oitavo* representam 37% do total de títulos, enquanto os livros *in quarto* e *in folio* constituem, respetivamente, 34% e 29%.

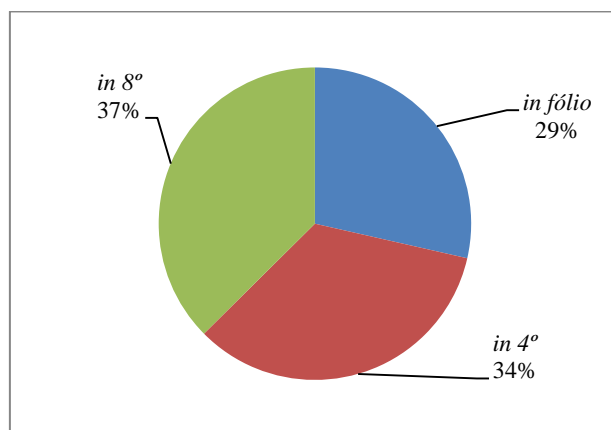


Gráfico 4 - Distribuição de títulos por formato
(Elaboração da autora)

O formato dos documentos remete para o tipo de utilização que implicitamente compreende o tipo de leitura. Neste contexto, para Játiva Miralles, os impressos de tamanho grande como: *Fóllo, 4º y 8º formatos de edición [son] vinculados a obras destinadas a la enseñanza, la lectura individual e a recoger sermones o comentarios latinos de las Sagradas Escrituras* (JÁTIVA MIRALLES, 2007, p. 319). Em relação aos formatos pequenos a mesma autora refere, igualmente, a relação entre o tamanho e modo de utilização do livro por parte do leitor: *En menor medida, se hallan libros de tamanho mediano, formatos 12º, 16º e 32º, fáciles de transportar y no demasiado pesados, que se destinaban a la enseñanza en forma de manuales y libros de texto* (JÁTIVA MIRALLES, 2007, p. 319).

Os vários tamanhos dos livros não se relacionam apenas como o modo de interação do leitor no ato de leitura. A existência de volumes em vários formatos implica aplicar critérios de arrumação, de forma a assegurar a otimização da organização do espaço de uma biblioteca. No caso da *Livraria* em estudo, a forma como as prateleiras são concebidas, isto é, as várias dimensões em altura (Fig. 4), sugere uma organização dos volumes em função do formato.

4.2.5. Idioma dos documentos

Em relação aos idiomas em que foram escritos os volumes da *Livraria* do Convento, no Catálogo de 1769-1770 não é feita referência aos mesmos, devendo, por isso, serem considerados os resultados obtidos acerca deste subtópico com a devida margem de erro. Verificou-se que os documentos estão escritos em português, espanhol, latim, italiano e francês, como apresentado na Tabela 21 e no Gráfico 5.

Tabela 21 -Número de títulos por idioma

Português	307
Espanhol	151
Latim	247
Italiano	9
Francês	1
Desconhecido	17
Total	732

(Elaboração da autora)

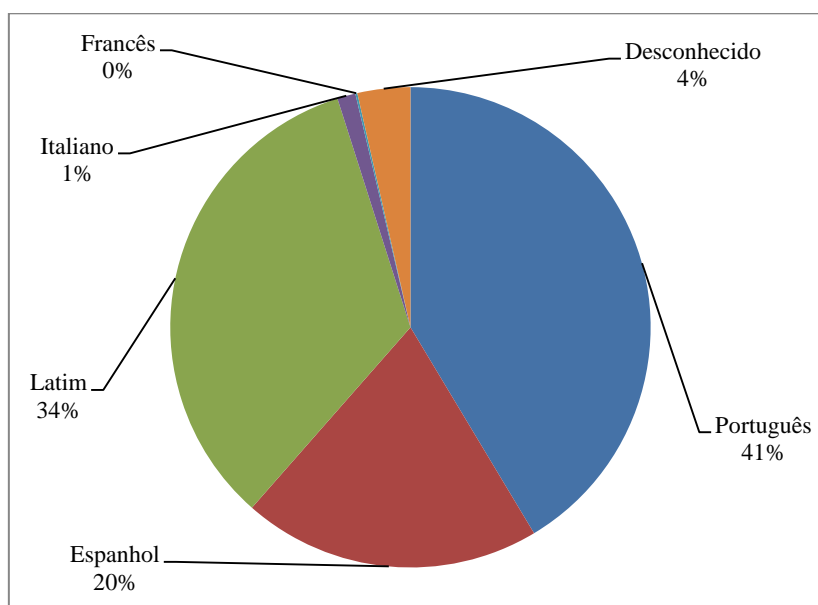


Gráfico 5 - Apresentação de idiomas em percentagem

(Elaboração da autora)

Traduzindo em valores concretos, e de acordo com os quadros acima expostos, observamos que predominam as obras impressas em português, com 307 títulos ou 41% do total. Seguem os documentos em latim com 247 títulos, o que perfaz 36%. Ainda em número significativo é representada a língua espanhola, cujos 152 títulos se traduzem

em 20% do total. Os outros idiomas são representados em números visivelmente inferiores aos referidos. São volumes escritos em italiano, que constituem apenas 1%, ou 9 títulos, e em francês, com apenas um título identificado. Não foi possível definir qual o idioma de 17 títulos.

Tabela 22 -Distribuição de idiomas por séculos

Idioma	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Desconhecido
Espanhol		21	96	33	
Francês				1	
Italiano		6	3		
Latim	3	138	73	33	
Português		2	102	204	
Subtotal	3	165	274	271	
Desconhecido		10	3	6	19
Total	3	175	277	277	732

(Elaboração da autora)

Os 3 livros do século XV e 135 de títulos do total de 170 títulos do século XVI são em latim, enquanto os exemplares em português constituem apenas dois títulos. Relativamente à presença do latim no espaço português, no período referido, evidencia o caráter prático das tipografias portuguesas na fase incipiente, ainda modesta, de modo que “Não fazia sentido, assim, editar livros de Teologia ou Filosofia, textos de Antiguidade Clássica e outras obras do mesmo tipo, que, aliás, circulavam manuscritas ou podiam ser lidas, através de edições estrangeiras, na língua internacional por excelência, isto é, em latim” (ANSELMO, 1980). Um aspeto determinante em que a edição reduzida de livros em latim nos séculos XV-XVI era característica para a toda Península Ibérica (WILKINSON, p. XXXVII).

Já nos séculos XVII e XVIII prevalecem os livros escritos em português, isto é, 102 títulos face a um número de 73 livros em latim. É significativo para o século XVII o número de livros em espanhol, que reúne um total de 96 obras, expressão do “volume editorial nesta língua usada por autores portugueses no período da união ibérica” (CARDOSO, 2013).

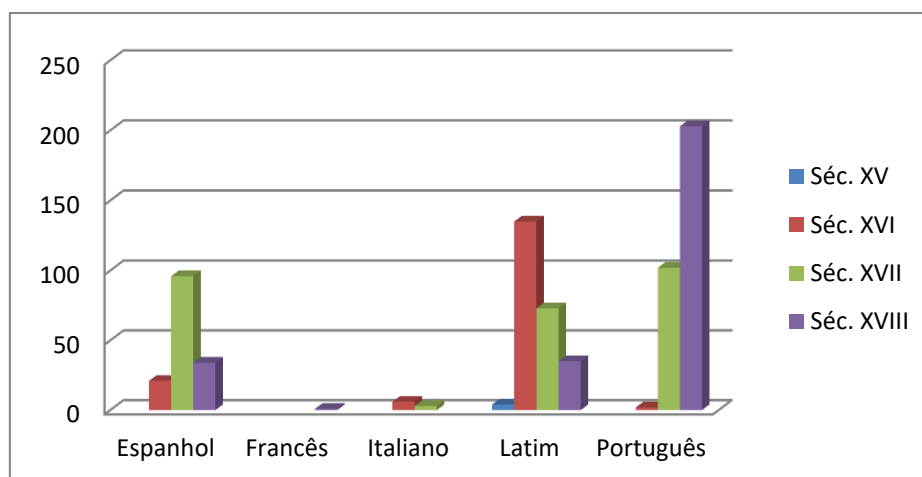


Gráfico 6 – Distribuição cronológica de obras por idioma

(Elaboração da autora)

No século XVIII, como representa o Gráfico 6, o número de livros em português duplicou face ao número do mesmo idioma do século precedente, evoluindo para 203 títulos, enquanto os livros em espanhol e latim desceram para 34 e 35 títulos respetivamente. Neste século, temos ainda o único livro identificado em francês. Cardoso (2013), ao analisar os idiomas da Biblioteca de Tibães, define claramente as tendências de utilização dos mesmos no contexto português, tendências que caracterizam também o quadro idiomático da *Livraria* do Convento da Arrábida: “As livrarias portuguesas do século XVIII evidenciam tendências para se abastecerem de livros em linguagem nacional preferindo de seguida o latim, enquanto língua de comunicação universal para o mundo de então [...]” (CARDOSO, 2013). Portanto, a presença quantitativa de um determinado idioma, em qualquer acervo documental no contexto religioso, é condicionada pelas tendências de utilização deste num determinado espaço temporal. Uma observação que remete para o facto de que o idioma do documento está relacionado com o século em que foi impresso, como se pode verificar no Gráfico 6.

4.2.6. Áreas de conhecimento

O leque temático de um acervo documental, independentemente da época histórica em que foi constituído, permite definir o tipo de biblioteca e a comunidade em que se insere, possibilitando, ainda, traçar práticas de leitura ou preocupações intelectuais e de estudo quando verificadas. No caso das *livrarias* conventuais no Antigo Regime, o

estudo das áreas de conhecimento dos fundos bibliográficos confronta-se com certas limitações devido à extinção das instituições religiosas e, consequentemente, à dispersão dos fundos bibliográficos das *livrarias* eclesiásticas constituídas durante séculos. Nestas circunstâncias, o conteúdo temático que os acervos das *livrarias* conventuais ou bibliotecas privadas integravam no Antigo Regime poderá ser conhecido através de inventários e catálogos elaborados, seja por iniciativa própria das instituições, seja por imposição legislativa. Por outro lado, o grau de contemplação dos acervos bibliográficos conventuais nos respectivos catálogos e inventários apresenta-se de forma diversa, ou seja, mais completo ou menos completo, influenciando desta forma os processos de análise.

O edital da Real Mesa Censória, de 10 de julho de 1769, exigia, na elaboração dos catálogos, a descrição dos elementos bibliográficos pertinentes para a identificação dos mesmos, bem como o enquadramento dos livros num esquema temático distribuído por sete áreas de conhecimento. Neste sentido, consta do respetivo edital: *Mando que todos os livreiros, Impressores, Mercadores de Livros, Universidades, religiões, Comunidades [...], sejam obrigados a formar um catálogo fiel de todos os Livros Impressos ou manuscritos científicos e literários, que tiverem nas suas casas, Logeas e Livrarias, o qual será reduzido a sete classes a saber: Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História e Bellas Letras.* (TRIGOSO, 1769, citado por MARQUES, 1963, p. 58-59).

Todavia, pelo que se verificou posteriormente, nem todos os catálogos elaborados para serem apresentados à Real Mesa Censória seguiram as indicações impostas, situação sobre a qual Raimundo (2008, p. 206) escreve: “se uns não se preocupavam muito com esta diretiva, apresentado a lista sem a mencionada divisão temática ou uma simples ordem alfabética; outros ultrapassavam o esquema divisório, multiplicando o leque de temas”. No caso do Catálogo da *Livraria* do Convento da Arrábida não se verificaram desvios nestes termos, pois os autores do respetivo Catálogo seguiram à letra as indicações legislativas, respeitando a classificação dos documentos segundo os temas definidos no edital. Este modelo de organização e estruturação possibilita, embora com algumas limitações, uma análise quantitativa e qualitativa do conteúdo do acervo documental do convento arrábido. Durante o processo da análise, além de definir o número de títulos distribuídos pelas áreas de conhecimento, para ilustrar melhor o conteúdo temático, iremos referir também os títulos e autores mais representativos das respetivas áreas.

Resumindo, relativamente às áreas de conhecimento do acervo, para o efeito de análise, iremos seguir as sete classes delineadas no edital: *Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História, Belas letras*.

A classificação dos 732 títulos do acervo, de acordo com as áreas temáticas referidas, apresenta-se na Tabela 23 e no Gráfico 7, do modo que se segue.

Tabela 23 - Áreas de conhecimento

Classe	Número de títulos
Teologia	514
Jurisprudência	48
Filosofia	5
Matemática	2
Medicina	2
História	126
Belas letras	35

(Elaboração da autora)

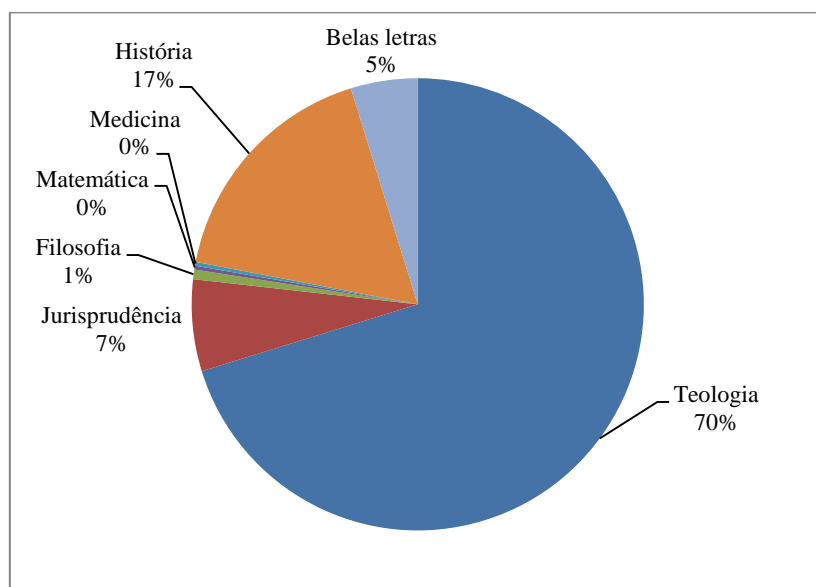


Gráfico 7 – Áreas de conhecimento

(Elaboração da autora)

Teologia é a classe que abarca um número maior de volumes. É constituída por 514 títulos, ou seja, em valor percentual, por 70% do número total de títulos. Segue História com 124 títulos, que perfazem 17%. O valor de 7% de livros de Jurisprudência compreende 48 títulos, e o valor de 5% da classe Belas Letras integra 36 títulos. Em números consideravelmente reduzidos é representada, neste acervo, a área de Filosofia, que tem apenas 5 títulos. Menos títulos integra, ainda, o grupo de ciências, que no nosso

caso se reduz à Matemática e à Medicina, e destas áreas cada uma tem apenas dois títulos. Deste relato, bem como das imagens supra, facilmente observamos a discrepância entre o número significativo de títulos de Teologia e o número reduzido de títulos das restantes seis classes que, em conjunto, reúnem 30% do total de títulos registados no Catálogo.

Tratando-se de uma instituição religiosa do Antigo Regime, o número prevalecente de livros de índole religiosa seria plenamente justificável. De facto, segundo estudos existentes sobre esta matéria, esta distribuição quantitativa das áreas de conhecimento nas bibliotecas conventuais, onde prevalecem as obras de Teologia, veio a afirmar-se como um estado de arte ou como um padrão, seja no espaço nacional, seja no europeu.

Num espectro mais amplo geograficamente, ao caracterizar o contexto europeu no Antigo Regime, os estudos realizados mostram o predomínio das obras religiosas, como é o caso da França, por exemplo (ALGRANTI, 2004, p. 162).

Já no contexto nacional, uma observação semelhante é sustentada, entre outros, por Marques (1993, p. 93) que, ao analisar o leque temático contido nos catálogos realizados pelas bibliotecas privadas e institucionais, incluindo religiosas, em 1769-1770, chegou à seguinte conclusão: “verifica-se, seja qual for a situação social ou profissional, que as obras de religião, místicas e hagiológicas ocupam quase sempre o primeiro lugar em todas as bibliotecas. As obras de História e Literatura apresentam-se também em grande número. A filosofia, ciências da natureza e matemática ocupam um lugar de pouca importância.” (MARQUES, 1963, p. 93).

No espectro mais restrito, no âmbito das *livrarias* conventuais vinculadas à Ordem dos Frades Menores, no já referido estudo de Campos (2015, p. 73-75), que entre outros analisa o conteúdo dos 16 catálogos apresentados pela respetiva Ordem à Real Mesa Censória, verifica-se claramente que a proporção de distribuição dos temas apresenta variáveis semelhantes ao quadro temático da *Livraria* do Convento da Arrábida.

Teologia

A área da Teologia, sendo a mais vasta em números, apresenta-se como a mais complexa também em termos de tipologias de textos. Para Nascimento (2000, p. 113), Teologia é uma “literatura que assume várias expressões: didática (catequese, homilias ou comentários), lírica (hinos), suasório (sermões), histórica, epistolar e outras. É vária essa literatura e as suas expressões respondem às circunstâncias de uma comunidade,

que organiza a sua vida em torno de textos (no exercício da leitura) quer na liturgia, quer no claustro” (NASCIMENTO, 2000, p. 113).

Neste caso, a questão que se coloca é: de que tipos de livros de teologia dispunham os religiosos da comunidade arrábida? Responder a esta pergunta implica identificar o conteúdo de cada obra, o que não é uma tarefa fácil, dado o contexto e a variedade de conteúdos de carácter religioso. À procura de uma classificação dentro da diversidade de textos de Teologia, dificilmente se encontra uma categorização uniforme. Os estudos que procuraram atribuir uma classificação aos livros religiosos que circulavam no Antigo Regime variam de autor para autor, “o que indica certa dificuldade dos historiadores em classificar as obras religiosas, pois efetivamente estas se incluem, muitas vezes em mais de um género...” (ALGRANTI, 2004, p. 177). A dificuldade em classificar “estes géneros menos científicos, mas muito comuns ao nível da produção tipográfica”, que abrangem não apenas os textos religiosos, é observada também por Campos (2013, p. 406-407) ao mencionar “basta-nos ver nos catálogos de bibliotecas religiosas a dificuldade em obter classificações uniformes para obras que tanto podem ser consideradas História como Belas Letras ou Teologia”.

Em relação ao nosso estudo, durante o processo de identificação do conteúdo das obras para as incluir no subgrupo temático correspondente, verificámos as mesmas dificuldades e incertezas de classificação. Por isso, antes de proceder à análise do rol de subtemas dos itens registados no Catálogo da *Livraria* do Convento, seria oportuno referir a observação que a classificação destes nem sempre poderá ser a mais precisa (CAMPOS, 2015, p. 305).

Numa projecção global, a identificação do conteúdo temático no contexto conventual permite definir o tipo de biblioteca, que na opinião de Carvalho (1998) pode manifestar-se como livraria de pregadores ou de estudo. Para exemplificar, o mesmo autor no seu estudo *Da memória dos livros às bibliotecas da memória*, caracterizava a *livraria* da casa dos franciscanos de Caminha, devido ao número elevado de sermões, cerca de 300, como uma “biblioteca para pregadores” (CARVALHO, 1998, p. XXIII). Enquanto “a biblioteca do Convento de Santo António de Ponte de Lima parece ter sido uma biblioteca de casa de estudos e formação, não obstante possuir uma percentagem considerável de Sermões” (CARVALHO, 1998, citado por OLIVEIRA, 2017, p. 101).

Por sua vez, Raimundo (2008, p. 206) agrupa a variedade de textos religiosos em dois subgrupos: Teologia e Teologia Moral. O primeiro conjunto compreende “bíblias, os seus estudos e comentários, as obras dos Padres da Igreja, tratados de teologia, livros de

ofícios divino, sermonários, breviários, diurnos, missais, todos eles fundamentais para uma boa formação e correto desempenho profissional por parte dos religiosos e orientadores de consciência” (RAIMUNDO, 2008, p. 206). O segundo grupo refere “todas as obras de espiritualidade e de devoção, que apoiavam os eclesiásticos e os seculares na sua vivência cristã: manuais de confessores, artes de bem morrer, as Imitações de Cristo, vidas de santos, conjunto de leituras edificantes para ajudar o cristão a seguir o caminho que conduzia a salvação da sua alma” (RAIMUNDO, 2008, p. 207).

Com estas linhas orientadoras, será abordado o universo de 514 obras de Teologia da *Livraria* do Convento procurando, nesta análise, captar os aspetos que constroem a identidade e determinar o campo em que se situa a *Livraria* do Convento. Neste sentido pretendeu-se, dentro do possível, delinear dois grupos de subtemas que integrassem, num grupo, textos de estudo, formação eclesiástica e prática religiosa, e em outro, obras de edificação e/ou formação pessoal.

Começando com o primeiro grupo, no conjunto de obras religiosas destinadas à formação e ao desempenho profissional, identificámos no Catálogo textos de Santos Padres da Igreja, de apologética, comentários e interpretações, tratados de teologia, doutrina cristã, sermonários e regras.

Neste seguimento, no que diz respeito à presença de obras da autoria dos **Padres da Igreja** no Catálogo, verificámos que dos Padres da Igreja Latina os religiosos tinham obras de Santo Agostinho (354-430) e São Gregório Magno, e dos Padres da Igreja Grega, marcam presença textos de São Basílio Magno (330-379), cuja obra foi traduzida do grego para latim de *Tilmanus Godefridus* (Paris, 1547), os textos de Santo Gregório de Nazianzo (239-390), cujas Orações presentes na *Livraria* são da interpretação de *Bilibaldo Pirckheimer* (Basileae, 1531), e os textos de São João Crisóstomo (344-407). De igual importância se revelaram, para a comunidade do convento arrábido, as experiências religiosas e intelectuais vividas e transmitidas por Santos, que vieram a afirmar-se posteriormente, tais como, citando os que figuram no Catálogo: Santo Tomás de Aquino (1225-1274); São Boaventura (1221-1274); São Francisco de Sales (1567-1622); São João da Cruz (1542-1591), poeta carmelita espanhol; São Roberto Belarmino (1542-1621); São Alberto Magno (c.1193-1280); São Pedro de Alcântara, (1499-1562). O total de títulos deste subgrupo é de 15, que deverá ser considerado relativo, dado que este número compreende apenas obras de carácter geral, como, por

exemplo, *Operum D. Basilii Magni...* (Paris, 1547), sem abranger obras de caráter mais específico, de que são exemplos os comentários.

Em outros termos definitórios, como idioma ou período em que foram impressos, refere-se que são obras impressas preponderantemente no século XVI – 13 títulos, enquanto aos séculos XVII e XVIII reporta-se um título a cada. No que diz respeito ao idioma, predomina o latim – 14 títulos, e apenas uma obra apresenta outro idioma, que é o espanhol. Os aspetos deduzidos são indícios do tipo de utilização das respetivas obras, que é mais apropriado ao estudo e formação eclesiástica. Pode-se relacionar o conteúdo destes textos religiosos com a importância da patrística para a formação dos eclesiásticos. De acordo com Henryot (2006): “*Les Pères grecs et latins sont au fondement de la formation à la vie religieuse : leur étude est prescrite, à titre spirituel et spéculatif, au temps du noviciat puis pendant les cinq à sept années d’études conventuelle*”.

Os **comentários** e interpretações que geralmente incidem sobre textos bíblicos, constituem um conjunto representativo do acervo, somando aproximadamente 65 títulos. Destaca-se a obra do prolífico teólogo da Ordem dos Cartuxos, Dionísio Cartusiano (1394-1471), representado no acervo com 12 títulos de comentários dos profetas e evangelhos, editados entre 1536-1559, maioritariamente em Colónia. De frei Francisco Titelmanno, os arrábidos possuíam cinco títulos de comentários e do dominicano Tommaso de Vio (1469-1534) assinalam-se 4 obras. Ainda neste grupo, presenciam-se, entre outros, o jerónimo português Hector Pinto (1528-1584), e a Lápide (1567-1637), jesuíta e exegeta flamengo, conhecido por seus comentários a quase toda a Bíblia.

Em termos cronológicos e linguísticos, os comentários são, na sua maioria, do século XVI - 44 títulos; do século XVII existem 17 títulos e do XVIII apenas 3. Todos os livros encontram-se editados em latim, exceto dois, dos quais um exemplar é em espanhol e outro em português. O exemplar em português é uma tradução de uma obra anónima, refere *Maximas de Salomão. Commentadas por hum anonymo na lingua Franceza e traduzidas no idioma Portuguez por huma curiosa* (Lisboa, 1762).

Em suma, o comentário, como tipologia de texto religioso, é considerado por Nascimento (1995, p. 235) como a primeira etapa na estruturação da teologia, cujo desenvolvimento originou vários tipos de textos no âmbito da religião que, evidentemente, afiguram-se de grande importância no estudo e na compreensão dos textos em torno da Bíblia. Neste contexto, no nosso entendimento, os comentários

comportam certas competências em termos de leituras destes tipos de conteúdos religiosos.

Relativamente aos **tratados de Teologia**, começámos por referir aqueles que serviam de obras principais de estudo, tal como relata Paiva: “O curso (da Faculdade de Cânones da Universidade de Lisboa) para aqueles que o frequentavam integralmente, obrigava a sete anos de lições até se obter a formatura e a Bíblia, a Suma teológica de São Tomás de Aquino e as Sentenças de Pedro Lombardo dominavam o saber ministrado” (PAIVA, 2000, v.2, p. 218). Se para uma instituição de ensino superior as obras citadas tinham uma posição tão importante no processo de estudo, quanto mais marcante se afigura a presença destas obras num espaço ermo, no final do século XVIII, ainda que ignoramos se e por quem foram lidos/estudados.

Tanto a *Summa sacrae theologiae...* (Antuerpiae, 1567-1568), de Tomás de Aquino, em 4 volumes, comentada pelo exegeta dominicano Vio Caetano (1469-1534), como as Sentenças, de Pedro Lombardo (1096-1164), integravam o acervo da *Livraria* em 1769. Relativamente às Sentenças, o Catálogo atesta que os religiosos tinham uma edição parisiense de 1537 (Paris) e uma edição de 1609 (Coimbra) do *Scriptum Oxoniense* de Duns Escoto, que é de facto o Comentário ao livro I das Sentenças de Pedro Lombardo (MEIRINHOS, 2008, p. 19-20). Na mesma onda de ideias, mas derivadas do outro contexto temporal, do século XIX, no Catálogo de Rocha (1994) atesta-se a presença do livro III das Sentenças (Paris, 1587), sobre o qual o autor do catálogo refere que “está cuidadosamente anotado, página a página, também em latim” (Rocha, 1994, p. 176).

Além dos autores citados, e ainda dentro do âmbito geral da Teologia, mencionam-se as obras: *Declaracion copiosa de la Doctrina Cristiana...* (Madrid, 1658), de São Roberto Belarmino (1542-1621), ou *Theologia christiana dogmatico-moralis*, do pregador D. Daniele Concina (1712-1763), em 12 volumes. O Catálogo atesta a nona edição desta última obra (Roma, 1763), expressando indícios de que tinha muita procura, dada a importância deste tratado para os religiosos. Do Catálogo destacam-se ainda obras notórias da autoria de São Boaventura (1221-1274), de São Francisco de Sales (1567-1622), de São Inácio de Loyola (1491-1556) e de São João da Cruz (1542-1591).

No campo de obras teológicas de carácter geral e instrutivo ao mesmo tempo, inscreve-se a obra de São Agostinho, neste caso concreto, *De Civitate Dei* (Basilea, 1555), obra de uma complexidade temática invulgar, sobre a qual o tradutor da respetiva obra, na edição portuguesa moderna de 1996, J. Dias Pereira, referia: “Julgo que se pode afirmar

sem exagero que se trata de uma das criações mais representativas do génio humano” (PEREIRA, 1996, p. 3-4).

De igual modo, associamos aos textos destinados à formação e ao estudo as **Homílias** e/ou os **Sermonários**. Este tipo de textos religiosos transmitido à comunidade podia ser elaborado e proferido por alguém com uma determinada preparação de conhecimentos teológicos. O conjunto de obras representado por Sermonários e Homílias destaca-se também, em termos quantitativos, uma vez que engloba o maior número de títulos do volume total de obras de teologia – cerca de 90. Das obras mais representativas que este grupo inclui, distingue-se, entre outras, a edição de 1495 (Basilea) de *Sermones de tempore*, de São Agostinho (354-430), as *Sermões*, de Judoci Clichtovei (1472-1543), *Primicias Evangelicas* (Lisboa, 1676), de D. Rafael Bluteau (1638-1734; *Sermões* (Lisboa, 1722), do oratoriano Manuel Consciência (1698-1739) (Rocha); *Sermoens Panegyricos, e Quaresmaes* (Lisboa, 1735), do franciscano da Província da Arrábida, frei António de Santa Anna; *Sermões* (Lisboa, 1603), de Diogo de Paiva de Andrade (1528-1575).

No âmbito dos sermões, assinalam ainda presença no acervo da *Livraria* do Convento, *Sermoens genuínos, e praticas espirituas* (Lisboa, 1690) do venerável padre frei António das Chagas; *Luz de Verdades Catholicas* (Lisboa, 1728), do padre Juan Martinez de la Parra (trad.); *Sermoens vários que pregou o muyto reverendo padre mestre frei Andre de Cerqueyra*, (Lisboa, 1727); *Sermões de várias festividades...* (Lisboa, 1744), do carmelita frei José da Conceição.

Do total de 90 Sermonários e Homílias, 10 datam do século XVI, 32 do século XVII e 49 do século XVIII. A maior parte de obras está escrita em português, isto é, cerca de 59, sendo que em espanhol existem 15 obras e em latim 6. Desta categoria de texto, 63 obras foram impressas em Portugal.

Dentro das obras de **catequese**, também elas do âmbito da formação religiosa, a *Livraria* tinha poucos títulos, quando comparado com sermões ou comentários. Identificámos duas edições de *Cathecismo*, de frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590), de 1610 e 1744, ambas impressas em Lisboa; e uma tradução do *Cathecismo de Montpellier*, de Carlos Joaquim Colbert (Lisboa, 1765).

Aconselhar e orientar a confissão dos penitentes ou nas palavras de Fernandes (1995) “[...] conseguir uma confissão bem feita” é um ato que requer preparação adequada através de diretórios e **manuals de confissão**. Os arrábidos tinham cerca de 19 títulos.

Como exemplo, dentro dos mais notáveis, nas prateleiras da *Livraria* encontrava-se o *Manual de confesores y penitentes...* (Anvers, 1568), de Martin de Azpicuelta Navarro (1494-1586), que conheceu múltiplas edições, em vários idiomas, entre as quais 38, só em latim, entre 1557 e 1620 (SIMÓN DIAZ, *citado por* CURTO, 2003, p. 33); e o *Compendium manualis Navarris* (Antuerpia, 1592), de Pedro de Guevara (1549-1624). Queremos ainda destacar a obra do franciscano português Manuel Rodrigues, (...) *Suma de casos de consciencia, com advertências muy provechosas para confesores* (Lisboa, 1615), obra muito editada, traduzida para diversas línguas, particularmente o latim, muito influente a nível europeu depois de 1594-1595, e igualmente redigida em castelhano (FERNANDES, 1995).

Mencionámos também algumas obras de autores portugueses, que não se destinavam apenas ao uso de confesores e clérigos, mas igualmente aos penitentes ou fiéis (FERNANDES, 1995) como o *Manual de confesores (Valentiae, 1626)*, de Henrique de Villalobos, e *Guia de penitentes*, de Leonardo de S. José, considerada obra com estilo, que teve varias reedições, tendo sido a obra com mais sucesso editorial deste autor (FERNANDES, 1995).

Um outro subgrupo de obras que deveriam fazer objeto de leitura obrigatória, nomeadamente para os que se preparavam para ingressar na Ordem Franciscana, são as obras de carácter normativo. Inscrevem-se neste quadro *Breve sumário y explicacion de los preceptos de nuestra Serafica Regla, segun los Expositores della* (Lisboa, 1683), de frei José Gavarri, *Breve exposicion de los preceptos, que en la regla de los frayles menores obligan a pecado mortal, segun le mente de los sumos pontífices, y de San Buenaventura...* (Lisboa, 1655), de frei Martin de São José, *Obrigaçam do Frade Menor, em que se tratam as cousas, que está obrigado a guardar, assim por sua Regra, como por Ley Divina*, (Lisboa, 1727), de frei Damaso da Apresentação, *Expozicion de la regla dos Frades Menores* (Lisboa, 1753), de Francisco Javier Lazcano (1702-1762), *Institutionis christianae libri tres, issu reverendiss D. Othonis cardinalis & episcopi augustiani...*, do padre Pedro de Soto (Antuerpiae, 1551).

Relativamente ao segundo grupo que, no nosso entender, compreende a lista de obras de moral e espiritualidade, destinadas a edificação espiritual e orientação da vida quotidiana do religioso, integra cerca de 193 títulos.

Das obras de **Teologia moral** que reúnem 35 títulos, encontramos no Catálogo livros de referência para as comunidades religiosas, tais como: *Theologia Moralis* (Lugduni, 1654), de Martinho Bonacina (1585?-1631), e *Compendium Martini Bonacinae* (*Antuerpiae*, 1633), de Antonius Goffar; *Suma de Theologia Moral* (Coimbra 1703), do capucho frei Jaime Corella, e *Suma Angelica* (S.l., 1541), do italiano Angelus de Clavasio (1411-1495); *Colegii Salmanticensis Cursus Thiä Moralis* (Venetiis, 1714), de frei Francisco da Madre de Deus; *Principios e definições de toda a Theologia moral* (Lisboa, 1645), de Manuel Lourenço Soares, e *Trilogium Evangelicum* (*Antuerpiae*, 1535), do espanhol frei Francisco de Osuna (1497?-1540).

Literatura de espiritualidade diz respeito aos textos sobre exemplos de vida espiritual, exercícios espirituais e artes de bem morrer, caminhos da perfeição ou perfeição cristã. Sobre a literatura de espiritualidade, Carvalho (1997), ao analisar as possíveis leituras das religiosas franciscanas e clarissas, e referindo autores indicados por frei António das Chagas (1631-1682), mencionava que “as referencias que acabamos de repassar, para além que nos informa sobre as leituras, poderão formar aquilo que talvez se possa dizer a “biblioteca selecta de espiritualidade” para uso das religiosas, sobretudo das franciscanas e clarissas, em Portugal na segunda metade do século XVII” (CARVALHO, 1997). O que se pretende com o enunciado acima referido? Partindo do pressuposto que as leituras impostas às religiosas franciscanas por frei António das Chagas não eram, segundo Campos (2015, p.), muito diferentes das leituras dos religiosos franciscanos, pretende-se tentar definir quais as obras que podiam constituir uma *biblioteca selecta de espiritualidade* e se os respetivos livros se encontravam no acervo da *Livraria* em análise. Neste contexto de definição de obras de caráter espiritual, na opinião de frei António das Chagas, o caminho da perfeição podia ser alcançado ao ler, além da vida dos santos e textos místicos, obras espirituais de autores como padre Luís de la Puente (554-1624), (CARVALHO, 1997), São Francisco de Sales (1567-1622), Lourenço Scupoli (1530-1610), Nicolau Ésquio (1507-1578) ou Louis de Blois (1506-1566).

Com este ponto de partida, atestamos no Catálogo a presença das seguintes obras dos autores referidos, a saber: *Guia espiritual...* (Valencia, 1676) e *Obras espirituales* (Madrid, 1690), do jesuíta Luís de la Puente (1554-1624); *Combate Espiritual* (Lisboa, 1707), do teatino Lourenço Scupoli; *Rudimentos da verdadeira sabedoria* (Madrid, 1657), de João Eusébio Nieremberg y Otin (1595-1658); *Obras* (Valença, 1718), *Introduccion a la vida devota* (Leon, 1672) e *Guia espiritual...* (Lisboa, 1745), de São

Francisco de Sales. Do prolífico autor dominicano, frei Luís de Granada (1504-1588), que escreveu em latim, português e castelhano, referimos quatro títulos: *Contemptus mundi Nuevam* (Lisboa, 1589), *De la Oracion y Meditacion* (Lisboa, 1612), *Obras espirituais* (Lisboa, 1713) e *Escala espiritual* (Madrid, 1612).

Desta forma, verifica-se que os autores recomendados por frei António das Chagas, e considerados por Carvalho (1997) como constituintes do núcleo principal de uma biblioteca espiritual, estavam presentes na *Livraria* dos arrábidos.

No entanto, o respetivo núcleo não se limitava aos autores citados. Para seguirem o caminho da perfeição, os religiosos possuíam ainda *Obras espirituais* (Lisboa, 1688, 1762), do próprio frei António das Chagas, e *Abcedário Espiritual* (Medina del Campo, 1544), de frei Francisco de Osuna (1497-1541). Referimos ainda as obras do padre Manoel Bernardes (1644 -1710) que, julgando pelo número de títulos existentes no acervo, parece ter sido muito apreciado pelos arrábidos, com sete obras da autoria do padre oratoriano referido. São algumas delas: *Exercícios Espirituaes, e meditações* (Lisboa, 1686), *Parayzo de Contemplativos* (Lisboa, 1739), *Luz e calor* (Lisboa, 1696) e *Direcção para ter os 9 dias de exercícios* (Lisboa, 1757).

Do subgrupo **exercícios espirituais** advém do Catálogo a existência de *Exercicios espirituaes de S.to Ignacio* (Coimbra, 1726), traduzidos de italiano para português por P. Miguel de Amaral, e *Exercícios espirituais,...* (S.l., 1642), de frei António de Molina, entre outros. Juntamos aos respetivos títulos obras sobre perfeição cristã, escritas por autores como Alonso de Andrade (1590-1672), *Itinerário historial,...* (Madrid, 1646) e soror Maria de la Antigua (1566-1616); clarissa da Andaluzia, *Desengaño de religiosos y de almas que tratan de virtud* (Barcelona, 1697).

No subgrupo de **orações**, das obras existente menciona-se, o *Tratado de la oracion, y meditacion* (Sevilla, 1689), de São Pedro de Alcântara (1499-1562). Sobre a importância da obra do co-fundador do Convento da Arrábida para outras comunidades religiosas, Curto (2003, p. 97) evidenciava que: “os escritos espirituais dos Arrábidos, e sobretudo de Pedro de Alcântara eram lidos e influenciavam a praxis de muita gente. *O Tratado de la Oración*, [...] seria objecto de várias reedições, [...]”

Fazer parte de uma comunidade dedicada por excelência à contemplação (ALVES-JESUS, 2014, p. 447) implicava o conhecimento, ou pelo menos, o interesse pelos trabalhos de carácter místico. Relativamente aos místicos mais representados nas *livrarias* conventuais, e para ter um ponto de partida, Belchior (1953, p. 379) refere que

“rara era a biblioteca de convento que não tivesse entre os livros de doutrina ascético-mística Taulero, Ruysbroeck, Blósio, etc..”, remetendo para a *Livraria* do Convento de São Francisco de Xabregas da Província dos Algarves e para a *Livraria* do Convento de Santo Alberto da Ordem dos Carmelitas Descalças. No entanto, com base na análise das leituras das religiosas, Carvalho (1997) observa que “Tauler e Ruysbroeck não tinham as freiras de Braga, e os outros conventos também não possuíam”. Tauler, Ruysbroeck e Eschio não se encontravam nos acervos das *livrarias* conventuais dos franciscanos de Santo António de Caminha e Santo António de Ponte de Lima, e não os encontramos de igual forma no Catálogo da *Livraria* do Convento da Arrábida. Face às observações expostas, e voltando a citar Carvalho (1997), que se interrogava se “Poderá tirar-se, como simples sugestão sequer, alguma conclusão? No estado atual dos estudos sobre as bibliotecas religiosas tal não parece ser recomendável” (CARVALHO, 1997), considera-se que a questão permanece em aberto. Por outro lado, o catálogo atual de Rocha (1994, p. 290) atesta dois itens de Tauler, um deles contendo uma nota escrita à mão: “Está proibido este livro de Taulero.” (ROCHA, 1994, p. 290). Sem sair dos confins hipotéticos, provavelmente a respetiva nota explicaria a falta dos autores em causa nos acervos referidos.

Voltando ao acervo em análise, relativamente às obras de caráter místico, menciona-se que este contava com autores e títulos mais paradigmáticos como: *Mística fundamental* (Zaragoza, 1723), de António Arbiol y Diez (1651-1726), *Obras del Maestro...* (Valladolid, 1603), de São Juan de Ávila (1500-1569), *Obras* (Valença, 1718), de São Francisco de Sales (1567-1622), *Institutio Spiritualis* (Lovani, 1533) e *Las obras* (Barcelona, 1621), de Ludovico Blosio, traduzidas por frei Gregorio de Alfaro, *Escada Mistica* (Lisboa, 1721), de Jacob Cardozo, *Obras...* (Barcelona, 1704) e *Cartas...* (Barcelona, 1700), de Santa Teresa de Jesus (1515-1582).

A tradução da obra principal do monge e asceta grego João Clímaco (c.579-c.649), *Escada do paraíso*, era considerada uma verdadeira enciclopédia ascética (LAITI, 2004, p. 491). Os arrábidos possuíam ainda autores que, a partir do século XVI, tinham na ascética e na mística uma forte influência (RODRIGUES, 2000, v.3, p. 147), sendo eles São Bernardo, São Boaventura, Jean Gerson. *Consulta místico-moral* (Coimbra, 1717) e *Vindícias da virtude...* (I, 1725, II 1726) do agostiniano Francisco da Anunciação (c.1668-1720); *Católico no templo e devoto* (1730), *O pecador convertido no caminho da verdade* (1744), do franciscano de Varatojo Manuel de Deus (1696 -1730) são outros títulos que os arrábidos possuíam (MARQUES, 2000, v. 2, p. 442).

No seu conjunto, a literatura de espiritualidade caracteriza-se pelo facto de se destinar a um leque amplo de leitores, tal como podemos deduzir da afirmação de Marques (2000, v. 2, p. 418) que, ao mesmo tempo, aponta para a sua importância: “A fim de combater a falta de instrução e a baixa moralidade de conventuais e clérigos, acrisolando-os na prática da virtude que pela via de ascese conduz à união com Deus, religiosos e eclesiásticos, e também leigos, necessitavam de livros de espiritualidade mesmo que tivessem mestres de noviços experimentados, guias de almas zelosos e doutos diretores de consciência.” (MARQUES, 2000, v. 2, p. 418).

O número significativo de obras de espiritualidade, que os religiosos do Convento da Arrábida possuíam, explica a necessidade de este tipo de livros a vários níveis, indiciando uma maior probabilidade de serem lidos por um maior número de elementos da comunidade. A Serra da Arrábida era considerada um dos grandes símbolos da espiritualidade (BORGES, 2011, p. 191.), e a comunidade que vivia neste meio não se podia dissociar deste modo de viver.

História

No acervo da *Livraria*, os livros de História representam a área de conhecimento mais significativa após a Teologia. A preferência dos religiosos deste convento por textos históricos, eclesiásticos ou profanos não é um caso isolado entre as instituições religiosas. As observações feitas no âmbito de uma análise nesta área por Campos (2015, p. 311) referem que os livros de História representam entre 7 e 20% do total dos títulos que constituíam os acervos conventuais na segunda metade do século XVIII. No Catálogo em análise, os 126 títulos de História constituem 17% do total de livros registados, situando a referida área na segunda posição em termos quantitativos, como já foi mencionado.

De outra perspetiva comparativa, o número de obras de História existentes no Convento da Arrábida tem uma expressão significativa em relação a outros conventos, posicionando este acervo entre as poucas livrarias com mais de 100 obras de História. Deste modo, Campos (2013, p. 409, 412), ao analisar a presença de livros de História nas instituições religiosas de Lisboa mostra, nos dados obtidos, que apenas duas instituições das 43, que apresentavam obras de História, tinham acima de 100 obras. Eram o Convento de N. S. da Graça (Lisboa), com 166 títulos, e o Mosteiro de S.

Vicente de Fora, com 165 títulos, seguidos do Convento de S. Bento de Xabregas, com 97 títulos (CAMPOS, 2013, p. 412).

Acerca da classificação das obras de História, iremos apenas mencionar que os critérios de categorização temática eram o reflexo de como se interpretava ou compreendia o conteúdo histórico no final do século XVIII, o que nem sempre podia corresponder à inclusão apropriada de obras numa determinada área (CAMPOS, 2015.) Este facto explica a presença de algumas obras fora do âmbito dos temas mais representativos desta categoria, tais como vida de santos e religiosos, história e história eclesiástica, crónicas, ainda que em número reduzido.

Procedendo primeiro à análise quantitativa, foram registadas principalmente crónicas – 15 títulos, obras de história e história eclesiástica – 30 títulos, de vidas de santos e devotos – 59 títulos. Outras temáticas, representadas apenas por um título ou dois, agrupam no total 23 títulos, que versam, entre outros, sobre literatura de viagem – 2 títulos, memórias – 1 título, obras de autores antigos – 2 títulos, literatura – 2 títulos, doutrina cristã – 2 títulos, cristianismo – 2 títulos, apologética – 1 título, elogios - 2 títulos.

Tabela 24 – Temas da classe História

Vidas de religiosos	59
Historia eclesiástica	13
Historia	17
Crónicas	15
Outros temas	24

(Elaboração da autora)

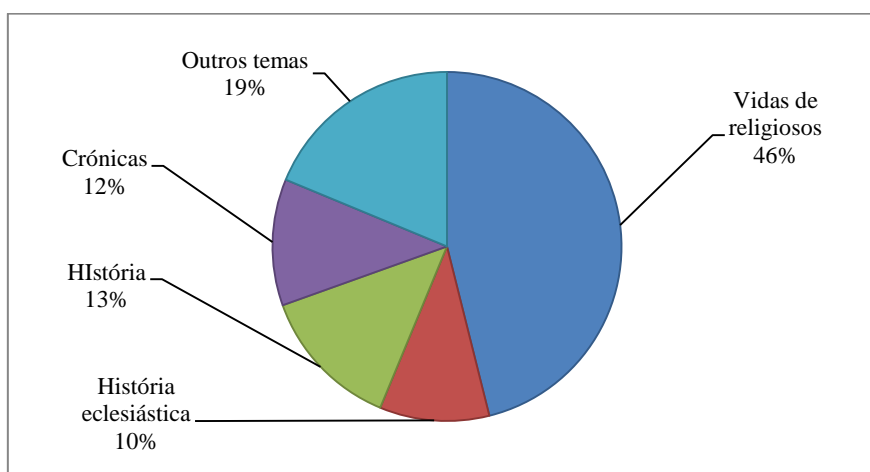


Gráfico 8 – Temas da classe História

(Elaboração da autora)

Passando para a análise qualitativa, começaremos por explorar as obras sobre vidas de santos e religiosos. Juntamente com aquelas sobre vidas de reis e rainhas perfazem 59 obras. Em comparação com as outras subcategorias, as vidas de religiosos e santos são amplamente registadas, constituindo 47% do total. Isto é justificado pelo facto de “ao propor vidas exemplares como modelos de comportamento e de vivência da fé católica contra reformística para imitação dos leitores, as Vidas de santos e devotas adquirem e comportam uma importante função didática, edificante e disciplinadora” (MENDES, 2013, p. 177). Segundo Mendes (2013), a edição de livros com esta temática conheceu um aumento significativo a partir de finais do século XVI até século XVIII. Segundo Oliveira, (2015) era comum na literatura religiosa encontrar narrativas de vidas dos santos ou religiosos do ocidente medieval em obras como *Flos sanctorum*, género de obra presente no Catálogo da *livraria* do convento. Trata-se em concreto de *Flos sanctorum*, do padre Pedro de Ribadaneira (1527-1611), do qual os arrábidos possuíam duas edições, uma de 1675 (Madrid), na tradução de Francisco Garcia, e outra de 1768 (Lisboa), na tradução de João Franco Barreto.

Neste quadro de obras de carácter geral sobre vidas de santos, inscrevem-se ainda *Agiologio Dominico, vidas dos santos, beatos, martyres...* (Lisboa, 1702), traduzidas e acrescentadas por frei Manuel de Lima (-1712); *Vida de vários santos* (Lisboa, 1750), de António de Carvalho; *Prado espiritual* (Lisboa, 1607), de Juan Basílio Santoro. Relativamente a obras sobre a vida de alguns santos em concreto, exemplifica-se: *De Vita, et Laudibus S.P.N. Aur. Augustini Hipponensis Episcopi...* (Coimbra, 1612), de frei Luis dos Anjos (15? – 1625); *Vida de São Pedro de Alcântara* (Madrid, 1669), de frei António de Huerta; *Vida de Santa Teresa de Jesus* (Lisboa, 1616), de frei Diego de Yepes (1530?-1613?).

Existem ainda relatos individuais da vida de religiosos notáveis, como *Vida de frei António das Chagas* (Lisboa, 1687), do jesuíta Manuel de Godinho (1630-1712); *Vida de Padre Ignácio de Loyola* (Madrid, 1583), de Paulo de Ribadeneira (1526-1611); *Vida do Veneravel D. Frei Bartolomeu dos Martires* (Lisboa, 1748), de Padre Francisco Álvaro Vitório; e *Verdadeiros entretenimientos del glorioso señor san Francisco de Sales* (Madrid, 1667), de D. Francisco de Cubillas Donyague.

Merece ser mencionada a homenagem que os religiosos prestaram ao fundador, através de *Elogio do Frei Martinho, fundador da Arrábida* (Lisboa, 1750), escrito pelo arrábido frei António da Madre de Deus, autor de uma data de elogios.

O protagonismo de vidas de reis e rainhas é consignado em algumas obras anónimas, *Vida de El Rey D. João o Segundo* (Lisboa, 1556) e *Vidas de reis e rainhas de Portugal* (Lisboa, 1750), mas também em algumas de autores portugueses, como *Crónica dos reis de Portugal* (Lisboa, 1600), de Duarte Nuno de Leão (1530-1608), e os *Elogios das rainhas de Portugal* (Lisboa, 1747), de D. João de Portugal (1706-1775), académico da Academia Real de História Portuguesa.

No subgrupo de **crónicas**, foram registadas cerca de 15 obras que contemplam os acontecimentos históricos da fundação e atividade, tanto das comunidades da própria ordem ou província, como das comunidades de outras ordens e províncias. Constituindo fonte de memória e de *identidade de cada família religiosa* (SANTOS, 2009), mas também de reflexos de vivências tendencialmente exemplares que se queriam como modelos, era indispensável a presença dos dois volumes da *Crónica da Província da Arrábida*. Escritos sucessivamente, o primeiro volume por frei António da Piedade e o segundo concluído por frei José de Jesus Maria, foram editados em 1728 e 1737, respetivamente. Referem-se outras crónicas encontradas no Catálogo: *Crónica dos Frades Menores* (Lisboa, 1615) de frei Luís dos Anjos; *Crónica de Carmelitas Descalços* (Lisboa, 1657), de frei Belchior de Santa Ana (1602-1664); *Crónica de São Domingos* (Lisboa, 1623), de frei Luís de Cacegas; *Crónica de São Francisco* (Valladolid, 1610), de frei António Dassa; *Crónica da Província de Conceição* (Lisboa, 1760), de frei Pedro de Jesus Maria José; *Crónica da Província de São José* (Madrid, 1615), de frei Juan de Santa Maria; *Crónica dos Carmelitas Descalços da Província de Portugal* (Lisboa, 1721), de frei João do Sacramento; *Crónica da Companhia de Jesus* (Lisboa, 1645), do padre Baltazar Telles.

Dentro dos livros de história, distinguimos obras de **história eclesiástica** como: *História eclesiástica* (Toledo, 1600), de frei Afonso Fernandes, *História pontifical* (Salamanca, 1577), de Domingos Gonçalo Illescas e *Annales eclesiásticos* (Roma, 1588), de Cesário Baronio (1530-1607) que, entre outras coisas, foi bibliotecário no Vaticano (ROCHA, 1994, p. 56). Encontramos também uma curiosa obra, em 3 volumes, de *História da Igreja do Japão* (Lisboa, 1749-1751), da autoria de Jean Crosset, traduzida do francês por D. Maria Antónia de S. Boaventura e Menezes (c.1700-?).

Por aquilo que é testemunhado no Catálogo, verifica-se no acervo documental obras de história geral como *História Indiarum* (Florentiae, 1588), de *Giovanni Petrum Maffei*

(1536-1603), *História Romana* (Frankfurt, 1568), de *Titus Livius* (59^a.C.-17d.C.) e *Delle antichità della Città de Roma* (Venetia, 1558), de M. Ulisse Aldrovandini (1536-1603).

Constata-se que os arrábidos possuíam ainda obras de autores latinos e gregos antigos, como a do poeta satírico da Roma Antiga, Aulo Pérsio Flaco (34 d.C.-64 d.C.), com *Satyrae cum quinque commentariis...* (Ascensii, 1523) e *Opera* de Platão (Ascensii, 1518).

De igual modo, consta no Catálogo **literatura de viagem**: Itinerário de viagem, que fez a Jerusalem o M.R.P. Francisco Guerreiro... (Granada, 1621), de Francisco Guerreiro (1528-1599), Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II N.S. ao Reyno de Portugal... (Madrid, 1622), de João Baptista Lavanha (1550-1624).

Noutro ângulo temático, mas ainda dentro da área de conhecimento de História, regista-se o *Ramalhete espiritual... colhidas no... jardim de Itália* (Lisboa, 1655), de frei Pantaleão Baptista (1596-1659), e o *Discurso apologético...* (Sevilha, 1733), de Francisco Sandoval de Moya. O último título, segundo Rocha (1994, p. 258), é uma obra sobre jurisdição e desobediência, que serviu de resposta para outra obra da autoria de frei Jerónimo do Apocalipse, intitulada *Juizo verdadeiro...* (Salamanca, 1737).

Estas últimas referências, apesar de reduzidas em número de obras, têm o propósito de demonstrar a diversidade temática da área em análise deste subcapítulo. Todavia, os grupos temáticos representativos são claramente as vidas de figuras religiosas e as obras de caráter histórico.

Em termos cronológicos, os livros presentes neste acervo compreendem 24 títulos do século XVI, 55 títulos do século XVII e 46 títulos do século XVIII. Fazendo, com o mesmo intuito, uma análise ao subgrupo vidas de santos e devotos, existem 7 títulos do século XVI, 27 do século XVII e 21 do século XVIII.

O idioma predominante é o português, representado por 73 títulos, seguido do espanhol com 30 títulos, e do latim com 17 títulos.

Jurisprudência

Para os religiosos de qualquer comunidade era importante saber organizar a vida religiosa e quotidiana e as atividades decorrentes desta no espaço religioso escolhido. Os documentos normativos elaborados ao longo dos séculos, em função dos imperativos dos tempos ou ordens religiosas, tinham como objetivo proporcionar as orientações necessárias aos membros das comunidades religiosas. Os respetivos documentos

classificam-se na categoria da Jurisprudência, agrupando na *Livraria* do Convento 48 títulos de estatutos, cerimoniais, bulários, decretos papais e regras das instituições eclesíásticas.

Verificamos que, deste tipo de documentos, os religiosos tinham os *Estatutos da Província da Arrábida* (Lisboa, 1698) e os *Estatutos Generales de Barcelona*, da qual os arrábidos tinham uma edição de 1705 (Madrid) e uma outra de 1621, em latim - *Statuta Generalia Barchinonensiae...(Matriti)*. Ainda relativamente aos *Estatutos Generales de Barcelona*, esta é uma obra de presença obrigatória nas casas religiosas franciscanas que, em conjunto com a *Regra de S. Francisco*, constituía a *legislação basilar dos franciscanos de toda a Família Ultramontana* (LOPES, 1997). Mencionamos ainda, dentro desta tipologia de texto, o *Livro de Regra de São Agostinho* (Lisboa, 1609).

A título de exemplo, no âmbito dos **bulários**, atestamos o *Bulario de Papa XIV* (Roma, 1754).

O subgrupo dos **cerimoniais** é o maior em termos quantitativos, contando com 14 títulos. Começando com um autor franciscano da Província da Arrábida, merecem ser mencionados três livros da autoria de frei João de São José do Prado, Mestre de Cerimónias no real convento de Santo António de Mafra (SILVA, III, p. 391). Trata-se de *Ceremonial moderno da Província da Arrábida, segundo o rito Romano, e Seráfico:..* (Lisboa, 1752), *Instrução eclesiástica* (Lisboa, 1734) e *Semana Santa Regulada* (Lisboa, 1743).

Este subgrupo era constituído, ainda, por *Cerimonial Seráfico da Província dos Algarves* (Lisboa, 1730), de frei Manuel da Conceição (- m.1735); por *Cerimonial da Província da Piedade* (Braga, 1641), de frei António de Guimarães; e por *Ceremonial Romano de la Missa Rezada,...* (Madrid, 1707), de D. Frutos Bartolomeu de Olalla y Aragon.

Não podemos deixar de mencionar que o mais antigo livro da colecção, *Rationale Divinorum officiorum*, de *Guilermus Durand*, encontra-se nesta classe. Os arrábidos possuíam a edição de 1493, impressa em Veneza. Foi o quarto livro a ser impresso em 1459, em Mainz, e conheceu 100 edições entre 1459-1635 (HOLMS, 2013).

O aspeto cronológico desta classe abrange todos os séculos em análise, de modo que do século XV os religiosos do convento tinham 1 título, do século XVI - 8 títulos, do século XVII - 27 títulos, e do século XVIII - 12 títulos.

Os dados referentes aos idiomas dos livros, que representam a classe de Jurisprudência, indicam que os arrábidos possuíam 26 títulos em latim, 12 em português e 17 em espanhol. Facilmente se verifica que, em termos de idiomas, predomina o latim, cuja presença quantitativa no acervo aponta para exigências e competência linguísticas, já que o latim pertencia aos *literati* (BURKE, 2010).

Filosofia

Dos livros classificados como Filosofia, os religiosos da Arrábida tinham cinco títulos. Atestamos a presença de *Lógica* (Paris, 1537? ou 1531?), de Aristóteles, comentado por Jacques Lefèvre (1450?-1536) e de *Aristotelis Stagritae Metaphysicorum Libri XIII...* (Lugduni, 1547), de Marco Antonio Zimara (1460-1523). Acerca do último título citado, o exemplar, que atualmente se encontra no acervo da *Livraria*, parece ser o mesmo, uma vez que Rocha (1994, p. 316) menciona que o livro tem “*muitas anotações à margem em latim*”.

O autor mais representativo neste grupo de textos filosóficos, em termos quantitativos, é frei Francisco Tittelmano Hassellense, com seis títulos.

No seu conjunto, todas as obras desta classe datam do século XVI e são escritas em latim.

Ciências

Nos séculos em estudo, verificava-se em Portugal uma ativa circulação do livro científico, existindo *livrarias* que possuíam números significativos de livros científicos, cerca 8 a 10% (GIURGEVICH e LEITÃO, 2013, p. 171). O caso da *Livraria* da Arrábida é diferente, uma vez que a respetiva área é pouco representada, sendo presente no catálogo apenas com quatro títulos, divididos em duas classes: Matemática e Medicina.

Os dois títulos incluídos na classe **Matemática** encontram-se em português. Um deles é *Thezouro de prudentes* (Coimbra, 1612), de Gaspar Cardozo Sequeira (sec. XVI-XVII), uma obra constituída por quatro livros que, além de matemática (aritmética e geometria) e astrologia/astronomia, incluía conhecimentos sobre agricultura e medicina, particularmente sobre a cirurgia *com alguns remedios experimentados* (SILVA, III, p. 124). Conheceu várias edições, mas segundo Silva, (III, p. 125) “*apesar das suas dez*

edições, poucas vezes se encontra no mercado algum exemplar”. O carácter prático do seu conteúdo, apesar do teor científico, explicaria provavelmente tamanha procura. Por exemplo, o livro 4 trata da “*maneira de fazer quadrantes para tomar a altura, fabricar relógios diurnos e nocturnos; mediação das horas planetárias, preparação das figuras usadas na Astronomia Judiciaria... e outras coisas semelhantes*” (SILVA, III, p. 125). Os referidos ensinamentos e outros semelhantes permitiam aos religiosos melhor orientação temporal, tão necessária à organização das suas atividades, “incluindo o calendário lunar e as festas religiosas e os jejuns obrigatórios, bem como as atividades dos jardineiros ao longo de todos os meses do ano, indicando as várias tarefas respeitantes ao cultivo do jardim que deveriam ser realizadas em determinado mês” (RODRIGUES, 2014).

O segundo livro deste subgrupo intitula-se *O Non Plus Ultra Do Lunario e Prognostico Perpetuo Geral e Particular* (Lisboa, 1742), escrito por Jerónimo Cortez Valenciano e traduzido por António da Silva de Brito (SILVA, I, p. 269). Trata da influência das fases da lua sobre o desenvolvimento das culturas hortícolas (RODRIGUES, 2014), sendo uma obra destinada a jardineiros e agricultores daqueles tempos. A importância da sua presença no acervo faz todo o sentido, se pensarmos que os arrábidos necessitavam da prática da jardinagem para providenciar o seu próprio sustento.

Na classe da **Medicina**, são registados igualmente dois títulos: *Tractatus de Sex Rebus non Naturalibus...* (Ulyssiponae, 1599), do Dr. Fernando Rodrigo Cardoso (156?-1608), que conheceu várias edições, e *Ilustração médica* (Lisboa, 1761), de Duarte Rebello Saldanha, um médico *que exerceu a clínica em Lisboa com grande crédito* (SILVA, II, p. 214.) O título completo *Ilustração medica, ethico-politica, histórico-systematica, sceptico-eclectica, phsyco-analytica, e theorico-practica: ou reflexão critica as “Considerações Medicas” sobre o methodo de conhecer, curar e preservar as epidemias, ou febres malignas, podres, pestilências, contagiosas, etc.*, traduz de uma forma mais explícita o conteúdo temático desta obra.

São livros com um carácter específico, e a presença destes no acervo da *livraria* não indica uma manifestação acidental. Segundo Nascimento (1995), “A existência de obras como estas na biblioteca monástica não era certamente resultado de mera curiosidade ou fruto de algum desvio consentido.”

O facto de os religiosos do Convento da Arrábida possuírem livros não teológicos indica que eles não desconsideravam o desenvolvimento científico, antes pelo contrário, procuravam adquirir conhecimentos e práticas para compreenderem e tratarem as

doenças ou, como já foi mencionado, para cultivarem a terra. Relacionado diretamente com o enunciado supra está o ato de ler e de estudo, uma projeção plausível, tendo em conta as necessidades de obterem conhecimentos empíricos.

Temos de referir que os autores das duas obras mencionadas eram portugueses.

Belas Letras

No âmbito das Belas Letras, os religiosos arrábidos possuíam 35 títulos, que situam-se tematicamente entre filologia e literatura.

No campo filológico, atestamos oito títulos existentes de dicionários e livros de gramática de português, latim e até de grego. Obras como *Lexicon Ecclesiasticum (Salmanticae, 1578)*, de frei Diego Ximénez Arias (1490-1548?), e *Vocabularium de las Lengas Toscana e Castellana (Venetiae, 1604)*, de Christoval de las Casas (- 1576), indicam, no mínimo, a necessidade de compreender melhor os textos escritos em castelhano que abundavam no espaço ibérico.

O latim era desvendado através de *Phrases Latinae (Colonia, 1593)*, de Aldo Manúcio (1449-1515); *Dictionarium undecim linguarum (Antuerpiae, 1572)*, de Ambrosius Calepinus (1440-1510); *Prosodia in Vocabularium bilinguae Lat., e Lusit., (Eborae, 1732)*, de Doutor jesuíta Bento Pereira (1605-1681); e para decifrar grego supõe-se que utilizavam *Comentária Língua grega (Ascensii, 1532)*, de *Guilelmus Budaeus*.

No que diz respeito à gramática portuguesa, encontramos *Orthografia ou arte de escrever (Lisboa, 1739)*, do jesuíta João de Moraes Madureira Feijó (1688-1741). Da importância e da necessidade deste livro para o ensino do português sabemos através de Silva (III, p. 422), que alertava para o facto de que todas as quatro edições tinham sido esgotadas, *que todas se acham hoje exaustas, por modo que se tracta de publicar com toda a brevidade uma,.. (SILVA, III, p. 422)*. Assinalamos, ainda, *Advertencias da boa Grammatica (Lisboa, 1620)*, da autoria do mestre de gramática latina Bartolomeu Rodrigues Chorro. Sobre esta obra informa-nos novamente Silva (I, p. 337), que “a multiplicidade de edições mostra a consideração em que era tida e a utilidade que de sua lição colhiam os estudantes”.

As obras de carácter literário incluem tanto clássicos latinos como autores humanistas. Referimos, entre outros, uma obra de Virgílio, *Publii Virgilii Maronis Opera,... (Lugduni, 1668)*; o volume de Claudiano - *Cl. Claudiani poetae celeberrimi opera, quorum catalogum, post eius vitam ex Petro Crinito... (Lugduni, 1551)*; uma coletânea

de histórias, fábulas sobre cidades e rios - *Lugares Comuns de Letras Humanas* (Lisboa, 1744), traduzida do toscano para castelhano, por Diego Agreda y Vargas. Ainda nesta categoria está listado um dos maiores escritores da cultura espanhola dos séculos XVII-XVIII, Lope de Vega (1562-1635), com o épico *Hyerusalem Conquistada* (Madrid, 1609). Obras de poesia, ainda que evocando os santos, como *Vida de Santo António em verso* (Lisboa 1749), de José Freire Monterroso (1670-1760), e *Rasgos métricos de varias poesias* (Lisboa, 1742), de Alexandre António de Lima (1699-1759), são igualmente incluídas nesta categoria. De referir que José Freire Monterroso foi um prolífico intelectual do seu tempo, membro de quase todas as Academias e associações literárias de Portugal daquele tempo, e durante mais de 40 anos redator do jornal *Gazeta de Lisboa* (SILVA, IV, p. 343).

Incluem-se ainda três obras de carácter epistolar existentes, das quais destacamos a edição de 1684 de *Varias cartas* (Lisboa), do notável diretor espiritual frei António das Chagas.

Não queremos também deixar de mencionar *Vita del poeta Francescho Petrarcha* (Veneza, 1625) e *Conversações familiares sobre a Eloquencia* (Lisboa, 1762), que no Catálogo encontram-se no conjunto das obras anónimas. Suscita no mínimo curiosidade o título de uma outra obra anónima *Hora de recreio nas férias dos maiores estudos [e opressão de maiores cuidados]*, (Lisboa, 1742-1743), que se revela ser uma coletânea de anedotas, máximas e pensamentos (SILVA, III, p. 301), cujo conteúdo remete mais para tipo de leitura de lazer do que para outros tipos de leitura como formação pessoal ou estudo, por exemplo.

A título de síntese e conclusão, para o subcapítulo de Áreas de conhecimento que se propunha transmitir uma ideia do que era, na sua globalidade, o conteúdo da *Livraria* em termos quantitativos e qualitativos, verificou-se que os volumes abrangiam um leque bastante variado de temas e subtemas, dentro das grandes temáticas da Religião, Jurisprudência, História, Filosofia, Ciências e Belas Letras.

À semelhança das *livrarias* de outras instituições religiosas do século XVIII, prevalecem os livros de carácter religioso, agrupando tratados de teologia, sermonários, manuais de confessores e comentários, teologia mística, contemplação, entre outros.

Os livros de História tinham um papel importante para preservar a memória das origens das ordens e instituições religiosas, mas também para aprender a viver de acordo com as experiências dos santos ou irmãos que antecederam.

Os documentos legislativos e normativos, inseridos na temática Jurisprudência, destinavam-se a garantir que a comunidade religiosa iria viver e praticar as ações religiosas conforme as exigências das regras da congregação eclesiástica em questão.

Os livros de Belas Letras proporcionavam exercícios de gramática e literatura, sendo assim imprescindíveis para a formação e a preparação dos religiosos nos diversos campos da atividade eclesiástica, desde as mais simples práticas religiosas, até uma formação firme em ciências teológicas. Sem práticas de leitura, nenhum tipo de formação apresentava-se possível.

Os menos representados são os livros de Filosofia, Matemática e Medicina. Contudo, o seu número reduzido não significa necessariamente que não fossem consultados, lidos e estudados, pois tinham um papel importante na real necessidade de aprender a cuidar dos irmãos doentes ou a cultivar produtos agrícolas.

Relativamente aos idiomas, verifica-se que existe uma relação entre a temática, a língua utilizada e o período de impressão. Assim, os livros de comentários, os tratados de teologia, de jurisprudência e de filosofia são em latim, enquanto livros como sermonários ou sobre vidas de santos, por exemplo, prevalecem em português ou espanhol. Querendo explicar esta relação através de uma visão mais pragmática, Anselmo evidencia “que não fazia sentido editar livros de Teologia ou Filosofia, textos da Antiguidade clássica e outras obras do mesmo tipo, que [...] podiam ser lidas, através de edições estrangeiras, na língua internacional por excelência, isto é, em latim” (ANSELMO, 1980).

Numa perspetiva global, a presença de autores clássicos, de Padres da Igreja, de autores humanistas, e até de autores controversos, de comentários, de direito e filologia situam a *Livraria* do Convento da Arrábida, constituída entre 1542-1769, no campo de uma *livraria* de estudo e formação.

4.3. Fundo bibliográfico em análise: Inventário de extinção de 1834

Sendo um inventário de bens que, entre outros bens patrimoniais, também inclui os livros também, as únicas constantes projetadas são o valor monetário dos livros e o número de volumes. Os outros elementos são apresentados de forma dispersa ou sumária, como é o caso das referências aos autores, títulos, idiomas e formatos. Para ilustrar, em alguns casos, a descrição, *desaseis volumes, exercícios de Piedade para*

*todos os Dias do anno “Autor Jenecio” em duzentos e quarenta rei,*¹³ informa sobre o número de volumes, o título, o autor e o seu valor, mas não indica o formato ou idioma, por exemplo, como acontece na descrição de outros documentos. Em outros casos, todos estes elementos faltam totalmente, exceto o valor financeiro e a designação do tipo de documento “livros” e “folhetos”, como no exemplo a seguir: *Alguns livros, e folhetos truncados, no vallor de cento e vinte reis, digo cento trinta e dois folhetos.*¹⁴

4.3.1. Número de obras

Relativamente ao número de obras, a relação quantitativa refere livros, volumes, obras e folhetos. Com a respetiva informação disponibilizada no inventário não é possível saber o número de títulos, por isso todas as relações que impliquem aspetos quantitativos serão dados em volumes e folhetos. Contamos um total de 2.035 itens dos quais 1.879 volumes e 156 folhetos. Se compararmos os 1.879 volumes deste *inventário* com as quantitativas do *Catálogo* de 1769-1770, que contava na altura com 1.091 volumes correspondentes aos 732 títulos, constatamos um aumento de número de volumes em 26%.

4.3.2. Formato dos documentos

No que diz respeito ao formato, assinalam-se 342 volumes *in folio*, 408 volumes *in quarto* e 671 - *in oitavo*. Existem ainda 614 volumes não especificados, apenas com a menção *diferentes tamanhos*.

4.3.3. Valor monetário

O valor total monetário dos documentos, segundo autores do inventário, está avaliado em 51.010 réis.

¹³ ANTT/Ministério das Finanças Cx.2251, n.º366, f.12v

¹⁴ Ibidem, f.12

4.3.4. Áreas de conhecimento

No âmbito de áreas do conhecimento, no Inventário evidenciam-se temas dominantes como história eclesiástica, crónicas, hagiologias, regras, teologia moral, teologia dogmática, literatura de espiritualidade, comentários e sermões. Como já foi referido, o registo dos itens foi efetuado de acordo com o enquadramento destes nas estantes e/ou prateleiras.

Uma visita ao local revelou que o espaço da *livraria* ainda conserva evidências de organização do fundo documental do convento. São inscrições feitas em suporte de papel e afixadas na parte superior de algumas estantes ou prateleiras. De acordo com as indicações existentes, verificou-se a presença dos seguintes temas: *História bíblica, Bíblia, Dogmática e apologética, Moral e pastoral, Espiritualidade, Biografias, Diversos*. Deste modo, em relação às áreas de conhecimento, além dos títulos e/ou autores ou assuntos que se afiguram no Inventário, uma fonte relevante, neste sentido, seria o próprio espaço da *livraria*, que ainda conserva reminiscências de *sinalética*.

Uma melhor projeção do leque temático, articulado com a localização a partir do inventário e do espaço físico da *livraria* apresenta-se num quadro sincronizado na tabela que se segue.

Tabela 25 – Conteúdo temático e localização nas estantes

Estante	Prateleiras	Conteúdo temático		Estado dos volumes
		no Inventário	na Livraria	
Nº 1	(2 prat.)	Exercícios de piedade	História bíblica	
Nº 2	(7 prat.)	Vida de santos, novenas, exercícios espirituais	Bíblia	
Nº 3	(7 prat.)	História eclesiástica, crónicas	Dogmática e apologética	
Nº 4	(7 prat.)		Moral e pastoral	
Nº 5	(7 prat.)	Vida dos santos, espiritualidade	Espiritualidade	
Nº 6	(7 prat.)	Teologia moral, teologia dogmática		
Nº 7	(2 prat.)			
Nº 8	(7 prat.)	Comentários		
Nº 9	(2 prat.)			
Nº 10	(7 prat.)	Sermões		113 volumes bem encadernados
Nº 11	(7 prat.)	Sermões		49 volumes encadernados em pergaminho
Nº 12	(7 prat.)		Biografias	Todos volumes em mau estado
Nº 13	(7 prat.)		Diversos	28 vol. em mau estado
Nº 14	(7 prat.)			

(Elaboração da autora)

A primeira observação que se impõe atesta que a relação tema-localização, referenciada no inventário, não encontra um correspondente no espaço físico da *Livraria*, exceto a *Espiritualidade* que, em ambas situações, é localizada na estante N.º 5.

Relativamente às áreas, verifica-se que todos os temas são de âmbito da Teologia, não existindo referências às outras classes. Podemos apenas deduzir que algumas obras seriam de História.

A partir dos dados existentes, do total de 2.035 itens, identificamos o conteúdo temático de 855 volumes. Destacam-se os sermões, com 383 volumes, Vidas de santos e exercícios espirituais – com 256 volumes, Regras – com 55 volumes, Teologia moral – com 26 volumes, Teologia dogmática – com 10 volumes, Comentários – com 30 volumes e Crónicas – com 20 volumes. No entanto, os dados apresentados não podem ser considerados definitivos, porque não mostram valores reais reportados ao acervo, uma vez que referem apenas informações contidas no Inventário.

A partir do Inventário, de igual modo, não há forma de identificar obras de filosofia, jurisprudência, ciências ou belas letras. Todavia, questionar a existência de livros, pertencentes às outras áreas seria inoportuno, dado que do total de 2.023 itens não foram identificados 1.000 volumes.

Seja como for, os elementos bibliográficos limitados, que o Inventário de 1834 disponibiliza, diminuem as possibilidades e os termos de análise do acervo da *Livraria* do Convento da Arrábida em 1834.

4.4. Aspetos de constituição do acervo bibliográfico da *Livraria* do Convento

Relativamente aos aspetos gerais das modalidades de constituição de coleções das *livrarias* conventuais nos séculos XVI-XIX, os mesmos foram abordados no âmbito da revisão da literatura deste trabalho. Assim sendo, este subcapítulo pretende explorar, dentro do possível, apenas os aspetos da constituição do acervo bibliográfico da *Livraria* do Convento da Arrábida especificamente, consistindo numa análise diacrónica.

Antes de proceder à exposição deste assunto, considera-se necessário elucidar um ponto particular, relativamente à definição do conceito de uma *livraria* situada em contexto conventual. O título do catálogo em análise, *Catálogo Alfabético dos Livros, que se*

ação assim na Livraria como nas Cellas dos Religiosos deste Convento, indica claramente que o lugar onde se guardavam os livros não se limitava somente ao espaço da *Livraria*, um facto estipulado anteriormente nos Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida: [...] *que nesta Província se entendera por livraria não só a casa commua aonde os livros se guardião, mas qualquer cella, ou lugar do Convento, em que qualquer livro se achar, & estiver posto; [...]* (ESTATUTOS, 1698, p. 49). Com base no exposto, para Giurgevich e Leitão (2016, p. XXXV), como muito bem observam, uma *livraria* conventual é caracterizada como uma “biblioteca fluída” ou uma “biblioteca ramificada.”

Na definição dos mesmos autores, “uma casa religiosa pode imaginar-se de facto como um espaço múltiplo de bibliotecas, constituído por uma livraria comum rodeada de livrarias particulares e especializadas (a livraria do coro, a da igreja, a da botica, a da biblioteca manuscrita, a coleção de livros proibidos, a livraria *ad usum* dos religiosos, etc.)” (GIURGEVICH e LEITÃO, 2016, p. XXXV). Com esta ideia explícita de “biblioteca fluída”, iremos supor que a constituição do acervo no contexto da *livraria* do convento teve lugar num sentido mais amplo, que vai além do espaço propriamente dito.

A constituição do acervo bibliográfico da *Livraria* do Convento da Arrábida foi um processo cujo estudo levanta mais questões do que revela respostas. Tentaremos procurar respostas a esta questão, projetando duas perspetivas. Uma primeira abordagem terá como base as possíveis práticas de aquisição/constituição para a qual nos apoiaremos nas fontes primárias e nas informações obtidas preponderantemente do estudo introdutório e notas que Rocha (1994) associou aos registos catalogados. A segunda perspetiva, com o objetivo de esboçar a evolução da coleção que, obviamente, não terá mais do que um carácter relativo, incidirá sobre os anos de impressão das obras, com base nos dados obtidos a partir do Catálogo de 1769-1770. Ambas as perspetivas permitirão responder apenas parcialmente às nossas perguntas, pois as informações disponíveis não permitem uma abordagem completa. Tanto um recurso como o outro carecem de dados completos que permitam conhecer a constituição e evolução do acervo do convento.

“As bibliotecas eclesiásticas foram o resultado de séculos de acumulação de livros”, como constatarem Giurgevich e Leitão (2016, p. XXVI). Os estatutos das províncias e os regulamentos estabeleciam políticas de aquisição de livros que, segundo Giurgevich e Leitão (2016),

consistiam em compras, na incorporação dos livros de defuntos e noviços, em legados, doações, ofertas dos autores ou empréstimos.

Relativamente à constituição das livrarias conventuais da Província da Arrábida, como é que os Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida... (1698) abordavam o respetivo assunto? No capítulo XXIV intitulado *Dos livros & livrarias*, os Estatutos mandavam:

[...] para que em todos os Conventos possa haver quantidade de livros, em que os Religiosos se apliquem, & estudem, o que lhes he necessário, mandamos, que cada hum dos Prelados locaes em o tempo do seu governo procurem pôr livros novos no seu Convento, ou de pessoas devotas, ou das esmolas indiferentes. [...] E os livros, que ficarem dos Frades defunctos repartirá o Irmão Ministro pelas livrarias da Província, que mais necessitarem deles; o que fará de tudo o que lhe achar escrito de mão, & puder ser de utilidade aos Frades na forma, que lhe parecer: o mais que se achar do Religioso defuncto, poderão os Prelados locaes repartir pelos Frades da sua Communidade (ESTATUTOS..., 1698, p. 49).

Das indicações supra, verifica-se claramente a preocupação em obter livros, procurando utilizar várias formas possíveis ou existentes para este fim, neste caso compreendendo as compras, as doações, a incorporação de livros dos defuntos. À procura de exemplos concretos para a *Livraria* do Convento da Arrábida, recorremos a uma das fontes primárias sobre o Convento, *Espelho de penitentes...* (PIEIDADE e JESUS MARIA, 1727-1737) que, no entanto, se apresenta pouco elucidativa no que diz respeito aos aspetos relacionados com os livros. As poucas informações que encontrámos, neste sentido, referem que Pedro de Mesquita Carneiro, que viveu de 1639 até 1649 nas casas construídas na serra, fora da cerca do Convento, deixou os seus livros ao Convento. Quais e quantos, e se ainda se encontram no espólio, são perguntas sem respostas, por enquanto.

As notas adicionadas aos registos por I. Rocha no seu Catálogo (1994) oferecem mais informações, embora insuficientes, se reportadas ao número total de 1199 obras que o acervo integra atualmente. Encontramos cerca de 39 obras acompanhadas de notas acerca de quando deram entrada na *Livraria*, por quem foram oferecidas ou a quem pertenciam. Sem pretender efetuar uma análise sequencial e completa das formas de entrada dos livros, tendo em conta que se trata de uma amostra reduzida e não seria

conclusiva no global, iremos apenas referir alguns exemplos que extraímos do respetivo Catálogo. A título de exemplo, soubemos que o religioso arrábido, o Bispo D. Frei António Pádua Bellas, ofereceu à *Livraria*, em 1804, as obras: *Magnum Bullarium Romanum* (Luxemburg, 1735-1758) em 19 volumes e *Concilia Generalia e Provincialia Graeca e Latina...* (*Lutetiae Parisiorum*, 1636) (ROCHA, 1994, p. 68, 184), enquanto o livro *Sancti Bonaventurae ex Ordini Minorum...*, (*Lugduni*, 1688), em sete volumes, foi oferecido à *Livraria* do Convento da Arrábida, em 1788, pelo Cardeal Joaquim José dos Reis (ROCHA, 1994, p. 69).

Se nos exemplos acima referidos sabemos que os livros integraram o acervo através de oferta, quem os ofereceu e a data em que ocorreu, pelo que sendo a sua data anterior, acabaram por integrar a coleção apenas mais tarde. Nos exemplos que iremos dar a seguir apenas sabemos a quem pertenceram. Trata-se de *D. Dionysii Carthusiani in quatuor* (*Parisiis*, 1553), de Dionísio Cartusiano, que “segundo indicação manuscrita no rosto, este volume pertencia a *Livraria* do Duque de Aveiro” (Rocha, 1994, p.114). Ainda sobre uma encadernação, que inclui duas obras distintas - *F. Alfonsi à Castro zamorensis, Ordinis Minorum Regulares Observantiae, ...* (Salmanticae, 1550), de frei Alfonso de Castro, e *De natura & gratia* (Salmanticae, 1561), de frei Domingo de Soto, Rocha (1994, pp. 83, 286) observa que “no rosto tem escrito à pena: “*D. Azeitão/da Livraria do Duque*” (*Duque de Aveiro?*). Pelas notas manuscritas sobre estas obras, e pelos anos de impressão dos livros, defende-se a possibilidade do que os livros pertenciam a D. João de Lencastre, 1.º Duque de Aveiro, e deve ter sido um dos primeiros que contribuiu para a constituição da *livraria* conventual. Não sabemos a data de entrada destes livros na *livraria* do convento, mas é muito provável que estivessem entre os primeiros livros a serem integrados na coleção daquela.

Ainda neste grupo de exemplos que tem indicada uma nota de posse, inscrevem-se um volume de *Sermões* (Sevilha, 1615), do padre Francisco Fernandes Galvão que, nas palavras de Rocha (1994, p. 144), “este volume era “*de uso*” do escritor e pregador Frei Manuel das Chagas que governou o Convento da Arrábida e morreu em 1647”, e ainda *Ceremonial moderno da Província da Arrábida, segundo o rito Romano, e Seráfico:...* (Lisboa, 1752), de frei João de São José do Prado, que tinha como nota manuscrita *Este Seremunial E do uso do Sr Fr Manoel de Jezus de Sezimbra* (ROCHA, 1994, p. 273).

Alguns livros, de acordo com o mesmo investigador, indicam apenas a data de entrada no Convento, sem referências a quem pertenceram ou quem os ofereceu. A título de exemplo, “as obras de Torrecilla entraram todas na *Livraria* do Convento da Arrábida

em 1715, de acordo com inscrição manuscrita nas guardas” (ROCHA, 1994, p. 298-299). Esta observação refere-se aos vários livros de frei Martin de Torrecilla, sendo que atualmente o acervo tem sete títulos em 9 volumes, com anos de edição diferentes. O mesmo número de volumes atesta o Catálogo de 1769-1770, mas concentrados num único item com o título *Obras morales*, (Madrid, 1702), o que não nos permite afirmar se se trata dos mesmos exemplares ou não.

Relativamente à obra *Theologia Christiana Dogmatico-moralis* (Roma, 1763) em 10 volumes, de um outro autor notório, frei Daniel Concina, todos os volumes desta obra têm uma inscrição na página de rosto, que deram entrada na *Livraria* do Convento em 1764, quando era Guardião frei António de Jesus Maria (ROCHA, 1994, p. 98). Contrapondo a data de impressão da obra, 1763, com a data da entrada, 1764, questionamos se se tratará de uma compra. Provavelmente que sim, mas sem outros indícios esclarecedores, ficamos no mesmo campo hipotético.

Seja como for, os exemplos mencionados são indícios, ainda que reduzidos, de como se havia constituído a *livraria* do convento ao longo dos séculos, segundo as fontes ou recursos que abordam diretamente aspetos da constituição do acervo arrábido. E compreendemos neste campo as doações, as notas de posse ou as aquisições.

Por outro lado, sabemos que o Convento foi fundado pelos franciscanos espanhóis e era muito procurado por estes. Nesta ordem de ideias, seria legítimo supor que os frades, quando vinham para se instalar no convento, traziam também livros.

No contexto nacional, segundo Fernandes (2002), vários estudos confirmam uma presença significativa de livros espanhóis nas bibliotecas públicas portuguesas, fenómeno justificado pelo facto de “[...] que as relações culturais entre Portugal e Espanha na Época Moderna - e muito particularmente no século XVII – foram, manifestamente, alimentados pelo intercâmbio e circulação de livros...” “ (FERNANDES, 2002). Tendo em conta as regras do Estatuto, que manifestaram a preocupação do que cada prelado devia zelar para *pôr livros novos no seu Convento*, o intercâmbio e a circulação de livros deveria ter sido uma outra forma aceite para contribuir no enriquecimento do acervo.

Para reconstituir a evolução do acervo da *livraria* seria importante conhecer o aspeto que exprimisse a relação quantitativa e cronológica, ou seja quantas (ou quais) obras integraram o acervo num determinado período de tempo. Todavia, não temos dados pertinentes para este tipo de análise. Neste caso, tentaremos apenas esboçar, de uma

forma muito relativa, a *evolução da coleção* da *livraria* a partir dos anos de edição das obras.

Deste modo, esta segunda projeção da *evolução da coleção*, com uma abordagem diferente ainda que de caráter relativo, incidirá sobre os anos de impressão das obras a partir do *Catálogo de 1769-1770*. Dado que o *Inventário de 1834* não permite completar a análise desta variável, por ausência destes dados, iremos utilizar as informações fornecidas por I. Rocha no seu Catálogo.

É uma análise ou uma observação mais de caráter dedutivo, que tem como suporte o seguinte procedimento. Partindo do pressuposto de que um livro publicado numa determinada data não podia dar entrada antes desta data, pretende-se tentar saber através da data de impressão dos livros como se apresenta a evolução do fundo bibliográfico num determinado período. Menciona-se que a respetiva análise, reportada à constituição do acervo, possibilita apenas dados relativos, sendo que os dados absolutos representam os anos de impressão das obras e não a data de entrada destes na *Livraria* do Convento. Tentaremos explicar melhor a partir dos dados das tabelas e dos gráficos a seguir.

Tabela 26 – Constituição (relativa) da coleção entre 1542-1769, segundo Catálogo de 1679-1770

Ano de impressão	Número de volumes	Número total de volumes por cada época	
1493-1500	3	1500	3
1501-1600	218	1600	221
1601-1700	363	1700	584
1701-1766	444	1769	1028

(Elaboração da autora)

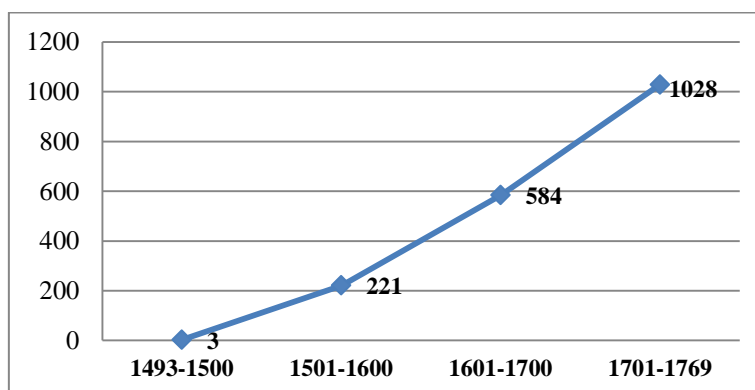


Gráfico 9 – Evolução relativa da coleção entre 1542-1769

(Elaboração da autora)

Portanto, no seguimento do que foi referido, e para exemplificar, os 221 volumes editados até 1600 podiam ter integrado o acervo do convento depois desta data, mas nunca antes. Ou seja, em 1600, a *Livraria* do Convento podia conter menos de 221 obras, e provavelmente era este o caso, mas era impossível agregar mais do que este número, neste período, que seriam de facto os volumes impressos *a posteriori*. É um dado certo, indubitavelmente.

E para exemplificar, apesar do óbvio, o volume *Concilia Generalia e Provincialia Graeca e Latina...* de Padre D. Severino Binio, impresso em 1636 (*Lutetiae*), foi posto na *Livraria* da Arrábida em 1804, pelo Bispo D. frei António Pádua Bellas (ROCHA, 1994, p. 84). Ou seja, uma obra impressa no século XVII deu entrada na *Livraria* no século seguinte, o que, sem dúvida, foi o caso de muitas outras entradas nas mesmas circunstâncias.

Tabela 27 – Constituição (relativa) da coleção entre 1542-1834, segundo Catálogo de I. Rocha

Anos de impressão	Número de volumes	Número total de volumes por cada época	
1507-1600	180	Até 1600	180
1601-1700	466	Até 1700	646
1701-1800	643	Até 1800	1289
1801-1830	45	Até 1900	1334

(Elaboração da autora)

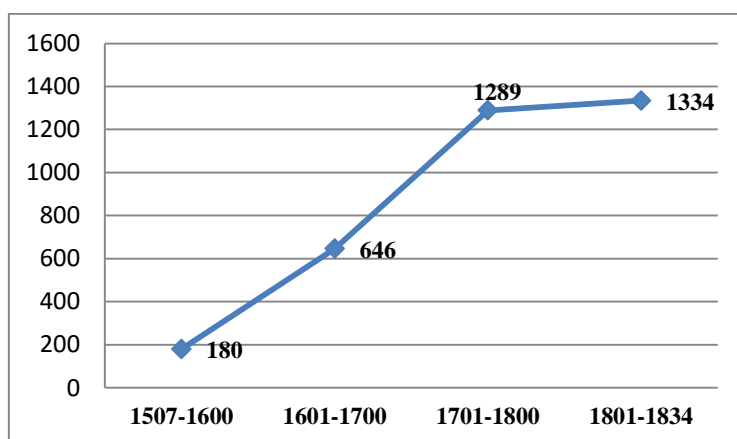


Gráfico 10 – Evolução relativa da coleção entre 1542-1834

(Elaboração da autora)

A leitura que se pode fazer da figura supra é semelhante à da figura anterior. Mostra a evolução da impressão das obras, desta vez ao longo dos anos 1542-1834 que, reportada

ao processo de formação da coleção, permite construir uma imagem aproximada sobre o número de volumes existentes na livraria num determinado período, processo já explicado no ponto anterior, referente ao período de 1542 a 1769.

Ao comparar os dois gráficos, observamos que, no período abrangido entre 1501-1600, o Catálogo de 1769-1770 atesta 221 volumes face aos 180 volumes presentes no Catálogo de Rocha. Nota-se uma diferença de menos 40 volumes que podia ser explicada por vários fatores – perda, uso em excesso, expurgo inquisitorial.

No período seguinte, compreendido entre 1601-1700, no *Catálogo de 1769* contamos um total de 584 volumes, enquanto o Catálogo mais recente atesta 646 volumes. Uma diferença acrescida de 62 volumes que, não constando no Catálogo de 1769, a entrada possivelmente deu-se depois dos anos 1769-1770.

Relativamente ao século XVIII, não é possível apresentar os valores à semelhança dos exemplos anteriores, dado que as variáveis cronológicas são diferentes: no Catálogo de 1769-1770 a informação termina na década '70 do século XVIII, enquanto no Catálogo de Rocha os dados abrangem o período todo – 1701-1800, sem discriminação destes por décadas que permitam os mesmos termos de comparação. Em contrapartida, a partir dos dois recursos observamos que o século XVIII conheceu um fluxo significativo de volumes impressos, que supostamente deveria ter influenciado as entradas na *Livraria*.

Por último, no período de 1801-1834, existem apenas 45 volumes impressos. Em termos de constituição do acervo não quer dizer que a entrada de obras na *Livraria* se reduziu ao número referido.

Para concluir, ao comparar os números de volumes contemplados nos dois catálogos verificou-se, relativamente ao século XVI que, em 1834, existiam menos volumes do que em 1769/1770. Neste contexto podemos referir, por exemplo, os três incunábulo registados no Catálogo de 1769-1777, que atualmente não se encontram no acervo. Relativamente aos séculos seguintes, XVIII e XIX, constata-se um crescimento significativo da coleção, tendo em conta que, em apenas 64 anos, de 1770 a 1834, o acervo documental aumentou de 1028 para 1334 exemplares, tendo este crescimento ocorrido sobretudo nas últimas três décadas da centúria de setecentos.

Acerca da constituição da *Livraria*, haverá mais uma questão a trazer para reflexão. Um momento interessante, neste contexto, estará ligado à fundação do Convento em 1539-1542 e à presença de livros neste preciso momento. Ao recuar no tempo, à data da fundação do convento e, conseqüentemente, da *Livraria*, menciona-se que foram identificados 35 títulos impressos até 1542. Longe de nós a intenção de sequer

perguntar se, no momento de constituição do Convento, os religiosos já possuíam estes números todos. Dadas as circunstâncias, bem como o próprio comportamento de constituição de coleções, seguramente que não. Podemos apenas supor que, no momento da fundação do convento, 1539-1542, qualquer um dos livros impressos até este ano podia estar no convento e, como consequência, qualquer um dos impressos respectivos apresentava probabilidades de objeto de leitura da primeira comunidade do convento. A questão que se coloca, neste caso, é a seguinte: será que algum dos livros assinalados no Catálogo encontrava-se no Convento naquele período? E se a resposta for afirmativa, quais destes títulos eram objeto de leitura dos primeiros frades arrábidos? Não havendo respostas para já, ficam estas questões enquanto eventuais objetos de estudo neste campo.

Passando para um último ponto, relativamente à constituição das coleções, menciona-se que o processo de evolução não é assegurado apenas pelas entradas de livros no acervo. A preservação destes, a preocupação de não os perder e de os usar devidamente são igualmente fatores que contribuem para a segurança e a continuidade do acervo. Mandam os já referidos Estatutos... no capítulo XXIV, *Dos livros, & livrarias*:

Em virtude do Espírito Santo, & sob pena de excomunhão latae sententiae, mandamos que nenhum Frade súbdito ou Prelado dê, empreste, aliene, commute de qualquer sorte que seja, livro algum ou livros dos aplicados às livrarias dos Conventos; [...] todo aquelle que de qualquer dos sobreditos lugares tomar algum livro, o damos por incurso na censura do Papa Pio Quinto, cuja absolvição reservamos ao Irmão Ministro. E mandamos aos Prelados não emprestem livros, sem ficar escrito obrigado da entrega fixado na livraria do Convento (ESTATUTOS..., 1698, p. 49).

Apesar das duras penas, que eram aplicadas àqueles que não cumpriam as regras não sabemos até que ponto os religiosos do Convento da Arrábida respeitariam as obrigações impostas. Todavia, queremos considerar que, com base no valor do conteúdo qualitativo e quantitativo do acervo, que ainda hoje é testemunho do que fora outrora, os religiosos do Convento da Arrábida foram responsáveis com os livros que lhes passaram pelas mãos.

Outra observação, que podemos retirar do já referido capítulo sobre os livros, remete para a compreensão, para a consciência coletiva, desde os tempos da fundação da canónica, do poder e do valor intrínseco do livro em todas as suas dimensões. Valor este que, no contexto visado, é sinónimo da procura da elevação religiosa ou espiritual, bem

como do desejo de formação e conhecimento. Os frades procuravam, através da palavra escrita, compreender, conhecer, saber, sentir, viver e/ou até morrer...

Considerações finais

Ao longo deste estudo, procurámos encontrar pontos que definissem a *Livraria* do Convento da Arrábida a partir de duas perspetivas - como espaço físico no contexto conventual e como conteúdo do acervo documental, tendo por base a análise do *Catálogo de 1769-1770* e do *Inventário da extinção de 1834*.

A primeira observação a referir sobre os respetivos instrumentos bibliográficos reside no facto de que estes foram produzidos enquanto imposição das diretivas de Estado e não para organizar a vida interna da *Livraria*, o que indubitavelmente reduz as possibilidades de conhecer melhor o respetivo objeto de estudo.

Como devia ser organizada e gerida a vida dos religiosos no contexto de várias valências existentes no complexo conventual, inclusivamente a *Livraria*, sabemos a partir das instruções definidas nos Estatutos da Província da Arrábida... (1698), mas sobre a realidade coeva, nomeadamente qual a relação da comunidade com os livros e a *Livraria*, as fontes revelam muito pouco.

As limitações e as dificuldades prendem-se ainda com a escassa bibliografia no que diz respeito à descrição do espaço físico da *Livraria* do Convento. As fontes consultadas referem a existências de duas *Livrarias*: *Livraria Velha* e *Livraria Nova*.

Ao procurar saber onde se localizavam, como estavam enquadradas e estruturadas no espaço físico, exterior e interior do Convento constatou-se, durante a pesquisa documental que serviu de suporte para o desenvolvimento do estudo, que há pouca informação ou quase inexistente. Os estudos que existem sobre o Convento da Arrábida referem, de forma mais elaborada, os momentos arquitetónicos ou históricos, enquanto os aspetos relacionados com as *Livrarias* são reduzidos. Neste caso, relativamente à localização da *Livraria Velha*, as informações recolhidas não vão além de prováveis. No que diz respeito à *Livraria Nova*, para um melhor conhecimento do espaço da *Livraria* que permitisse a sua caracterização, procedeu-se à recolha de dados no local, apresentando desta forma informações inéditas sobre o respetivo espaço. Um dos elementos importantes que retirámos das observações efetuadas revelou que a *Livraria* se situava num lugar nobre, privilegiando deste modo o acesso a partir dos espaços mais importantes do convento: igreja e celas dos prelados.

Por outro lado, não foi possível determinar as variáveis cronológicas de construção seja da *Livraria Velha*, seja da *Livraria Nova*. Relativamente à chamada *Livraria Nova*, a partir dos relatos existentes, apenas foi possível deduzir com alguma aproximação que o acervo documental foi transferido para este espaço na segunda metade do século XVIII.

Outra limitação, mais evidente, decorre do facto de que o conteúdo limitado do Inventário de extinção de 1834 não permite dar continuidade à análise do acervo efetuado com base no Catálogo de 1769-1770. A respetiva discrepância de dados deve-se à distinta tipologia diferente de instrumentos, sendo o Catálogo de 1769-1770 mais completo, ao contrário do carácter sumário do Inventário de extinção de 1834.

Não obstante, tanto o Catálogo de 1769-1770 como o Inventário de extinção de 1834 revelaram-se, cada um à sua maneira, instrumentos imprescindíveis para o estudo do acervo da *Livraria* do Convento. O Catálogo é mais completo em termos de descrição bibliográfica, logo mais aberto ao conhecimento do conteúdo documental, enquanto o Inventário é muito mais sumário neste sentido. No entanto, ainda que de forma reduzida, devido à sua descrição estruturada por estantes, permite conhecer a organização espacial da coleção. Para colmatar as informações em falta no Inventário de extinção de 1834, na construção do quadro quantitativo relacionado com os anos de impressão, relativamente ao ano 1834, recorreremos ao Catálogo (1994) de I. Rocha.

Em termos quantitativos constatou-se que a *Livraria* da Arrábida não era uma biblioteca de porte grande, no entanto também não pode ser considerada pequena, tendo em conta que pertencia à Ordem da Estrita Observância. Por outro lado, apesar de ser a Ordem que mais desprezava qualquer tipo de posse, e de ser um Convento edificado em espaço ermo, confirmou-se que os religiosos arrábidos não desconsideravam o papel e o valor do livro para o crescimento espiritual, para a sua formação e para a afirmação dos valores e crenças que transportavam. Com a autorização de formar noviços a partir de 1542, quando o Convento da Arrábida foi elevado a Custódia, a necessidade de ter livros tornou-se imprescindível, não apenas para a formação pessoal e espiritual, como também para assegurar as atividades de estudo.

A presença de incunábulos, de obras eruditas de Padres da Igreja, de clássicos latinos e gregos, de autores humanistas, e até de autores controversos (ROCHA, 1994), situam a *Livraria* do Convento da Arrábida, constituída entre 1542-1834, no campo de uma *livraria* de estudo e formação.

Em termos temáticos é uma *coleção* que abrange um leque variado de temas, dentro de áreas temáticas da Religião, da Jurisprudência, da História, da Filosofia, das Ciências e Belas Letras. A proporção temática das classes dentro da coleção em que predominam as obras de Teologia, com 70%, segundo a análise efetuada, é uma distribuição temática comum às *livrarias* conventuais no Antigo Regime.

No que diz respeito aos idiomas, os séculos XV-XVI são dominados pelas obras impressas em latim, enquanto os séculos XVII-XVIII são representados pelas obras em português. Este modo de distribuição de idiomas por séculos é outro aspeto que a *Livraria* do Convento da Arrábida tem em comum com as *livrarias* conventuais existentes em Portugal, em que o número de obras em latim decai, uma vez ultrapassado o movimento humanista renascentista. Por outro lado, a presença predominante de livros em latim, nos primeiros dois séculos da existência da *Livraria*, 141 exemplares face aos dois em português, indiciam o nível de *literacia* dos religiosos e as tendências destes não só para a formação pessoal e contemplação, como remetem igualmente para os interesses de conhecer e/ou estudar.

Relativamente à constituição do acervo da *Livraria*, apesar de não ser possível traçar com clareza o percurso deste processo, ou seja, responder com exatidão em que momento os livros integraram o respetivo acervo, em contrapartida verificou-se que as modalidades de aquisição de livros eram semelhantes às práticas usuais destas instituições no Antigo Regime, como doações, legados de livros, aquisição por compra, ofertas entre instituições, incorporação de livros dos defuntos.

Em relação à organização dos livros, apesar de a *ordem dos livros na biblioteca ser fundamental* (CAMPOS, 2013, p. 81), não temos informações de como eram organizados os volumes até à elaboração do Inventário de extinção, em 1834. A estrutura topográfica do respetivo inventário remete para uma arrumação dos livros por formato e por ordem temática. Já o Catálogo de 1769-1770 que, além dos livros da *livraria*, registou os livros das celas dos religiosos, alude para a distribuição espacial dos livros no convento, sendo este um exemplo de “biblioteca fluida” (GIURGEVICH e LEITÃO, 2016, p. XXXV).

Com base no exposto sobre a constituição do acervo, a composição temática, a distribuição por idiomas e séculos, a organização dos livros, constata-se que a evolução

da *Livraria* do Convento da Arrábida no Antigo Regime tem traços comuns com as *livrarias* conventuais no contexto nacional.

No contexto mais abrangente, à luz das definições de Jolly (1988, p. 11) atribuídas às bibliotecas conventuais europeias, constata-se que a *capacidade de durar* da *Livraria* do Convento da Arrábida vai literalmente para além da data de extinção das ordens religiosas, chegando até aos nossos dias. Atualmente, o acervo bibliográfico arrábido, pelo menos em parte integrado no Centro de Documentação da Fundação Oriente, preserva as obras que fizeram parte do fundo bibliográfico primitivo, ou seja, que foi constituído entre os anos 1542-1834. Como confirmação, temos as anotações de I. Rocha sobre a data de entrada ou marca de posse, por exemplo. A preservação do núcleo, atravessando séculos, é um aspeto que o distingue de outras bibliotecas conventuais dispersas durante a extinção das Ordens religiosas.

Outra observação que se impõe, a partir da relação *ordem-livraria-finalidade*, consiste no facto de que os beneditinos e os jesuítas edificavam *livrarias* para o ensino e o estudo, enquanto os franciscanos seguiam o caminho de *Poverello* e dedicavam-se a ações de caridade. Todavia, importa referir que a coleção da *Livraria* do Convento da Arrábida contraria as orientações austeras dos franciscanos, tanto pelo valor do conteúdo, como pelo valor quantitativo.

Para concluir, se o conjunto de *livrarias* conventuais constitui um macro-universo, a *Livraria* do Convento da Arrábida é um micro-universo com dimensões ainda por explorar nos possíveis estudos futuros. Incluímos neste campo a necessidade de aprofundar a vida interna da *Livraria* ou a relação da comunidade com os livros e a leitura. Aprofundar a análise do acervo no período 1770 – 1834, com base no Catálogo de I. Rocha, dado que o Inventário de 1834 não possibilitou o respetivo estudo, seria outro aspeto a investigar. A par da presença dos autores arrábidos na respetiva *livraria*, deparámo-nos com a escassez de fontes, que silenciam esses quotidianos e que nos poderiam oferecer outra informação, cujo rasto perseguimos, porém ainda sem resultados. A consulta do arquivo da Casa de Palmela poderá ser aqui reveladora.

As respetivas observações atestam o quão vasto pode ser um campo de estudo apenas de uma *livraria*, dada a dimensão que carrega; indicam o quão difícil pode ser conduzir uma investigação recuando no passado, sem recursos e fontes documentais suficientes; e

por último, mostram o quão insuficiente é o espaço de uma dissertação de mestrado para abordar o tamanho e a complexidade, neste caso, da *Livraria* do Convento da Arrábida.

Referências bibliográficas

Fontes

ANTT/Real Mesa Censória. PT/TT/RMC/B-C/2 Catálogos das livrarias particulares (1769-1770). Cx. 117, Cat. 405 - *Convento de N. Snr.^a da Arrábida, Catalogo Alfabético dos Livros, que se açhão assim na Livraria como nas Cellas dos Relig.os deste Convento.*

ANTT/Arquivo Histórico do Ministério das Finanças: Convento de Nossa Senhora da Serra da Arrábida (1834). Cx. 2251, processo n.º 366. - *Inventário dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Arrábida, Villa Nogueira de Azeitão, Livraria, fls.12r-17r.*

AMDS/PSS/APAC.Arquivo Pessoal de Almeida Carvalho - 1550/1912: *Freires de Arrábida (1840/1897)* [Em linha]. [Consult. em 15.05.2017]. Disponível em: <https://digitarq.adstb.arquivos.pt/details?id=1333528>.

O.F.M. (1698) - Estatutos da provincia de Santa Maria da Arrábida da mais perfeita Observancia de nosso Seraphico Padre S. Francisco, [...]. Lisboa: na Officina de Miguel Deslandes.

Estudos

ABREU, Susana Matos (2013) – Architecturas franciscanas das Origens na Mais Estrita Observância portuguesa do século XVI: a lição de Vitruvius. In: FERREIRA-ALVES, N. M., coord. (2013) - *Os franciscanos no mundo português III: o legado franciscano.* [Em linha]. Porto: CEPESE, 2013. [Consult. em 15.05.2017]. p. 971-1002. Disponível em:

http://www.academia.edu/4511187/Arquiteturas_franciscanas_das_Origens_na_Mais_Estrita_Observ%C3%A2ncia_portuguesa_do_s%C3%A9culo_XVI_a_li%C3%A7%C3%A3o_de_Vitr%C3%B4vio>.

AGOSTINHO, Santo, [1996-2000] - *A cidade de Deus*. Trad., pref., nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira. - 2ª ed. - [Lisboa] : Fundação Calouste Gulbenkian. 3 vols. (Textos clássicos). ISBN 972-31-0543-8.

AIRES, Luísa (2011) - Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional. [Em linha]. Lisboa: Universidade Aberta. ISBN 978-989-97582-1-6 [Consult. 29 jan. 2018]. Disponível em: WWW: URI:< <http://hdl.handle.net/10400.2/2028>>

ALBINO, José Maria da Rosa (1959) – *Arrábida*. Setúbal: Tip. Sado.

ALGRANTI, Leila Mezan (2004) – *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec. ISBN 85-271-0653-1

ALVES-JESUS, Susana Mourato (2014) - Ordens e congregações religiosas e os direitos humanos: apontamentos sobre a valorização da dimensão humana, na construção da cristandade e da cultura ocidental. In: FRANCO, José Eduardo, ABREU, Luís Machado de, coord. *Para a história das ordens e congregações religiosas em Portugal, na Europa e no mundo*. Prior Velho: Paulinas Editora. Vol. 1, p. 435-450.

AMARAL, Teresa (2013) – Os livros proibidos da biblioteca do Convento de Mafra. In *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do II e III Encontro Nacional*, [S.l.]: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013, p. 156-161.

ANSELMO, Artur (1997) – *Estudos de história de livro*. Lisboa: Guimarães Editores.

ANSELMO, Artur (1980) – Incunábulo português em latim (1494-1500). *Humanitas*. Vol. 31/32, p. 167-196. ISSN 2183-1718

ARY, Donald, [et al.] (2010) – *Introduction to research in education*. Belmont: Wadsworth. ISBN 978-0495601227

BARATA, Paulo (2003) – *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. ISBN 972-565-368-8

BARATA, Paulo (2011) - As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer. In: *Lusitânia Sacra*. 24 p. 125-152. [Consult. 11 nov. 2016]. Disponível na Internet: WWW:<<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/7996>

BELCHIOR, Maria de Lurdes (1953) – *Frei António das Chagas: um homem e um estilo do séc. XVII*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

BORGES, Célia (2011) - Os Eremitas e o Ideal de Santidade no Imaginário Português: o Deserto dos Carmelitas Descalços no séc. XVII. In: *Lusitânia Sacra*. 23 p. 189-206. [Consult. 11 nov. 2016]. Disponível na Internet: WWW:<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/7235/1/LS_023_CeliaMBorges.pdf>

CABRAL, Maria Luísa Rosendo (2013) - Património bibliográfico e bibliotecas na construção da identidade colectiva. Entre um conceito e o seu desenvolvimento, 1750-1800. Lisboa : [s.n.]. Tese de doutoramento, História Moderna. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. [Em linha]. [Consult. 17.08.2016]. Disponível em: WWW:URL<<http://hdl.handle.net/10362/11407>>

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (2014) - *Bibliotecas de História: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*. [Em linha]. [S.l.]: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento. [Consult. 13 aug. 2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10362/11396>>

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (2015) – *Para se achar o que facilmente se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (sec. XVIII)*. Casal Cambra: Caleidoscópio. ISBN 978-989-658-288-3

CAMPOS, Fernanda Maria (2013) – O paradigma organizativo das bibliotecas monásticas e conventuais: In *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais: actas do II e III Encontro Nacional*, [S.l.]: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013, p. 77-98.

CALADO, Margarida (1993) – *Azeitão*. Lisboa: Presença. ISBN 972-23-1605-2

CARDOSO, António Barros (2013) – Livrarias e bibliotecas na Europa dos tempos modernos. In: *The Overarching Issues of the European Space*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Porto, p. 361-373.

CARVALHO, José Adriano de Freitas (1998) - *Da memória dos livros às bibliotecas da memória: inventário da livraria de Santo António de Caminha*. Porto: Centro Universitário da Espiritualidade. Vol. 1.

CARVALHO, José Adriano de Freitas (1997) – Do recomendado ao lido: direcção espiritual e prática de leitura entre franciscanas e clarissas em Portugal no século XVII. In: *Via Spiritus*, nº4 (1997). p.7-56. [Consult. 11.nov.2016]. Disponível na Internet: <<file:///C:/Users/Ionel/Downloads/obracompleta000060613.pdf>>

CARVALHO, José Adriano de Freitas (1995) – “*Nobres leteras...Fermosos volumes*”: inventários de bibliotecas de franciscanos observantes em Portugal no século XV: os traços da união das reformas peninsulares. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade.

CHU, Heting, KE, Qing. (2017) - *Research methods: what's in the name?*. In: *Library and Information Science Research*. N°39, (2017). p. 284-294. [Em linha]. [Consult. 27 jan. 2019]. Disponível em: WWW:<<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740818816302274>>.

CURTO, Diogo Ramada (2003) – *Bibliografia da história do livro em Portugal: séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

DIAS, José Amadeu Coelho (2011) – As bibliotecas nos mosteiros da antiga congregação beneditina portuguesa. In: *CEM: Cultura, Espaço & Memória*, n.º 2 (2011), p.137-150. [Consult. 10 nov. 2016].Disponível na Internet:WWW<<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/63948?locale=pt>

FEBVRE, Lucien, MARTIN, Henri-Jean (2000) – *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FERNANDES, Maria de Lurdes (2001-2002) – Uma biblioteca ibérica? In: *Leituras*: revista da Biblioteca Nacional, n.º9/10, p. 123-176

FERNANDES, Maria de Lurdes C. (1995) – Do manual de confessores ao guia de penitentes. Orientações e caminhos da confissão no Portugal pós-Trento. In: *Via Spiritus*, n.º2, p. 47-65.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1994) – Recordar os “santos vivos”: leituras e práticas devotas nas primeiras décadas do século XVII português. In: *Via Spiritus*, n.º1, p.133-157

FIDEL, R. (2008) - *Are we there yet?: Mixed methods research in library and information science*. In: *Library & Information Science Research*. N.º 30, p. 265–272. [Em linha]. [Consult. 27 jan. 2019]. Disponível em: WWW:<https://ac.els-cdn.com/S074081880800073X/1-s2.0-S074081880800073X-main.pdf?_tid=ab52f4fb-d91d-46a5-bfd0-f16f04441e34&acdnat=1550248972_45faa5f6b9b17701cf198f1edac656e6>.

FONTES, João Luís Inglês (2000) – Eremitismo: a utopia da solidão. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. (2000) - *História religiosa de Portugal*. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores. p. 305-311.

FORTIN, Marie-Fabienne (2003) - *O processo de investigação : da concepção à realização*. Loures : Lusociência. ISBN 972-8383-10-X

FRANCISCO DE ASSIS, Santo (2001 - *Escritos*. Braga: Editorial Franciscana.

GAMA, Sebastião de (2007) – *O segredo é amar*. [S.l.]: Edições Arrábida: Sebenta Editora. ISBN 972-799-097-5.

GARCIA JUNIOR, Emilson Ferreira, [et al.] (2017) - *Análise documental: uma metodologia da pesquisa para a Ciência da Informação*. In: *Temática*, v. 13, n.º7 (julho). [Em linha]. [Consult. 27 jan. 2019]. Disponível em: WWW:<<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/35383>>.

GIURGEVICH, L., Leitão, H. (2016) – *Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. [S.l.]: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja. (Fontes para o estudo dos bens culturais da igreja). ISBN 978-989-97257-7-5

GIURGEVICH, Luana (2012) - Bibliotecas antigas. Um elemento para a História da Ciência. In: *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*. n.14, (2012), p.269-291. ISSN: 0874-5498

GONÇALVES, Manuel Pereira (1996) – História de alguns conventos da Província da Arrábida. In: *I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal: actas*. [Lisboa]: Fundação Oriente. p. 301- 330.

HENRYOT, Fabienne (2016) – Bibliothèques, histoire de la théologie et statistique: une rencontre féconde. In: *Revue de l'enssib*, ENSSIB, nº3. [Consult. 10 nov. 2017]. Disponível na Internet: WWW<<http://bbf.enssib.fr/revue-enssib/consulter/revue-2016-03-004>>. ISSN 2268-5790.

JÁTIVA MIRALLES, Maria Victoria (2007) - La biblioteca de los jesuitas del colegio de San Esteban de Murcia: [Em linha]. [S.l.]: [Departamentos de la UMu::Informacion y Documentación, Universidad de Murcia](#) Tese de doutoramento. [Consult. 13 aug. 2017]. Disponível em WWW: <URL: <<http://hdl.handle.net/10201/109>

JOLLY, Claude (1998) – Unité et diversité des collections religieuses. In: *Histoire des bibliothèques françaises*. Paris: Promodis: Cercle de la Librairie, vol. II – Les bibliothèques sous l'Ancien Régime, 1530-1789. Dir. Claude Jolly, p. 11-29.

LOPES, Fernando Félix (1978) – Lembranças avulsas da livraria do convento de S. Francisco de Xabregas. In: *Itinerarium*, vol. 34, p. 30-54

MACHADO, Diogo Barbosa (1741-1759 reprod. 1965-1967) – *Biblioteca lusitana*. Coimbra: Atlântida. 4 vol.

MARQUES, João Francisco (2000) –A palavra e o livro. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2- Humanismos e reformas. Coord. João Francisco Marques, António Camões Gouveia, p. 377-448.

MARQUES, Maria Adelaide Salvador (1963) – *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa do século XVIII*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

MENDES, Paula Almeida (2013) – “Vidas”, “Histórias”, “Crónicas”, “Tratados”: sobre a escrita e a edição de hagiografias e de biografias devotas em Portugal (seculos XVI-XVIII). In: *Lusitânia Sacra*, nº28, p. 173-215.

MOREIRA, António Montes (1996) – Memórias e crónicas da Província da Arrábida. In: - *I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal: actas*. [Lisboa]: Fundação Oriente. p. 195-224.

MOREIRA, António Montes (2000) – Franciscanos. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) *Dicionário de história religiosa de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores. p. 273-280.

NASCIMENTO, Aires (2000) – Literatura religiosa. In: In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) *Dicionário de história religiosa de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 113-124.

NASCIMENTO, Aires A. (1995) – O livro de teologia: génese de uma estrutura e estruturação de uma ciência. In: *Didaskalia*, XXV, p. 235-255.

OLIVEIRA, Ricardo Pessa de (2017) – A Livraria do Convento de Nossa Senhora do Cardal (Século XVIII). In: *Revista Diálogos Mediterrânicos*, n.º 12. ISSN 2237-6585

ORLANDO, Ribeiro (2004) – *A Arrábida. Esboço geográfico*. Lisboa: Fundação Oriente: Sesimbra Câmara Municipal.

PACHECO, Ana Assis (2012) – *Convento Franciscano de Nossa Senhora da Arrábida, fundado em 1542*. Em linha. [Consult. em 12.05.2017] Disponível em: WWW:<URL: http://www.academia.edu/11937877/Convento_franciscano_de_Nossa_Senhora_da_Arr%C3%A1bida_fundado_em_1542>.

PAIVA, José Pedro (2000) – Os mentores. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 2- Humanismos e reformas. Coord. João Francisco Marques, António Camões Gouveia, p. 201-237.

PEREIRA, Paulo (2006) - *Convento da Arrábida : a porta do céu*. [Lisboa] : Fundação Oriente.

PERESTRELO, Dulce (1952) - *A Serra da Arrábida e o seu convento*. Lisboa : [s.n.].

PIEIDADE, António da, JESUS MARIA, José de (1728-1737) – *Espelho de penitentes, e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida, da Regular, e mais Estreita Observância, da Ordem do Seráfico Patriarcha S. Francisco*. 2 vol. Lisboa Ocidental: Officina de Joseph António da Silva.

PIMENTEL, José Cortês (1992) – *Arrábida: história de uma região privilegiada*. [Lisboa]: Inapa. ISBN 972-9019-50-9.

PIMENTEL, José Cortês (1996) – Uma nova abordagem da história do Convento da Arrábida. In: *I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal: actas*. [Lisboa]: Fundação Oriente. p. 331-333.

PIRES, M. L. G. (2000) – Serra e conventos na Crónica da província de Santa Maria da Arrábida. In: *Via spiritus*, nº7, (2000), p.67-76. [Consult. 10.03.2017]. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3554.pdf>>.

QUINTELA, António de Carvalho... [et al.] (1996) – A água no Convento da Arrábida. In: *Hidráulica monástica medieval e moderna: actas do Simpósio Internacional. Convento da Arrábida, 15-17 de novembro de 1993*. Lisboa: Fundação Oriente. P. 349-372.

QUIVY, Raymond (2005) - Manual de investigação em ciências sociais. 4ª ed. Lisboa : Gradiva. (Trajectos). ISBN 972-662-275-1

RAIMUNDO, Ricardo A. Varela (2008) - O sagrado e o profano nas leituras torrienses na segunda metade do século XVIII. In: SILVA, Carlos Guardado, coord. - *História do sagrado e do profano*. [Lisboa]: Edições Colibri; Torres Vedras: Câmara Municipal. ISBN 978-972-772-803-9

REMA, Henrique Pinto (1996) – Frades falecidos e moradores no Convento da Arrábida. In: *I-II Seminário. O Franciscanismo em Portugal: actas*. [Lisboa]: Fundação Oriente. p. 165-183.

ROCHA, Ilídio (1994) – *Catálogo da livraria do Convento da Arrábida e do acervo que lhe estava anexo*. Lisboa: Fundação Oriente

SANTOS, Maria José Ferreira dos (2015) - *Marcas de Água: séculos XIV-XIX*: Coleção TECNICELPA. Santa Maria da Feira: Tecnicelpa, Câmara Municipal.

SILVA, Daniel (2013) – O Convento de Santa Maria da Arrábida e a construção do espaço sagrado no Espelho de Penitentes. In *Anais electrónicos- VI Encontro Estadual de História- ANPUH/BA*. [Em linha] (2013), [s.n.]. [Consult. 10.03.2017]. Disponível em: WWW: <URL:<http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/Daniel-Silva.pdf>>. ISSN 2175-4772

SILVA, Inocêncio Francisco da...[et al.] (1858 reprod. 1973) - *Diccionario bibliographico portuguez : estudos applicáveis a Portugal e ao Brazil*. Lisboa: Imprensa Nacional. 23 vols.

TORRES, João Romano, ed. (1904-1915) - *Portugal - Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Ed. Electrónica: AMARAL, Manuel [Em linha] (2000-2015), [s.n.]. [Consult. 10.03.2017]. Disponível em: WWW:<URL: <http://www.argnet.pt/dicionario/soropita.html>

SANTOS, Zulmira (2009) – A produção historiográfica portuguesa sobre a história religiosa na Época Moderna: questões e perspectivas. In: *Lusitania sacra*, 2ª série, vol. 21, p. 249-261

VAUCHES, André (1996) – S. Francisco de Assis. In: BERLIOZ, J. - *Monges e religiosos na Idade Média*. [Lisboa]: Terramar. ISBN: 972-710-127-5.

VAZ, Armindo dos Santo (2014) – A Lectio Divina nas ordens e congregações. In: FRANCO, José Eduardo; ABREU, Luís Machado de, coord. – *Para a história das ordens e congregações religiosas em Portugal, na Europa e no mundo*. Prior Velho: Paulinas Editoras, vol. 1, p. 265-281

VILHENA, A.M., PIRES, D. (2014) – *A Serra da Arrábida na poesia portuguesa*. 2ª ed., [S.l.] : Centro de Estudos Bocageano. ISBN 978-989-8361-16-5.

WILKINSON, Alexander S., LORENZO, Alejandra Ulla - *Iberian Books Volumes II & III. Books Published in Spain, Portugal and the New World or Elsewhere in Spanish or Portuguese between 1601 and 1650 / Libros Ibéricos Volúmenes II y III: Libros publicados en España, Portugal y el Nuevo Mundo o impresos en otros lugares en español o portugués entre 1601 y 1650*. Vol. 1: A-E; Vol. 2: F-Z. Leiden: Brill, 2016. Vol. 1: xcii, 1246 p., il.; Vol. 2: xlv, 2510p., il. ISBN 9789004292291.

ANEXOS

Anexo 1. Transcrição do Catálogo de 1769-1770

Convento de N. Snr.ª da Arrábida

Catalogo Alfabético dos livros, que se açhão assim na livraria como nas celas dos religiosos deste Convento

[f.1v-2] Theologia

Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Arbiol.	Fr. Antonius,	<i>Disputationez Scolasticae et Dogmaticae</i>		1	Caesar-Augustae	1725	in Fol.
Alexander.	Joannes,	<i>Lucubrationes D. Euclerii</i>		1	Basileae	1531	Fol.
Alapide.	Cornelius,	<i>Comentaria in Profetas Maiores, e Minores</i>		2	<u>Parisiis</u>	1630	Fol.
Adamantius.	Origines	<i>Homiliatum in Sacram scripturam</i>		2	Navarra Paris	1512	Fol.
Aurelius.	Divus Augustinus	<i>Sermones de tempore</i>		1	Basileae	1495	Fol.
Idem	Idem	<i>Comentaria in Evangelia</i>		1	Basilea	1542	Fol.
Idem	Idem	<i>De Civitate Dei</i>		1	Basilea	1555	Fol.
Abreu.	P. Sebastianus de,	<i>Institutio Parochi</i>		1	Eborae	1665	Fol.
Annunciação.	Fr. Antonio da,	<i>Collegio abreviado de Ordinandos</i>		1	Salamancae	1752	Fol.
Anjos.	Fr. Manoel dos,	<i>Politica predicavel</i>		1	Lisboa	1693	Fol.
Andrade.	P. Alonfo de,	<i>Itinerario Historial e Mistico</i>		1	Madrid	1646	Fol.
Alfaro.	Fr. Gregorio de,	<i>Obras de Ludovico Blosio</i>		1	Barcelona	1621	Fol.
Antigua.	Sor. Maria de la,	<i>Dezenganos de Religiozos</i>	3 ^a	1	Barcelona	1697	Fol.

		in 4º					
Aguilar.	Fr. Franciscus	<i>Hyeroglifica Mariana</i>		1	Salmanticae	1724	in 4º
Idem	Idem	<i>Orbis Eucharisticus</i>		1	Salmanticae	1725	4º
Angelo.	P. Petrus ab.,	<i>Sermones Varii</i>		1	Coloniae	1684	4º
Arbiol.	Fr. Antonius,	<i>Manuale Sacerdotum</i>	5ª	1	Caesar - Augustae	1718	4º
Idem	Idem	<i>Dezenganos Misticos</i>	5ª	1	Madrid	1724	4º
Idem	Idem	<i>Mistica fundamental</i>		1	Zaragoza	1723	4º
Idem	Idem	<i>Familia regulada</i>	3ª	1	Madrid	1725	4º
Arias.	P. Francisco	<i>Aprovechamiento espiritual</i>	3ª	1	Sevilla	1596	4º
Avila.	P. Juan de,	<i>Obras espirituales</i>		4	Madrid	1596	4º
[f.2v-3]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Ausa.	Fr. Juan de Bojas, y	<i>Reprezentationes de la Verdad sobre las 7. Moradas de S.ta Thereza</i>	2ª	1	Madrid	1679	in 4º
Andrade.	P. Juan de	<i>Avizos espirituales de S.ta Thereza</i>	-	2	Barcelona	1700	4º
Amexugo	Fr. Francisco	<i>Rethorica Sagrada</i>	-	1	Madrid	1673	4º
Azevedo	P. Sebastião de	<i>Ceo Místico</i>	-	1	Lisboa	1725	4º
Antonio	Fr. Pedro de S.to	<i>Jardim Espiritual</i>	-	1	Lisboa	1632	4º
Avendano.	Fr. Christovão de	<i>Sermoens Varios</i>	-	3	Lisboa	1624	4º
Andrade.	Fr. Diogo de	<i>Tratado sobre los Evangelios de la Quaresma</i>	-	2	Lisboa	1618	4º
Ambrozio.	Fr. Fran.co de S.to	<i>Sermoens Varios</i>	-	2	Lisboa	1698	4º
Andrade.	Diogo de Payva de	<i>Sermoens</i>	-	2	Lisboa	1603	4º
Almeyda.	Fr. Christovão de	<i>Sermoens</i>	-	4	Lisboa	1725	4º
Andrade.	Fr. An.to do Esp. S.to	<i>Sermoens Panegyricos</i>	-	2	Lisboa	1765	4º
Anna.	Fr. Na.to de S.ta	<i>Sermoens Panegyricos, e Quaresmaes</i>	-	8	Lisboa	1735	4º

Anunciação.	Fr. M. el da	<i>Annunciações Evangelicos</i>	-	1	Lisboa	1745	4º
Angelo.	Fr. Estevão de S.to	<i>Sermoens Varios de Cergueira</i>	-	1	Lisboa	1727	4º
Ascensão.	D. Luis da	<i>Sermoens</i>	-	1	Coimbra	1729	4º
Anunciação.	Fr. Fran.co da	<i>Consulta Mistica Moral</i>	-	1	Coimbra	1717	4º
[f.3v-4]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
		in 8º					
Abbatis.	Ruperti	<i>In Apocalypsim</i>	-	1	Parisiis	1545	8º
Alagona.	Petius	<i>Compendium Manualis Navarri</i>	-	1	Lugduni	1593	8º
Alotti.	Gulielmi	<i>Thesaurus Bibliorum</i>	-	1	Antuerpiae	1581	8º
Avancino.	Nicolas	<i>Vita, et Doctrina Jesu Christi</i>	-	1	Conimbricæ	1739	8º
Araujo.	Antonio de	<i>Diffinições Moraes</i>	-	1	Lisboa	1695	8º
Angles.	Fr. Juan	<i>Lucha Espiritual</i>	-	2	Madrid	1608	8º
Arias.	Fr. Francisco	<i>Aprovechamiento Spiritual</i>	-	1	Barcelona	1597	8º
Alcantara	S. Pedro de,	<i>De La Oracion</i>	-	1	Sevilla	1689	8º
Almeyda.	P. Theodoro de,	<i>Estimulos do amor de Maria</i>	-	1	Lisboa	1759	8º
Antunes.	P. João	<i>Escola do amor de Deos</i>	-	1	Lisboa	1707	8º
Amaral.	P. Miguel de,	<i>Exercicios espirituales de S.to Ignacio</i>	1	1	Coimbra	1726	8º
Ajambuja.	P. M. Correya de	<i>Compendio de indulgencias, e devoções</i>	-	1	Coimbra	1734	8º
Anunciação.	Fr. Fran.co da,	<i>Vindicias da virtude</i>	-	3	Lisboa	1725	8º
Araujo.	Jeronymo Fran.co de	<i>Cathecismo de Fr. Bartholomeo dos M.M.</i>	-	1	Lisboa	1744	8º
Anacleto.	P. Jozé,	<i>Mestre da Morte</i>	-	2	Lisboa	1747	8º
Antonis.	Fr. Sebastião de S.to,	<i>Sermoens Varios</i>	-	1	Lisboa	1764	8º
Aegidius.	Dominicus,	<i>Conciones in Evangelia</i>	-	1	Antuerpiae	1573	8º
Aegidius.	Benedictus,	<i>Hortulus animae tripartitus</i>	-	1	Ulyssiponae	1615	8º

[f.4v-5]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Brisacensis.	Joannes Rastius,	<i>Commentaria D. Augustini</i>	-	2	Basilea	1542	in Fol.
Baeza.	Fr. Didacus	<i>Comentaria Moralia in Evangelicae Historia</i>	-	3	Vallisoleti	1628	Fol.
Barradas.	Sebastianus,	<i>Comentaria in Historiam Evangelicae</i>	-	1	Antuerpiae	1617	Fol.
Idem	Idem	<i>Itinerarium Filiorum Israel ex Agypto</i>	-	1	Lugduni	1620	Fol.
Benedicto.	Fr. Joseph a Sancto	<i>Operatum Latino, tum Hispanis Sermones</i>	4 ^a	1	Matriti	1688	Fol.
Bonacina.	Martinus,	<i>Theologia Moralis</i>	-	1	Lugduni	1654	Fol.
Bonaventura.	Fr. Ant.us Caiet.us ad	<i>Examen Regulare</i>	-	1	Ulyssiponae	1736	Fol.
Bonaventura.	P. Emanuel ad	<i>Polianthea Seraphica</i>	-	1	Ulyssiponae	1748	Fol.
Bezerra.	Fr. Benito Gil	<i>Parayzo de Oraciones Sagradas</i>	1	1	Madrid	1729	Fol.
		in. 4º					
Baco.	Fr. Juan An.to,	<i>Suma de los preceptos del Decalogo</i>	2 ^a	1	Madrid	1667	in 4º
Barbarrica.	Fr. João	<i>Dictames pera a vida Religioza</i>	-	1	Lisboa	1721	4º
Bernardes	P. Manoel	<i>Exercicios Espirituaes, e meditações</i>	-	2	Lisboa	1686	4º
Idem	Idem	<i>Luz e calor</i>	-	1	Lisboa	1696	4º
Idem	Idem	<i>Parayzo de Contemplativos</i>	-	1	Lisboa	1739	4º
Idem	Idem	<i>Florestas</i>	-	5	Lisboa	1728	4º
Boneta.	Jozé	<i>Gritos das almas</i>	-	1	Lisboa	1706	4º
Bluteau.	D. Rafael,	<i>Primicias Evangelicas</i>	-	1	Lisboa	1676	4º
Bernardes.	P. Jacob,	<i>Sermoens, e Praticas</i>	-	2	Coimbra	1714	4º
Betancurt.	P. An.to de,	<i>Sermoens Varios</i>	-	1	Lisboa	1739	4º
[f.5v-6]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma

		in 8º					
Benedictus.	Joannes,	<i>In Novum Testamentum</i>	-	1	Parisiis	1554	in 8º
Beauxamis.	Thomas,	<i>In Sacrosantae Coenae Misteria</i>	-	1	Antuerpiae	1573	8º
Boivin.	Joannes,	<i>Theologia Scoti de Sacramentis</i>	-	1	Parisiis	1671	8º
Blosius.	Ludovicus,	<i>Institutio Spiritualis</i>	-	1	Lovani	1553	8º
Bellarminus.	Robertus,	<i>De Eterna Felicitate, de Ascensione</i>	-	4	Coloniae	1626	8º
Idem	Idem	<i>Decalacion de la Doutrina Christiana</i>	-	1	Madrid	1658	8º
Botelho.	Thomê Chacon,	<i>Compendio de Theologia Moral</i>	-	1	Lisboa	1681	8º
Belem.	Fr. Jeronymo de,	<i>Palestra da Penitencia</i>	-	1	Lisboa	1736	8º
Idem	Idem	<i>Coração de Jezus</i>	-	1	Lisboa	1731	8º
Boaventura	Fr. Jozê de,	<i>Vida Religioza</i>	-	1	Lisboa	1742	8º
Bringel.	Fr. Jozê de,	<i>Director de almas devotas</i>	-	1	Lisboa	1747	8º
Bernardes.	P. Manoel,	<i>Direcção p.a ter os 9 dias de exercicios</i>	3ª	1	Lisboa	1757	8º
Idem	Idem	<i>Compendio doutrinal</i>	-	1	Lisboa	1744	8º
Idem	Idem	<i>Armas da Castidade</i>	-	1	Lisboa	1699	8º
Idem	Idem	<i>Meditações de N. Snr.ª</i>		1	Lisboa	1706	8º
Idem	Idem	<i>Pão partido em pequeninos</i>		1	Lisboa	1708	8º
Idem	Idem	<i>Estimulos do amor Divino</i>		1	Lisboa	1758	8º
Baptista.	Fr. M.el de S. João	<i>Bibliotheca Secreta de Pregadores</i>		1	Lisboa	1727	8º
Baris.	D. Thomas,	<i>Rethorica Eccleziastica</i>		1	Lisboa	1752	8º
[f.6v-7]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Celada.	Didacus,	<i>Commentaria in Judith</i>	-	1	Venetiis	1638	in Fol.
Curterius.	Joannes,	<i>Epithome Prpocopii in Isaiam</i>		1	Parisiis	1580	Fol.
Charo.	Vgo à Santo,	<i>In Sacram Scripturam</i>		4	Coloniae	1621	Fol.
Castillo.	Didacus,	<i>De Ornatu, e Vestibus Aaronis</i>		1	Antuerpiae	1663	Fol.
Cyprianus.	Div. Cicitius,	<i>Opera</i>		1	Basileae	1521	Fol.

Carthusian.	Dionysius	<i>Super omnes S. Dionysii Libros Comentaria</i>		1	Coloniae	1536	Fol.
Idem	Idem	<i>Enarratio Evangelioru de S.S per anii circulum</i>		1	Coloniae	1542	Fol.
Idem	Idem	<i>Enarrationes in 5. Moysaicae Legis Libros</i>		1	Coloniae	1548	Fol.
Idem	Idem	<i>Enarrationes in 12 Prophetas Minores</i>		1	Coloniae	1549	Fol.
Idem	Idem	<i>Enarrationes in Librii D. Joannis Climaci</i>		1	Coloniae	1540	Fol.
Idem	Idem	<i>Enarrationes in 5. Libros Sapientialis</i>		1	Coloniae	1555	Fol.
Idem	Idem	<i>Enarrationes in Libros Josue, Judicum, W.a</i>		1	Coloniae	1552	Fol.
Idem	Idem	<i>Enarrationes in Libros Job, Tobia, W.a</i>		1	Coloniae	1551	Fol.
Idem	Idem	<i>Comentaria in Omnes B. Pauli Epistolas</i>		1	Parisiis	1551	Fol.
Idem	Idem	<i>Enarrationes in Prophetas Mayores</i>		1	Coloniae	1557	Fol.
Idem	Idem	<i>Enarrationes in 4°. Evangelistas</i>		1	Parisiis	1553	Fol.
Idem	Idem	<i>Opuscula insigniora</i>		1	Coloniae	1559	Fol.
ConinK	P. Aegidius	<i>De actibus Supernaturalibus</i>		1	Antuerpiae	1623	Fol.
Idem	Idem	<i>De sacramentis, ac Censuris</i>	2 ^a	2	Antuerpiae	1619	Fol.
Campis.	P. Thomas à,	<i>Opera</i>		1	Parisiis	1549	Fol.
Corella.	Fr. Jayme	<i>Suma de Theologia Moral</i>		2	Coimbra	1703	Fol.
[f.7v-8]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Correa.	Fr. Pedro	<i>Conspiração Universal</i>		1	Lisboa	1615	Fol.
		in 4º					
Crysologus	Div. Petrus	<i>Opus homiliarum</i>		1	Parisiis	1575	in 4º
Concina.	Fr. Daniel,	<i>Theologia Moralis</i>		12	Romae	1763	4º

Cunha.	D. Rodericus à, da	<i>Quaestiones de Sollicitatione</i>		1	Benaventi	1611	4°
Conciencia.	P. M.el,	<i>Mocidade enganada, e deenganada</i>		4	Lisboa	1728	4°
Idem	Idem	<i>Sermoens</i>		1	Lisboa	1722	4°
Cayorosa.	Fr Juan Lour.co,	<i>Homilias de Lanuza</i>		1	Barcelona	1626	4°
Chagas.	Fr. Ant.o das,	<i>Obras espirituales</i>		1	Lisboa	1762	4°
Idem	Idem	<i>Sermoens</i>		2	Lisboa	1690	4°
Colares.	P. Nicolas Fers.de,	<i>Cabo da enganoza esperança</i>		2	Lisboa	1718	4°
Cruz.	S. João da,	<i>Obras espirituales</i>		1	Barcelona	1693	4°
Catharina,	Fr.Simão An.to de S.ta,	<i>Luz de Verdades Catholicas, do P.e Parra</i>		4	Lisboa	1728	4°
Castellar.	D. Estevan Dolz del,	<i>Anno Virgines</i>		1	Madrid	1705	4°
Cardozo.	Fr. João	<i>Jornada da alma</i>		1	Lisboa	1626	4°
Correa.	Fr. Pedro,	<i>Triunfos Ecclesiasticos</i>		1	Lisboa	1617	4°
Curado	P. Diogo,	<i>Sermoens varios</i>		1	Romae	1719	4°
Conceyção	Fr. M.el da,	<i>Sermoens da Payxão</i>		1	Lisboa	1620	4°
Cergueira	Fr. André de,	<i>Sermoens varios</i>		1	Lisboa	1727	4°
Casas	Fr. An.to de las,	<i>Expozicion del Misere do P.e Jeñeri</i>		1	Madrid	1717	4°
Idem	Idem	<i>Quaresma do P.e Jeñeri</i>		2	Barcelona	1745	4°
[f.8v-9]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Coelho.	P. Jeronymo,	<i>Discursos predicáveis de S.to An.to</i>		1	Lisboa	1669	in 4°
Carrillo.	D. Martin,	<i>Explicacion de la Bulla de los Diffuntos</i>		1	Caragoça	1601	4°
Carrera.	Fr. Bras Julian,	<i>Sermoens Varios</i>		4	Lisboa	1758	4°
Conceyção.	Fr. Jozê da,	<i>Sermoens</i>		1	Lisboa	1744	4°
		<i>in 8°</i>					
Crysostomus.	Div. Joannes	<i>Comentaria in Epist. B. Pauli Apost.</i>		1	Coloniae	1530	in 8°
Cupaerus.	Laurentius,	<i>Conciones Sacra</i>		1	Coloniae	1583	8°

Clichtoveus	Jodocus	<i>Homiliarum tripartitarum V. Pars</i>		1	Coloniae	1554	8°
Cuyckius.	Henricus	<i>Joannis Cassiani Opera</i>		1	Antuerpiae	1578	8°
Clavasis	Angelus de,	<i>Suma Angelica</i>		1	-----	1541	8°
Cruce	Joannes à,	<i>Epithome de Statu Religionis</i>		1	Toleti	1617	8°
Cordova	Fr. Antonis	<i>Tratado de Cazos de Conciencia</i>		2	Ulyssiponae	1586	8°
Coimbra	P. Manoel de,	<i>Diffiniciões da Fê, e Sacram.tos da Igreja</i>		1	Lisboa	1686	8°
Idem	Idem	<i>Gritos das almas</i>		1	Lisboa	1706	8°
Cruz	Fr. Manoel da,	<i>Colecção regular sobre os preceitos da Regra dos frades Menores</i>		1	Lisboa	1747	8°
Conciencia.	P. Manoel,	<i>Delicias do Coração Catholico</i>		1	Lisboa	1724	8°
Idem	Idem	<i>Novenas varias</i>		4	Lisboa	1737	8°
Capilla.	Fr. Andres,	<i>Libro de la oracion</i>		1	Lerida	1575	8°
Castro.	Estavão de,	<i>Breve aparelho p.a bem morrer</i>		1	Lisboa	1732	8°
Carvalho.	P. Domingos de,	<i>Manudação da alma</i>		3	Lisboa	1747	8°
Conceyção.	Fr. Apollinaris da,	<i>Viagem devota, e feliz</i>		1	Lisboa	1737	8°
[f.9v-10]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Conceyção,	Fr. Feliz da,	<i>Exercicios espirituaes</i>		1	Coimbra	1730	in 8°
Castro.	P. Fran.co de,	<i>Reformação Christaâ</i>		1	Lisboa	1744	8°
Cardozo.	P. Paulo,	<i>Escada Mistica de Jacob</i>		1	Lisboa	1721	8°
Cruz.	D. Fernando da,	<i>Amores de Maria Santissima</i>		1	Lisboa	1682	8°
Idem	Idem	<i>Coroa de excellencias da Rainha dos Anjos</i>		1	Lisboa	1689	8°
Idem	Idem	<i>Divina Filomena</i>		1	Lisboa	1735	8°
Carneiro.	P. Antonis,	<i>Exercicios espirituaes</i>		1	Coimbra	1710	8°
Idem.	Idem,	<i>Santuário mental</i>		1	Lisboa	1714	8°
Costa.	An.to Fran.co da	<i>Diario Christão</i>		1	Lisboa	1748	8°

Chagas.	Fr. Ant.o das,	<i>Obras espirituas</i>		2	Lisboa	1688	8°
Conceyção.	Fr. Sebastião da,	<i>Exercicios espiriuas</i>		1	Lisboa	1742	8°
Colbert.	Carlos Joaquim,	<i>Cathecismo de Montpellier</i>		4	Lisboa	1765	8°
Costa.	Caetano Ferr.a da,	<i>Jardim da alma</i>		1	Lisboa	1741	8°
Castillo.	Fr. Fran.co del,	<i>Migajas caídas de la meza dos S.tos</i>		1	Lisboa	1621	8°
Cunha.	P. Martinho Peres da,	<i>A Religioza em solidão</i>		1	Coimbra	1749	8°
Driedonis,	Johannes,	<i>De Ecclesiasticis Scripturis, e Dogmaticus</i>		3	Lovanii	1556	in Fol.
Dubal.	Fr. Franciscus,	<i>Tomus 1.us Operis Moralis</i>		1	Vallissoleti	1660	Fol.
Dias.	P. Juan,	<i>Obras del Maestro Juan de Avila</i>		1	Valladolid	1603	Fol.
Donyague.	D. Fran.co de Cobillas,	<i>Obras de S. Francisco de Sales</i>		5	Valença	1718	in 4°
Dauroultis.	P. Antonius	<i>Flores exemplorum</i>		1	Coloniae	1656	4°
[f.10v-11]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Dorotheo.	Fr. M.el de S.to An.to,	<i>Flores Evangelicas</i>		1	Lisboa	1744	in 4°
Damazo.	Fr. M.el de S.	<i>Sermoens de Fr. An.to de Guadalupe</i>		1	Lisboa	1740	4°
		in 8°					
Drexelius.	Hyeremias,	<i>De duodecim Signis prodestinationis</i>		1	Monachii	1622	in 8°
Deos.	Fr. M.el de,	<i>Catholico no Templo</i>		1	Lisboa	1730	8°
Idem	Idem	<i>Peccador convertido</i>	2ª	1	Lisboa	1731	8°
Expectação.	Fr. An.to da,	<i>Estrela da alma</i>		3	Lisboa	1735	in Fol.

		in 4º					
Esquerre.	Josephus Lopes	<i>Lucerna mistica</i>		1	Venetiis	1722	in 4º
Eliseu.	Fr. An.to da	<i>Sermoens varios</i>		2	Lisboa	1740	4º
Enriques.	Fr. Fran.co	<i>Oraciones panegyricas</i>		1	Madris	1634	4º
Expectação.	Fr. An.to da,	<i>Semana Santa</i>		1	Lisboa	1719	4º
Idem	Idem	<i>Jozefina Panegyrica</i>		3	Lisboa	1731	4º
Echaburu.	D. João Espinola	<i>Incredulo sem excuza, e devoto de M.a por el P.e Señeri</i>		3	Barcelona	1723	4º
Idem	Idem	<i>El Christiano instruído del P. Señeri</i>		4	Barcelona	1747	4º
Idem	Idem	<i>El Cura, e el Confessor instruido. P. Señeri</i>		2	Madrid	1760	4º
		in 8º					
Eugubinus.	Augustinus	<i>In Psal. 18, e 138 interpretatis</i>		1	Lugduni	1533	in 8º
Eumi.	Bartholomeus Placentini,	<i>Suma, quae Aurea Armilla inscribitur</i>		2	Lugduni	1554	8º
[f.11v-12]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Emisseni.	Div. Eusebii,	<i>Homiliae in Evangelia</i>		1	Atuerpiae	1558	in 8º
Euphrates.	Joannes,	<i>Cynosura neoconfessoriorum</i>		1	Conimbricae	1732	8º
Encaranação.	Fr. M.el da,	<i>Regra dos 3.os de n. Snr.a do Carmo</i>	3	1	Lisboa	1685	8º
Esperança.	Fr. Jozê da,	<i>Jardim Espirtual</i>		1	Lisboa	1752	8º
Fabrus.	Jacobus,	<i>Theologia S. P. Damasceni</i>		1	Parisiis	1512	in Fol.
Ferrariensis.	Joannes,	<i>De natura animae</i>		1	Parmae	1494	Fol.
Ferraris.	Lucius,	<i>Prompta Bibliotheca Moralis</i>		4	Bononiae	1743	Fol.
Faya.	P. Domingoz,	<i>Pratica do Confessionario</i>		1	Lisboa	1737	Fol.
Feo.	Fr. Antonio,	<i>Sermoens varios</i>		2	Lisboa	1609	Fol.

Francysco.	Fr. João de S.,	<i>Festas annuaes</i>		1	Lisboa	1671	Fol.
		in 4º					
Freyre	Joannes,	<i>Comentaria in 7.em Capita Judicum</i>		1	Ulyssipone	1640	in 4º
		in 8º					
Fabrus.	Joannes,	<i>De miséria Vita humana Homilia</i>		1	Antuerpiae	1564	in 8º
Ferus.	Joannes,	<i>Postillae, Sive Conciones</i>		1	Moguntiae	1558	8º
Franco.	Fr. João,	<i>Mestre da vida</i>	12	1	Lisboa	1747	8º
Idem	Idem	<i>Mestre da virtude</i>		1	Lisboa	1745	8º
Figueiredo.	Luis Botelho de,	<i>Queixas do amor divino</i>		1	Lisboa	1707	8º
Idem	Idem	<i>Ponte segura</i>		1	Lisboa	1732	8º
Fonceca.	Fr. Christoval da,	<i>Tratado del amor de Dios</i>		1	Lisboa	1598	8º
[f.12v-13]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Fundoni.	Fr. Luis,	<i>De la muerte, caparego p.a bien morir</i>		1	Valença	1621	8º
Ferreyra.	P. Tacito,	<i>Gosto p.a todos</i>		1	Lisboa	1687	8º
Francisco.	Fr. Luis de S.	<i>Thezouro do Ceo</i>		1	Lisboa	1685	8º
Francisco.	Fr. Domingos de S.	<i>Regra de S.to Agostinho</i>		1	Lisboa	1764	8º
Faria.	M.el Severim,	<i>Promptuaris espiritual</i>		1	Lisboa	1651	8º
Gerson.	Joannes,	<i>Opera varia</i>		3	Parisiis	1517	in Fol.
Galatinus.	Petrus,	<i>De arcanis Catholica veritatis</i>		1	Basileae	1550	Fol.
Granada.	Fr. Luis de,	<i>Obras espirituas</i>		3	Lisboa	1713	Fol.
Guevara.	D. Antonio,	<i>Oratorio de religiosos</i>		1	Madrid	1545	Fol.
Gomes.	P. Fran.co	<i>Luz moral de Fr. Sabino</i>		1	Lisboa	1737	Fol.
		in 4º			Brucellas	1609	
Gracian.	Fr. Geronimo,	<i>Mistica Theologia</i>		1	Brucellas	1609	in 4º

Guevara.	D. Antonio,	<i>Monte calvario</i>		1	Lisboa	1676	4°
Guilherme.	Fr. Manoel,	<i>Conselheiro fiel</i>		1	Lisboa	1727	4°
Gomes.	Fr. Anselmo,	<i>Thezouro de la ciencia moral</i>		1	Madrid	1675	4°
Gavarri.	Fr. Jozê,	<i>Instrucçoens predicaveis</i>		2	Caragoza	1676	4°
Giron.	P. D. Juan de Mello	<i>Sermoens al Papa del P. Jeñeri</i>		1	Pamplona	1721	4°
		in 8°					
Gagneius.	Joannes,	<i>In 4.or Evangelia</i>		1	Antuerpiae	1559	in 8°
Comesius.	Sebastianus,	<i>Homiliarum Dominicale</i>		1	Lugduni	1606	8°
[f.13v-14]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Goffar.	Antonius,	<i>Compendium Martini Bonacinae</i>		1	Antuerpiae	1633	in 8°
Givvara.	Petrus,	<i>Compendium Manualis Navarri</i>		1	Antuerpiae	1592	8°
Gavarri.	Fr. Jozê	<i>Explicacion de la Regla de S. Fran.co</i>		1	Lisboa	1683	8°
Guedes.	Balthazar,	<i>Cazos raros da Confissão</i>		1	Coimbra	1683	8°
Garro.	Fr. Lourenço,	<i>Isagoge moral em a materia dos Sacram. tos</i>		1	Lisboa	1625	8°
Granada.	Fr. Luis de,	<i>Contemptus mundi Nuevam. Correguido</i>		1	Lisboa	1589	8°
Idem	Idem	<i>Escala espiritual</i>		1	Madrid	1612	8°
Idem	Idem	<i>De la Oracion, e Meditacion</i>		1	Lisboa	1612	8°
Gama.	Leonardo Gil da,	<i>Orbe Celeste</i>		1	Lisboa	1742	8°
Godinez.	P. Miguel,	<i>Pratica de la Theologia Mistica</i>		1	Sevilla	1682	8°
*Os livros dos 3.es autores seguintes são em 4°, e por descuido não são em seu próprio lugar							
Gouvea.	Fr. M.el de,	<i>Sermoens varios</i>		6	Lisboa	1706	4°
Galvam.	P. Fran.co Fer.s	<i>Sermoens de S.tos, e Quaresma</i>		2	Sevilla	1615	4°
Gama.	P. Simão da,	<i>Sermoens varios</i>			Lisboa	1702	4°

Hentenius.	Joannes,	<i>Comentaria in Evangelia</i>		1	Lovani	1543	in Fol.
Hunfredo.	Laurentius,	<i>Comentaria D. Cyrilli</i>		1	Basileae	1653	Fol.
Herveto.	Gentianus Aurelius	<i>Opera Clementis Alexandrini</i>		1	Florentiae	1551	Fol.
Heno.	Fr. Franciscus,	<i>Theologia Dogmatica</i>		1	Coloniae	1718	Fol.
Hofmeisteri.	D. Joannis,	<i>Comentaria in Marcum, e Lucam</i>		1	Coloniae	1572	in 8°
Hybernicus.	Thomas,	<i>Flores Doctorum Insignium</i>		1	Antuerpiae	1576	8°
[f.14v-15]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Jozê.	Fr. Martinho de S.,	<i>Avizos de Confessores</i>		1	Madrid	1649	in Fol.
		in 4°					
Incarnatione.	Johannes ab.,	<i>Johannes Duns Scotus in 1.um Snarum [Sententiarum] Petri Lombardi</i>		1	Conimbrica	1609	in 4°
Jesus.	S.ta Thereza de,	<i>Obras</i>		2	Barcelona	1704	4°
Eadem	Eadem	<i>Cartas</i>		2	Barcelona	1700	4°
Jesus M.a	Fr. Jozê de,	<i>Espelho de disciplina</i>		1	Lisboa	1740	4°
Jesus M.a Jozê.	Fr. Pedro de,	<i>Mistica Cidade de Deos meditada</i>		4	Lisboa	1744	4°
Jusarte.	Fr. Pedro da Cruz,	<i>Instrução geral p.a Cam.o da perfeição</i>		1	Lisboa	1630	4°
Jesus.	Fr. Rafael de,	<i>Sermoens varios</i>		1	Lisboa	1688	4°
Justiniano.	D. Diogo da Anunciação,	<i>Trofeo Evangelico</i>		1	Lisboa	1699	4°
Jesus M.a	Fr. Jozê de,	<i>Sermoens varios</i>		5	Lisboa	1730	4°
		in 8°					
Jozê.	Fr. Martin de S.	<i>Explicacion da Regra de S. Fran.co</i>		1	Lisboa	1655	in 8°
Jesus M.a	Fr. Juan de,	<i>Escuela de oracion</i>		1	Lisboa	1616	8°
Jesus.	Fr. Thomas de,	<i>Compendio de los grados de la oracion</i>		1	Valencia	1623	8°
Jozê.	D. Leonardo de S.	<i>Guia de penitentes</i>		1	Coimbra	1731	8°
Jesus M.a Jozê.	Fr. Pedro de	<i>Coroa serafica</i>	8ª	1	Lisboa	1760	8°

Jesus.	Fr. Thome de,	<i>Trabalhos de Jezus</i>		2	Lisboa	1609	8°
Jozê.	Fr. Jorge de S.,	<i>Solitario contemplativo</i>		1	Lisboa	1678	8°
Jesus M.a	Fr. Jozê de,	<i>Thezouro Carmelitano</i>		1	Lisboa	1730	8°
Jesu M.a	Fr. Jozê à,	<i>Responso moralia</i>		1	Matriti	1690	8°
[f.15v-16]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Lippomanus.	Aloysius,	<i>Catena in Exodum, et in Penesim</i>		2	Parisiis	1550	in Fol.
Lira.	Nicolaus de,	<i>In lib. Machabaeorum et in Evangelia</i>		1	non sabe	non lë	in Fol.
Lipsius.	Martinus	<i>De Lucubrationibus D. Hylarii</i>		1	Bazileae	1550	Fol.
Levita.	Alchuinus	<i>Homilia, seu sermones ad populum</i>		1	Parisiis	1537	Fol
Lezana.	Joannes Baptista,	<i>Suma Quaestionum Regularium</i>		1	Venetiis	1646	Fol.
Ligorius.	D. Alphonsus	<i>Theologia Moralis</i>		1	Romaniae	1760	Fol.
		in 4°					
Lombardus.	Petrus,	<i>In 4.or Sententiarum</i>		2	Parisiis	1537	in 4°
Lopes.	P. Francisco,	<i>Sermoens varios</i>		2	Madrid	1684	4°
Leytão.	Fr. Alvaro,	<i>Sermoens da Quaresma</i>		1	Lisboa	1670	4°
Luz.	Fr. Vincente da,	<i>Sermoens varios</i>		1	Lisboa	1724	4°
Labarre.	D. Nicolas,	<i>Sermoens</i>		3	Madrid	1757	4°
Luiz.	Fr. M.el de S.	<i>Rudimentos concionatorios</i>		1	Lisboa	1708	4°
Lucis.	Fr. Fran.co Ortiz,	<i>Compendio de todas as summas...</i>	4 ^a	1	Madrid	1610	4°
Llamas.	Fr. Hyeronimus,	<i>Methodus Curationis animorum</i>		1	Matriti	1600	4°
		in 8°					
Logenhagen.	Jacobus,	<i>Comentaria in Evangelium [...] Lucam</i>		1	Antuerpiae	1573	in 8°
Lohner,	Tobias,	<i>Instructio pratica de Confessoribus</i>	7 ^a	1	Patavii	1731	8°
Lanspergio.	P. João,	<i>Settas do amor D.s</i>		1	Coimbra	1718	8°
Luz.	Fr. Filippe da,	<i>Tratado da vida contemplativa</i>		1	Lisboa	1627	8°
Leytão.	Jozê Correya,	<i>Exposições Panegyricas de S.to An.to</i>		1	Lisboa	1734	8°

[f.16v-17]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Magni.	Divi Gregorii,	<i>Opera</i>		2	Basileae	1551	in Fol.
Magni.	Athanasii,	<i>Opera</i>		1	Basileae	1556	Fol.
Mendonça	Fr. Franciscus	<i>Comentaria in 4.or Libros Regum</i>		1	Conimbricae	1621	Fol.
Monsanus,	Fr. Gerardus	<i>Bibliotheca Homiliarum, et Sermonii Prescorii P.P.</i>		4	Lugduni	1588	Fol.
Moro.	Thomas,	<i>Opera varia</i>		1	Lovanii	1565	Fol.
Marchantius.	R.D. Jac.	<i>Hortius Pastorum</i>		1	Lugduni	1752	Fol.
Madre Dei.	Fr. Franciscus à,	<i>Colegii Salmanticensis Cursus Thiä Moralis</i>		5	Venetiis	1714	Fol.
Mazzota.	P. Nicolaus,	<i>Theologia Moralis</i>		1	Coloniae	1689	Fol.
Macabello.	P. Ant.us a Sp. S.,	<i>Polianthea Eucharistica</i>		1	Ulyssipona	1733	Fol.
Mora.	Fr. Juan,	<i>Enigma Numerico</i>	2ª	1	Lisboa	1718	Fol.
Moraes.	P. M.el da S.a de,	<i>Theologia Moral do P.e Larraga</i>		1	Coimbra	1749	Fol.
Montigo.	Fr. Juan Duran del,	<i>Sermoens Varios</i>		4	Madrid	1708	Fol.
Monterino.	P. Ambrozio	<i>Vita Christi Cartuxano</i>		4	Sevilla	1551	Fol.
		in 4º					
Marracci.	P. Hypolitus,	<i>Polianthea Mariana</i>		1	Coloniae	1710	in 4º
Mondaino.	P. Guglielmo Plati	<i>Campidoglio Sacro</i>		1	In Venetiae	1645	4º
Maldonado.	Fr. Pedro	<i>Consuelo de Justos</i>		1	Lisboa	1609	4º
Idem	Idem	<i>Exercicios del oratorio</i>		1	Lisboa	1609	4º
Molina.	D. Antonio de,	<i>Exercicios espirituales</i>		1	non lë	1642	4º
Martyres.	Fr. Bartholomeo dos	<i>Cathecismo</i>		1	Lisboa	1610	4º
Maria.	Fr. Agostinho de S.ta	<i>Adeato contemplativo</i>		1	Lisboa	1713	4º

[f.17v-18]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Monteiro.	P. Diogo,	<i>Arte de Orar</i>		1	Coimbra	1631	4°
Morganti.	P. Lourenço,	<i>Dezenganno de peccadores</i>	3 ^a	1	Lisboa	1735	4°
Medina.	Fr. Jozê	<i>Promptuaris de superiores</i>		1	Barcelona	1705	4°
Morganti.	P. Bento	<i>Narcizo à da fonte</i>		1	Lisboa	1748	4°
Muniessa.	P. Thomas	<i>Sermoens Quaresmaes</i>		1	Barcelona	1682	4°
Murillo.	Fr. Diego	<i>Discursos predicaveis</i>		1	Lisboa	1604	4°
Matta.	Fr. Juan de	<i>Quaresma Sermoens</i>	1	1	Alcalá	1639	4°
Maria.	Fr. Fran.co de S.ta	<i>Sermoens varios</i>		2	Lisboa	1689	4°
Montigo.	Fr. Juan Duran del	<i>Sermoes de Capítulos, e Vizitas</i>		1	Madrid	1725	4°
Marta.	P. M.el de S.ta	<i>Sermoens varios</i>		1	Lisboa	1748	4°
Mota.	Fr. Fran.co de la	<i>Compendio de Torrecilla</i>		1	Madrid	1698	4°
Madre de Dios.	Fr. Valentim de la	<i>Fuero de la conciencia</i>		1	Lisboa	1709	4°
		in 8°					
Merlo Horstii.	Jacobus	<i>Paradisus animae</i>		1	Ulyssiponae	1609	8°
Maldonatus.	Petrus	<i>Comentaria in Psal. David</i>		1	Ulyssiponae	1582	8°
Martyribus.	Fr. Bartholomeus de	<i>Compendium spiritualis [...]</i>		1	Ulyssiponae	1583	8°
Medina.	Fr. Bartholomeo	<i>Instrucion p.a se administrar el Sacra das Penit.</i>		1	Ulyssiponae	1583	8°
Maria.	Fr. Agostinho de S.ta	<i>Affectos sobre os 4. Novissimos</i>	11	1	Coimbra	1731	8°
Marcheselli.	Fr. Jozê An.to de	<i>Mundano Constrangido</i>		1	Lisboa	1735	8°
Medina.	Fr. Affonço de	<i>Da oração mental</i>		1	Lisboa	1611	8°
Madre de Deos.	Fr. An.to da	<i>Resumo espiritual</i>		1	Lisboa	1756	8°
[f.18v-19]							

Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Marcelati.	P.Jozé Añacleto	<i>Mestre da morte</i>		2	Lisboa	1747	8°
Martins.	P.M.el Rodrigues	<i>Pratica de exorcistas</i>		1	Coimbra	1697	8°
Madre de Ds.	Fr. Jozê da	<i>Avizzos p.a bem morrer</i>		1	Lisboa	1749	8°
Madre de Ds.	Fr. Geronymo Gracian	<i>Mistica Theologia</i>		1	Lisboa	1731	8°
Madre de Ds.	Fr. Antonio da	<i>Progymnasma Sagrado</i>		1	Lisboa	1759	8°
Monte Olivete.	Fr. M.el do	<i>Regra dos 3.os de S. Fran.co</i>		1	Lisboa	1669	8°
Massillon.	João Bap.ta	<i>Sermoens varios</i>		9	Lisboa	1763	8°
Niremberg.	P. Juan Euzebio	<i>Obras filosóficas, e Ethicas,</i>		3	Madrid	1664	in Fol.
		in 4°					
Nieto.	Fr. Fran.co de Rojas	<i>Vespertina de los Opprobios de Xrto</i>		1	Madrid	1634	in 4°
Nobrega.	An.to Izidoro da	<i>Discurso Catholico</i>		1	Lisboa	1738	4°
Naxera.	Fr. M.el de	<i>Sermoens Panegyricos, e Moraes</i>	2ª	5	Lisboa	1630	4°
Narva.	D. Fran.co Jacinto de	<i>Sermoens de Lafitau</i>		4	Valentia	1754	4°
Niseno.	P. Fr. Diogo	<i>Assumptos predicaveis</i>		3	Lisboa	1632	4°
Nascimento.	Fr. Jozê do	<i>Sermoens varios</i>		3	Coimbra	1732	4°
Navarro.	D. Martin Azpilcueta	<i>Manual de Confessores</i>		2	Anvers	1568	4°
		in 8°					
Novicampianus.	Albertus	<i>Scopus Biblicus</i>		1	Antuerpiae	1566	in 8°
Nervi.	Ludovicus Fidelis	<i>De Militia spirituali</i>		1	Parisiis	1440	8°
Nakaten.	P. Vvilhel	<i>Coeleste Palmetum</i>		1	Colmiae	1713	8°
[f.19v-20]							

Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Niremberg.	P. Juan Euzebio	<i>Rudimentos da verdadeira sabedoria</i>		1	Madrid	1657	8°
Nascimento.	Fr. Euzebio do	<i>Banquete espiritual</i>	2	1	Lisboa	1731	8°
Nieto.	Fr. Juan	<i>Manogito de flores</i>		1	Madrid	1701	8°
Natividade.	Fr. Jorge da	<i>Centurias predicaveis</i>		1	Coimbra	1698	8°
Orio.	Ferdinandes	<i>De patientia</i>		1	Matriti	1644	in Fol.
Oleastro.	Hieronimus ab	<i>In Pentatheucum</i>		1	Antuerpia	1569	Fol.
Ormaza.	P. Jozê de	<i>Grano del Evangelio</i>	2 ^a	1	Madrid	1667	Fol.
		in 4°					
Ossuna.	Fr. Fran.co	<i>Abcedario Espiritual</i>		1	Medina del Campo	1544	in 4°
		in 8°					
Idem	Idem	<i>Trilogium Evangelicum</i>		1	Antuerpiae	1535	in 8°
Ozorio.	Francisco	<i>Compendio de espiritual doutrina</i>		1	Lisboa	1653	8°
Pontevel.	Fr. Emanuel de Incarnatione	<i>Comentarium in Mathaeum</i>		2	Ulyssiponiae	1703	in Fol.
Paez.	Fr. Balthazar	<i>Comentarium in canticum Moysis</i>		2	Ulyssiponae	1620	Fol.
Pina.	Matheus	<i>Defensio purissima S.a Matris Ecclesiae</i>		1	Ulyssiponae	1729	Fol.
Praesentatione.	AEgidiu de	<i>Disputationes de animae e corporis beatitudine</i>		1	Conimbricae	1609	Fol.
Pintus.	Hector	<i>Comentaria in Isaiam, e in Ezechiele</i>		2	Salmanticae	1568	Fol.
Piclius.	Albertus	<i>De Hyerarchiae Ecclesiasticae</i>		1	Coloniae	1558	Fol.
Pirckeimerus.	Bilibaldus	<i>Oratones 3.o D. Gregorii Nazianzeni</i>		1	Basileae	1531	Fol.
[f.20v-21]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de	Anno	Forma

					impressão		
Parisiensis.	Guillermus	<i>Opera</i>		2	Parisiis	1516	in fol.
Placus.	Andreas	<i>Lexicon Biblicon Sacrae Filozophiae</i>		1	Coloniae	1543	Fol.
Pereyra.	Benedictus	<i>Promptuarium Theologicum Morale</i>		1	Ulyssiponae	1676	Fol.
Potestas.	Felix	<i>Examen Ecclesiasticum</i>		1	Conimbricae	1717	Fol.
Puente.	P. Luiz	<i>Obras Espirituales</i>		1	Madrid	1690	Fol.
		in 4º					
Paes.	Fr. Balthazar	<i>In Epistolam B. Jacobi Apost.</i>		1	Antuerpiae	1623	in 4º
Puente.	P. Luiz de la	<i>Guia Espiritual</i>		2	Valencia	1676	4º
Idem	Idem	<i>Meditacioens varias</i>		2	Madrid	1665	4º
Planes.	P.D. Bernardino	<i>Concordancia mistica</i>		1	Barcelona	1667	4º
Pasqual.	P. Miguel Angel	<i>El Missionero instruido</i>		1	Madrid	1698	4º
Porres.	Fr. Fran.co Ignacio de	<i>Discursos moraes</i>		2	Alcala	1639	4º
Paredes.	Fr. Bernardo	<i>Campaña espiritual</i>		1	Barcelona	1649	4º
Prado.	Fr. Geronimo	<i>Discursos Evangelicos</i>		1	Lisboa	1661	4º
Pereyra.	P. Paulo	<i>Sermoens varios</i>		1	Lisboa	1715	4º
Pereyra.	Fr. Antonio	<i>Sermão do Aut da Fê</i>		1	Lisboa	1685	4º
Pina.	Fr. Matheos da Encarnação	<i>Viridaris Evangelico</i>		1	Lisboa	1730	4º
Pinheiro.	P. Luis G/z	<i>Sermoens varios</i>		1	Lisboa	1758	4º
Priate.	P. Silvester	<i>Suma silvestrina</i>		1	Lugduni	1545	4º
Portel.	Laurentius	<i>Dubia Regularium</i>		4	Ulyssiponae	1639	4º
Pereyra.	P. Gabriel Fer.s	<i>Caminho do Ceo</i>		1	Lisboa	1745	in 8º
[f.21v-22]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Pimander.	Mercurius	<i>De Potestate sapientia Dei</i>		1	Basileae	1532	in 8º

	Trimegistus						
Pintus.	Hector	<i>Comentaria in Isaiam Prophetam</i>		1	Antuerpiae	1570	8°
Portel.	Laurentius	<i>Responsiones aliquorum Casuu Moraliu</i>		2	Lugduni	1642	8°
Pinello.	Lucas	<i>Confessionario Geral</i>		1	Lisboa	1618	8°
Prezentação	Fr. Damazo da	<i>Obrigaçao do Frade Menor</i>		1	Lisboa	1627	8°
Perin	Damiao de Troes	<i>O Dezejoso</i>		1	Lisboa	1748	8°
Palafox	D. Juan	<i>Anno Espiritual</i>		2	Bruselas	1662	8°
Pontlabbe	Fr. Fran.co de,	<i>Excelencias do Mundo</i>		1	Lisboa	1723	8°
Penalossa	P. Pedro	<i>Devocion al Coraçon de Jezus</i>	6	2	Salamanca	1744	8°
Paulo	João	<i>Settas de amor Divino</i>		1	Lisboa	1675	8°
Portilla	Domingo An.to	<i>Sermoens de Giroust</i>		5	Madrid	1750	8°
Parenzo	Gioan Antonio Panthera di	<i>Monarchia del Nostro Signor</i>		1	Vinegia	1545	8°
Quéntal	P. Bartholomeo de	<i>Sermoens</i>		1	Lisboa	1692	in 4°
		in 8°					
Idem	Idem	<i>Meditacioens varios</i>		3	Lisboa	1696	in 8°
Quevedo	D. Fran.co de	<i>Politica de Dios</i>		1	Zaragoca	1626	8°
Roxas	Fr. Alvarus	<i>Co~mentarium in Apocalypsum</i>		1	Hispani	1732	in Fol.
Rodericus	Fr. Emanuel	<i>Quoestiones Regulares</i>		3	Salmanticae	1606	Fol.
Idem	Idem	<i>Summa de cazos de Consciencia</i>		2	Lisboa	1615	Fol.
Remigius	P.Benito	<i>Pratica de Curas, e Confessores</i>	13	1	Madrid	1672	Fol.
Ribera	Fr. Bernardo de la	<i>Conceptos de la Sagrada Escrittura</i>		1	Valladolid	1620	Fol.
[f.22v-23]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Remirez	Fr. Fernando	<i>Oraciones Evangelicas</i>		1	Madrid	1639	in Fol.

		in 4º					
Rodrigues	P. Fran.co	<i>Bien del estado religioso</i>		1	Medina del Campo	1595	in 4º
Rofran	D. Fran.co de	<i>Maña del alma del P. Jeñeri</i>		4	Barcelona	1724	4º
Reys	P. M.el dos	<i>Sermoens</i>		3	Evora	1727	4º
Ramos	Fr. Igancio	<i>Sermoens Evangelicos</i>		4	Lisboa	1724	4º
Reys	P. Antonio dos	<i>Imagens Conceptuozas</i>		1	Lisboa	1731	4º
Rebello	Fr. Fran.co de S. Luiz	<i>Sermoens de Fr. Miguel de S. Boaventura</i>		1	Lisboa	1759	4º
Rocha	Fr. Fran.co Xavier da	<i>Sermoens varios</i>		3	Lisboa	1734	4º
Rettenpacher	P. Simon	<i>Tuba Evangelica</i>		1	Sultzbachii	1688	4º
Ribeiro	P. Emanuel à Silva	<i>Aurea Corona</i>		2	Ulyssiponae	1725	4º
		In 8º					
Ruisius	Fr. Franciscus	<i>Regulae inteligendi scripturas sacras</i>		1	Lugduni	1546	in 8º
Robertus	Paschasius	<i>In lamentationes Ieremiae Prophetae</i>		1	Coloniae	1532	8º
Rosellus	Jozephus	<i>Tractatus deponendi Conscientiam</i>		1	Lugduni	1679	8º
Remigio	P. Benito	<i>Alivio de las almas</i>	2ª	1	Madrid	1673	8º
Soto	Ludovicus	<i>In Cantica Canticorum</i>		1	Ulyssiponae	1601	in Fol.
Soto	Fr. Dominicus	<i>Comentaria in quartum sententiarum</i>		1	Salmanticae	1566	Fol.
Idem	Idem	<i>De Natura, e Gratia</i>		1	Salmanticae	1561	Fol.
Silveira	Joannes	<i>Comentaria in Evangelia</i>		5	Antuerpiae	1665	Fol.
Idem	Idem	<i>Comentaria in Apocalypsim</i>		2	Antuerpiae	1671	Fol.
Spiritu S.	Fr. Antonius à, da	<i>Directorium Confessariorum</i>		1	Lugduni	1668	Fol.
[f.23v-24]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma

Sanches	P. Thomas	<i>Opus Morale</i>	1	Parisiis	1615	in Fol.
Sepulchro	Fr. M.el de	<i>Refeição Espiritual</i>	2	Lisboa	1662	Fol.
		in 4º				
Spiritu S.	Fr. Antonius à,	<i>Directorium Regularium</i>	1	Coloniae	1667	in 4º
Sanches	P. Emanuel	<i>Expurgatorium Th[...] morali</i>	1	Ulyssiponae	1715	4º
Sylva	An. To de Souza, e,	<i>Exposição da Regra de S. Fran.co por Fr. Martinho</i>	1	Lisboa	1739	4º
Sacram.to	Fr. Valerio do	<i>Thezouro Sraphico</i>	1	Coimbra	1735	4º
Salmeiron	Fr. Marcos	<i>Thezouro escondido</i>	1	Coimbra	1669	4º
Sylva	P. M.el da,	<i>Sylva Concionatoria</i>	2	Lisboa	1699	4º
Souza	Fr. Jozê de,	<i>Sermoens vários</i>	4	Lisboa	1732	4º
Salta	Fr. M.el de J. Placido	<i>Sermoens vários</i>	1	Lisboa	1709	4º
		in 8º				
Saulus	Philippus	<i>Expositio Euthymii in Psalmos</i>	1	Parisiis	1547	in 8º
Steuchus	Augustinus	<i>Veteris Testamenti ad Verité Hebraica recognitio</i>	1	Lugduni	1531	8º
Stobaei	Joannes	<i>Epithome Sm juxta Conrradi Gesneri Versione</i>	1	Basileae	1557	8º
Sasbout	Fr. Adamus	<i>Opus Homiliarum</i>	1	Lovanii	1556	8º
Sotus	Petrus	<i>Institutis Christiana</i>	1	Antuerpiae	1551	8º
Sa	Emmanuel	<i>Aphorismi Confessariorum</i>	1	Venetiis	1601	8º
Soares	M.el Lourenço	<i>Dos Cazos reservados do Arcebispo de Lx^a</i>	1	Lisboa	1645	8º
Idem	Idem	<i>Principios e definições de toda a Theologia moral</i>	1	Lisboa	1668	8º
Stella	Fr. Diego de,	<i>De la vanidad del mundo</i>	1	Evora	1575	8º
Idem	Idem	<i>Meditações del amor de Dios</i>	1	Salamanca	1578	8º
Serpi	Fr. Dimas de,	<i>Tratado del Purgatorio</i>	1	Barcelona	1604	8º

[f.24v-25]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Scupoli	D. Lourenço	<i>Combate espiritual</i>		1	Lisboa	1707	in 8°
Salazar	P. Fran.co de,	<i>Affectos, e considerações devotas</i>		1	Coimbra	1750	8°
Sepedas	P. Soffronis Ferraz	<i>Carta directiva</i>		1	Lisboa	1754	8°
Souza	Simeao de Oliv. ^a	<i>Finezas de Christo</i>		1	Lisboa	1737	8°
Souza	Fr. M.el de,	<i>Espelho da confissão</i>		1	Lisboa	1764	8°
Souza	Fr. Gaspar de	<i>Thezouro de pregadores</i>		1	Lisboa	1765	8°
Tilmanus	Godefridus	<i>Operum D. Basilii Magni</i>		1	Parisiis	1547	in Fol.
Tertulianus	G. Septimius	<i>Opera</i>		1	Basileae	1521	Fol.
Trullench	Joannes Aegidius	<i>Praxis Sacramentarum</i>		1	Venetiis	1648	Fol.
Torrecilla	Fr. Martin	<i>Obras morales</i>		9	Madrid	1702	Fol.
Trindade	Fr. M.el da,	<i>Bibliotheca do Mundo</i>		1	Lisboa	1752	Fol.
		in 4°					
Thomas	Fr. Fran.co de S.to	<i>Medula mística</i>		1	Coimbra	1705	in 4°
Tabiensis	Fr. Joannis	<i>Summa sumarum</i>		1	Bononiae	1520	4°
Thereza	Fr. Lourenco de S.ta,	<i>Sermoens vários</i>		6	Lisboa	1761	4°
		in 8°					
Tittelmanus	Fr. Franciscus	<i>Paraphrastica Elucidatio in Evang. Math., et Joan.</i>		2	Antuerpiae	1545	in 8°
Idem	Idem	<i>In Librum Job.</i>		1	Antuerpiae	1547	8°
Idem	Idem	<i>In Cantica Canticorum</i>		1	Parisiis	1550	8°
Idem	Idem	<i>In Omnes Epistolas Apostolicas</i>		1	Antuerpiae	1540	8°
Idem	Idem	<i>Collationes 5 sup Epist. D.Pauli ad Rom.</i>		1	Antuerpiae	1529	8°
Idem	Idem	<i>Tractatus misteriorum Missae</i>		1	Lugduni	1546	8°

[f.25v-26]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Toletus	Franciscus	<i>De instructione sacerdotum</i>		1	Lugduni	1616	in 8º
Viguerius	Fr. Joannes	<i>Institutiones ad Christianam Thiām</i>		1	Antuerpiae	1558	in Fol.
Victoris	Richardus S.,	<i>Opera varia</i>		1	Lugduni	1534	Fol.
Vio	Thomas Cait.nus de,	<i>In P[s]almos</i>		1	Parisiis	1540	Fol.
Idem	Idem	<i>Super Sacram Theologiam D. Thomae Aquina</i>		4	Antuerpiae	1568	Fol.
Velasco	Fr. Acacio de	<i>Resolutiones morales</i>		2	Valentiae	1655	Fol.
Villalobos	Fr. Enrique	<i>Suma de Theologia moral</i>		2	Lisboa	1644	Fol.
Victoria	P. Bento da	<i>Jardim Scotistico</i>		1	Lisboa	1748	Fol.
Vieyra	Fr. Fran.co	<i>Voz evangelica</i>		1	Coimbra	1708	Fol.
Vega	Fr. Diego	<i>Parayzo de la gloria de los s.tos</i>		1	Lisbona	1603	Fol.
		in 4º					
Victorio	Fr. Fran.co Alvares	<i>Meditaçõens da Payxão de Christo</i>		1	Lisboa	1745	in 4º
Vasconcellos	M. el de Goes	<i>Caminho espiritual</i>		1	Lisboa	1613	4º
Vberti	Fr. Cypriano	<i>Opera della Croce</i>		1	Milano	1586	4º
		in 8º					
Vio	Cait.nus de,	<i>Parabolaes Salomonis ad Veritem Hebraica Castigada</i>		1	Lugduni	1545	in 8º
Idem	Idem	<i>In 4.or Evang. ad Graecorum Codicum Vëritem Castigada</i>		1	Parisiis	1542	8º
Idem	Idem	<i>Epistola Apostolorum ad Graecum Verité Castigada</i>		1	Parisiis	1571	8º
Victorelli	Andreas	<i>De officis Curati</i>		1	Venetiis	1618	8º
Verrepoeus	Simon	<i>Catholicum proedicationum Enchyrdion</i>		1	Antuerpiae	1588	8º
Villalobos	Fr. Henrique	<i>Manual de Confessores</i>		1	Valentiae	1626	8º

Velbeder	D. Carlos	<i>Cathecismo histórico de Fleury</i>		2	Paris	1750	8°
[f.26v-27]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Vera	Luiz de	<i>Declaracion de la Doutrina Christiana</i>		1	Madrid	1658	8°
Villacastin	P. Thomas	<i>Manual de exercícios espirituales</i>	4	1	Lisboa	1683	8°
Viota	Fr. Domingo	<i>Soliloquio de 4. exercicios mentales</i>		1	Lerida	1616	8°
Varjão	Fr. Antonio	<i>Parayzo da alma</i>		1	Lisboa	1636	8°
Varrela	P. João Nunes	<i>Meditações da vida, e Payxão de Christo</i>		1	Lisboa	1739	8°
Victorio	P. Fran.co Alvares	<i>Guia espiritual</i>		1	Lisboa	1745	8°
Idem	Idem	<i>Despertador do amor D.o</i>		1	Lisboa	1746	8°
Veloze	Jozê Pr.a	<i>Dezejos piedosos de huma alma</i>		1	Lisboa	1688	8°
Velho	P. M.el	<i>Socorro dos moribundos</i>		1	Lisboa	1730	8°
Xavier	P. Fran.co	<i>Chamadores do Ceo</i>		1	Lisboa	1753	in 4°
Ximenes	Fr. Juan	<i>Expozicion de la regla dos Frades Menores</i>	2	1	Valencia	1622	in 8°
Zembrana	D. Jozê Barzia, e	<i>Despertador Christiano</i>		9	Lisboa	1687	in 4°
Zamora	Fr. Lourenço de,	<i>Monarchia mística de la Igreja</i>		1	Lisboa	1606	4°
Zegero	Nicolaus	<i>In omnes Novi Testamenti Libros</i>		1	Coloniae	1553	in 8°
Yague	D. Fran.co de Cobillas	<i>Introduccion a la vida devota</i>		1	Lean de Francia	1672	in 8°

[f.27v-28]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Livros Anonymos desta mesma classe							
	Biblia Sacra			1	Antuerpiae	1631	in Fol.
	Concordantia			1	“n lē	1555	Fol.
	Alia Biblia Magnalum Concordantiis Vet., e Nov. Testam.			1	Lugduni	1520	Fol.
	Revelationes Celestes Beata Birgita			1	Mereberge	1517	Fol.
	in 4°						
	Sanctum Jesu Christi Evangelium In 4.os Evangelistas			1	Lovanii	1563	in 4°
	Epitome Mariano			1	Lisboa	1760	4°
	Collecção Universal da Bulla do Sygillo Sacramental			3	Madrid	1746	4°
	Maximas de Salamão			1	Lisboa	1762	4°
	Compendio da mística cidade de Deos			1	Lisboa	1730	4°
	Sermoens varios			1	Lisboa	1615	4°
	Tratado del Buenaventura em la Contemplacion de la vida [...]			1	Medina del Campo	1542	4°
	in 8°						
	Enarrationum Evangelicarum Thesaurus novus			3	Lugduni	1561	in 8°
	Liber Psalmorum, Anotationes in[...] ex Hebroeorum Comentariorum			1	Lutesia	1546	8°
	Theologia naturalis			1	Lugduni	1541	8°
	Tratados de S. Boaventura em q se contem doutrina mui proveitosa			1	Lisboa	1602	8°
	Ley de amor, e 4.ª p.te del Abcedario espiritual			1	non lē	1542	8°
	Avizos, e reflexoens q deve obrar o Religiozo			2	Lisboa	1751	8°
	Novena de S. Caetano			1	Lisboa	1743	8°
	Tributo de vários obséquios à honra do S.to S. Jozê			1	Lisboa	1723	8°

[f.28v-29]							
Jurisprudencia							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar da impressão	Anno	Forma
Ameno	Fr. Ludovicus M. de	<i>Pratica Criminalis Illustrata</i>		1	Romae	1693	in Fol.
		in 4º					
Alderete	Josephus	<i>De religionis disciplina</i>		1	Hispali	1614	in 4º
Andrade	P. Lucas de,	<i>Obras pertencentes às acções Episcopaes</i>		1	Lisboa	1671	4º
		in 8º					
Idem	Idem	<i>Manual da Semana Santa</i>		1	Lisboa	1653	in 8º
Alcocer	Fr. Juan de	<i>Ceremonial da Missa</i>		1	Lisboa	1653	8º
Azambuja	P. M.el Correa,	<i>Tratado do Ceremonial da Missa rezada</i>	2	1	Coimbra	1739	8º
Alvarez	Thomas	<i>Añotaciones in rubricas Breviarii Romani</i>		1	Ulyssoponae	1629	8º
Bardi	D. Hyeronimus	<i>Additiones in Joannem Ludovici Chronicon</i>		1	Venetia	1575	in 4º
Bustamante	Juan de	<i>Tratado de las Ceremonias de la Missa</i>		1	Madrid	1665	in 8º
Castro	P. Alphonsus de	<i>De potestate Legis poenalis</i>		1	Salmanticae	1550	in Fol.
Cornucularius	Joannes	<i>De Conciliis Generalibus</i>		1	Parisiis	1524	Fol.
Conceyção	Fr. M.el da	<i>Ceremonial Serafico da Prov.a dos Algarves</i>		1	Lisboa	1730	Fol.
		in 4º					
Conceptione	Fr. Emanuel à	<i>Enchiridion Judiciale Ordinis Minorum</i>		----	Ulyssiponae	1693	in 4º
Durandus	Guilhermus	<i>Rationale Divinorum officiorum</i>		1	Venetiis	1493	in Fol

Guimaraens	Fr. Antão de	<i>Ceremoniall da Prov.^a da Piedade</i>		1	Braga	1641	in Fol.
[f.29v-30]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Gavanto	Bartolomeus	<i>Thesaurus Sacrorum Rituum</i>		1	Venetiis	1647	in 4°
Idem	Idem	<i>Enchiridion, seu Manuale Episcoporum</i>		1	Antuerpiae	1651	4°
Juliano	Fr. Franciscus à S.	<i>Tribunal Regulare</i>		1	Lugduni	1658	in 4°
Lancelote	Paulus	<i>Corpus Juris Canonici</i>		1	Genova	1630	in 4°
Idem	Idem	<i>Institutiones Juris Canonici</i>		1	Lugduni	1587	in 8°
Martins	Christophorus	<i>In Rubricas Missalis Romani</i>		1	Ulissiponae	1652	in Fol.
Matritense	Fr. Franciscus à	<i>Bullarium Fratrum Minorum</i>		4	Matriti	1744	Fol.
		in 4°					
Miranda	P. Ludovicus	<i>Modus procedendi in Causis Criminali</i>		1	Salmantica	1601	in 4°
Matre Dei	P. Ludovicus à	<i>Relectio de duratione Guberni Praelatorum</i>		1	Ulyssiponae	1657	4°
Marcilla	Fr. Petrus Vicentius	<i>Decreta Sacros Concilii Trident</i>		1	Salmantica	1613	4°
Maria	Fr. Jozê de S.ta,	<i>Tribunal de religiosos</i>		1	Sevilla	1617	4°
Membrio	Fr. Juan Santano	<i>Ceremonial del altar</i>		1	Madrid	1710	4°
Macedo	João Campelo de	<i>Thezouro de Ceremonias</i>		1	Lisboa	1668	4°
Olalla	D. Frutos Bartholome	<i>Ceremonial Romano</i>	3	1	Madrid	1707	in 4°
Prado	Fr. João de S. Jozê	<i>Ceremonial moderno da Prov.^a da Arrabida</i>		1	Lisboa	1752	in Fol.
Idem	Idem	<i>Instrucção ecclesiastica</i>		1	Lisboa	1734	in 4°

Idem	Idem	<i>Semana Santa Regulada</i>		1	Lisboa	1743	in 8°
Rodericus	P. Emanuel	<i>Nova Collectio privilegioru Regularium</i>		1	Lisboa	1613	in Fol.
[f.30v-31]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Reboledo	Fr. Luiz de	<i>Constituciones generales Ord. S. Franc.</i>		1	Sevilla	1620	in Fol.
<i>Livros anonymos desta mesma classe</i>							
		<i>Estatutos da Prov.a da Arrabida</i>		1	Lisboa	1698	in Fol.
		<i>Ceremonial antigo da mesma Prov.a</i>		1	Lisboa	1659	Fol.
		<i>Estatutos Genarales de Barcelona</i>		1	Madrid	1705	Fol.
		<i>Bularium SS. Benedicti Papae XIV</i>		3	Romae	1754	Fol.
		<i>Ceremonial de los officios Divinos</i>		1	Toledo	1591	in 4°
		<i>Livro da Regra de S. Agostinho</i>		1	Lisboa	1609	4°
		<i>Capitulum generale S. Francisci</i>		1	Romae	1723	4°
		<i>Statuta generalia Barchinonentia Observantiae S. Franc.</i>		1	Matriti	1621	4°
		<i>Capitulum generale Fratrum Minorum in Valis Oletano</i>		1	Romae	1742	4°
		<i>Institutiones Justiniani Imperatoris</i>		1	Antuerpiae	1696	in 8°
		<i>Canones, e Decreta Sacri Concilii Tridentini</i>		1	Coloniae	1621	8°
		[...]		1	Ulyssiponae	1564	8°
		[...]		1	Barchare	1566	8°
		<i>Kalendarium perpetuum</i>		1	Conimbricae	1583	8°
[f.31v-32]							
	Filosofia						

Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar da impressão	Anno	Forma
Faver	Iacobus	<i>Logica Aristotelis</i>		1	Parisiis	1537	in Fol.
		in 8°					
Ferraria	Fr. Hyperonimus Savonarola de	<i>Compendiu totius Fiä</i>		1	Venetiis	1592	in 8°
Schegkio	Iacobus	<i>Filosofia naturalis</i>		1	Tubingae	1543	8°
Titelmano	Fr. Franciscus	<i>Dialecticae consideracionis</i>		1	Lugduni	1551	8°
Zimaram	Marcus Antonius	<i>Metafisica Aristotelis</i>		1	Lugduni	1547	8°
[f.32v-33]							
	Mathematica						
		in 4°					
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar da impressão	Anno	Forma
Sequeira	Gaspar Cardozo	<i>Thezouro de prudentes</i>		1	Coimbra	1612	in 4°
		In 8°					
Brito	An.to da Sylva	<i>Lunario perpetuo</i>		1	Lisboa	1742	In 8°
	Medicina						
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar da impressão	Anno	Forma
		in 4°					
Cardosius	Ferdinandus Rodericus	<i>De Sex Rebus non naturalibus</i>		1	Ulyssiponae	1599	in 4°

Saldanha	Duarte Rebello	<i>Instrucção medica</i>		2	Lisboa	1761	4º
	Historia						
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar da impressão	Anno	Forma
Abreu	Bras Luiz de	<i>Sol nascido no Ocidente S.to An.to</i>		1	Coimbra	1725	in Fol.
Anjos	Fr. Luiz dos	<i>Chronica dos Frades Menores</i>		2	Lisboa	1615	Fol.
Antonio	Fr. João Bap.ta de S.to	<i>Parayzo serafico</i>		1	Lisboa	1734	Fol.
Antonio	Fr. Henrique de S.to	<i>Chronica dos Heremitas da Serra de Ossa</i>		1	Lisboa	1745	Fol.
[f.33v-34]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Anna	Fr. Belxior de S.to	<i>Cronica dos Carmelitas descalços</i>		1	Lisboa	1657	in fol
Anna	Fr. Jozê Pr.a de S.ta	<i>Os dois Atlhantes da Ethiopia</i>		2	Lisboa	1735	Fol.
Idem	Idem	<i>Chronica dos Carmelitas da antiga observ.a</i>		1	Lisboa	1745	Fol.
Idem	Idem	<i>Vida da Ven. Perpetua da Luz</i>		1	Lisboa	1742	Fol.
		in 4º					
Alveres	P. Jeronymo	<i>Vida do B. Luiz Gonzaga</i>		1	Lisboa	1610	in 4º
Andrade	P. Afonso de	<i>Vida de S.ta Gertrudes a Magna</i>		1	Lisboa	1708	4º
Argote	D. Jeronymo de	<i>Vida da V.M.a Roza M.a de S.to An.to</i>		1	Lisboa	1744	4º
Arbiol	Fr. An.to	<i>Vida de la V.M.a Jacinta de Atondo</i>		1	Zaragoza	1716	4º
Almeida	P. Dorothea de	<i>Elogio à Condeça Baroneza</i>		1	Lisboa	1758	4º
Angelis	Fr. Ludovicus ab	<i>Vita S. Aurelii</i>		1	Conimbricæ	1612	4º
		in 8º					

Aldoandri	M. Ulisse	<i>Delle antichità della Città de Roma</i>		1	Venetia	1558	in 8°
Antalines	Fr. Augustin	<i>Vida de S. João Salagum</i>		1	Madrid	1600	8°
Almeyda	Fr. Cristovão de	<i>Historia do Capuxino Escocês</i>		1	Lisboa	1667	8°
Brito	Fr. Bernardo de	<i>Monarquia Luzitana</i>		1	Lisboa	1609	in Fol.
Baronio	Cezare	<i>Annales Eccleziasticos</i>		1	Romae	1588	Fol.
Baldonado	D. Fran.co Errera	<i>Historia Eccleziastica</i>		1	Madrid	1645	Fol.
Barreto	João Franco	<i>Flos Sanctorum do P. P.e da Rabadineira</i>		1	Lisboa	1728	Fol.
		in 4°					
Barboza	D. Jozê	<i>Historia da fundação do Conv.to do S.to Xr.to de Franceza</i>		1	Lisboa	1748	in 4°
Baptista	Fr. Pantaleão	<i>Ramilhete espiritual colhido no Jardim' de Italia</i>		1	Lisboa	1655	4°
Borja	D. Luis Crespi de	<i>Vida de S. Filippe Neri</i>		1	Valencia	1673	4°
[f.34v-35]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Cathenius	Joannes Maria	<i>Comentaria C. Plinii</i>		1	Ascentii	1533	in Fol.
Cheroneus	Plutarcus	<i>Grocorum, Romanorum que Vitae</i>		1	Basileae	1548	Fol.
Cornejo	Damian	<i>Chronica Serafica</i>		4	Madrid	1682	Fol.
Cacegas	Fr. Luiz de	<i>Chronica de S. Domingos</i>		1	Lisboa	1623	Fol.
Conceyção	Fr. Apolinario da	<i>Pequenos na terra, e grandes no Ceo</i>		4	Lisboa	1732	Fol.
		in 4°					
Idem	Idem	<i>Demonstração histórica da Parrochia de N. Snr. dos Mar.s</i>		1	Lisboa	1750	in 4°
Idem	Idem	<i>Claustro Franciscano</i>		1	Lisboa	1710	4°
Idem	Idem	<i>Primazia Seráfica na America</i>		1	Lisboa	1733	4°

Cobillas	D. Fran.co de	<i>Los enternimientos de S. Fran.co de Sales</i>		1	Madrid	1667	4°
Correa	Fr. An.to	<i>Fama Posthuma do V. Fr. An.to da Conceyção</i>		1	Lisboa	1658	4°
Conciencia	P. M.el	<i>Innocencia prodigioza</i>		1	Lisboa	1721	4°
		in 8°					
Cabral	Fr. An.to Lopes	<i>Vida de S. João Baptista</i>		1	Lisboa	1691	in 8°
Coimbra	P. M.el de	<i>Astro Vespertino de S. Lucas</i>		1	Lisboa	1689	8°
Correa	Pedro Lobo	<i>Vida do V. Gregorio Lopes</i>		1	Lisboa	1665	8°
Castellobranco	Bernardo Joze de Lemos	<i>Vida de D. Nuno Alveres Pr.a</i>		1	Lisboa	1744	8°
Conceyção	Fr. Apolinario da	<i>Flor peregrina Vida de S. Benedito</i>		1	Lisboa	1744	8°
Datho	Augustinus	<i>Platonis Opera</i>		1	Ascentii	1518	in Fol.
Dassa	Fr. An.to	<i>Chronica de S. Fran.co</i>		1	Valladolid	1610	Fol.
Damazo	Fr. M.el de S.	<i>Verdade elucidada</i>		1	Lisboa	1730	Fol.
[f.35v-36]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Esperança	Fr. M.el da	<i>Historia serafica</i>		4	Lisboa	1656	in fol.
		in 8°					
Espinola	Fr. Fradique	<i>Escola decurial</i>		6	Lisboa	1646	in 8°
Egnatius	Baptista	<i>Vita Romanorum Imperatorum</i>		3	Lugduni	1559	8°
Flacci	Percii Auli	<i>Satyra cum quinque Comentariis</i>		1	Ascentii	1523	in fol.
Fernandes	Fr. Affonso	<i>Historia eccleziastica</i>		1	Toledo	1600	Fol.
		in 4°					
Faria	Leandro Dorea	<i>Catastrophe de Portugal</i>		1	Lisboa	1662	in 4°
Faria	D. Basilio de	<i>Vida de S. Bruno</i>		1	Lisboa	1649	4°

Freire	Fr. Domingos	<i>Vida de S.ta Roza de S.ta M.a</i>		1	Lisboa	1669	4°
Fragazo	Fr. Pedro	<i>Vida de S. Carlos Borrhomeu</i>		1	Lisboa	1616	4°
Gracia	P. Fran.co	<i>Flos Sanctorum</i>		2	Madrid	1675	in Fol.
Godinho	P. M.el	<i>Vida do V. Fr. An.to das Chagas</i>		1	Lisboa	1687	in 4°
Gusman	D. Juan de Aranda	<i>Epithome de la vida de Santiago el Maio[r]</i>		1	Santiago	1608	in 8°
Guerreiro	Francisco	<i>Viague de Jerusalem</i>		1	Granada	1621	8°
Genelio	Segismundo	<i>Opus Flavi Josephi</i>		2	Logduni	1555	8°
Huerta	Fr. An.to de	<i>Vida de S. Pedro de Alcantara</i>		1	Madrid	1669	in 4°
Jesus M.a Joze	Fr. P.o de	<i>Chronica da Prov.a da Conceyção</i>	2°	2	Lisboa	1760	in Fol.
Jesus M.a	Fr. Jozê de	<i>Chronica da Prov.a da Arrabida</i>		1	Lisboa	1728	Fol.
[f.36v-37]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Jesus M.a	Fr. Jozê de	<i>Academia singular</i>		1	Lisboa	1737	in Fol.
Illescas	D.os Gonçalo	<i>Historia pontifical</i>		2	Salamanca	1577	Fol.
Jesus M.a	Fr. Jozê de	<i>Virtudes do V. Fr. Fran.co del Nino Jezus</i>		1	Madrid	1624	in 4°
Lucena	P. João de	<i>Vida de P.e Fran.co Xavier</i>		1	Lisboa	1660	in Fol.
Lima	Fr. M.el de	<i>Agilologio Dominico</i>		4	Lisboa	1702	Fol.
Lavanha	João Bap.ta	<i>Viagem de Filippe 2° a Portugal</i>		1	Madrid	1622	Fol.
Leão	Duarte Nunes de	<i>Chronica dos Reys de Portugal</i>		1	Lisboa	1600	Fol.
Idem	Idem	<i>Descripção de Portugal</i>		1	Lisboa	1610	in 4°
Lauro	M. Pietro	<i>Giosefo delle antichità giudaiche</i>		1	Venesiae	1588	in 8°

Maffei	Joannes Petrus	<i>Historia Indiarum</i>		1	Florentiae	1588	in Fol.
Melae	Pomponius	<i>Opera C. Julii Solini</i>		1	Basileae	1538	Fol.
Moya	D. Fran.co Sant-uval	<i>Discurso Apologetico</i>		1	Sevilla	1733	Fol.
Macedo	An.to de Souza	<i>Eva, e Ave</i>	1º	1	Lisboa	1766	Fol.
Maria	Fr. Juan de S.ta	<i>Chronica da Prov.a de S. Jozê</i>		1	Madrid	1615	Fol.
Menezes	D.M.a An.to de	<i>Historia da Igreja do Japão</i>		3	Lisboa	1749	in 4º
Martyres	Fr. An.to de los	<i>Vida de la V. Agueda da Cruz</i>		1	Madrid	1622	4º
Maria	Fr. Agost.o de S.ta	<i>Santuário Mariano</i>		4	Lisboa	1707	4º
Monteiro	P. M.el	<i>Historia da fundação do Conv.to do Lourical</i>		1	Lisboa	1756	4º
Madre de Ds.	Fr. An.to da	<i>Elogio do V. Fr. Martinho fundador da Arrabida</i>		1	Lisboa	1750	4º
[f.37v-38]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Marcelinus	Ammianus	<i>De rebus gestis</i>		1	Lugduni	1552	in 8º
Manoel	D. Fran.co	<i>El mayor pequeno</i>		1	Lisboa	1647	8º
Orosius	Paulus	<i>Historia contra paganos</i>		2	Coloniae	1536	in 8º
Patavini	Titolivius	<i>Historia Romana</i>		2	Flanfurti	1568	in Fol.
Piedade	Fr. An.to da	<i>Chronica da Prov.a da Arrabida</i>		1	Lisboa	1728	Fol.
Prazeres	Fr. João dos	<i>Imprezas de S. Bento</i>		3	Lisboa	1683	Fol.
Portillo	Fr. Rodrigo	<i>Tratados de Christo, e de sua Ss.ma Madre</i>		1	Toro	1630	Fol.
Pedro.	Fr. João de S.	<i>Vida de S. Jeronimo</i>		1	Lisboa	1743	Fol.
		in 4º					

Presentação	Fr. Luiz da	<i>Vida de P. Fr. Estevão da Purificação</i>		1	Lisboa	1621	in 4°
Parada	An.to de Carv.o	<i>Vida de vários Santos</i>		1	Lisboa	1750	4°
Plata	Fr. Juan de la	<i>Defensorio por la antiguid. del Carmen</i>	2ª	1	Lisboa	1645	4°
Presentacion	Fr. Juan de la	<i>Vida de S. Pedro Nolasco</i>		1	Cadiz	1665	4°
Presentacion	Fr. Juan de la	<i>Viad de la V. Soror M.a Magdalena de Pari</i>		1	Lisboa	1626	4°
		in 8°					
Peres	Fr. Andres	<i>Vida de S. Raymundo de Penafort</i>		1	Lisboa	1601	8°
Portugal	D. João de	<i>Elogios das Rainhas de Portugal</i>		2	Lisboa	1747	8°
Portugal	D. Fran.co de	<i>Instrução q dá a seu Filho</i>		1	Lisboa	1745	8°
Rebello	P. Juan	<i>Vida, e Corona de Christo nuestro Sñr</i>		2	Lisboa	1610	in Fol.
[f.38v-39]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Ribadeneira	P.P.o de	<i>Vida de S. Fran.co de Borja</i>		1	Madrid	1592	in 4°
Idem	Idem	<i>Vida del P. Ignacio de Loyola</i>		1	Madrid	1583	4°
Silva	Eneas	<i>Historia</i>		1	Basilea	1551	in Fol.
Surius	Laurentius	<i>De probatis Sanctorum Historiis</i>		6	Colonia	1570	Fol.
Santoro	Juan Basilio	<i>Prado espiritual</i>		1	Lisboa	1607	Fol.
Sacram.to	Fr. João do	<i>Chronica dos Carmelitas descalços da Prov.a de Portugal</i>		1	Lisboa	1721	in Fol.
		in 4°					
Soveral	Fr. Roque do	<i>Historia do apparecim-to de N. Snr.a da Luz</i>		1	Lisboa	1610	in 4°
Silva	Fr. Bernardino da	<i>Defensão da Monarquia Luzitana</i>		1	Coimbra	1620	4°
		in 8°					

Sacy	Ramont	<i>L'histoire de Vieux, et de Nouveau Testament.</i>		1	Parisiis	1740	in 8°
Siena	Ambrozio Caterino da	<i>Vita miraculosa da S.ta Caterina da Siena</i>		1	Venetia	1580	8°
Sacram.to	Fr. An.to do	<i>Vida da V.M. Joanna Luiza do Carmelo</i>		1	Lisboa	1751	8°
Silva	P. An.to da	<i>Sol do Oriente S. Fran.co Xavier</i>		1	Lisboa	1665	8°
Torres	Fr. Euzebio Gonzales	<i>Chronica serafica</i>		4	Madrid	1719	in Fol.
Telles	P. Baltezar	<i>Chronica da Compania de Jezus</i>		2	Lisboa	1645	Fol.
		in 8°					
Thomaeus	Nicolaus Leonicus	<i>Historia varia</i>		1	Logduni	1532	in 8°
[f.39v-40]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Vitorio	P. Fran.co Alveres	<i>Vida do V.D. Fr. Bartholomeu dos Martires</i>		2	Lisboa	1748	In 4°
Valdecebro	Fr. André Ferrer de	<i>Vida do V.P.e Fr. Juan de Vasconcelos</i>		1	Madrid	1668	4°
Vencim[ento]	Fr. Caetano	<i>Fragm.tos da Vida da M. Mariana da Purificação</i>		1	Lisboa	1747	4°
Xanthopulus	Nicephorus Calistus	<i>Historia Eccleziastica</i>		1	Basileae	1555	4°
Yepes	Fr. Diego de	<i>Vida de S.ta Thereza de Jezus</i>		1	Lisboa	1616	in 4
	<i>Livros anonymos desta classe</i>						
		in Fol.					
	<i>Chronologia histórico legalis Fratrum Minorum</i>			1	Neapoli	1650	in Fol.
	<i>Mistica Cidade de DEos</i>			3	Lisboa	1684	Fol.
	<i>Vida de El Rey D. João o Segundo</i>			1	Lisboa	1556	Fol.

	in 4°						
	<i>Paladii Divi Evagri discipuli lausiaca quae dicitur historia</i>			1	Parisiis	1570	in 4°
	<i>Epitome da Vida de S. ta Joanna Princeza de Portugal</i>			1	Lisboa	1755	4°
	in 8°						
	<i>Compendio da Vida do V.Fr. An.to da Conceyção Lumear</i>			1	Lisboa	1758	in 8°
	<i>Compendio da Vida de S.ta Catarina Fieschi</i>			1	Lisboa	1748	8°
	<i>Tratados de S. Boaventura traduzidos no nosso idioma</i>			1	Lisboa	1602	8°
	<i>Vida dos S.S.res Reys de Portugal p.a a instrucção dos principianos</i>			1	Lisboa	1750	8°
	<i>Dialogo da Historia Sagrada p.a o uso das escolas</i>			1	Lisboa	1753	8°
[f.40v-41]							
	Bellas Letras						
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Arias	Fr. Didacus Ximenex	<i>Lexicon Ecclesiasticum</i>		1	Salmanticae	1578	in Fol.
		in 4°					
Assumptione	Fr. Josephus ab,	<i>Epigramata Sacra in Vitam B. Andrea</i>		1	Ulyssiponae	1731	in 4°
Araujo	Jozê Boreas de	<i>Discursos da Ignorancia</i>		2	Lisboa	1740	4°
		in 8°					
Aldus	Manutius	<i>Phrases Latinae</i>		2	Coloniae	1593	in 8°
Budeus	Gulielmus	<i>Comentaria linguae Graecae</i>		1	Ascensianii	1532	in Fol.
Calepinus	Ambrosius	<i>Dictionarium</i>		1	Antuerpiae	1572	in Fol.
		in 4°					
Carpio	Lope Felis de Vega	<i>Hyerusalem Conquistada</i>		1	Madrid	1609	in 4°
Chagas	Fr. An.to das	<i>Varias Cartas</i>		2	Lisboa	1684	4°

		in 8º					
Crinitus	Petrus	<i>Opera Cladiani Poeta</i>		1	Lugduni	1551	in 8º
Correa	Gaspar Pinto	<i>Lacrima Lusitanorum inobitum Principi Theodossi</i>		1	Ulyssiponae	1631	8º
Cassas	Christoval de las	<i>Vocabularium de las Lengoas Toscana e Castellana</i>		1	Venetiae	1604	8º
		in 4º					
Furtado	Bruno de Mendonça	<i>Verdades sobre a vinda do Ante Xr.to</i>		1	Lisboa	1748	in 4º
Fanabius	Thomas	<i>Opera Virgilii Maronis</i>		1	Lugduni	1668	in 8º
[f.41v-42]							
Cognome	Nome	Título	Edição	Tomos	Lugar de impressão	Anno	Forma
Grotto	Luyge	<i>Rime</i>		1	Venetiae	1598	in 8º
Herrera	An.to	<i>Reson de estado</i>		1	Burgos	1603	8º
Luiz	Balthazar	<i>Lugares Comuns de Letras Humanas</i>		1	Lisboa	1744	in 4º
Lopes	P. An.to	<i>Coloquios e Cartas de D. Brites [....] Cn.a de</i>		1	Lisboa	1789	4º
Lyra	An.to Velozo	<i>Espelho de luzitanos</i>		1	Lisboa	1753	4º
Lima	Alexandre Na.to de	<i>Rasgos métricos de varias poesias</i>		1	Lisboa	1742	in 8º
Maria	P. Fran.co de S.ta	<i>Justa defeza em 3 satisfaçõens Apologetica</i>		1	Lisboa	1711	in 4º
Madureira	João de Moraes	<i>Orthografia Portuguesa</i>		1	Lisboa	1739	4º
Monterroyo	Jozê Freyre	<i>Vida de S.to An.to em verso</i>		1	Lisboa	1749	in 8º
Pereyra	Benedictus	<i>Prosodia in Vocabularium bilinguae Lat., e Lusit.</i>		1	Ebora	1732	in Fol.
Penciano	Hernando Nunes	<i>Rifanes</i>		1	Salamanca	1554	Fol.
Passos	Fr. An.to Nascim.to	<i>Feniz Symbolico</i>		1	Lisboa	1744	in 4º
Policianus	Angelus	<i>Epistola</i>		3	Basileae	1522	in 8º

Roxa	Josephus de Maltos	<i>Descriptio poética Villa Calarisiana</i>		1	Ulyssiponae	1739	in 4°
Textoris	Joannes Rabissius	<i>Epithomi Epithetorum</i>		1	Antuerpiae	1580	in 8°
Vacarri	Dominicus Maria	<i>Parphenius Paeon in Octo Canticis</i>		1	Ulyssiponae	1752	in Fol.
Valdecebro	Fr. Andrez	<i>Gobierno general de las Aves, e Fiera[s]</i>		2	Barcelona	1696	in 4°
Xorro	Bartholomeu Roiz	<i>Advertencias da boa Grammatica</i>		1	Lisboa	1620	in 8°
[f.42v-43]							
	<i>Livros anonymos desta classe</i>						
	<i>Sententia Ciceronis Demosthenis, ac Terentii</i>			1	Antuerpiae	1583	in 8°
	<i>Vita del Poeta Francescho Petrarcha</i>			1	Venetia	1625	in 8°
	<i>Coversaçõens familiares sobre a Eloquencia</i>			1	Lisboa	1762	8°
	<i>Hora de recreyo nas ferias dos mayores estudos</i>			1	Lisboa	1743	8°

Anexo 2. Transcrição do Inventário de extinção de 1834

Inventário dos bens pertencentes ao Convento de Nossa Senhora da Arrábida

Escrivão - Cláudio Filipe da Silva

Inventariante - Frei José do Sacramento

Livraria = Estante Nº 1. a Nº 18

fl. 12	
Alguns livros, e folhetos truncados, no vallor de cento e vinte reis, digo cento trinta e dois folhetos	\$120
[fl. 12 v]	
Estante nº 2	
Vinte e quatro folhetos, <i>vida de Frei António da Madre de Deos</i> , em cento e vinte reis	\$120
Dezaseis volumes, exercícios de Piedade para todos os Dias do anno, Autor Jenecio, em duzentos e quarenta reis	\$240
Sento e treze volumes, de diferentes obras e tamanhos, contendo vida de Santos, novenas e exercícios espirituais, em mil e duzentos reis	1\$200
Estante nº 3	
Trinta e seis volumes em outavo, <i>Regra de S. Francisco</i> , em sete centos e vinte reis	\$720
Dezanove volumes em 4º, <i>Regra de S. Francisco</i> , em quatrocentos e outenta reis	\$480
Quatro volumes, <i>Historia de las variaçoins de las eclezias protestantes</i> , em quatro centos reis	\$400
Sinco volumes, em 8º, <i>Semana Santa Ilustrada</i> , em cem reis	\$100
Dois volumes em folio, <i>Redução chronologica e analítica</i> , Autor Jose de Seabra e Silva, em nove centos e secenta reis	\$960
Quinze volumes, <i>Historia Ecclesiastica em Frances</i> , Autor Racine, em mil e duzentos reis	1\$200
Dois volumes, em frances, <i>Historia</i>	
fl.13	
<i>Historia dos Padres</i> , Autor Racine, em duzentos e quarenta	\$240
Quatro volumes, Frances, <i>Table generale des Martieres</i> , Autor Fleuri.	\$240
Dois volumes, em Frances, <i>La vie de D. Armand-Jean Bouthillier de France</i> , Autor Abbé de Marnolier, em duzentos reis	\$200
Dezouto volumes em folio, “contendo as chronicas de varias Provincias Religiozas”, em mil e duzentos reis	1\$200

Quatro volumes em folio, <i>Leis Novissimas</i> , em duzentos e quarenta reis	\$240
Dois volumes em folio, <i>Chronica da Santa e Real Provincia da Imaculada Conceição de Portugal</i> , Autor Frei Pedro de Jezus Maria Jozé, em duzentos reis	\$200
Seis volumes em folio, latim, <i>De Probatis Sanctorum</i> , em quatro centos e oitenta reis	\$480
Quatro volumes em folio, <i>Historia de São Domingos</i> , Autor Frei Luis Cangas	\$160
Quatro volumes em folio, <i>Agiologia Dominico</i> , Autor Frei Manuel de Lima, em cento e secenta reis	\$160
Dezenove volumes em folio, “contem diversas obras”, em seis centos reis	\$600
Estante nº 4	Quarenta
	[fl.13v]
Quarenta e cinco volumes de diferentes tamanhos, que contem diversas obras truncadas, em nove centos reis	\$900
Estante nº 5	
Duzentos e seis volumes de diferentes tamanhos, em latim e portuguez, que contem vidas de Santos e mais objectos de exercicios espirituais, em três mil reis	3\$000
Estante nº 6	
Dois volumes em 8º, Latim, <i>Theologia Moralis</i> , Autor Clemente Pisse, em secenta reis	\$060
Dois volumes em 8º, <i>Conduta de conffeçores</i>	\$040
Dois volumes em 8º, <i>Theologia Dogmatica</i> , em.	\$120
Dois volumes em 8º, <i>Conferencias Theologicas Moraes</i> , em cento e vinte reis	\$120
Dois volumes em outavo, <i>Dezertaçoens Theologica Medecinaes</i> , em cem reis	\$100
Tres volumes em 8º, <i>Reflexoens sobre as uzuras do mutuo</i> ” em cento e vinte reis	\$120
Tres volumes em 8º, <i>Espirito do M. Nocolé</i> , em cento e vinte reis	\$120
Tres volumes em outavo, <i>Cartas de huma mai a hum filho</i> , em cento e vinte reis	\$120
Dois volumes em outavo, <i>Origem infecta da zelaração da moral dos denominados dos Jesuítas</i> , em oitenta reis	\$080
Sinco volumes em 8º, <i>Theologie Mo-</i>	
	fl.14
<i>Theologie Moralis</i> , Athor Fr. Leonardo Varnoy, em duzentos reis	\$200
Dois volumes em 4º, <i>A D. Theologiam Christianem</i> , Autor Fr. Daniel Concina	\$400
Tres volumes em 4º, <i>Diferentes objectos</i> , Autor Concina em cento e vinte reis	\$120
Dois volumes em 4º, <i>Theologie Christiana Dogmatico-Moral</i> , Autor Concina	\$120
Quatro volumes em 4º <i>Theologia dogmática et Moralis</i> , Autor Fr. Natali Alexandro	\$240
Tres volumes em 4º - <i>Question regulares</i> .	\$180
Outo volumes em folio, <i>Pratica do Conficionario</i> , Autor Fr. Jaime de Corella	\$480
Dois volumes em folio, <i>Jardim Escolastico</i> , Autor Frei Jose de Azevedo, em cento e vinte reis	\$120
Dois volumes em folio, <i>Glozas fundamentaes</i> , Autor Montalvo, em cento e vinte reis	\$120
Dois volumes em folio, <i>Theologia Dogmatica</i> , em duzentos e quarenta reis	\$240
Dois volumes em folio, <i>Theologia Moral</i> , Autor Claudio, em duzentos e quarenta reis	\$240
Dez volumes em outavo, <i>Ministro de Jezus Chrispto no Tribunal da Penitencia</i> , Autor Frei Manuel de Azevedo Eborence	
	[fl.14v]
Eborence, em duzentos reis	\$200
Sinco volumes em 8º, <i>Pratica do Sacramento da Penitencia</i> , em cento e secenta reis	\$160

Tres volumes em 8º, <i>Theologia Moral para uzo dos Parochos</i> , Autor Mr. Godeou, Bispo de Vença, em cento e vinte reis	\$120
Tres volumes em 8º, “o mesmo”, em cento e vinte reis	\$120
Quatro volumes em 8º, <i>Clemente Theologie Prattice</i> , em cento e secenta reis	\$160
Quatro volumes em 8º, <i>Tratatus de Ecclesia Christi</i> , em cento e vinte reis	\$120
Quatro volumes em 8º, <i>Theologia Moralis</i> , em cento e secenta reis	\$160
Seis volumes em 4º, <i>R. Fr. Joannis Vicenti Patrici</i> , em cento e vinte reis	\$120
Dois volumes em folio, <i>Jus Moral</i> , em cento e secenta reis	\$160
Hum volum em folio, <i>Secretum Graciani</i> , Autor Lugduni, em cento e vinte reis	\$120
Doze volumes em folio, <i>Magnum Bullarium Romanum</i> , em mil e duzentos reis	1\$200
Dois	
fl.15	
Dois volumes em folio, <i>Martine</i> , em duzentos reis	\$200
Trinta e nove volumes, de diferentes tamanhos, Autores truncados “Estantes nº 2 e 3º” em mil quatro centos e quarenta reis	1\$400
Estante nº 7	
Trinta e sete volumes em 8º, “de diferentes autores e tamanhos”, em quatro centos e outenta reis	\$480
Estante nº 8	
Vinte e dois volumes em 4º, <i>La biblioteque des Predicateurs</i> , Autor Vicent Houdri em dois mil e duzentos reis	2\$200
Quatruo volumes em folio, <i>Comentaria Alegorica</i> , em duzentos e quarenta reis	\$240
Sete volumes em 4º, <i>Dilucidationis Selectarum Santa Esripture</i> , Autor Fr. Martinho Wouters, em duzentos e outenta reis	\$280
Dois volumes em 8º, <i>Morceaux chosis</i> , Autor Champion de Vilon, em duzentos reis	\$200
Dois volumes em folio, <i>Matheus Esplanatus</i> , Autor Fr. Manuel Incarnatione, em outenta reis	\$080
Sete volumes em folio, <i>Comentario Morali Adcantissima Moices Exodxucianno</i>	
[fl. 15v]	
<i>Exodxucianno Tationibus Morabilus</i> em duzentus e outenta reis	\$280
Sinco volumes em folio, <i>Secundre Partes Sucume Sacre Theologia Santto Thoma de Aquinus Angelici</i> , em duzentos reis	\$200
Doze volumes em folio, <i>Dionici Chartuciani</i> , em sete centos e vinte reis	\$720
Outo volumes em folio, <i>R.P.D. Fr. Joannis da Silveira Olimponnenses Comentaria</i> , em trezentus e vinte reis	\$320
Tres volumes em folio, <i>Pacimp Su Joannam</i> , em cento e outenta reis	\$180
Dois volumes em folio, <i>Comentaria in quanticos Prophetas Maiores</i> , Autor Cornelio, em cento e secenta reis	\$160
Sinco volumes em folio, <i>S. Gregorio</i> , em quatro centos reis	\$400
Seis volumes em folio, <i>Biblioteque mourilianum Ete Sermonium Priscorum Ecclesia Patrium</i> , em duzentos e quarenta reis	\$240
Quatro volumes em folio - <i>Cirili</i> , “Parteileira 1ª”, em cento e secenta reis	\$160
Sinco volumes em folio, <i>Sebastiani Barradas</i> , em duzentus reis	\$200
Dois volumes em folio, <i>Huma Biblia e huma Concurdancia</i> , em seis centos	
fl.16	

seis centos reis	\$600
Noventa e quatro volumes de diferentes tamanhos, de diversos autores, truncados “Pratelheira 3º, 6º e 7º”, em dois mil reis	2\$000
Estante nº 10	
Tres volumes em 8º, <i>Sermões do Padre Theodoro de Almeida</i> , em outenta reis	\$080
Sento e treze volumes em 8º, <i>Sermões</i> de diferentes autores, “muito bem encadernados”, em dois mil duzentos e secenta reis	2\$260
Trinta e seis volumes em 4º, “ <i>Sermoens</i> de diferentes autores”, em sete centos e vinte reis	\$720
Sincoenta e quatro volumes em folio, de diferentes autores, em dois mil reis	2\$000
Estante nº 11	
Noventa e seis volumes em 4º, <i>Sermoens</i> de diferentes autores, “Patelhera 6º e 5º”, em dois mil oito centos e outenta reis	2\$880
Quarenta e nove volumes em 4º, “ <i>Sermoens</i> de diferentes autores, digo sermões antigos de diferentes tamanhos, emcadernados em porgaminho”, em mil quatrocentos e quarenta reis	1\$380
Quarenta e seis volumes em quarto, “ <i>Sermoens</i> antigos de diferentes tamanhos”, em mil trezentos e outenta reis	
[fl.16v]	
Quarenta volumes em 4º, “ <i>Sermoens</i> antigos de diferentes tamanhos”, em mil e duzentos reis	1\$200
Trinta e cinco volumes em folio, de diferentes obras e diferentes autores, em mil e quatrocentos e quarenta reis	1\$440
Dois volumes em folio, <i>Theologia Moral</i> , Autor Sogori, em duzentos e quarenta reis	\$240
Estante nº 12	
Nº 1 – Trinta e nove obras, em mau estado, diversos autores, em 8º, em sete centos e outenta reis	\$780
2. Quarenta e quatro obras, em 8º, “em maó estado”, truncadas, em outocentos reis	\$800
3 – Vinte obras, em 8º, em maó estado, em quatro centos reis	\$400
4 – Quarenta e cinco obras em 8º, todas em maó estado, em sete centos reis	\$700
5 – Secenta e sinco obras em 8º, todas em maó estado, em oito centos reis	\$800
6 – Quarenta e sinco obras em 8º, todas em maó estado, em duzentos e quarenta reis	\$240
Estante nº 13	
2º - Vinte oito obras em 4º, truncadas em maó estado, em quinhentos e secenta reis	\$560
3º - Vinte e nove obras em 4º, truncadas, em quinhentos e outenta reis	\$580
fl.17	
4 - Vinte e nove obras em 8º, truncadas, em duzentos e outenta reis	\$280
5 – Quarenta e quatro obras em 8º, truncadas, em quatro centos e quarenta reis	\$440
6 – Sincoenta e cinco obras em 8º, truncadas, em duzentos e cinquenta reis	\$250

Estante nº 14	
1 – Dez volumes em 8º e folio, truncados, em duzentos reis	\$250
2 – Trinta e hum volume em 4º e folio, truncados, em mil duzentos e quarenta reis	1\$240
3 – Trinta e sete volumes em 8º, truncados, em sete centos e quarenta reis	\$740
4 – Trinta volumes em 8º, truncados, em seis centos reis	\$600
5 – Quarenta e dois volumes em 4º, truncados, em quatro centos e vinte reis	\$420
6 e 7 – Setenta e quatro volumes, diferentes tamanhos, em quatro centos e outenta reis	\$480